Claudia Andreoli Muniz

Os cortiços no patrimônio:

projetos, estratégias e limites nas práticas do Departamento do Patrimônio Histórico
na Bela Vista, em São Paulo, nos anos 1980

CLAUDIA ANDREOLI MUNIZ

**Os cortiços no patrimônio:
projetos, estratégias e limites nas práticas do Departamento do Patrimônio Histórico
na Bela Vista, em São Paulo, nos anos 1980**

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À
VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO(A)
AUTOR(A) E ANUÊNCIA DO(A) ORIENTADOR(A).

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na
Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 5 de outubro de 2020.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração:
História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora:
Profª. Dra. Flávia Brito do Nascimento

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Muniz, Claudia Andreoli

Os cortiços no patrimônio: projetos, estratégias e limites nas práticas do Departamento do Patrimônio Histórico na Bela Vista, em São Paulo, nos anos 1980 / Claudia Andreoli Muniz; orientador Flávia Brito do Nascimento. – São Paulo, 2020.

222 p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Patrimônio Cultural. 2. Habitação Popular. 3. Departamento do Patrimônio Histórico. 4. Bela Vista. I. Nascimento, Flávia Brito do, orient. II. Título.

Agradecimentos

Agradeço à professora Flávia Brito do Nascimento, orientadora desta pesquisa, que, desde o primeiro momento, me recebeu de portas abertas para conversar e ajudar a construí-la. Cheguei à FAUUSP sem ter me formado lá, mas isso nunca foi impeditivo para que ela me acolhesse em seu grupo de pesquisa, lesse todos os meus projetos e se interessasse pelo tema que escolhi investigar. Sou muito grata pela orientação durante o desenvolvimento desta dissertação, que ocorreu remotamente nos instantes finais, mas que nem por isso perdeu a força. Sou admiradora de sua postura como orientadora, profissional, professora e pesquisadora.

Às professoras Ana Lúcia Duarte Lanna e Andrea Tourinho, pela participação na banca de qualificação e pelas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às colegas do grupo de pesquisa *Patrimônio Cultural: história e crítica*, que nunca se cansam de discutir e questionar os cânones do patrimônio e de lutar, com suas pesquisas e atividades profissionais, para construir um conhecimento sobre o patrimônio alicerçado em base mais democrática, inclusiva e participativa. Agradeço, também, à Thais Souza e à Máira Barros, parceiras de temas de pesquisa.

À Regina Meyer, Leila Diêgoli, Margarida Gordinho, Mirthes Baffi e Maura Vêras, peças importantes na trajetória da preservação e da habitação social em São Paulo, que cederam gentilmente um espaço em suas agendas para a realização das entrevistas para esta pesquisa.

À Ana Paula Pavan e à Jamile Ribeiro, da Seção de Levantamento e Pesquisa do Departamento do Patrimônio Histórico, sem as quais a pesquisa às fontes documentais no órgão não poderia ter sido realizada com a qualidade que conseguimos. À Regina de Castro Calixto, do Centro de Conhecimento e Assistência Social, que procurou, avidamente, os documentos da antiga Sebes no arquivo do Cecoas e sempre se mostrou solícita e preocupada com a pesquisa. Imagino que a dificuldade para organizar e manter os arquivos de órgãos públicos em funcionamento seja muito grande. A elas, minha gratidão.

Aos antigos colegas da UPPH/Condephaat, que acompanharam meu período de estágio durante a graduação e que contribuíram para que eu seguisse pesquisando o tema do patrimônio. Reconheço as dificuldades que surgem no cotidiano dos órgãos de preservação e que, mesmo assim, eles desafiam e procuram realizar seus trabalhos da melhor maneira possível. Em especial, à Adda Ungaretti, Mário Medeiros, José Cortez, Amanda Caporrino, Tereza Epitácio e Sílvia Wolff.

Aos meus colegas do Núcleo Interdisciplinar de Professores, do curso de Arquitetura e Urbanismo e da Área de Artes Plásticas da FAAP, que acompanharam o processo de pesquisa muito proximamente e sempre disponibilizaram seu tempo e ombros amigos para me ouvir e me dar conselhos providos da razão. Agradeço, em especial, à Viviane Oliveira, ao Rodrigo Serafino, à Nathalie Hornhardt e à Sílvia Castilho.

À minha família, que me deu todo o suporte e acompanhou de perto as horas intermináveis de trabalho, as inquietações e ansiedades do processo de elaboração da pesquisa: Claudio, Eloisa, Lais, Nazareno, Marinete, Fernanda, Felipe, Bruna e, em especial, ao Gustavo, companheiro para toda a vida. Por fim, mas não menos importantes, a todos os amigos que se mostraram presentes e me alegraram nos momentos de trabalho intenso.

*Não há um canto, nesta cidade e no seu
subúrbio, que não tenha alguém do fundo
dos tempos à espreita, querendo dizer
alguma coisa que não pode ser esquecida.*

José de Souza Martins

Resumo

Os cortiços no patrimônio: projetos, estratégias e limites nas práticas do Departamento do Patrimônio Histórico na Bela Vista, em São Paulo, nos anos 1980

A pesquisa teve o propósito de compreender a relação entre habitação popular, representada pelos cortiços, e o patrimônio cultural nas práticas preservacionistas de São Paulo na década de 1980. Para a análise, foram escolhidas três experiências ocorridas no âmbito do Departamento do Patrimônio Histórico, que é o órgão de preservação municipal, e no bairro da Bela Vista: o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista), o cortiço “Vaticano” e os casarões das ruas Jandaia e Assembleia. Estes casos, que exemplificam duas formas distintas de atuação do departamento, foram mobilizados para discutir até que ponto as ações preservacionistas nesse bairro levaram em conta a conciliação entre a preservação dos cortiços e a permanência de seus moradores em um momento de abertura conceitual e de novas sensibilidades patrimoniais. Enquanto o IGEPAC-Bela Vista apresentou limites metodológicos na incorporação dos cortiços como modo de morar e de seus sujeitos sociais, o Vaticano e os casarões das ruas Assembleia e Jandaia apontaram possibilidades de incorporação dos cortiços nas estratégias de preservação, embora seus desfechos tenham indicado que as ações do departamento se mostraram elos frágeis, diante das demais forças exercidas sobre esse território.

Palavras-chave: Patrimônio, Cortiços, São Paulo, Bela Vista, Departamento do Patrimônio Histórico

Abstract

The tenements in heritage: projects, strategies and limits in the practices of the Historical Heritage Department in Bela Vista, São Paulo, in the 1980s

This research aimed to understand the links between popular housing, represented by tenements, and cultural heritage within the Department of Historical Heritage practices in the 1980s. For this to be possible, three experimental experiences were chosen at Bela Vista district: the Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista), the tenement known as “Vatican” and the buildings located at Assembleia and Jandaia streets. These cases, which exemplify two different ways in which the department operated, were mobilized to discuss the extent to which preservative actions in this neighborhood took into account a reconciliation between the conservation of tenements and the permanence of its residents in a moment of conceptual openness and new heritage sensitivities. While the IGEPAC-Bela Vista shows methodological limits in the incorporation of the tenements as a way of living and its residents, the Vatican and the buildings located at Assembleia and Jandaia streets show the possibilities of incorporating tenements in the strategies of preservation, but their demolitions indicate that the actions of the department were more fragile in the face of other forces that act on this territory.

Keywords: Heritage, Tenements, São Paulo, Bela Vista, Historical Heritage Department

Lista de Imagens

1. Planta da Cidade de São Paulo. Cópia sem data, de autoria de J. Domingues dos Santos F.º, da planta executada pela Companhia Cantareira e Esgotos, em 1881	22
2. Planta Geral da Capital de São Paulo. Original impresso de Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim, em 1897	22
3. Mapa com os limites dos distritos administrativos Bela Vista e República e perímetros do IGEPAC-Bela Vista e das Áreas Especiais da Resolução de tombamento da Bela Vista	23
4. Estrutura do Departamento do Patrimônio Histórico, de acordo com a Lei municipal nº 8204, de 13 de janeiro de 1975	27
5. Reportagem “Bixiga quer ser mais italiano”. <i>Folha de S. Paulo</i>	44
6. Reportagem “Bixiga quer ser o Centro Turístico Italiano”. <i>Folha de S. Paulo</i>	44
7. Localização dos cortiços e habitações coletivas identificados por Sheila Schneck sobre o “Mappa Topogrâphico do Município de São Paulo”	52
8. Complexo de cortiços Vila Barros, visto a partir da rua Japurá, em 1942	52
9. Mapa dos cortiços no centro de São Paulo. Pesquisa coordenada por frei Lagenest, em 1962	57
Figura 10. Gráficos com a síntese dos resultados da pesquisa, separados por bairros e por tipologia de cortiços. Pesquisa coordenada por frei Lagenest, em 1962	57
11. Densidade de cortiços tomada por setores de Rendas Imobiliárias (valor médio). Sebes, 1975	59
12. Tempo de existência dos imóveis dos cortiços tomados por setor de Rendas Imobiliárias (valor médio). Sebes, 1975	59
13. Vila Zammataro, na década de 1970	61
14. Vila Itororó, na década de 1970	61
15. Porcentagem da população moradora em cortiço por Administração Regional por km ² . Cogep, 1981	65
16. Domicílios de cortiços por Administração Regional. Cogep, 1981	66
17. Densidade de cortiços por km ² por Administração Regional. Cogep, 1981	66
18. Localização dos imóveis com vagas anunciadas na seção Classificados do jornal <i>Diário Popular</i> nos meses de julho de 1982, 1983, 1984, 1985, 1986 e 1987	69
19. Cena do documentário “Bexiga ano zero” (1971)	74
20. Cena do documentário “Bexiga ano zero” (1971)	74
21. Cena do documentário “Bexiga ano zero” (1971)	74
22. Versão final do “Perímetro de Irradiação”, no Plano de Avenidas (1930)	76

23. Construção da Avenida Nove de Julho. Sem data	76
24. Avenida Nove de Julho e Viaduto Nove de Julho. Sem data	76
25. Trecho da rua Rui Barbosa, com seu leito alargado, na altura da Praça Dom Orione, em 1988	80
26. Trecho da avenida Radial Leste entre a Praça Pérola Byington e a Praça Roosevelt, em 1971	80
27. Conjunto de intervenções viárias na Bela Vista, entre as décadas de 1930 e 1960	81
28. Lançamentos imobiliários, por distrito, entre 1977 e 1980. Cogep, 1981	85
29. Lançamentos imobiliários pré tombamento (1985-2001)	85
30. As subáreas demarcadas pelo projeto “Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista”. Cogep, 1974	89
31. Prancha “Patrimônio”, no projeto “Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista”. Cogep, 1974	91
32. Prancha “Hotéis e pensões”. projeto “Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista”. Cogep, 1974	91
33. Estrutura do Departamento do Patrimônio Histórico, de acordo com a Lei municipal nº 8204, de 13 de janeiro de 1975, com a indicação das diretoras e chefes de seção na gestão que executou os projetos IGEPAC-SP e IGEPAC-Bela Vista (entre 1983 e 1985)	140
34. Mapa com os bairros que faziam parte do projeto IGEPAC-SP, denominado “Perímetro do IGEPAC-SP”	140
35. Desenhos de testadas de quadra na Bela Vista, de autoria de Edgard Couto e Ana Araújo	143
36. Imóvel localizado na rua dos Ingleses, em 1984	143
37. Divisão do perímetro do IGEPAC-Bela Vista em sete subáreas	147
38. Exemplar de ficha de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista. Ficha nº 811	149
39. Vista geral da Bela Vista “Bixiga”, tirada do alto de um edifício da rua Rui Barbosa, em 1983	153
40. Rua Monsenhor Passalacqua, aos fundos Centro Velho, em 1983	153
41. Rua Maria José, aos fundos edifícios da Avenida Brigadeiro Luis Antônio, em 1983	153
42. Travessa Veloso Guerra, em 1983	153
43. Ficha nº 55. Imóvel à rua Conde de São Joaquim, nºs 131, 133, 135, 137, 139, 149 e 155	156
44. Ficha nº 57. Imóvel à rua Conde de São Joaquim, nºs. 211, 213 e 221	156
45. Ficha nº 929. Imóvel à rua Maestro Cardim, nºs 472 e 476	156
46. Ficha nº 465. Rua Almirante Marques Leão, nºs 510 a 518	156

47. Ficha nº 590. Rua Maria José, nº 410	159
48. Ficha nº 589. Rua Maria José, nºs 378, 380	159
49. Ficha nº 835. Rua São Vicente, nºs 209, 213, 223	159
50. Ficha nº 352. Imóvel em situação de cortiço, situado à Rua Maria José, nº 206	160
51. Ficha nº 142. Imóvel em situação de cortiço, situado à Rua Treze de Maio, nº 131 - fundos	161
52. Mapeamento dos cortiços com base no cruzamento entre as fichas de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista - em que foi indicado uso como cortiço - e os anúncios de vagas de cômodos publicados pelo jornal <i>Diário Popular</i>	162
53. Localização de onde estavam construídos o cortiço Vaticano e o conjunto de casarões das ruas Assembleia e Jandaia	171
54. A Vila Barros no mapa Sara Brasil, de 1930, e os cortiços que faziam parte do complexo: Vaticano; Geladeira; Navio Parado; Pombal	173
55. Imóvel em que o cortiço Vaticano foi instalado na década de 1920, localizado na rua Santo Amaro	174
56. Vila Barros. Na imagem, os fundos do cortiço Vaticano e um trecho do cortiço Geladeira, em 1942	174
57. Vila Barros. Na imagem, os cortiços Geladeira, Navio Parado e Vaticano, em 1942	174
58. Reproduções da planta da Vila Barros e da implantação do edifício do Conjunto Residencial Japurá	175
59. O Conjunto Residencial Japurá em obras e, à sua frente, o conjunto de casarões do cortiço Pombal, que ainda não havia sido demolido, em meados dos anos 1940	176
60. O Conjunto Residencial Japurá, já finalizado	176
61. Cópias de fotografias do cortiço Vaticano em 1982, que se situava à rua Santo Amaro, nº 296 a 310	178
62. Edifício residencial construído no mesmo lote onde estava o cortiço conhecido como Vaticano, demolido em 1982	178
63. Conjunto parcialmente edificado nas ruas Assembleia e Jandaia e sobre o muro de arrimo no Mapa Sara Brasil, de 1930	182
64. Conjunto edificado entre as ruas Assembleia e Jandaia no levantamento aerofotográfico Vasp Cruzeiro, de 1954	182
65. Vista dos casarões construídos sobre o muro de arrimo, em 1978	184
66. Registro de um dos casarões e de prováveis moradoras, em 1978	184
67. Registro de parte do conjunto de casarões, em 1978	184
68. Registro de parte do conjunto de casarões, em 1978	184

69. Rua Assembleia, à esquerda, e rua Jandaia, à direita, em 1983	188
70. O conjunto de imóveis da rua Jandaia e do “espaço - muro de arrimo”, em 1983	188
71. O conjunto de imóveis da rua Assembleia, em 1983	188
72. O conjunto de imóveis do lado ímpar da rua Assembleia, em 1983	188
73. Registro dos imóveis levantados para a realização do estudo, que estavam edificadas sobre o muro de arrimo	189
74. Imóvel à rua Assembleia nº 260, apontado em reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> em 1976 como cortiço	189
75. Imóvel à rua Assembleia nº 320, apontado em reportagem da <i>Folha de S. Paulo</i> em 1976 como cortiço	189
76. O processo de desocupação e demolição das edificações na rua Jandaia, em 1987	194
77. O processo de desocupação e demolição das edificações nas ruas Jandaia e Assembleia, em 1987	194
78. Demolição das edificações nas ruas Jandaia e Assembleia, em 1987	194
79. Os Arcos da Jandaia após a demolição vistos a partir da Avenida Radial Leste, em 1993	194
80. Estudo “Ruas Assembleia e Jandaia: a sorte dos arcos escondidos” (1988), realizado pela Sebes durante o mandato do prefeito Jânio Quadros	197
81. Reportagens publicadas pelo jornal <i>Gazeta do Bixiga</i> sobre a inauguração da Praça dos Artesãos Calabreses	197

Lista de siglas e abreviaturas

APHA - Associação Americana de Saúde Pública

CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana

COGEP - Coordenadoria Geral do Planejamento

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CONSULTEC - Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda.

DPH - Departamento do Patrimônio Histórico

EMBRAESP - Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

EMURB - Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo

FABES - Secretaria da Família e do Bem-Estar

FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGEPAC-SP - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo

IGEPAC-Bela Vista - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Bela Vista

IGEPAC-Liberdade - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Liberdade

IPAC-BA - Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia

IPAC-PE - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Pernambuco

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPPUC - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba

MNU - Movimento Negro Unificado

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAULISTUR - Empresa Paulista de Turismo

PCH - Programa de Cidades Históricas

PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

SABIÁ - Sociedade Amigos do Bexiga e Adjacências

SAGMACS - Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

SEBES - Secretaria de Bem-Estar Social

SECOVI-SP - Sindicato da Habitação de São Paulo

SEHAB - Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano

SEMPA - Secretaria Municipal de Planejamento

SEPLAN - Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SODEPRO - Sociedade em Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista

TPCL - Imposto Territorial Predial, Conservação e Limpeza

ZML - Zona Metrô Leste

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1	31
A constituição da Bela Vista como lugar de história em São Paulo: sujeitos sociais, identidades e cortiços	
1.1 A história urbana da Bela Vista e seus sujeitos sociais	33
1.2 Organiza-se uma nova memória	41
1.3. Perspectivas a contrapelo	46
1.4 Os cortiços como elementos que perpassam a história urbana da Bela Vista	50
Capítulo 2	72
Renovar ou Preservar?	
A Bela Vista e seus cortiços no centro do debate	
2.1 Transformações urbanas: valorização imobiliária ou deterioração?	75
2.2 Projetos de preservação e renovação urbana nos anos 1970	86
2.3 Habitação popular e patrimônio: novas questões	96
2.3.1 O conceito de patrimônio ambiental urbano	99
2.3.2 Inventários de bens culturais em São Paulo	103
2.3.3 Esforços de compreensão do “fenômeno cortiço” nas décadas de 1970 e 1980	115
Capítulo 3	135
Os cortiços como limites nas ações de preservação: o projeto IGEPAC-Bela Vista (1983-1992)	
3.1 Os projetos IGEPAC-SP e IGEPAC-Bela Vista (1983-1992)	137
3.2 Aspectos metodológicos dos projetos IGEPAC-SP e IGEPAC-Bela Vista	139
3.3 O bairro visto pelas lentes do IGEPAC-Bela Vista	151
3.4 Avanços e limites do IGEPAC-Bela Vista	163

Capítulo 4	169
Binômio patrimônio e habitação popular: os cortiços nas estratégias e projetos de preservação	
4.1 O cortiço Vaticano	172
4.2 Os casarões das ruas Assembleia e Jandaia	179
Considerações finais	200
Referências bibliográficas	209
Anexos	223
1. Sistematização das fichas de pesquisa do projeto IGEPAC-Bela Vista com base na indicação da presença de cortiços	
2. Transcrição das entrevistas realizadas com ex-integrantes do Departamento do Patrimônio Histórico	
A. Mirthes Baffi	
B. Leila Diêgoli	
C. Regina Meyer	

Introdução

Introdução

Esta pesquisa é fruto de uma inquietação que me acompanha desde as primeiras aproximações com o campo do patrimônio cultural e com o território do Bixiga. Logo que escolhi o bairro para realizar o Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, observei que persistia uma ideia de relacionar aquele patrimônio com a “deterioração urbana”. Com o tempo, fui percebendo que essa ideia trazia consigo não apenas os desafios da conservação física das edificações construídas na passagem dos séculos XIX e XX, mas o fato de que muitas delas estavam ocupadas como cortiços, dos quais grande parte abrigava uma população de baixa renda proveniente de outras regiões.

Por meio da historiografia oficial e do discurso de lideranças locais, que sempre se mostraram solícitas em conceder depoimentos e conversar sobre a história do bairro, fui notando um descolamento entre o que era considerado o “verdadeiro” patrimônio do Bixiga e a maioria da população que ali residia. Por esse motivo, decidi direcionar minha pesquisa para esse ponto. No entanto, nunca pretendi desconsiderar os elementos que compõem esse patrimônio “oficial”, pelo contrário, procurei investigá-lo e compreender a importância dele para a história urbana de São Paulo e para esse grupo que não deixa de ser partícipe e representativo dessa história.

Em paralelo, tive a oportunidade de descobrir que o patrimônio cultural constituía um campo complexo formado por muito mais camadas do que havia compreendido até então. Isso ocorreu em âmbito acadêmico, principalmente por meio das ricas discussões das quais tive o ensejo de participar no grupo de pesquisa *Patrimônio cultural: história e crítica*, coordenado pela professora orientadora desta dissertação, Flávia Brito do Nascimento. Nesse espaço, fui descobrindo autoras, autores e ideias que me mostraram possibilidades de enxergar a dinâmica do Bixiga para além da narrativa oficial e institucionalizada do patrimônio. Mais do que isso, tais discussões me fizeram refletir sobre a chance de investigar as lacunas existentes entre este patrimônio, os cortiços e seus moradores.

Foi o caso de Carlos Nelson dos Santos, por exemplo. As ideias que apresentou em seu artigo “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo” (1985) me instigaram, e entendi que poderia haver um caminho para considerar esse grupo social, enquanto usuário e habitante do bairro, e os cortiços como forma de morar que perpassa a história do Bixiga e que está instalada em edificações com quase um século de existência, como elemento constitutivo do patrimônio. Santos defende que foram justamente os moradores de baixa renda que possibilitaram a preservação de porções consideráveis das áreas centrais das grandes cidades que conseguiram permanecer vivas em virtude de sua presença. Em suas palavras, as camadas mais pobres são as “maiores guardiãs do nosso patrimônio” (SANTOS, 1985, p. 16), e tal afirmação me despertou uma série de questionamentos enquanto tentava compreender melhor a dinâmica social e cultural do Bixiga.

Outro autor que se aproxima da defesa de Santos, e que também foi objeto de muitas discussões no grupo de pesquisa, foi Ulpiano Bezerra de Meneses. A meu ver, sua ideia do que é considerado patrimônio e seu esforço em definir o conceito de “patrimônio ambiental urbano” me permitiram pensar que esse campo e suas práticas poderiam ser mais inclusivos e democráticos. No artigo “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas” (2009),

Meneses questiona o quadro de valores culturais predominantes na prática preservacionista institucionalizada, que, em muitos casos, se mostra perversa contra os usuários diretos do patrimônio que se pretende salvaguardar. Para ele, a desarticulação entre as representações e as práticas esvazia o patrimônio da sua essência, que é a matriz de significações e valores estabelecida nessas práticas.

Nesse sentido, o patrimônio não seria portador de valores intrínsecos que devem ser identificados apenas por especialistas, e sim, seria constituído de bens e práticas cujas propriedades são mobilizadas pelos grupos sociais para socializar e fazer agir seus significados, suas crenças, seus juízos, suas normas, etc. Isso pressupõe que todos os grupos que têm conexão com esse patrimônio precisam ser acionados pela ação preservacionista e participar ativamente das decisões do que será salvaguardado, para que essas práticas continuem ativas e suas identidades preservem a materialidade como suporte.

Vale a pena citar, também, as ideias defendidas por Laurajane Smith (2006), com as quais as participantes do grupo de pesquisa se identificaram no decorrer das discussões. Em seu livro, Smith comenta sobre o processo de patrimonialização da Victoria Street, localizada no bairro de King Cross, em Sidney¹, onde a família dela residia. Segundo a autora, na década de 1970, grande parte das residências inicialmente construídas e ocupadas por famílias de classe média haviam se tornado cortiços e estavam ocupadas por inquilinos de baixa renda, sobretudo trabalhadores do porto. Ao mesmo tempo, a área se tornou objeto de um plano de “renovação urbana” que previa a sua demolição. Smith mostra, ainda, que a ameaça ao conjunto de residências despertou um processo de luta pela preservação da área, que significava, para a comunidade, a manutenção das residências aliada à permanência dos moradores. Apesar da preservação de parte do conjunto edificado ter sido viabilizada, os objetivos da comunidade local não foram alcançados, uma vez que os cortiços foram removidos e as residências foram restauradas e destinadas a um público com faixa de renda superior, caracterizando um processo de gentrificação.

Esse episódio chamou minha atenção, porque, além de apresentar relação com vários casos brasileiros, expôs a defesa de Smith de que o “senso dominante” do patrimônio prevaleceu, já que as casas foram preservadas não pelos valores sociais e habitacionais, mas por seus valores materiais, estéticos e arquitetônicos. Nesse processo, os moradores de baixa renda não conseguiram permanecer e não foram considerados parte essencial daquele patrimônio. Penso que o patrimônio não foi efetivamente preservado, pois as reivindicações dos moradores não foram atendidas e, mais do que isso, consideradas condizentes com o novo bairro reformado. Ademais, Smith avalia que está cristalizada no campo disciplinar a ideia de que o patrimônio é lugar, objeto, edifício ou qualquer estrutura com limites identificáveis, que podem ser mapeados, e essa prática é perigosa, pois reduz os conflitos sociais, culturais ou históricos sobre o significado, o valor e a natureza do patrimônio, o qual ela defende como um processo cultural que precisa ser estudado e acautelado como tal.

Ao mesmo tempo que esse leque para se repensar o campo do patrimônio cultural e considerar sua relação com os sujeitos sociais foi se abrindo no ambiente acadêmico, os cortiços continuaram sendo objeto das minhas investigações. Minha aproximação com a Bela Vista permitiu entrar em contato com essa realidade. Durante a realização do Trabalho Final

¹ O bairro de King Cross está localizado na área central da cidade de Sidney.

de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na FAAP, em 2013, me foi possível acessar alguns cortiços e as condições de moradia me chamaram muito a atenção. O compartilhamento de poucos banheiros instalados fora dos cômodos, a coabitação, a ausência de privacidade, as várias funções do lar exercidas no mesmo espaço, sem divisões físicas, a falta de espaço decorrente do acúmulo de mobiliário, entre outros, foram aspectos que me despertaram o interesse para me aproximar do tema e tentar contribuir, como arquiteta e urbanista, com a melhoria dessas condições de habitação e da qualidade de vida de seus moradores.

Apesar da precariedade física das habitações, pude perceber que, a despeito do discurso de algumas lideranças atuais do bairro, muitos moradores dos cortiços estavam inseridos naquela vida cotidiana. Além de muitos trabalharem nas proximidades, os pequenos comércios alocados nos térreos das edificações, os bares e casas noturnas fazem com que muitos se sentem às mesas colocadas nas calçadas, conversem na rua e estabeleçam redes de sociabilidade que extravasam os limites diminutos dos cômodos. O mesmo acontece nas manifestações culturais mais conhecidas do Bixiga. Nas festas anuais à Nossa Senhora da Achiropita e nos ensaios da Escola de Samba Vai-Vai, pude notar a presença de muitos desses moradores. Sendo assim, como não pensar que os cortiços e seus moradores estejam na matriz do “patrimônio ambiental urbano” do Bixiga?

Para compreender os cortiços do ponto de vista da habitação social, aproximei-me da produção teórica desse campo disciplinar, com a intenção de entender sua permanência como opção de moradia para as camadas pobres e suas principais características enquanto modalidade habitacional. A referida produção é composta por autores como Nabil Bonduki, Lúcio Kowarick, Maria Ruth Amaral Sampaio, Suzana Pasternak, Andrea Piccini, Luiz Kohara, Maura Bicudo Vêras, por relatórios elaborados em âmbito municipal e por pesquisas acadêmicas mais recentes realizadas por este programa de pós-graduação, como a de Thais Souza, com a qual tive a chance de compartilhar conversas, além dos artigos sobre a relação entre o patrimônio e os cortiços. Ao analisar essa produção, percebi que se trata de um conhecimento ainda em construção, pois não há muitos estudos que tiveram os cortiços como objeto em São Paulo e, conseqüentemente, uma definição tão precisa sobre o que é um cortiço.

Por esse motivo, muitos autores se apropriam da definição trazida pela Lei Moura², que foi resultado desse esforço acadêmico e político de entendimento dos cortiços ao longo dos anos 1970 e 1980. Nessa lei, o cortiço é definido como a unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano,

2 Lei ordinária nº 10928 de 8 de janeiro de 1991. A Lei Moura teve origem no projeto de lei nº 504, elaborado pelo vereador Luiz Carlos Moura em 1989. Luiz Carlos Moura foi vereador pelo Partido Popular Socialista (PPS). Na Câmara, foi presidente da Comissão de Administração Pública durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992). No projeto de lei, Moura deixou registrada a justificativa de que o poder público municipal não poderia mais se omitir frente ao processo de “disseminação” de cortiços, que atingia “quase metade dos paulistanos”. Para isso, acreditava ser importante resgatar as preocupações do Código de Obras Arthur Saboya (1934) e do Código Sanitário (1929), que foram as últimas leis que buscaram estabelecer padrões mínimos para os cortiços. Em seu entendimento, era dever da Prefeitura atuar como “polícia” nos casos de exploração dos responsáveis pelos imóveis sobre os moradores e na garantia de condições mínimas de habitabilidade levando em conta a função social da propriedade, instrumento previsto pela Constituição Federal de 1988. Nota-se que o projeto de lei se preocupou com as condições habitacionais e de vulnerabilidade social da população residente, exigindo medidas punitivas aos proprietários e intermediários, além de zelar pela permanência dessa população nas áreas centrais da cidade. Promulgada em 1991, a Lei Moura, como ficou conhecida, pode ser considerada um marco no enfrentamento do “fenômeno cortiço” pela municipalidade. Foi aprovada ainda na gestão de Erundina. A partir dela, a Prefeitura obteve parâmetros legais para compreender, estimar, fiscalizar e subsidiar políticas específicas e programas de atendimento habitacional.

subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título, nos quais é exercida mais de uma função doméstica. Nesse imóvel, existem acesso e uso comum dos espaços não edificados e instalações sanitárias, e a circulação e infraestrutura, no geral, são precárias. Outro traço dessa modalidade de moradia é a superlotação de moradores, que pode se apresentar tanto no interior dos cômodos quanto no imóvel em sua totalidade.

Os cortiços apresentaram continuidades e transformações no decorrer do século XX. Como mostra Nabil Bonduki (2013), parece mais apropriado incluir os cortiços no grupo mais amplo das habitações coletivas buscadas pelas camadas mais pobres e produzidas de forma rentista pela iniciativa privada, na virada dos séculos XIX e XX. Dentro desse grupo, as formas mais comuns foram o cortiço-corredor, o cortiço-casa de cômodos, as vilas e o correr de casas geminadas (BONDUKI, 2013, p. 51). Segundo Bonduki, o cortiço foi objeto de estigmatização social, pois era habitado por trabalhadores menos remunerados e qualificados na comparação com outras tipologias de habitação coletiva, além de ser uma modalidade “clandestina” porque era combatida pela legislação edilícia e sanitária existentes. O modelo mais comum em São Paulo era caracterizado por uma série de cômodos dispostos lado a lado, ao longo de um corredor ou pátio, no qual estava alocado o banheiro de uso compartilhado e a área de lavagem de roupas. Para os investidores privados, o objetivo era a obtenção máxima de lucros com menos recursos, já que o terreno podia ter dimensões reduzidas, o material empregado podia ser de menor qualidade, e a necessidade de poucos pontos de hidráulica barateava o empreendimento.

Carlos Lemos (1998) aponta que, na realidade, os cortiços não eram casas, mas sim “habitáculos” ou “células” em que havia superposição de todas as funções da habitação. Essas células eram acessadas por uma ou mais entradas comuns e serviam de residência a mais de uma família. Do ponto de vista arquitetônico, nota-se que as características apresentadas por Lemos seguiram semelhantes até os dias atuais. A produção teórica que procurou conceituar e compreender o “fenômeno cortiço”, a partir da década de 1970, trouxe esses elementos à tona, assim como a coabitação involuntária, a ausência de privacidade, a precariedade física das edificações, a exploração dos moradores que, reunidos, inseriam os cortiços na categoria da “habitação subnormal” junto com as favelas e casas autoconstruídas na periferia. Esse tema será analisado no Capítulo 2.

Concomitantemente à necessidade de incorporar os cortiços e seus sujeitos sociais ao debate do patrimônio no Bixiga, esses elementos me explicitaram o desafio de pensar a preservação material dessas edificações e até mesmo dessa modalidade habitacional, uma vez que as condições de moradia são precárias e a prática de exploração dos moradores por parte dos intermediários ou proprietários se mostra recorrente e nociva. Não pretendo defender os cortiços como solução, como se esses aspectos fossem desconsiderados, mas compreendo sua perenidade em São Paulo enquanto opção de moradia para os mais pobres na área central e partilho da visão de Carlos Nelson de que sua presença pode ter contribuído para a permanência de conjuntos urbanos de importância histórica. Aliado a isso, a promulgação da Lei Moura, em 1991, fez com que essa modalidade de habitação fosse legalizada no município, desde que atendidas as devidas exigências, sem contar que se trata de forma de morar e de modos de vida que estiveram presentes na história urbana do bairro desde o loteamento que lhe deu origem ao final do século XIX.

Nesse sentido, decidi direcionar minha pesquisa para a consideração da história

urbana como campo de reflexão e dos cortiços como tipologia de habitação que permeia essa história e que apresenta continuidades e transformações, desde o final do século XIX. Sem perder de vista a dinâmica sócio-habitacional contemporânea sobre essa modalidade de moradia instalada em edificações centenárias, que ainda se mostra significativa na Bela Vista³ e cuja discussão se prolonga para além do período estudado, procurei investigar a sua presença como elemento que perpassa a história urbana daquele bairro, problematizar sua incorporação na atuação institucional de preservação nos anos 1980 e defendê-la como elemento que faz parte desse patrimônio.

Materiais e métodos

Com o objetivo de compreender a relação entre habitação popular, representada pelos cortiços, e o patrimônio cultural nas práticas preservacionistas de São Paulo na década de 1980, foram escolhidos três casos ocorridos no âmbito do Departamento do Patrimônio Histórico e no território da Bela Vista: o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista), o cortiço conhecido como “Vaticano” e os casarões das ruas Jandaia e Assembleia. Esses casos, que exemplificam duas formas de atuação do departamento, foram mobilizados para discutir se os conceitos provenientes do campo da habitação social foram incorporados às discussões no patrimônio e até que ponto as ações preservacionistas nesse bairro levaram em conta a conciliação entre a preservação e a permanência dos cortiços e de seus moradores em um momento de abertura conceitual e de novas sensibilidades patrimoniais.

A Bela Vista, também conhecida como Bexiga ou Bixiga, é um dos bairros da coroa central que foram abertos no movimento de expansão urbana a partir do núcleo urbano primário de São Paulo, na segunda metade do século XIX. A antiga Chácara do Bexiga foi arruada e loteada na década de 1880⁴ e passou a receber uma parcela do contingente de imigrantes europeus, principalmente italianos, além de negros, cuja presença também foi expressiva. Em virtude do fato de no bairro não ter sido construída nenhuma fábrica de grande porte, devido à distância física das linhas férreas que passavam pelo perímetro urbano de São Paulo, os grupos sociais que lá residiriam eram formados por trabalhadores informais, comerciantes, pequenos empresários e construtores civis.

Um aspecto que merece esclarecimento diz respeito ao emprego da denominação Bela Vista. O nome do distrito administrativo, oficializado em 1910, é Bela Vista e está inscrito no perímetro formado pela Avenida Vinte e Três de Maio, à leste, pela Avenida Paulista, ao sul, pela rua Frei Caneca, à leste, e pela Avenida Radial Leste, ao norte, e se localiza na região compreendida como centro expandido de São Paulo. No entanto, esse perímetro não corresponde ao traçado do arruamento e do loteamento que deram origem ao bairro, ao final do século XIX, como pode ser visto na Figura 3. Parte desse traçado pertence

3 Dados da Secretaria Municipal de Habitação mostram a existência de aproximadamente duzentos imóveis ocupados como cortiços e cadastrados pela municipalidade em 2020. Sabe-se que esse número é inferior à quantidade existente, já que há imóveis que não foram cadastrados. Desse modo, a Bela Vista continua sendo um bairro cuja presença de cortiços é significativa. Disponível nos portais *HabitaSampa* e *Geosampa*, acesso em abril de 2020.

4 Sheila Schneck (2010) reconstituiu o processo de aquisição das terras da Chácara do Bexiga e posterior abertura, arruamento e parcelamento que deu origem ao bairro do Bixiga. Além da documentação referente ao empreendimento, a autora usa como ferramenta as plantas da cidade no período.

Figura 1. PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Cópia sem data, de autoria de J. Domingues dos Santos F.º, da planta executada pela Companhia Cantareira e Esgotos em 1881. Em vermelho, a área do bairro do Bexiga. Em linha tracejada amarela, o núcleo urbano primário de São Paulo. Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal.

Figura 2. PLANTA GERAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO. Original impresso de Dr. Pedro Augusto Gomes Cardim – 1897. Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal. Em vermelho, a área do bairro do Bexiga. Em linha tracejada amarela, o núcleo urbano primário de São Paulo. Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal.

Figura 3. Recorte espacial: limites dos distritos administrativos Bela Vista (cor laranja escuro) e República (cor laranja claro) e perímetros do IGEPAC-Bela Vista (cor marrom) e das Áreas Especiais da Resolução de tombamento da Bela Vista (cor amarela). Autoria própria sobre base Gegrar (1974).

hoje ao distrito República e corresponde às quadras localizadas entre a Avenida Radial Leste e o Terminal Bandeira (antigo Largo do Piques). O nome Bela Vista foi adotado e também faz referência à porção localizada no distrito República, pois se entende que ela também faz parte desse bairro e foi separada física e administrativamente após a construção do Viaduto Júlio de Mesquita Filho, que dá suporte para a passagem da Avenida Radial Leste, nos anos de 1960.

A mesma abordagem foi adotada pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) nos trabalhos realizados nesse bairro, pois se nota que tanto o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo da Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista), realizado nos anos 1980, quanto a resolução de tombamento, datada de 2002, consideraram todo esse território como o bairro da Bela Vista. Este aspecto deu suporte para que eu pudesse adotar esse recorte espacial para a pesquisa e denominá-lo Bela Vista.

Observa-se que há uma variedade de estudos que buscaram compreender as características urbanas e sociais da ocupação nas primeiras décadas, a partir do empreendimento que deu origem ao bairro. Quando o IGEPAC-Bela Vista, o cortiço Vaticano e os casarões das ruas Assembleia e Jandaia foram selecionados como casos a serem analisados, direcionei o eixo da pesquisa para os anos de 1980 e verifiquei uma carência de estudos que tratassem da habitação popular, naquele momento, e que procurassem problematizar suas características urbanas e sociais, distribuição territorial, a relação com o patrimônio edificado e seus impactos, na época em que a Bela Vista se constituía como lugar de história e ganhava projeção junto à opinião pública como “o bairro dos italianos” em São Paulo.

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro tem como objetivo discutir as relações entre a história urbana da Bela Vista, seus grupos sociais, a constituição do bairro como lugar de história e de memória italiana nos anos 1970 e 1980, além da presença dos cortiços como elementos que perpassam essa história desde o princípio. Nas primeiras décadas após a oficialização desse empreendimento, o território contou com a presença majoritária de imigrantes europeus, na maioria italianos provenientes da região sul da Itália. As autoras que pesquisaram a formação do bairro comprovaram essa configuração social, dentre elas, Nadia Marzola (1979), Sheila Schneck (2010; 2016) e Ana Lúcia Duarte Lanna (2011). Vale lembrar que, naquele período, a maior parte da população de São Paulo era constituída por imigrantes europeus que formaram a massa de trabalhadores industriais e urbanos, conforme Roger Bastide, Florestan Fernandes (2008), J. R. Araújo Filho (1958) e Roberto Pompeu de Toledo (2015) mostraram em seus estudos.

No entanto, os italianos não foram os únicos a construir o espaço da Bela Vista. Sheila Schneck, Reinaldo José de Oliveira (2017) e Márcio Sampaio de Castro (2008) estão entre os autores que destacaram a participação negra nesse processo. Os negros residiam, em grande parte, na região do vale do córrego Saracura, considerado o primeiro quilombo urbano de São Paulo e uma área desvalorizada sob o aspecto imobiliário, tendo em vista que não fez parte do loteamento original e que configura uma área sujeita a alagamentos. No entanto, esse grupo não se fixou apenas nas proximidades do Saracura. Schneck destaca a região do Caaguaçu, no entorno da Avenida Paulista, onde também conseguiu detectar a presença de moradores negros, e Oliveira relaciona os negros com a moradia em cortiços, que, segundo ele, estavam distribuídos por todo o bairro.

Devido ao caráter popular do empreendimento e a configuração social que se

estabeleceu no bairro desde então, a Bela Vista foi caracterizada como a “periferia da área central de São Paulo” e como um bairro “tipicamente suburbano para as camadas pobres e média” por Celia Rocha da Paes (1999, p. 13) e Sheila Schneck (2016, p. 89), respectivamente, que foram fontes bibliográficas fundamentais para esta pesquisa. A historiografia reconhece, portanto, que a presença dos estrangeiros não conformou um bairro elitizado, pelo contrário, confirma que teve caráter popular desde o início, e que os cortiços foram elementos presentes como uma das formas de morar de todos esses grupos sociais. Tal aspecto também esteve presente nos processos de patrimonialização da Bela Vista, que foi considerada um registro material de habitação para camadas médias no processo de urbanização da cidade, na passagem do século XIX para o século XX.

No mesmo capítulo, investigo que a predominância dos italianos e de seus descendentes entre os moradores e os proprietários da Bela Vista deu suporte para que eles conseguissem se organizar em prol da valorização dessa memória e do fortalecimento de uma identidade italiana, que não deixa de carregar consigo uma ideia de branqueamento social. A partir dos anos 1970, a Bela Vista passou a ser reconhecida como “o bairro dos italianos” em São Paulo, e essa conformação se deveu, em grande medida, à articulação entre o poder público e lideranças locais descendentes de italianos e ligadas às cantinas, que teve como consequência a inferiorização e invisibilização das memórias dos demais grupos sociais presentes no bairro. Essa investigação foi realizada no intuito de verificar até que ponto ela foi reforçada pelo processo de patrimonialização do bairro, durante os anos de 1980.

No segundo capítulo, foram analisadas as transformações urbanas que mutilaram a Bela Vista em várias dimensões, desde a primeira metade do século XX, e quais foram as repercussões para as práticas preservacionistas. Início a investigação pelas alterações viárias decorrentes da implementação do “Plano de Avenidas” de Francisco Prestes Maia e Ulhôa Cintra e passo pelo alargamento da rua Rui Barbosa, previsto no “Plano de Melhoramentos da Bela Vista” e pela construção da Avenida Radial Leste, ocorrida nos anos 1960. Esta seccionou o bairro ao meio, atravessou o traçado urbano do loteamento original e provocou uma série de demolições. Analiso as implicações dessas transformações, que foram responsáveis pela ruptura de redes de sociabilidade e por alterações drásticas na paisagem do entorno.

Tais alterações contribuíram para a construção de uma imagem de “deterioração urbana” por parte da opinião pública, baseada e reforçada nos discursos de lideranças locais, de representantes da municipalidade e da mídia; e também se fez presente em parte do discurso do DPH sobre o bairro. Além das dimensões física e urbana, vários autores a relacionam à evasão de antigos moradores e à chegada do fluxo migratório de nordestinos, que teve relação direta com os cortiços. Durante os anos de 1970, essa configuração urbana e social encontrou um embate com o interesse do setor imobiliário e da municipalidade, que enxergavam o bairro como local estratégico para a expansão das atividades e serviços do Centro e da atividade imobiliária das proximidades da Avenida Paulista. As modificações urbanas e a presença indesejada dos cortiços não estavam de acordo com a expectativa criada sobre o território e, por esse motivo, a gestão do prefeito Miguel Colassuono (1973-1975), representada pela Coordenadoria Geral do Planejamento (Cogep), encomendou a realização de três projetos de renovação urbana para a Bela Vista.

Ainda nesse capítulo, discuto as novas questões conceituais e práticas dos campos da habitação social, com ênfase nos cortiços e em sua inserção na categoria de “subnormalidade habitacional” e do patrimônio cultural, sobretudo as questões presentes nos inventários municipais realizados ao final dos anos 1970. Ainda apresento o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, que abriu possibilidades para se pensar a incorporação da habitação popular como testemunho da história urbana e forma de moradia para a classe trabalhadora nas grandes cidades brasileiras. Trago as reflexões de Ulpiano Bezerra de Meneses (1978) e de Eduardo Yázigi (1977) sobre o que acreditavam estar na essência do conceito, e as pesquisas de Marly Rodrigues e de Andrea Tourinho (2016; 2017) a respeito da gênese desse conceito, sua aproximação com o ambiente urbano e a melhoria da qualidade de vida da população, seus embates com a visão sobre a imagem do tempo na cidade, de Kevin Lynch (1972), e as dificuldades de mobilização pelos órgãos de preservação, devido à multiplicidade de interpretações e carência de instrumentos oficiais que dessem suporte para preservar as dimensões sociais, culturais e ambientais.

Nos capítulos 3 e 4, analiso as aproximações e lacunas entre o patrimônio e a habitação popular no âmbito das ações do DPH, durante os anos 1980, com o recorte para a Bela Vista. Vale pontuar que o departamento foi criado na mesma gestão municipal em que os projetos de “renovação urbana” para a Bela Vista foram executados, por meio da Lei municipal nº 8204, de 1975. Esta lei estabeleceu a estrutura organizacional do órgão, constituída, entre outras divisões, pela Divisão de Preservação e pelas cinco seções técnicas que a compunham: Levantamento e Pesquisa, Crítica e Tombamento, Programas de Revitalização, Projeto, Restauro e Conservação e Divulgação e Publicações⁵ (Figura 4).

Desde o início, o DPH ficou vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. A direção geral foi ocupada pela primeira vez pelo arquiteto e professor da FAUUSP Murillo Marx, que permaneceu no cargo até 1981. Conforme será visto neste capítulo, naquele momento foram concebidas as primeiras iniciativas de inventariação por parte do órgão, que fariam parte de um programa mais amplo, denominado “Programa de Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos”.

Em 1983, indicada ao cargo por Carlos Lemos, a também arquiteta Regina Prosperi Meyer assumiu essa função, e a historiadora Maria Luiza Dutra se tornou a diretora da Divisão de Preservação. Foi nesse período que a maioria das ações investigadas pela pesquisa foi realizada. Cabe destacar que o prefeito à época era Mário Covas (1983-1985) que, conforme se averiguou pela pesquisa, conduziu políticas mais progressistas em relação aos

⁵ Lei municipal nº 8204, de 13 de janeiro 1975, que pouco tempo depois contou com atualização prevista pela Lei municipal nº 8252 de 20 de maio de 1975. Por essas leis, a estrutura organizacional do Departamento do Patrimônio Histórico foi definida e contou com: a Seção de Contabilidade; o Planetário Municipal de São Paulo; a Divisão do Arquivo Histórico, com quatro Seções Técnicas e quatro Seções Administrativas; a Divisão de Iconografia e Museus, com duas Seções Técnicas e quatro Seções Administrativas; a Divisão de Preservação, com cinco Seções Técnicas e duas Seções Administrativas; e, por fim, a Divisão de Administração, com quatro Seções Administrativas. A segunda lei, em seu Anexo II, também autorizou a contratação de um Diretor de Divisão Técnica e de dois Chefes de Seção Técnica para o DPH. Ficaram definidas as competências desse departamento, a saber: proceder ao levantamento, ao cadastramento, à preservação e à fiscalização de obras e monumentos artísticos do Município; recolher, organizar, restaurar e divulgar documentos de valor histórico e outros materiais que possibilitem a pesquisa e o estudo sobre a história da cidade de São Paulo; administrar, coordenar e controlar as atividades dos museus de propriedade do Município; organizar e manter documentação artística, abrangendo todos os ramos da arte, de modo a possibilitar a pesquisa, o estudo e a montagem de exposições de artes plásticas; e administrar e manter um planetário, destinado à divulgação de conhecimentos sobre astronomia e ciências afins (SÃO PAULO (município). Lei municipal nº 8204, 1975).

Figura 4. Estrutura do Departamento do Patrimônio Histórico, de acordo com a Lei municipal nº 8204, de 13 de janeiro de 1975. A redação foi dada pela Lei municipal nº 8252, de 20 de maio de 1975. Essa estrutura foi alterada pelo Decreto Municipal nº 58207, de 24 de abril de 2018. Diagrama de autoria própria.

problemas habitacionais, se compararmos às gestões precedentes. Em relação aos cortiços, o “Plano Habitacional para o Município de São Paulo 1983/1987” previu a melhoria de suas condições de habitabilidade, assim como a regularização fundiária e parcerias com os responsáveis pelos imóveis para garantir que as benfeitorias fossem implementadas. Na pesquisa se procurou identificar pontos de contato entre as políticas no âmbito dessa gestão municipal, assim como entre os campos teóricos da habitação social e do patrimônio, que passavam por revisões e ampliações conceituais desde os anos 1970.

Nesse contexto, foi realizado o projeto do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (IGEPAC-SP), que teve o IGEPAC-Bela Vista como um dos primeiros desdobramentos, a partir de 1983. O IGEPAC-SP foi concebido como um inventário sistemático cujo objetivo seria a criação de um sistema de informações do “repertório básico que constitui o ‘patrimônio ambiental urbano’”. Seu material forneceria à população informações de caráter histórico, arqueológico, urbanístico e arquitetônico sobre esse patrimônio. A principal preocupação estava na leitura da paisagem urbana e na identificação de manchas urbanas que necessitavam de proteção. O projeto buscou ferramentas de valorização do “patrimônio ambiental urbano” e de consolidação de um acervo documental que pudessem subsidiar políticas de preservação e de planejamento urbano, haja vista, naquele momento, a proteção legal se dar por meio do enquadramento

dos imóveis e conjuntos na Z8-200⁶.

O IGEPAC-Bela Vista foi coordenado pela chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, Leila Diêgoli, e mobilizou vários técnicos do DPH, tendo em vista a amplitude territorial, o tempo disponível e a metodologia empregada, que previu levantamentos de campo, a elaboração de fichas de pesquisa dos bens selecionados e a compilação dos dados na forma de mapas e relatórios que seriam utilizados para a realização da segunda etapa do inventário. Foi, portanto, um projeto de grande escala no órgão, em que mais de 800 imóveis foram catalogados mediante fichas de pesquisa e, por esse motivo, foi selecionado como estudo de caso desta pesquisa, cuja discussão faz parte do terceiro capítulo. É importante pontuar que todo o projeto IGEPAC-SP se consolidou na memória institucional do departamento e sua implementação seguiu em curso até os anos 2000 em outros bairros da capital. Foi um dos trabalhos de maior abrangência realizados no âmbito do órgão no período estudado, e muitos técnicos lhe reconhecem a importância para atuação institucional até hoje.

Em virtude de um discurso que vincula os cortiços à “deterioração” e da ausência de enfrentamento com vistas à defesa da permanência dos moradores no IGEPAC-Bela Vista, decidiu-se analisar dois casos ocorridos no mesmo momento, e que se aproximaram de forma distinta da habitação popular e permitiram problematizar as ambiguidades das práticas do DPH. Para desenvolver essa análise, foi elaborado um quarto capítulo, intitulado “Binômio preservação do patrimônio e habitação popular”. Os casos escolhidos permitiram identificar tentativas de conciliar a preservação das edificações e dos moradores na ação de proteção. O primeiro é o cortiço conhecido como “Vaticano”, que até a década de 1940 fez parte de um complexo de cortiços conhecido como Vila Barros, localizado nas proximidades das ruas Japurá e Santo Amaro. O “Vaticano” foi o último cortiço desse complexo a ser demolido e, antes que isso ocorresse, o DPH foi acionado por um representante da “Sociedade Amigos do Bexiga e Bela Vista” que tentava evitar a sua destruição e a expulsão dos moradores. Na pesquisa mostrou-se o encaminhamento desse processo em 1982, no qual o departamento realizou levantamentos para verificar a situação física e jurídica do imóvel e tentou investigar a possibilidade de preservação física e social.

No caso dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia, desde os anos 1960 estavam parcialmente ocupados como cortiços, em decorrência de um processo de desapropriação para a construção de uma alça viária entre as avenidas Vinte e Três de Maio e Radial Leste. Ainda se verificou, durante a pesquisa que, em um primeiro momento, o DPH tentou firmar uma parceria com a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab) e a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), entre 1983 e 1984, para elaborar um projeto de reabilitação dos imóveis para fins de habitação de interesse social. Em paralelo, realizou-se um estudo arquitetônico sobre o conjunto, que contou com levantamentos fotográficos e análises sobre as características das edificações.

Em 1984, o DPH conseguiu que parte do conjunto fosse enquadrada na Z8-200,

⁶ O instrumento de tombamento ainda não havia sido oficializado a nível municipal, o que só veio a ocorrer em 1985, quando da criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Os primeiros tombamentos a nível municipal foram realizados em 1987. As medidas de proteção até então se davam por meio do enquadramento dos bens e sítios nas “zonas especiais” Z8-200, previstas pela Lei municipal nº 8328, de 1975, que necessitavam da aprovação da Câmara de Vereadores.

que, embora não fosse um instrumento que asseguraria a permanência dos moradores, foi importante, pois garantiria sua preservação física. Entretanto, em um segundo momento, essa lei foi desregulamentada pela gestão de Jânio Quadros (1986-1988), que deu sequência ao processo de desapropriação e retomou o projeto do anel viário. A equipe técnica do DPH à época e ex-integrantes do órgão se levantaram contra a demolição e lutaram pela permanência do conjunto, porém a preservação não foi concretizada e as edificações foram derrubadas em 1987.

Isso posto, o intuito da pesquisa foi problematizar as duas formas de atuação e mostrar as ambiguidades das práticas preservacionistas do DPH durante os anos 1980, que foram marcadas por mais de uma abordagem, ao se considerar no patrimônio a habitação popular, mais especificamente os cortiços. Além da consulta às fontes primárias relativas ao IGEPAC-Bela Vista e aos processos de patrimonialização do cortiço Vaticano e dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia, formadas pelos processos e documentos arquivados na Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa do DPH e pelas publicações oficiais, foram pesquisadas fontes provenientes das antigas Cogep, Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes) e Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla), que eram os órgãos municipais que estavam lidando com os cortiços enquanto modalidade habitacional “subnormal” e objeto de políticas públicas de assistência social no mesmo momento.

Propôs-se também entrevistar agentes diretamente envolvidas com os casos selecionados, que ajudaram a reconstituir esses processos de patrimonialização e a construir os argumentos a respeito das práticas de preservação do DPH. Entre agosto de 2018 e janeiro de 2020, foram entrevistadas Regina Meyer, diretora do DPH entre 1983 e 1984; Leila Diêgoli, coordenadora geral dos projetos IGEPAC-SP e IGEPAC-Bela Vista; Mirthes Baffi, arquiteta integrante das equipes desses projetos; e Margarida Cintra Gordinho, assessora de Regina Meyer na direção do órgão. Além das ex-integrantes do DPH, foi entrevistada Maura Bicudo Vêras, que esteve à frente da coordenação de dois estudos sobre cortiços, realizados pela municipalidade: o primeiro, da Sebes, em 1975, e o segundo, da Sempla, em 1985. Além disso, Vêras desenvolveu várias pesquisas sobre o tema em âmbito acadêmico e se tornou importante fonte de pesquisa bibliográfica.

Por fim, decidiu-se recorrer a reportagens publicadas pela mídia impressa de grande circulação, como a *Folha de S. Paulo*⁷, durante os anos 1980 para identificar as lideranças locais que falavam em nome do bairro e verificar quais projetos e políticas públicas nas áreas de cultura e habitação estavam tendo a Bela Vista como objeto e divulgados naquele momento. Por meio delas, foi possível identificar as principais associações civis que atuavam no bairro e suas articulações junto ao poder público na busca por recursos e projetos. Além disso, buscaram-se anúncios de vagas de cômodos em cortiços no jornal *Diário Popular*, que, à época, tinha maior circulação entre as camadas populares em São Paulo. Foram escolhidos exemplares dos meses de julho dos anos de 1982 a 1987⁸ para identificar os imóveis que estavam ocupados como cortiços e tentar traçar um panorama de sua distribuição pelo bairro, conforme apresentado no Capítulo 1. Também se cruzaram as vagas anunciadas nos imóveis com os cortiços sinalizados nas fichas de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista e com aqueles que

⁷ O portal *Acervo Folha*, de acesso público e digital, permite que se encontrem reportagens por meio da indicação de palavras-chave. Esse recurso facilitou a pesquisa e foi utilizado para encontrar notícias sobre a Bela Vista nos anos 1980.

⁸ Os exemplares se encontram arquivados na hemeroteca da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo.

estavam instalados nos casarões das ruas Assembleia e Jandaia, com o objetivo de confirmar a ocupação deles como tal e verificar a forma como foram identificados e problematizados nas práticas do DPH, no período estudado.

Capítulo 1

**A constituição da Bela Vista como lugar de história em São Paulo:
sujeitos sociais, identidades e cortiços**

Capítulo 1

A constituição da Bela Vista como lugar de história em São Paulo: sujeitos sociais, identidades e cortiços

Com o objetivo de compreender as relações entre a habitação popular e o patrimônio, foi construída, primeiramente, uma análise sobre o bairro, a partir da construção simbólica de uma imagem histórica ligada à memória italiana, e teve como ponto de apoio a atuação das principais lideranças e associações civis do bairro articuladas com o poder público. Para compreender o protagonismo dessa memória, decidiu-se reconstituir a história urbana do bairro para verificar quais foram os principais grupos sociais que construíram essa história e apurar se os italianos e seus descendentes compuseram a maioria da população depois de consolidado o empreendimento que deu origem à Bela Vista. Além disso, a investigação também foi realizada para averiguar as relações entre os mesmos sujeitos sociais e a prática dos cortiços.

Na passagem entre as décadas de 1970 e 1980, a Bela Vista começou a se constituir como lugar de história e a fazer parte do imaginário coletivo como “o lugar dos italianos” em São Paulo, ou, pelo menos, como um dos bairros paulistanos em que as marcas materiais e imateriais da imigração italiana se fizeram mais presentes. Como se verá a seguir, esse protagonismo da memória italiana foi resultado das articulações e da confluência de interesses entre as principais associações civis do local e várias gestões municipais e estaduais do poder público, que buscaram recursos para a realização de projetos que fortalecessem a vocação turística do eixo gastronômico ligado às cantinas e restaurantes “típicos” italianos e as festas religiosas.

Tal processo obscureceu as memórias de outros grupos sociais que também residiam e mantinham suas relações cotidianas nesse território e que, paradoxalmente, constituíam a maior parte da população do bairro nos anos 1980. Os cortiços foram, de um lado, uma das modalidades de moradia para esses grupos e, de outro, recurso para obtenção de renda entre os pequenos e médios proprietários brasileiros e de origem estrangeira cuja presença foi verificada no território desde o final do século XIX. Embora buscados por todos esses grupos no decorrer da história, a bibliografia consultada apontou predominância de negros entre a população que encontrou nas habitações coletivas uma possibilidade de residir no bairro e região central do município. Em uma tentativa de contribuir com a história escrita a contrapelo, são analisadas as pesquisas que incidiram luz sobre eles e sua relação com os cortiços e manifestações culturais.

Acredita-se que esses aspectos devem ser analisados, a fim de se problematizarem as práticas do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) nos anos 1980 e compreender até que ponto elas contribuíram para a construção simbólica da Bela Vista e para a valorização da narrativa italiana em conjunto com a sua constituição como ponto turístico e lugar de história em São Paulo. No campo conceitual, esse debate precisa ser analisado em relação ao conceito de “patrimônio ambiental urbano”, que estava sendo elaborado, discutido e mobilizado como ferramenta dos instrumentos de preservação empregados pela atuação institucional, como os inventários de bens culturais municipais, dentre eles, o IGEPAC-Bela Vista.

1.1 A história urbana da Bela Vista e seus sujeitos sociais

A Bela Vista é um bairro que conta com uma bibliografia considerável em relação à sua história urbana. As principais publicações que ajudam a reconstituir essa história e identificar os atores e grupos sociais que participaram do processo são de autoria de Nuto Sant'Anna (1944); Ernani Silva Bruno (1984); Nestor Goulart Reis Filho (1994); Nadia Marzola (1979); Celia Toledo de Lucena (1984); Celia da Rocha Paes (1999); Sheila Schneck (2010; 2016); Anna Lúcia Duarte Lanna (2011); Márcio Sampaio de Castro (2008); entre outros. Nuto Sant'Anna desenvolveu uma pesquisa extensa durante os anos 1930 sobre a região antes da consolidação do loteamento que deu origem ao Bexiga e, posteriormente, à Bela Vista.

Sheila Schneck (2010), em sua pesquisa sobre a formação urbana do Bexiga, procurou investigar, por meio das plantas da cidade de São Paulo, elementos que comprovassem a reconstituição histórica elaborada por Sant'Anna e que evidenciassem as transformações da região ao longo do tempo. Nessa pesquisa, Schneck verificou que, na “Planta da Cidade de São Paulo” (1868)⁹, há indicações dos imóveis que julgou pertencer a Antônio Soares Calheiros e Abreu, o Antônio Bexiga, assim como imóveis que haviam sido construídos no eixo do caminho de Santo Amaro. Na planta, também aparece indicado, entre o córrego do Bexiga e a rua da Consolação, o “Pasto de Thomaz Alvares” que foi o proprietário que vendeu as terras a Antônio José Leite Braga em 1878.

Schneck explica que o traçado urbano desse empreendimento apareceu pela primeira vez em 1881, na “Planta da Cidade de São Paulo”¹⁰. O fato de as ruas não terem os nomes indicados nessa planta fez a autora pressupor que o loteamento ainda não havia sido totalmente efetivado.

Destaca, ainda, edificações dispersas pela região, entre elas, a Casa de Dona Yayá, que havia sido construída em 1870. Na sequência da análise, a autora mostra que, na “Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes”, de 1890¹¹, a representação gráfica do traçado urbano sinaliza que o empreendimento estava concretizado, pois as ruas já haviam sido nomeadas. Nessa planta, também aparece indicado o edifício da Escola de Primeiras Letras, situada à rua Santo Amaro e construída entre 1877 e 1878.

É importante mencionar que esse traçado urbano ficou inscrito entre os córregos Bexiga e Saracura, ou seja, cursos d'água que foram os elementos naturais que definiram os limites do loteamento original. Schneck também chama atenção para o rápido processo de venda e construção dos lotes, nos primeiros anos desde a oficialização do empreendimento: entre 1889 e 1895, a pesquisadora encontrou um aumento significativo do número de solicitações registradas de alinhamento e licença para edificação, o que indica que a atividade construtiva e o processo de ocupação aumentaram progressiva e rapidamente. Schneck assinala que, na “Planta da Cidade de São Paulo”, de 1913¹², o loteamento original já estava consolidado, já

9 “Planta da Cidade de São Paulo” (1868), atribuída a Carlos Frederico Rath. Todas as plantas citadas aqui podem ser consultadas no Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Disponível em: < <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-indice.htm> >

10 “Planta da Cidade de São Paulo” (1881), produzida pela Companhia Cantareira e Esgotos e de responsabilidade do engenheiro Henry B. Joyner.

11 “Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes” (1890), de autoria de Jules Martin.

12 “Planta da Cidade de São Paulo” (1913), elaborada por Alexandre M. Coccoci e L. Frutuoso F. Costa.

que a maioria das quadras recebeu indicação gráfica de ocupação.

As investigações de Nuto Sant’Anna e Schneck evidenciam, portanto, que, em 1878, a venda das terras a Antônio Bexiga o fez dar início ao empreendimento que deu origem ao bairro e, naquele momento, a comercialização dos lotes já estava em andamento, tendo a antiga oficina de Antônio Bexiga funcionando como ponto de apoio. Em 1890, o arruamento e o loteamento, construídos entre os córregos Bexiga e Saracura, já estavam finalizados e, em 1910, o bairro recebeu o nome oficial de Bela Vista. Durante cerca de 25 anos, ele se consolidou como bairro central e densamente ocupado.

Na esfera municipal, Nestor Goulart Reis Filho (1994) mostra que os atores que viabilizaram os empreendimentos que deram origem aos bairros voltados para as elites foram, em grande medida, os mesmos que promoveram a formação de bairros operários e populares em São Paulo. Esses loteamentos se concentraram nas regiões de várzea dos rios Tietê e Tamanduateí, nas encostas acidentadas, como foi o caso do Bexiga, e em todos os pontos onde fábricas foram instaladas, como ocorreu com o Brás, Pari, Barra Funda e Bom Retiro. Existiram casas populares e cortiços em todos os lugares onde foi possível obter terrenos com valores mais acessíveis e viabilizar mercados de aluguéis destinados à população de renda média e baixa. Reis Filho considera que os cortiços em viela, cujos cômodos aproveitavam todos os espaços livres no interior dos lotes e quadras, constituíram a forma básica de habitação popular, na passagem entre os séculos XIX e XX, e pressupunham um convívio social estreito entre os vizinhos.

As vilas como solução arquitetônica e habitacional para responder ao crescimento demográfico acelerado no final do século XIX também foram destacadas por Carlos Lemos (1985), que mostra que, nos bairros da Liberdade, da Bela Vista e do “Centro Novo”, esses agrupamentos residenciais internos ocupados por moradores de baixa classe média foram largamente adotados pelos empreendedores imobiliários, pois permitia a construção de uma quantidade significativa de casas, além da venda dos imóveis e da cobrança de aluguéis terem sido atividades rentáveis. Muitas dessas vilas se tornaram cortiços, devido à superlotação de moradores, à grande quantidade de casas construídas em série e muito próximas entre si, e à prática de subdivisão das edificações em cômodos sublocados.

Os bairros populares e operários de São Paulo foram habitados, majoritariamente, por imigrantes europeus, em grande parte italianos. Lemos mostra que, além da mudança gradual de usos, costumes e comportamentos na cidade, os imigrantes também foram os principais construtores nos bairros que estavam sendo formados e que constituíram “a nova fisionomia da cidade” (LEMOS, 1985, p. 56), em contraposição à feição da antiga cidade colonial. O autor chega a afirmar que a atuação dos imigrantes europeus como construtores revolucionou o modo de construir em São Paulo, em virtude da introdução de técnicas construtivas inéditas e de sua articulação com os novos materiais disponíveis. É importante observar que o fato de eles terem construído e concentrado a propriedade da maior parte dos imóveis em forma de lotes ou edificações em São Paulo não pressupôs concentração de riqueza. De acordo com Schneck (2010), os estrangeiros de renda média constituíam a maior parte dos proprietários de imóveis urbanos nesse momento, entretanto, ao se considerar o valor imobiliário, a comparação com empreendedores enriquecidos permite verificar que o valor das propriedades era inferior e se concentrava nos bairros populares.

A partir da década de 1880, o Bexiga começou a ser ocupado e a receber fluxos

de imigrantes, principalmente italianos, que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida. Devido ao fato de no bairro não ter sido construída nenhuma fábrica de grande porte, provavelmente pela distância significativa da região com as linhas férreas que passavam por São Paulo, os imigrantes que lá residiam eram, na maioria, trabalhadores informais, comerciantes, pequenos empresários e proprietários que possuíam rendas média e baixa.

Por esse motivo, Celia da Rocha Paes, em sua dissertação sobre o Bexiga (1999), menciona que o bairro poderia ser considerado “periferia da área central de São Paulo” (PAES, 1999, p. 13). O loteamento que lhe deu origem tinha características populares, pois teve camadas médias da população como público-alvo, e seu parcelamento foi caracterizado por muitos lotes de pequenas dimensões. Possibilitou, também, a formação de diversas vilas com casas enfileiradas que ocuparam o interior das quadras, conforme destacado por Reis Filho e Lemos. Tais tipologias arquitetônicas acarretaram “formas particulares de socialização” (PAES, 1999, p. 13), caracterizadas tanto pela coabitação, que, segundo Paes, era um elemento frequente na vida do bairro, quanto pela densidade demográfica elevada.

Diversas autoras confirmaram que a população do bairro, nas primeiras décadas do século XX, era composta, em sua maioria, por imigrantes italianos e seus descendentes. Entre elas, está Anna Lúcia Duarte Lanna (2011) que, por meio de consultas à Série “Obras Particulares” do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, ao “Arquivo Aguirra” do Museu Paulista da USP e a uma série de inventários e testamentos do período, concluiu que o Bexiga se consolidou como um ambiente étnico de acolhimento de italianos provenientes do sul da Itália, mais especificamente das regiões da Calábria, Basilicata e Campânia. Esse ambiente se constituiu pela presença inicial de alguns imigrantes que atuavam como elementos agregadores e referenciais na constituição de redes de acolhimento para os estrangeiros que chegariam posteriormente. Lanna mostra que os italianos imigrados para o bairro nas primeiras décadas, após a oficialização do loteamento, não estavam associados à imigração subsidiada pelo governo brasileiro¹³ e formavam um grupo social heterogêneo, com diversidade de condições sociais e certo grau de qualificação e autonomia.

A autora defende que, nesse cenário, os italianos mobilizaram arranjos, organizações e possibilidades semelhantes de inserção no território e conferiam ao bairro uma identidade decorrente da predominância e da semelhança entre suas atividades. A configuração do parcelamento e os lotes comercializados propiciaram a existência de uma multiplicidade de situações de moradia. Observou-se a predominância de edificações de uso misto e formas coletivas de morar, entre as quais estavam as habitações coletivas, que não necessariamente eram cortiços, em condições precárias. A autora mostra que a associação entre moradia e trabalho foi um dos elementos mais relevantes na construção do bairro e a parcela de italianos que encontrou condições de constituir patrimônio imobiliário foi expressiva. Em 1905, os italianos proprietários de lotes ou imóveis já eram majoritários em relação a outros grupos ali presentes, segundo ela.

¹³ Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, a imigração italiana foi subsidiada pelos governos brasileiro e paulista devido à necessidade de mão-de-obra para a produção cafeeira no interior do estado. Na imigração subvencionada, o poder público concedia auxílio em dinheiro para a compra de passagens e para sua instalação inicial das famílias no país. Os imigrantes desembarcavam no Porto de Santos, eram encaminhados para a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, e depois partiam para as propriedades rurais em que haviam firmado contrato para trabalhar. Essa política se estendeu até a década de 1930.

Schneck (2010; 2016) também investigou a composição dos atores sociais no processo de formação urbana do bairro. Além dos projetos arquitetônicos e processos contidos na Série Obras Particulares, também consultada por Lanna, Schneck teve acesso aos documentos da Série Alvarás e Licenças¹⁴ e aos Boletins de Ocorrência expedidos pelo departamento policial do município entre os anos de 1911 e 1925. Por meio dessas fontes, conseguiu se aproximar da análise de Lanna e verificou que, no Bexiga, houve predomínio dos italianos entre os proprietários de imóveis e entre os requerentes que abriram processos junto à municipalidade para a abertura de negócios próprios no bairro. A maioria desses empreendimentos era instalada na mesma edificação em que residiam e era caracterizada por estabelecimentos comerciais de produtos alimentícios, espaços de prestação de serviços “gerais” e oficinas.

Segundo Schneck, é possível afirmar que o bairro era habitado majoritariamente por italianos, mas também por alemães, judeus, turcos, espanhóis, portugueses e brasileiros, entre os quais estavam os negros¹⁵. Em sua tese (2016), a autora caracteriza o bairro como “tipicamente suburbano para as camadas pobres e média” (SCHNECK, 2016, p. 89) e associado à ideia de bairro de caráter popular. Essa ideia se aproxima do exposto por Paes, que considerou o bairro como a “periferia da área central” no mesmo período histórico. Por meio da análise dos Boletins de Ocorrência, que traziam informações relativas a delitos e crimes, Schneck verificou que, entre 1911 e 1925, foi possível perceber uma redução da diferença quantitativa entre italianos e brasileiros, ainda que a quantidade do primeiro grupo continuasse mais elevada que a dos demais¹⁶.

Nadia Marzola (1979), no trabalho escrito para o concurso de monografias promovido pelo DPH¹⁷, traz o discurso de que “o Bexiga foi o bairro dos italianos, na maioria calabreses, que aproveitaram os preços baixos (...) para recriar ambientes da Itália na cidade que se modificava. (...)” (MARZOLA, 1979, p. 63). A autora afirma que não é possível desassociar o passado do bairro dos italianos e que estes imprimiram na paisagem uma forte tradição cultural desde o início do século XX. Em 1902, “o aglomerado de casas e barracos” (p. 66) já contava com a mercearia “Basilicata” e Nossa Senhora Achiropita como santa padroeira. Dez anos depois, a padaria São Domingos, de propriedade da família Albanese, já estava em funcionamento. Ambos os estabelecimentos comerciais estão ativos até os dias atuais e seus proprietários estavam vinculados às associações civis que se constituíram ao final dos anos 1970, conforme será visto na sequência. Vale a pena mencionar que a monografia elaborada por Marzola, publicada em forma de livro, é constantemente mobilizada como referência em pesquisas sobre o bairro e elemento importante da narrativa oficial sobre a sua história.

Além da grande quantidade de italianos, a presença dos negros também foi

14 Assim como a Série Obras Particulares, a Série Alvarás e Licenças também está localizada e disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, em São Paulo.

15 Na sua dissertação (2010), Schneck comenta sobre a dificuldade de encontrar habitantes negros nas fontes consultadas. Identificou apenas dois processos na Série Obras Particulares que foram de autoria de homens cujos nomes indicavam essa origem étnica. Segundo ela, as informações contidas nos Boletins de Ocorrência, que foram consultados para a elaboração de sua tese (2016), permitiram a identificação mais acertada desse grupo social.

16 Para mais detalhes sobre a distribuição das várias etnias e nacionalidades presentes no bairro naquele momento, verificar Tabela 78 - “Distribuição das etnias e nacionalidades identificadas no bairro do Bexiga” em SCHNECK, 2016, p. 366.

17 A monografia escrita por Nadia Marzola foi o 15º volume da série “História dos Bairros de São Paulo”, resultado do XI Concurso de Monografias sobre a História dos Bairros de São Paulo, organizado pelo DPH nos primeiros anos de sua atuação e durante a gestão de Murillo Marx como diretor. Os bairros do Brás, Bom Retiro, Sé e Ipiranga, por exemplo, também foram objeto de estudo e tiveram outros volumes publicados. Todos estão disponíveis no site oficial do DPH.

fundamental na história urbana do bairro. As pesquisas de Schneck (2010; 2016) mostram que esse grupo se concentrava próximo ao córrego Saracura. A Saracura configurava “a face pobre do bairro” (SCHNECK, 2016, p. 115) e era uma das áreas menos valorizadas do ponto de vista imobiliário pois, além de não ter sido contemplada no loteamento que deu origem à Bela Vista, estava sujeita a alagamentos. Sua investigação, por meio das plantas da cidade, permitiu verificar que a região foi ocupada tardiamente. Fazendo referência às informações trazidas por Maria Luiza de Oliveira¹⁸, Schneck identificou que, além da Saracura, a região do Caaguaçu, situada próxima à Avenida Paulista, também apresentava concentração de africanos, crioulos e ex-escravos no século XIX. A autora averiguou que um dos habitantes que abriu processo junto à municipalidade ao final desse século foi Joaquim Mina, que era negro e solicitava “alinhamento para edificação” no Caaguaçu (SCHNECK, 2010, p. 250).

Os contornos étnicos dos negros no bairro foram examinados tanto por Reinaldo José de Oliveira, em pesquisa sobre a territorialidade negra em São Paulo (2017), quanto por Márcio Sampaio de Castro, autor do livro “Bexiga - um Bairro Afro-italiano” (2008). Oliveira e Castro estão entre os autores que analisaram a presença negra em São Paulo e na Bela Vista e chamam atenção para a concentração desse grupo social no território, sobretudo no vale do Saracura. É importante mencionar que os estudos que se debruçaram sobre a participação dos italianos na formação do bairro são mais numerosos e frequentes na historiografia oficial do que as que destacam a presença negra nesse processo, entre as quais estão as elaboradas pelos autores acima referidos. Trata-se, portanto, de um conhecimento ainda em construção.

Indo ao encontro do que Schneck conseguiu comprovar, Márcio Sampaio de Castro expõe que a concentração de negros era mais evidente no vale do Saracura, porém, sua presença extrapolava esse local, pois estava diretamente relacionada com os cortiços distribuídos por todo o bairro. Castro defende que grande parte deles era habitada por famílias negras e, para reforçar sua argumentação, o autor apresenta o depoimento de Flávio Neto¹⁹, ex-morador de um cortiço na Bela Vista, cujas memórias evidenciam a presença significativa dessa modalidade habitacional em meados do século XX e a estigmatização dos negros, decorrente dessa condição de moradia. Flávio Neto afirma a Castro que era evidente que os negros estavam em condições de pobreza e miséria na comparação com os demais grupos sociais ali presentes.

Embora se situe em meados do século XX, é válido trazer o relato de Flávio Neto a Castro:

“Raramente a gente via um italiano no cortiço. Mas no bairro as principais empresas, firmas e negócios de quem eram? De quem era a marcenaria? Do espanhol. A adega? Do português, do italiano. De quem eram as pizzarias e as cantinas? De italianos. E os empregados deles todos? Os negros e os nordestinos.

18 “Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência de urbanização: São Paulo 1850-1900” foi a pesquisa defendida por Maria Luiza de Oliveira em 2005. A principal fonte de consulta da antropóloga foram os inventários *post-mortem* registrados em São Paulo entre 1874 e 1900. É importante mencionar que esteve entre as preocupações de Schneck investigar e mostrar onde estavam e onde viviam os negros na Bela Vista. Além do trabalho de Maria Luiza de Oliveira, a autora diz que encontrou informações nos trabalhos de Maria Cristina Wissenbach, especialmente na dissertação “Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros no município de São Paulo. 1850-1880”, defendida em 1989, e de Paulo Kogurama, no livro “Conflitos do imaginário. A reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na ‘metrópole do café’. 1890-1920”, de 2001.

19 Segundo Márcio Sampaio de Castro, Flávio Antonio da Silva Neto era professor de História na Universidade Federal do Mato Grosso quando concedeu a entrevista em 2005.

Assim mesmo, havia interações e conflitos.” (NETO apud CASTRO, 2008, p. 68).

Conforme será visto no Capítulo 4, as memórias de outro ex-morador da Bela Vista fornecem a mesma associação de Flávio Neto. Edilson Mineiro, que residia na rua Assembleia, no início dos anos 1980, relata ao pesquisador Diego Vargas (2019)²⁰ que a população que residia nos cortiços das ruas Jandaia e Assembleia, durante a sua infância, era homogênea, composta, em sua maioria, por “negros, nordestinos e pobres” (VARGAS, 2019, p. 97) e estigmatizada por um discurso recorrente na vizinhança de que os casarões ocupados daquela maneira formavam uma área perigosa e malcuidada no bairro.

Por sua vez, fazendo referência à produção de Clóvis Moura²¹, Reinaldo José de Oliveira expõe que o Bexiga, assim como a Liberdade e a Barra Funda, era um “bairro negro”, isto é, um território pertencente à cartografia negra da cidade, onde as “espacialidades negras” conformaram enquistamentos étnicos consolidados e onde os negros encontraram formas de se articular em organizações sociais e culturais no início do século XX. Dentre elas, é possível destacar a Escola de Samba Vai-Vai²², cuja quadra se situa nas proximidades do vale do Saracura. Oliveira destaca que, até os anos 1940, as organizações negras em torno do samba ocuparam os espaços públicos desses bairros, e essa prática possibilitou a formação de núcleos negros que “deixaram inscritas no chão da urbe paulistana as simbologias dessas manifestações” (OLIVEIRA, 2016, p. 188).

Sobre o vale do córrego Saracura, Nestor Goulart Reis Filho (1994) traz um dado importante. Segundo ele, esse vale, que era “uma das áreas mais pobres do Bexiga” (REIS FILHO, 1994, p. 203), foi objeto de intervenção em todos os planos de conjunto e propostas para a cidade na passagem entre os séculos XIX e XX, aspecto que, possivelmente, tem relação com intenções de ordenar sua ocupação indesejada e evitar a proliferação de cortiços construídos nas suas encostas. Reis Filho comenta sobre a elaboração de um projeto de construção de um anel ferroviário ao redor do núcleo urbano mais antigo, em que foi prevista uma linha cujo traçado atravessaria o vale, passaria entre as ruas Sílvia e Almirante Marques Leão e terminaria nas proximidades da rua Tutóia, localizada no bairro do Paraíso. No início da década de 1910, a municipalidade travou um debate sobre um plano de conjunto para a cidade e, segundo Reis Filho, todos os estudos elaborados para esse plano mencionaram o vale do Saracura. Em 1922, foi promulgada uma lei municipal que previu a construção de uma avenida sobre o vale, que deveria receber o nome de Avenida Anhangabaú.

Celia da Rocha Paes (1999) defende que a Bela Vista contou desde o início com a territorialização relativamente clara dos grupos sociais acima mencionados, cuja distribuição pelo território gerava zonas de ocupação homogênea. Paes mostra que, enquanto os italianos se concentravam no eixo da rua Treze de Maio, os portugueses e espanhóis residiam nas

20 Diego Vargas é autor da dissertação de mestrado “Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga” (2019), desenvolvida no âmbito do programa de pós graduação em Políticas Públicas da EACH-USP. Ela faz parte da análise do Capítulo 4, no qual o processo de patrimonialização dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia é problematizado.

21 Dentre os trabalhos publicados por Clóvis Moura, Reinaldo José de Oliveira utilizou como referência o livro “Dialética Radical do Brasil Negro” (1994) e o artigo “Estratégia e Imobilismo Social contra o negro no mercado de trabalho” (1988).

22 O Grêmio Recreativo, Cultural e Social Escola de Samba Vai-Vai teve início a partir de um time de futebol de várzea e grupo carnavalesco chamado Cai-Cai, que exercia suas atividades nas proximidades do córrego Saracura. Oficialmente, a escola de samba foi fundada em 1930 por integrantes do Cai-Cai, liderados por Livinho e Benedito Sardinha, com sua sede localizada no vale do mesmo córrego. Por esse motivo, ela é reconhecida pelos seus integrantes até hoje como “o orgulho da Saracura”. Disponível em: <<https://www.vaivai.com.br>> Acesso em jan. 2020.

proximidades do vale do Saracura, mais precisamente nas ruas Rocha e Almirante Marques Leão. Nos terrenos menos valorizados do ponto de vista imobiliário, que se localizavam nas encostas íngremes, estavam os negros. Paes acrescenta que, embora essas concentrações gerassem particularidades culturais, existiam inter-relações entre os grupos sociais no bairro, ou seja, não havia guetos delimitados e segregados fisicamente. Quanto aos cortiços a autora diz que estavam concentrados na porção norte, mais próxima ao Centro, mais especificamente no entorno da rua Santo Antônio, embora não relacione diretamente nenhum dos grupos sociais como moradores dessas habitações.

É importante pontuar brevemente a relação entre brancos e negros em escala municipal, com a intenção de se comparar o cenário traçado pelos autores para a Bela Vista com São Paulo em sua totalidade. Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008), em ensaio sobre a presença de brancos e negros na sociedade paulistana²³, esclarecem que o Recenseamento Geral de 1886 mostrou que, dos 47.697 habitantes da cidade, cerca de 23% eram imigrantes e 21% eram negros e pardos. Nota-se que a quantidade de imigrantes europeus radicados em São Paulo era superior à de negros ou pardos, mesma situação verificada por outro relatório municipal datado de 1893²⁴, em que o percentual de estrangeiros continuava superior ao de brasileiros. Essa configuração social foi gerada, em grande medida, pela necessidade de mão de obra especializada e da chegada de uma massa de trabalhadores destinada a atuar nas indústrias e nas atividades urbanas. Bastide e Fernandes comparam os dados de 1886 com um novo recenseamento realizado em 1940 e explicam que a população negra e parda continuava sendo inferior à branca e representava cerca de 9% do total de habitantes do município, que já alcançavam 1.326.261 pessoas.

Ainda na esfera municipal, é importante dizer que a imigração europeia teve papel decisivo no processo de industrialização que ganhou força nas últimas décadas do século

23 O ensaio elaborado por Roger Bastide e Florestan Fernandes foi resultado de uma pesquisa iniciada após solicitação do editor da Revista Anhembi, Paulo Duarte, que tinha como objetivo publicar estudos sobre a questão do negro em São Paulo na revista. A Revista Anhembi também publicou, em 1962, o artigo do frei Lagenest sobre os cortiços na cidade, que será tratado no Capítulo 2. Bastide e Fernandes deram continuidade à pesquisa com apoio da Unesco, em virtude da visita de Alfred Métraux, diretor de Ciências Sociais da organização, a São Paulo. Foi publicada pela primeira vez em 1955. Por meio do estudo sociológico, os autores conseguem comprovar que os efeitos da industrialização e da urbanização de São Paulo não repercutiram na situação econômica dos negros e que estes, portanto, não colheram os benefícios provenientes da economia urbana em ascensão, pois a quantidade de trabalhadores brancos na população economicamente ativa nesse ano era muito superior à negra e parda. Afirmam que isso se deveu, em grande medida, em função da herança do regime escravista, que degradou seu agente humano de trabalho e tornou a recuperação econômica dos negros difícil e demorada, perante os brancos, que se inseriram no mercado de trabalho com mais facilidade. Acrescenta-se ao estudo de Bastide e Fernandes a contribuição de Carlos José Ferreira dos Santos (1998), que chama a atenção para o desejo de se europeizar e modificar a configuração sociocultural de São Paulo ao mesmo tempo que os negros permaneceram invisíveis à percepção de muitos memorialistas e viajantes. As diversas intervenções municipais de viés médico-sanitarista, a repressão jurídica e policial às festas populares e as intervenções de remodelação urbana foram quase sempre feitas em nome da higiene, da ordem pública e da modernização da cidade para adequá-la aos padrões estilísticos e urbanos europeus. Nesse processo, as vilas e cortiços passaram a ser encarados como ambientes perigosos e indesejados. Cenário semelhante é analisado por Sidney Chalhoub (2017) para o Rio de Janeiro.

24 No “Relatório apresentado ao cidadão sr. Cesário Mota Jr., secretário dos Negócios do Interior do estado de São Paulo, pelo diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, sr. Antônio de Toledo Piza”, em 1894, foi constatado que, entre os 130 mil habitantes 54,6% eram estrangeiros e 45,4% eram brasileiros. Roberto Pompeu de Toledo (2015) coloca algumas razões para a atração dos imigrantes europeus para São Paulo: uma era a fuga de fazendas cujos proprietários promoviam maus-tratos que remetiam a uma tradição escravocrata recente; a segunda era que muitos deles eram artesãos em seu país de origem e a vida urbana proporcionava oportunidades para que continuassem exercendo esse ofício no novo país; a terceira era a imigração espontânea, que ocorreu em paralelo à imigração subsidiada para as lavouras de café; a quarta era que a industrialização em São Paulo demandou tanta mão-de-obra quanto a lavoura cafeeira no interior do estado. Segundo Toledo, com as fábricas surgiram os bairros industriais, que também eram bairros operários e de imigrantes. Dentre eles estavam o Brás, a Mooca, o Bom Retiro e o Bexiga

XIX. Esse foi um dos fatores para o crescimento populacional vertiginoso do município. Para Roberto Pompeu de Toledo (2015), autor de publicações sobre a história de São Paulo, os imigrantes europeus foram fundamentais para o êxito da industrialização, pois estavam nas três pontas que constituíram esse processo: em uma delas, formaram o principal contingente da mão de obra adotada nesse setor; na segunda, estavam entre os principais empreendedores que construíram fábricas e vilas operárias; na terceira, conformaram o principal mercado consumidor dos artigos produzidos nas indústrias da cidade.

O geógrafo José Ribeiro de Araújo Filho apresenta as mesmas evidências e afirma que, na primeira metade do século XX, os estrangeiros, sobretudo os italianos, eram maioria na composição social de São Paulo, a ponto de ser possível dizer que era uma cidade “de italianos” (ARAÚJO FILHO, 1958, p. 189). Quanto aos negros, seu levantamento baseado nos recenseamentos municipais mostrou uma inversão, entre 1836 e 1950, na proporção desse grupo em relação aos brancos. Em meados do século XIX, os negros e pardos compunham mais da metade da população da cidade, enquanto no século XX sua presença era inferior a de brancos e atingia apenas 10% do total de habitantes. No entanto, questiona-se a metodologia da sua pesquisa e os dados apresentados, pois acredita-se que a quantidade de negros e pardos era superior. É sabido que, naquele momento, havia políticas de Estado que agiam no sentido do branqueamento da cidade e seu estudo pode ter sido utilizado para tentar comprová-la.

Pelo exposto, é possível afirmar que a Bela Vista teve sua história urbana marcada pela presença majoritária de imigrantes europeus, em grande parte italianos provenientes da região sul da Itália, até a primeira metade do século XX. Nadia Marzola chamou atenção para esse aspecto, e Sheila Schneck e Ana Lúcia Duarte Lanna comprovaram a maioria italiana em estudos acadêmicos mais recentes. Conforme já referido, Schneck mostra que houve predomínio dos italianos entre os moradores, os proprietários de imóveis e os requerentes que abriram processos junto à municipalidade para a abertura de estabelecimentos comerciais e de serviços no bairro, na passagem entre os séculos XIX e XX.

No entanto, os italianos não foram os únicos a construírem o espaço da Bela Vista desde o final do século XIX. Sheila Schneck, Reinaldo José de Oliveira e Márcio Sampaio de Castro atentam para a participação negra nesse processo, levando em conta que esse grupo social já estava presente no território antes da oficialização do loteamento que deu origem ao bairro. Os negros, que também participaram da formação da Bela Vista, enquanto moradores e mão de obra disponível para a construção civil e para as atividades comerciais, residiam, em sua maioria, na região do vale do córrego Saracura. Tratava-se de uma área desvalorizada do ponto de vista imobiliário, tendo em vista que não fez parte do loteamento original e apresenta condição física de baixada e de área sujeita a alagamentos. Schneck destaca a região do Caaguaçu, no entorno da Avenida Paulista, onde também conseguiu detectar a presença de moradores negros.

Os autores estudados concordam em que o empreendimento que deu origem à Bela Vista teve caráter popular e, como público-alvo, proprietários e empreendedores de camadas médias que tiveram chance de constituir patrimônio imobiliário e obter renda com a venda dos lotes e edificações e/ou com o aluguel dos imóveis e cômodos para famílias de rendas média e baixa. Os comércios e serviços instalados junto às residências eram de pequeno porte e voltados para o consumo local. Enquanto Celia da Rocha Paes considera que a Bela Vista poderia ser encarada como “periferia da área central de São Paulo”, Schneck entende essa

condição nos termos de um bairro “tipicamente suburbano para as camadas pobres e média”. A historiografia reconhece, portanto, que a presença dos estrangeiros não conformou um bairro elitizado, pelo contrário, confirma que teve vocação e caráter popular desde o início, e que os cortiços foram elementos presentes como uma das formas de morar de todos esses grupos sociais, no decorrer dessa história urbana.

Conforme será verificado a seguir, a predominância dos italianos e de seus descendentes entre os moradores e os proprietários da Bela Vista deu suporte para que eles conseguissem se organizar em prol da valorização dessa memória e do fortalecimento de uma identidade italiana ao bairro que extrapolou seus limites territoriais. A partir dos anos 1970, a Bela Vista passou a ser reconhecida como “o bairro dos italianos” em São Paulo e como um ponto turístico paulistano em que as tradições italianas se mostravam presentes, especialmente no eixo gastronômico da rua Treze de Maio e nas festas religiosas. Isso se deveu, principalmente, à articulação entre o poder público e diversas lideranças locais ligadas aos estabelecimentos comerciais, que teve como consequência a inferiorização e invisibilização das memórias dos demais grupos sociais que fizeram parte da história urbana do bairro.

1.2 Organiza-se uma nova memória

A partir da segunda metade do século XX, a Bela Vista se tornou palco de disputas por identidades que precisam ser discutidas, pois tem relação com os processos de patrimonialização que tiveram o bairro como objeto. O predomínio de italianos que, conforme evidenciado por Nadia Marzola (1979), Ana Lanna (2011) e Sheila Schneck (2010; 2016), constituíam a maior parte dos atores sociais presentes no território desde o loteamento original, deu suporte para a organização de uma nova memória através de articulações entre o poder público e os principais representantes do setor de restaurantes, cantinas e padarias. Devido à carência de fontes bibliográficas que tratassem sobre esse aspecto, optou-se pela consulta a reportagens veiculadas pela mídia impressa durante os anos 1980 para se identificar esses atores e seus esforços nesse sentido.

Diversas reportagens publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*²⁵ mostraram a presença de pelo menos seis associações civis organizadas no início da década de 1980: a União do Bexiga, liderada por Orlando Laurenti, um dos proprietários da Padaria Basilicata, e presidida por Armando Puglisi; o Clube dos Lojistas; a Sociedade em Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista (SODEPRO), de Walter Taverna, proprietário de restaurantes na Rua Treze de Maio; a Sociedade Amigos do Bexiga e Adjacências (Sabiá), tendo Armando Puglisi como um de seus fundadores; a Associação Atlética Lusitana; e o Clube Saracura, do qual Jaime José Pastore era diretor. Quase todas tinham ligação com o setor de comércio e se

25 A pesquisa foi realizada no portal *Acervo Folha*, no qual foi possível localizar reportagens que tivessem as associações, as festas populares e os projetos como palavras-chave. As reportagens utilizadas como fonte foram: “Bixiga quer ser mais italiano” (BEXIGA..., 1982, p. 28); “São Paulo terá Terminal Turístico Rodoviário” (SÃO PAULO..., 1983, p. 29); “Terminal Turístico Rodoviário” (TERMINAL..., 1983, p. 22); “Bexiga quer ser o Centro Turístico Italiano de SP” (BEXIGA..., 1981, p. 13); “Bexiga realizou a Festa da Primavera, com chuva” (BEXIGA..., 1981, p. 9); “A cidade já está decorada para o concurso municipal” (A CIDADE..., 1978, p. 9); Restauração da rua Treze de Maio será inaugurada na sexta” (RESTAURAÇÃO..., 1983, p. 10); “‘Cães Vadios’ vão lavar escadarias” (CÃES VADIOS..., 1983, p. 19); “Malhação de Judas na Lavapés termina em guerra de ovos” (MALHAÇÃO..., 1987, p. A13); “As comemorações no Bexiga, com vinhos e rojões” “(AS COMEMORAÇÕES..., 1982, p. 18).

mostravam ativas na busca por visibilidade, projetos e recursos para o bairro.

As duas associações com maior projeção eram a União do Bexiga e a SODEPRO, ambas fundadas em 1978²⁶, que disputavam entre si o protagonismo no bairro. Em março de 1982, o jornal publicou uma reportagem²⁷ que trouxe à tona o conflito de interesse entre a SODEPRO, o Clube dos Lojistas e a União do Bexiga, em torno da criação do Centro Turístico Italiano. O projeto foi elaborado em parceria entre a SODEPRO, a Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (Emurb), a Empresa Paulista de Turismo (Paulistur) e o poder executivo municipal.

Em linhas gerais, o projeto do Centro Turístico Italiano previa melhorias urbanas no eixo da Rua Treze de Maio, com a implantação de um calçadão e a construção de um estacionamento sob a Praça Dom Orione²⁸. As calçadas receberiam um novo piso, cuja paginação representava o mapa da Itália, aspecto simbolicamente importante para a afirmação da identidade italiana. O Centro também contaria com um calendário oficial que marcava as festas típicas, como a Festa de São José e a Festa à Nossa Senhora da Achiropita, e a apresentação de grupos folclóricos de várias regiões da Itália. Percebe-se que o objetivo da proposta seria vincular a imagem do bairro à tradição italiana e fomentar o comércio e o turismo no local.

A mesma reportagem indica que o projeto havia sido aprovado pelo prefeito Reynaldo de Barros (1979-1982), o qual afirmou que as obras teriam início dentro de dois meses. A SODEPRO defendia que o Centro seria a única saída para frear a “descaracterização e deterioração urbana” do bairro (LUTA..., 1982, p. 14). É lícito supor que, para Walter Taverna, esse sintoma tivesse relação com a presença significativa de cortiços e com as transformações urbanas decorrentes da construção das avenidas e viadutos. Dois meses depois, o jornal publicou a notícia²⁹ de que o financiamento para a construção desse equipamento fora oferecido por um grupo econômico francês com base no projeto elaborado pela Emurb.

No entanto, a implantação do Centro Turístico Italiano encontrou resistência por parte das associações Clube dos Lojistas e União do Bexiga, que temiam dificuldades futuras em seus negócios. As principais alegações foram, de um lado, a visão de que a construção da via pedestrizada dificultaria o acesso aos estabelecimentos de seus associados e, de outro, o entendimento de que a proposta tinha interesse eleitoral. Não se pode perder de vista que eram associações que disputavam o protagonismo no bairro com a SODEPRO. Não foram encontrados registros do encaminhamento do processo posteriormente.

A SODEPRO continuou atuando na busca pela consolidação da memória italiana na Bela Vista. Conforme mostrado por Thales Marreti (2018), que estudou o Concurso Nacional de Ideias para a Renovação e Preservação do Bexiga, Walter Taverna elaborou uma proposta para a construção de um portal na rua Treze de Maio e a encaminhou a mais de um órgão

26 A reportagem “Bexiga realizou a Festa da Primavera, com chuva”, publicada em 5 de outubro de 1981, traz a informação de que a SODEPRO havia sido fundada em 1978 e até aquele momento já havia organizado cerca de 23 festas comunitárias na Praça Dom Orione (BEXIGA..., 1981, p. 13). Já a reportagem “A cidade já está decorada para o concurso municipal”, de 11 de dezembro de 1978, indica que a União do Bexiga havia sido criada naquele ano, com Armando Puglisi na presidência e Francisco Gervásio Primo como um de seus diretores (A CIDADE..., 1978, p. 9).

27 “Luta pela preservação do Bexiga (LUTA..., 1982, p. 14).

28 De acordo com a reportagem, o projeto do futuro estacionamento, com capacidade para 700 veículos, foi elaborado pela Emurb a pedido da SODEPRO (LUTA..., 1982, p. 14).

29 “Bexiga quer ser o Centro Turístico Italiano de SP” (BEXIGA..., 1981, p. 13).

municipal durante a gestão do prefeito Jânio Quadros (1986-1988). Tais órgãos optaram por negar a proposta, mas seus representantes sugeriram que fosse aberto um concurso público para a construção de um “Marco Monumental em Homenagem à Imigração Italiana e ao Bairro do Bexiga”, que não deixava, obviamente, de ir ao encontro dos interesses da SODEPRO. Marreti mostra que a Comissão de Proteção da Paisagem Urbana da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab), que ficou encarregada de avaliar a solicitação, decidiu ampliar a iniciativa e lançar um concurso público para reurbanização do bairro, que ficaria a cargo da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). No entanto, o concurso não foi oficializado.

Duas reportagens³⁰ da *Folha de S. Paulo* noticiaram outro projeto semelhante à proposta inicial da SODEPRO, o de restauração da rua Treze de Maio para a implantação do Bulevar Adoniran Barbosa, realizado por meio da articulação entre a Sabiá, o Museu da Memória do Bexiga (ambos com Armando Puglisi como representante) e a Secretaria de Cultura do Estado. No início de 1983, várias edificações localizadas no trecho entre as ruas Conselheiro Carrão e Fortaleza tiveram suas fachadas pintadas e as janelas e gradis restaurados, além da construção do novo calçamento do passeio com o desenho estilizado do mapa da Itália. O Secretário de Estado da Cultura, João Carlos Martins, deu declarações em ambas as reportagens, enfatizando a importância do bairro para a história da cidade e do projeto para fomentar o comércio local e o turismo.

A Emurb também esteve envolvida com o projeto do Terminal Turístico Rodoviário, proposto sob um trecho do Elevado Júlio de Mesquita Filho. A *Folha de S. Paulo* publicou algumas reportagens sobre o projeto, a partir de 1983³¹, mostrando que ele chegou a ser aprovado em reunião do Conselho Municipal de Turismo naquele ano. O relator e coordenador do projeto foi José Magalhães Junior, vice-presidente da Emurb à época. Sua participação decorreu, provavelmente, do fato de a área localizada no baixio do viaduto estar sob a administração da empresa. De acordo com as reportagens, os estudos preliminares e o montante de recursos necessário já estavam definidos, e o projeto estava sendo encaminhado ao prefeito Mário Covas (1983-1985) por João Doria Jr., que ocupava a presidência da Paulistur.

O projeto não foi aprovado e, de acordo com reportagem publicada dois anos depois, foi escolhido um novo local para a construção, no bairro do Canindé. Na mesma matéria, se expõe que, antes desse bairro, a prefeitura havia selecionado outras localidades para a implantação do terminal, entre elas Santa Cecília, Glicério, a Praça Princesa Isabel e a Bela Vista, que receberam reclamações por parte dos moradores: alegavam que o equipamento poderia impactar a paisagem e o tráfego de veículos³².

Em conjunto, os projetos para o Centro Turístico Italiano, de autoria da SODEPRO, do Bulevar Adoniran Barbosa, realizado pela Sabiá e pelo Museu da Memória do Bexiga, e do Terminal Turístico Rodoviário, organizado pela Emurb, denotam, de um lado, a disputa por

30 “Moradores do Bexiga restauram suas casas por livre iniciativa” (MORADORES..., 1982, p. 9) e “Restauração da rua Treze de Maio será inaugurada na sexta” (RESTAURAÇÃO..., 1983, p. 10).

31 “São Paulo terá Terminal Turístico Rodoviário” (SÃO PAULO..., 1983, p. 29); “Terminal Turístico Rodoviário” (TERMINAL..., 1983, p. 22); “Terminal Turístico na Marginal” (SAYÃO, 1985, p. s/n). A última reportagem registra a mudança do local escolhido para a construção do terminal, que passou a ser a Avenida Cruzeiro do Sul, na zona norte da cidade, a partir de um novo projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Esportes e Turismo.

32 “Terminal Turístico na Marginal” (SAYÃO, 1985, p. s/n).

Figura 5. Reportagem "Bixiga quer ser mais italiano". Fonte: BIXIGA..., 1982, p. 28.

Figura 6. Reportagem "Bixiga quer ser o Centro Turístico Italiano". Fonte: BEXIGA..., 1981, p. 13.

protagonismo e por interesses entre as associações civis no bairro e, de outro, evidenciam a existência de uma articulação entre elas e o poder público para organizar a memória italiana como a principal referência da história do bairro e para torná-lo mais voltado ao turismo.

Conforme exposto, outra liderança do bairro à época foi Armando Puglisi, também conhecido como Armandinho. Ele fundou o Museu da Memória do Bexiga, aberto ao público em 1980, em um imóvel de propriedade da sua família³³. Iniciativa resultante de uma exposição organizada no ano anterior, chamada “Museu de Rua”, que reuniu fotografias dispostas em painéis colocados em algumas ruas do bairro, o Museu da Memória do Bexiga foi considerado pela *Folha de S. Paulo*³⁴ o primeiro museu relativo à história de um bairro em São Paulo. O nome foi escolhido, segundo seu fundador, para “conservar a alma e a vida do bairro” (CUNHA, 1980, p. 52).

Em janeiro de 1982, uma reportagem intitulada “Bixiga quer ser mais italiano”³⁵, mostrou a iniciativa da Feira do Escadão, organizada também por Armandinho, com o objetivo de incentivar a visitação no bairro e “conservar culturalmente o ambiente italiano (principalmente calabrês)” (BIXIGA..., 1982, p. 28). O evento, além da venda de objetos de arte e de comidas típicas, contaria com apresentações teatrais e de dança italiana. De acordo com a reportagem, a iniciativa recebeu o apoio do Consulado Geral da Itália, do Instituto Italiano de Cultura e das secretarias de cultura estadual e municipal. Esse aspecto é importante para destacar que não apenas o poder público era procurado para as parcerias, mas também outras entidades e organizações ligadas à própria Itália.

Alguns meses depois, o periódico noticiou o movimento liderado por Armandinho e por Paulo Santiago, e obteve o apoio de Walter Taverna, da SODEPRO, cujo objetivo era alterar o nome da Rua dos Ingleses para Rua da Calábria. Os representantes do Museu da Memória do Bexiga afirmavam que haviam conseguido organizar um abaixo-assinado que seria encaminhado ao prefeito Antônio Curiati (1982-1983). A reportagem mostra que a escolha do nome não era unânime entre os interessados, pois “Rua dos Napolitanos” e “Rua de Nápoles” também foram mencionadas como opções. Apesar da divergência, nota-se que todas elas se referem às regiões da Itália de onde muitas famílias de imigrantes que se instalaram desde o loteamento do bairro eram originárias, de acordo com as pesquisas de Ana Lúcia Duarte Lanna (2011) e Sheila Schneck (2010; 2016), apresentadas no subcapítulo anterior³⁶.

Como reforço à narrativa da Bela Vista como “o bairro dos italianos”, várias reportagens publicadas pelo jornal nessa época receberam títulos que vinculavam o bairro às tradições italianas. Destaca-se a que cobriu as comemorações da vitória do time da

33 O imóvel estava situado à Rua dos Ingleses, nº 165.

34 “Bexiga, um museu vivo para São Paulo” (CUNHA, 1980, p. 52). Essa reportagem é interessante pois, além de ocupar uma página inteira do jornal, é ilustrada com uma série de fotografias que retratam cenas cotidianas do bairro. Na mesma reportagem, aparece a informação de que o Museu de Arte de São Paulo estava organizando uma exposição cujo tema era a presença italiana em São Paulo e era de seu interesse contar com o acervo reunido por Armandinho. Outra reportagem, “Tradições de um bairro ganham museu” (TRADIÇÕES..., 1981, p. 29), mostrou que, com o auxílio do fotógrafo Paulo Santiago e do produtor musical Otávio Martins, o museu foi concebido por Armandinho com base em uma coleção de fotografias, objetos antigos e depoimentos coletados com moradores locais.

35 “Bixiga quer ser mais italiano” (BIXIGA..., 1982, p. 28).

36 Segundo Ana Lanna, é possível reconhecer a presença predominante de italianos oriundos da Calábria e outra parcela menor proveniente da Puglia e da Sicília. Tal fluxo migratório produziu uma rede de pertencimento e movimentos de constituição de identidade que, articulados, tiveram o bairro como palco e deixaram suas marcas impressas na materialidade do território.

Itália na Copa de Mundo de futebol de 1982, que trouxe o relato dos festejos ocorridos no bairro, descrito como “um tradicional bairro habitado por italianos e seus descendentes” (AS COMEMORAÇÕES..., 1982, p. 18). A notícia indica que as comemorações ocorreram em algumas cantinas na Rua Treze de Maio, como a Cantina Taberna, cuja proprietária era Antônia Biancucci Murari, nascida na Itália.

“‘Azurra! Azurra!’ , ‘Vila a Itália!’ - assim os torcedores aplaudiam ontem a seleção italiana de futebol nas diversas ruas do Bexiga, tradicional bairro da Capital habitado por italianos e seus descendentes. (...) Assim que acabou o jogo, os torcedores começaram a se reunir na esquina da rua Treze de Maio com a Conselheiro Carrão, onde já haviam instalados faixas com os dizeres ‘Forza Azurra!’ O garraão de vinho já corria nas mãos dos torcedores, quando alguém apareceu com um pôster de Mussolini, gritando ‘Viva a Itália!’ Era do diretor do Museu do Bexiga, Armando Puglisi, que justificou: ‘isso é apenas para brincar’ (...) Meia hora depois, mais de 200 pessoas se concentravam no local: garotos tocavam buzina de ar junto com motoristas e nos prédios vizinhos os moradores agitavam bandeiras da Itália.” (AS COMEMORAÇÕES..., 1982, p. 18).

Em maio de 1985, o jornal publicou uma reportagem³⁷ sobre as memórias de José Scaramuzza, imigrante italiano e antigo morador do bairro. Nela, há uma fala de Armandinho que chamou atenção para o fato de que o Bexiga contou com 70% de imigrantes italianos entre seus moradores nos seus anos iniciais. Já em abril de 1987, foi publicada uma matéria³⁸ sobre a celebração da Malhação de Judas, organizada pelo Clube Saracura na Rua Santo Antônio. De acordo com Jaime Pastore, diretor do clube, a festa daquele ano era uma homenagem ao “seu Chico”, filho de imigrantes italianos que realizava brincadeiras com as crianças do bairro no sábado de Aleluia.

1.3. Perspectivas a contrapelo

Na contramão do reforço da identidade e memória italianas, Ernani Silva Bruno publicou, em 1982, um artigo na *Folha de S. Paulo* intitulado “Bexiga, um bairro de várias influências”³⁹. Nele, o jornalista e historiador comentou sobre o Museu da Memória do Bexiga e a Feira do Escadão, iniciativas de Armando Puglisi, que considerava importantes para a valorização da memória de um bairro “popular e humilde” e para a desmistificação da historiografia oficial sobre São Paulo, que evidenciava os grandes acontecimentos políticos e os feitos das figuras da elite. No entanto, mostrou preocupação com a exacerbação da cultura italiana por parte do fundador do Museu, que, segundo ele, trabalhava no sentido da “recomposição do ambiente cultural italiano” (BRUNO, 1982, p. 37).

Bruno defendeu que era preciso evidenciar a presença de outras memórias, principalmente aquela ligada aos negros, que, como mencionado neste capítulo, compunha a configuração social da Bela Vista desde o início. Uma das principais características do bairro era sua “coloração étnica e cultural” (BRUNO, 1982, p. 37). Seu argumento se apoiava no

37 “O velho Scaramuzza lembra as origens do Bexiga” (FERREIRA, 1985, p. 19).

38 “Malhação de Judas na Lavapés termina em guerra de ovos” (MALHAÇÃO..., 1987, p. A13).

39 BRUNO, Ernani Silva. “Bexiga, um bairro de várias influências” (BRUNO, 1982, p. 37).

estudo de J. R. de Araújo sobre a população paulistana⁴⁰, que constatou que a Casa Verde, a Barra Funda e a Bela Vista eram os bairros com a maior concentração de elementos negros. A reportagem traz a reivindicação do jornalista de que não seria possível excluir os traços dos moradores de ascendência negra da memória do Bexiga.

Márcio Sampaio de Castro, autor do livro “Bexiga - um Bairro Afro-italiano” (2008), tem opinião diferente em relação à atuação de Armandinho como liderança local, a qual, segundo ele, se preocupou com o hibridismo cultural do bairro. Castro reconhece que Armandinho era descendente de italianos, mas foi um dos primeiros brancos a integrar a diretoria da Escola de Samba Vai-Vai, na década de 1960, aspecto que teve reverberação no Museu da Memória do Bexiga com a montagem de uma sala específica onde ficavam expostas indumentárias e homenagens relacionadas à Escola (CASTRO, 2008, p. 73). Ele deixa claro, portanto, que o Museu não expunha apenas elementos que remetiam às tradições italianas.

Castro também destaca a formação do Bloco Afro Oriashé, ou Oriashé Sociedade de Cultura e Arte Negra, fundada em 1988 por Valquíria de Souza Santos, conhecida como Kika. O bloco foi organizado, em um primeiro momento, para acompanhar o ritual de lavagem simbólica da rua Treze de Maio no ano das comemorações do centenário da abolição da escravidão, mas extrapolou esse momento para se apresentar, também, durante o feriado de carnaval, por meio de um cortejo que passava pelas ruas Santo Antônio, Treze de Maio e Rui Barbosa. Castro mostra que Kika fazia parte do Movimento Negro Unificado (MNU)⁴¹, que tinha na Bela Vista um dos lugares de reunião durante os anos 1980 e cujos representantes participavam dos cortejos do Bloco Afro Oriashé⁴².

A *Folha de S. Paulo* também publicou reportagens sobre manifestações culturais vinculadas à presença negra nesse período. Grande parte delas fez referência à Escola de Samba Vai-Vai, a qual, naquela época, já estava entre as maiores escolas de samba da cidade. Em janeiro de 1983 e 1984, duas matérias⁴³ versaram sobre a lavagem da escadaria da Rua Treze de Maio por grupos afro-brasileiros. Contudo, a reportagem atribui a organização do evento ao Museu da Memória do Bexiga e não ao Bloco Afro Oriashé. Apesar disso, esse episódio mostra que o museu, presidido por Armandinho, não se envolvia somente com eventos ligados às tradições italianas, aspecto que vai ao encontro do argumento de Castro. Seu principal interesse estava, provavelmente, na atração de visitantes e na divulgação das atividades culturais do bairro.

40 O jornalista se referiu ao capítulo “A população paulistana”, escrito por José Ribeiro de Araújo Filho, que integra a coletânea “A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana”, organizada por Aroldo de Azevedo e publicada em 1958 pela *Companhia Editora Nacional*. O artigo de Araújo Filho também foi adotado como referência bibliográfica para esta pesquisa.

41 O Movimento Negro Unificado (MNU) foi fundado em 1978, em São Paulo, e desde então atua na luta pela conquista de direitos do povo negro no Brasil. Disponível em: < <http://mnu.org.br/> > Acesso em fev. 2020.

42 Márcio Sampaio de Castro mostra que Bloco Afro Oriashé foi concebido para ser um grupo de dança, canto e percussão, teve sua primeira sede na rua Santo Antônio, nº 830, em um estabelecimento comercial pertencente à Kika, e contou com predominância de integrantes e ritmistas mulheres negras. O bloco permaneceu ativo até meados dos anos 1990, quando houve uma cisão entre Kika e Maria da Penha do Nascimento, sua sócia no estabelecimento comercial e nas atividades ligadas ao bloco. Kika se mudou para o bairro de Cidade Tiradentes, onde continuou atuando como liderança de movimentos sociais de defesa das mulheres negras. Por outro lado, como mostra Castro, o bloco foi retomado em 2004 e os ensaios passaram a ser realizados sob o viaduto Júlio de Mesquita Filho com integrantes diferentes da concepção inicial, com exceção de Girley e Beth, que já estavam na formação desde 1988.

43 As matérias são: “‘Cães Vadios’ vão lavar escadarias” (CÃES VADIOS..., 1983, p. 19) e “A fascinante e bagunçada harmonia de um bairro” (KADUNC, 1984, p. 21).

Outro elemento importante ligado à presença negra na Bela Vista é a Pastoral Afro no âmbito da Igreja Nossa Senhora da Achiropita, que foi objeto de estudo de Rosângela Borges (2013). Ao estudar a constituição da Pastoral Afro, a autora explica que, apesar de os aspectos da cultura afro-brasileira receberem menor atenção na historiografia oficial, se comparados aos da cultura de raiz italiana, eles sempre estiveram presentes no bairro. Cita as rodas e cordões de samba no entorno do córrego Saracura, a festa religiosa de Santa Cruz e a própria Festa da Achiropita, que também é tida como referência cultural pelo grupo negro. A segunda foi festejada pela população negra até a década de 1950 e contava com um percurso que passava por várias ruas do bairro.

De acordo com Borges, as manifestações culturais eram praticadas tanto no espaço público quanto no interior da Igreja Nossa Senhora da Achiropita, fato que justificou a criação da Pastoral Afro, ao final da década de 1980⁴⁴. A autora menciona a festa religiosa de Santa Cruz, as rodas de samba, os cordões carnavalescos e a Escola de Samba Vai-Vai como exemplares de tais manifestações, que se mostravam ativas mesmo com o processo de metropolização e o consequente afastamento das classes de mais baixa renda em direção aos bairros periféricos que se intensificaram a partir dos anos 1960.

Na mesma linha de Ernani Silva Bruno, Miguel de Almeida (1983), autor da seção “Painel da Ilustrada” da *Folha de S. Paulo*, contribuiu para evidenciar a diversidade social e cultural da Bela Vista naquele momento. Nessa seção, Almeida publicou um texto em que discorreu sobre a geografia cultural do bairro, a qual se revelava mais ampla do que “a dos italianos”, na sua opinião. Vale a pena apresentá-lo aqui:

“Pobre Bixiga, pobre Bela Vista. É mostrada como bairro de imigrantes italianos. É verdade. Mas sua geografia cultural revela um reduto implacável de detritos da História. Casas de samba, de música americana por instrumentistas brasileiros, casas de café em estilo parisiense para estudantes de segundo grau e fracos universitários, envergonhados bares gays e ostensivos restaurantes de lésbicas. O público é da periferia (dos fatos): habituado a aplaudir dores de Gonzaguinha, a ter uma foto de Che Guevara no quarto, moralista como os maoístas - e desinformado. (...) Um local que gostaria de receber a visita de Chacal.” (ALMEIDA, 1983, p. 32).

Problematizando a presença italiana em São Paulo em meados do século XX, José Ribeiro de Araújo Filho (1958) defende que no Brás, na Mooca e na Bela Vista ainda era possível “sentir a sua presença” em “algumas ruas esparsas” por meio da manutenção de algumas manifestações culturais, como o culto à Nossa Senhora da Achiropita. No entanto, não se podia dizer que, naquele momento, havia algum bairro em São Paulo que poderia ser considerado, de fato, um “bairro italiano” que configurasse um ambiente étnico evidente. Para o autor, o elemento italiano havia se diluído na configuração social e cultural da cidade como um todo e se manifestava em alguns aspectos da vida cotidiana e nos sobrenomes de grande parte da população.

Isso posto, é possível inserir as práticas do DPH, durante os anos 1980, em meio a uma série de articulações que se dirigiam para a consolidação da Bela Vista como um lugar

44 De acordo com Rosângela Borges, a Pastoral Afro foi fundada em 1989, com a efetivação do Padre Toninho como pároco da Igreja Nossa Senhora da Achiropita, no mesmo momento em que a Igreja Católica se mostrava mais participativa nos passos da Teologia da Libertação, movimento que abriu espaço para a articulação de grupos sociais. No ano anterior, a Campanha da Fraternidade teve como tema “A fraternidade e o negro”, que marcou o início de debates mais intensos sobre a população negra brasileiras no âmbito da Igreja Católica.

de história na metrópole, ligadas, principalmente, ao protagonismo da memória italiana. Nesse momento, é possível averiguar que as associações encontraram oportunidades e se articularam junto ao poder público na busca por reconhecimento, investimentos e visibilidade para o bairro, haja vista os projetos para o eixo gastronômico da Rua Treze de Maio, o Centro Turístico Italiano, o Terminal Turístico Rodoviário, as iniciativas do Museu da Memória do Bexiga e a cobertura da mídia sobre esses episódios e sobre os principais eventos culturais no bairro.

Nesse contexto, a coordenadora geral do projeto IGEPAC-SP, Leila Diêgoli, que ocupava o cargo de coordenadora da Seção de Crítica e Tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), no início dos anos 1980, diz se recordar de atores que pleiteavam a valorização turística voltada às tradições italianas durante a sua gestão. Ela relatou⁴⁵ que se lembra de lideranças que entraram com expedientes no órgão e participaram de reuniões em busca de apoio, entre as quais estavam Armandinho e Walter Taverna, que, segundo ela, disputavam o protagonismo dentro e fora do bairro.

Essa informação pode ser comprovada com uma carta encontrada nos documentos de arquivo do DPH⁴⁶. Datada de 1981, a carta é o registro do pedido de Armandinho para o tombamento da Casa da Dona Yayá⁴⁷ e sua destinação como sede do Museu da Memória do Bexiga. Armandinho se muniu de argumentos baseados na importância arquitetônica do casarão, além de enfatizar que o local abrigou durante muitos anos a Dona Yayá, uma personalidade importante para a história do bairro. Ele pleiteava o tombamento do imóvel por esses motivos e defendia que sua destinação deveria ser de um “centro irradiador da cultura” do Bexiga. Embora a carta indique que Armandinho desconhecia o fato de o instrumento do tombamento ainda não existir em nível municipal, é importante, tendo em vista que se pode notar uma tentativa de articulação entre uma das lideranças do bairro e o órgão de preservação, cujo objetivo principal seria abrigar as atividades e o acervo do museu fundado por ele e fomentar o turismo.

Aleida Assmann chama a atenção para esse mecanismo em “Espaços da Recordação” (2011). Com base em uma síntese historiográfica da questão da memória, em que propõe a separação entre as categorias de história e memória e a existência de dois tipos de memória, a funcional e a cumulativa, Assmann defende que os processos de recordação no plano institucional e coletivo trazem consigo o risco de deformação, redução e instrumentalização da recordação. Esses processos, que se utilizam da deslegitimação e da distinção da memória funcional, tendem a priorizar narrativas de determinado grupo social em detrimento de outras e a se apropriar de alegorias para expressá-las⁴⁸.

É possível detectar esse exercício na consolidação da Bela Vista como lugar de história

45 Entrevista concedida em 22 de novembro de 2018.

46 Departamento do Patrimônio Histórico, Seção de Levantamento e Pesquisa, Documentos de Arquivo.

47 A Casa da Dona Yayá está localizada à rua Major Diogo, nº 353 e sua construção antecede o loteamento que deu origem à Bela Vista.

48 Aleida Assmann propõe duas categorias para a memória: a funcional e a cumulativa. A primeira suporta a identidade de um determinado grupo social e está vinculada a um portador, que pode ser o próprio grupo ou uma instituição. Ela pode ser modificada e utilizada de três formas diferentes: a legitimação, a deslegitimação, quando sua alteração serve a interesses políticos, e a distinção, que diz respeito às alegorias que auxiliam na identidade do grupo. A memória cumulativa, por sua vez, não é seletiva e não depende de portador específico, é uma “massa amorfa” em que não há distinção entre o que é importante e o que é esquecido naturalmente. Para Assmann, uma sociedade pode ser considerada “saudável” se abre espaço para a comunicação entre as duas categorias e se torna possível operacionalizá-las a qualquer momento e sem limitações políticas.

em São Paulo, pois as manobras entre as lideranças locais, o poder público e as entidades ligadas à Itália conseguiram garantir o protagonismo da memória italiana e o reconhecimento simbólico do bairro como um dos “bairros italianos” em São Paulo. Ainda que tivessem constituído a maior parte da população residente no bairro, nas primeiras décadas desde a sua oficialização, a configuração social já havia se alterado significativamente nas décadas de 1970 e 1980, além do fato de outros grupos sociais ali presentes, sobretudo os negros, também reconhecerem nesse território sua identidade e suas manifestações culturais.

Como se verá no Capítulo 3, no que concerne às práticas do DPH, o IGEPAC-Bela Vista deu destaque para os italianos em seu discurso, ao considerá-los os principais “moradores tradicionais” do bairro. Mais uma camada pode ser adicionada a esse campo de forças: a presença significativa de cortiços na Bela Vista, que, além de trazer consigo a estigmatização de determinados grupos que não se reconheciam na identidade italiana, é um elemento que passou a tensionar a prática preservacionista de maneira mais evidente a partir desse momento.

1.4 Os cortiços como elementos que perpassam a história urbana da Bela Vista

As pesquisas que incidiram luz sobre as primeiras décadas de ocupação do empreendimento que deu origem à Bela Vista, já apresentadas em subcapítulo anterior, mostram que essa modalidade de habitação existiu nesse território desde o início do século passado. O caráter popular do loteamento e do parcelamento, realizados inicialmente por Antônio José Leite Braga e continuados por outros empreendedores, acarretou na demanda por lotes, imóveis e vagas de aluguel por famílias de camadas populares, as quais eram compostas majoritariamente por imigrantes europeus e negros, cuja ocupação era ligada, geralmente, ao comércio e a serviços locais. Os cortiços foram um dos modos de morar dessas famílias nesse bairro, caracterizados, em linhas gerais, pelo aluguel de cômodos construídos nos fundos de lotes ou adaptados entre os cômodos e porões das casas e sobrados construídos desde o final do século XIX.

Como mostra Ana Lanna (2011), a facilidade de aproveitamento dos porões das casas e dos desníveis internos de grande parte dos lotes foi um recurso essencial para que os pequenos empreendedores conseguissem aproveitar seus imóveis como fonte de renda. As edificações eram subdivididas em inúmeras residências para aluguel, prática “em geral associada a atividades de sobrevivência de seus moradores” (LANNA, 2011, p. 122). Sobre esse aspecto, Célia Toledo de Lucena (1984) parece estar de acordo e afirma que o bairro já se caracterizava como território encortiçado no limiar do século, uma vez que o próprio imigrante italiano, para obter um acréscimo no orçamento ou para garantir sua sobrevivência, alugava cômodos adaptados na própria residência.

Sheila Schneck (2010; 2016), por sua vez, insere os primeiros momentos de ocupação do bairro em um contexto em que a exploração exaustiva das possibilidades de uso do solo urbano nas áreas mais próximas ao centro marcou o crescimento urbano de São Paulo, nas primeiras décadas do século passado. Esse cenário foi caracterizado pela demanda por moradias e pela consequente ocupação irregular e desenfreada dos espaços possíveis, que envolveu possibilidades habitacionais que permitissem a presença do maior número de

moradores possível. A Bela Vista esteve inserida nessa dinâmica urbana e apresentou, no mesmo período, um adensamento populacional intenso, que contou com o cortiço como uma das modalidades habitacionais nas quais as chances de sobrevivência para as camadas médias e pobres se tornaram possíveis.

Schneck identificou 39 casos que envolveram a construção de moradias destinadas a algum tipo de habitação coletiva. O número é considerado baixo por ela, já que pertenceu a um universo de 886 solicitações de licença, o que permitiu que ela chegasse à conclusão de que a Bela Vista não era um bairro excessivamente encortiçado no início do século XX, mas “um bairro tipicamente suburbano para as camadas médias e pobres, compostas por imigrantes de várias nacionalidades e etnias, além dos afrodescendentes” (SCHNECK, 2010, p. 89). Chamou atenção de Schneck o fato de que, dos 39 casos encontrados, 25 se concentravam entre as ruas Major Diogo, Rui Barbosa, Conselheiro Ramalho e Santo Antônio.

Questiona-se se a quantidade de imóveis ocupados como cortiços poderia ser mais elevada do que o encontrado por Schneck, pois se acredita que nem todos os proprietários que realizaram construções ou reformas podem ter entrado com pedido de aprovação junto à municipalidade. Na região que compreende a “face pobre” do bairro, como ela denominou a área do vale do córrego Saracura, não foram encontrados pedidos de aprovação para construção e/ou reforma no período estudado, fator que denota que a urbanização da área ocorreu de forma informal e irregular e provavelmente contava com cortiços. Alia-se a esse cenário o fato de que, nessa área, que estava às margens do loteamento oficial do bairro, as edificações foram construídas de maneira dispersa e, até a primeira metade do século XX, não havia infraestrutura urbana instalada, o que “condicionou uma ocupação mais precária em terrenos menos valorizados” pela população mais pobre (SCHNECK, 2016, p. 118).

Schneck destaca que o prefeito Francisco Prestes Maia, quando da construção da Avenida Nove de Julho⁴⁹, afirmou que a obra também era importante porque faria desaparecer o perigo de transformação desse vale em “novas favelas nas encostas marginais” (MAIA apud SCHNECK, 2016, p. 266). Isso mostra que, naquele momento, o vale do córrego Saracura já era uma área cuja ocupação era considerada indesejada e estigmatizada pelo poder público. Retoma-se o aspecto apresentado por Nestor Goulart Reis Filho (1994), que sinaliza que essa região foi objeto de transformação em todos os planos urbanos elaborados para São Paulo, no início do século XX, conforme visto em subcapítulo anterior.

Na tese defendida por Schneck, consta um aumento da quantidade de cortiços nas décadas subsequentes: 82 casos de possíveis habitações coletivas foram identificados no bairro no ano de 1925, que também se concentravam nas mesmas ruas mencionadas anteriormente⁵⁰ (SCHNECK, 2016, p. 86 e 353). Além desses exemplares, a autora destaca a presença de habitações coletivas de grande porte na Bela Vista, as quais se tornaram conhecidas, como o complexo formado pelos cortiços Vaticano, Geladeira, Pombal e Navio Parado que, juntos, constituíam a Vila Barros, localizada nas proximidades das ruas Japurá

49 Conforme será mostrado no Capítulo 2, a Avenida Nove de Julho integrava o plano urbano intitulado “Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo” (1930), elaborado por Francisco Prestes Maia e Ulhôa Cintra. O primeiro assumiu a Prefeitura entre os anos de 1938 e 1945 e, por isso, conseguiu viabilizar a conclusão das obras de construção da avenida.

50 Verificar a Tabela 73 - “Distribuição dos possíveis casos de habitações coletivas, por logradouros, conforme a área de ocorrência” (SCHNECK, 2016, p. 353).

Figura 7. Localização dos cortiços e habitações coletivas identificados por Schneck sobre o “Mappa Topográfico do Município de São Paulo” (SARA BRASIL, 1930). Fonte: SCHNECK, 2010, p. 209.

Figura 8. Vila Barros, vista a partir da rua Japurá, em 1942. Fonte: Fotografia de Benedito J. Duarte e Antônio R. Muller. Fonte: Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

e Santo Amaro. Esse conjunto também foi analisado por Nabil Bonduki (2013) e na tese de doutorado de Thais Souza (2018) que versa sobre o mesmo tema. O cortiço Vaticano foi escolhido como caso a ser analisado nas práticas do DPH nos anos 1980, conforme se verá no Capítulo 4.

Acredita-se que, no transcorrer da primeira metade do século XX, as características sociais e de ocupação do bairro podem ter permanecido sem grandes alterações. Os relatos de Haim Grunspum (1983), morador da Bela Vista nos anos 1930, são uma possibilidade de verificar tal hipótese. O autor relata que, naquela época, tinha a sensação de que o “Bexiga era uma pobre ilha rodeada de riqueza por todos os lados” (GRÜNSPUM, 1983, p.50). Chamava sua atenção a existência de inúmeros casarões em que habitavam muitas famílias ao mesmo tempo⁵¹. Segundo o autor, a região que abrangia as ruas Rocha, Manoel Dutra, Almirante Marques de Leão, Santo Antônio e São Vicente era a que possuía o maior número de cortiços, devido ao aproveitamento dos fundos de lote em desnível. Observa-se que todas essas ruas estão próximas ao vale do córrego Saracura, que foi identificado tanto por Schneck como a região que apresentava maior concentração de cortiços, quanto pelas pesquisas que se debruçaram sobre a presença negra no território, analisadas em subcapítulo anterior.

A consideração da Bela Vista como um bairro “de pobres” ou “tipicamente suburbano” (SCHNECK, 2016, p. 89), citando Schneck, também se fez sentir no estudo realizado por Donald Pierson, professor da Escola Livre de Sociologia e Política, publicado pela *Revista do Arquivo Municipal* em 1942⁵². O professor coletou dados censitários para elaborar uma descrição das habitações de São Paulo e, para a análise, dividiu a amostra das habitações em São Paulo entre “mais adequadas” e “menos adequadas” (PIERSON, 1942, p. 242). As primeiras foram selecionadas nos bairros Pacaembu, Higienópolis e Jardim América, enquanto as segundas estavam localizadas na Mooca, no Canindé e no Bexiga. O professor afirma que esses bairros foram escolhidos após “conferenciar com várias pessoas competentes que conhec[ia]m muito bem a cidade e depois de uma inspeção preliminar dessas seções” (p. 242). Desse modo, é lícito inferir que, entre os especialistas do tema, à época, a Bela Vista era vista como um bairro caracterizado pela ocupação popular e que apresentava densidade populacional elevada e condições de moradia mais precárias na comparação com outros bairros. (PIERSON, 1942, p. 248)

Ao todo, foram analisados 25 imóveis no Bexiga. O professor deixa claro que não foi possível precisar a proporção que essa quantidade representava no total de imóveis do bairro, pois não havia sido possível estimar esse número, em virtude da escassez de tempo e dos recursos disponíveis para a realização da pesquisa, entretanto, afirma que o seu grau de representatividade, possivelmente, fosse significativo. O artigo mostra os dados que

51 Nas suas memórias (1983), que continuam sendo parte da historiografia oficial sobre o bairro, Haim Grunspum tentou retratar as condições de moradia no interior dos cortiços e diz que, nos cômodos, cada família realizava suas refeições no seu quarto ou na sua salinha de comer, apesar do preparo dos alimentos acontecer no quintal, ou seja, nas áreas comuns, assim como a lavagem de roupas. Para acomodar todos os moradores, colchões de palha eram sobrepostos durante o dia sobre a cama “principal” e “milagrosamente” estendidos sobre cadeiras ao redor dela à noite, onde costumavam dormir as crianças.

52 Está indicado na publicação que o professor elaborou o estudo com o objetivo de fornecer a seus alunos “métodos e técnicas das ciências sociais”, entre os quais estão a formulação e aplicação de questionários e entrevistas (PIERSON, 1942). Para mais informações, vale a pena consultar o artigo na íntegra, pois há informações referentes aos valores médios dos aluguéis, à presença de bens de consumo, como eletrodomésticos e automóveis particulares, e a características construtivas das edificações levantadas no Bexiga e nos demais bairros. É importante mencionar que o estudo de Pierson foi destacado por Maria Ruth Amaral Sampaio (2007) e por Raquel Rolnik (1998) em seus estudos sobre o tema da habitação social.

foram levantados sobre as 25 habitações e a sua relação com os exemplares selecionados nos outros bairros. Em linhas gerais, o estudo dá indícios de que a ocupação desses imóveis “menos adequados” no Bexiga era caracterizada por densidade habitacional elevada, más condições de moradia, situação de aluguel e acesso à infraestrutura urbana. A superlotação era evidente, devido à quantidade de moradores por cômodo e pela “promiscuidade nas condições de dormir” (PIERSON, 1942, p. 248), caracterizada pela presença de pais e filhos dormindo lado a lado, sem privacidade. Todos os imóveis possuíam instalações sanitárias, mas em apenas cinco elas se situavam no interior dos cômodos. Um dado interessante é que, no momento da pesquisa, a maioria das famílias era natural de São Paulo: apenas três eram provenientes de outro município, e duas eram imigrantes italianas.

A elevada densidade demográfica é um elemento que auxilia na argumentação em torno da Bela Vista como um território de cortiços. Com base nos recenseamentos municipais realizados em 1940 e em 1950, ou seja, no mesmo momento da pesquisa de Donald Pierson, José Ribeiro de Araújo Filho (1958) mostra que o bairro era o mais densamente ocupado do município e não apresentava verticalidade significativa. Sua densidade populacional, mesmo próxima à de bairros como Brás, Liberdade e Santa Ifigênia, era superior à de todos eles em 1950 e, em 1940, perdia apenas para a do Brás, permanecendo na segunda posição, se considerado o município em sua totalidade. O geógrafo relaciona as taxas elevadas à massa compacta do casario, advinda da existência de cortiços e de casas de cômodo, além do aproveitamento dos porões das edificações para esse fim.

Observa-se que há uma variedade de estudos que buscaram compreender as características de ocupação e a presença de cortiços na dinâmica urbana e social do bairro, nas primeiras décadas, a partir do empreendimento que lhe deu origem. Quando se optou pelo IGEPAC-Bela Vista, pelo cortiço Vaticano e pelos casarões das ruas Assembleia e Jandaia como casos a serem analisados, a pesquisa direcionou seu eixo para os anos 1980 e verificou uma carência de estudos que analisassem a habitação popular nesse território e que procurassem analisar suas características urbanas e sociais, a distribuição territorial, a relação com o patrimônio edificado e impactos, no momento em que a Bela Vista se constituía como lugar de história e ganhava a imagem do “bairro dos italianos” em São Paulo.

Para isso, foram buscadas pesquisas acadêmicas e programas elaborados pela municipalidade que trataram sobre o tema e que poderiam fornecer dados e evidências sobre os cortiços na Bela Vista na década de 1980. Com base nessa busca, a análise foi estendida para os anos 1960, quando o campo disciplinar da habitação social passou a se consolidar no País. As tentativas de compreensão sobre a vida dos pobres e suas condições de moradia sempre foram objeto das disciplinas de urbanismo e de sociologia, haja vista as publicações de Friedrich Engels⁵³ no século XIX e as experiências e projetos habitacionais realizados

53 Friedrich Engels compilou três artigos escritos para o jornal *O Estado Popular*, publicação do órgão central do Partido Operário Social-Democrata alemão, no ano de 1872. Os artigos foram lançados quase trinta anos depois da primeira publicação de seu livro “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” e um ano após a unificação do país, no momento em que o mesmo ganhava forças para impulsionar o setor industrial frente à concorrência inglesa e francesa. Para Engels, a falta de habitações como um dos principais sintomas da revolução industrial que estava em curso e se propõe a discutir a questão da moradia por meio desses artigos, escritos em resposta a outros dois autores: Dr. Arthur Mulberger e do Dr. Emil Sax. No livro “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, Engels descreveu as condições precárias de trabalho e de vida do proletariado inglês após a realização de um levantamento sociológico, relacionando-as com as dinâmicas do capitalismo e da primeira Revolução Industrial. Foi escrito entre os anos de 1842 e 1844, durante sua permanência na cidade inglesa de Manchester.

desde então, porém, foi nos anos 1960 que o campo da habitação social se estabeleceu como disciplina no País de forma mais efetiva, e as pesquisas passaram a ser incorporadas como ferramentas para políticas públicas. Vale lembrar que a maior parte dessa produção esteve pautada em uma visão marxista, na tentativa de compreender a distribuição da classe trabalhadora pelo tecido urbano e o processo de periferização nas metrópoles dos países que compõem a periferia do capitalismo⁵⁴.

Nesse contexto, insere-se a pesquisa coordenada pelo frei dominicano Jean Pierre Barruel de Lagenest⁵⁵. Publicada também pela *Revista Anhembi*, a pesquisa “Os cortiços de São Paulo” apresentou a Bela Vista como o bairro “mais atingido” pelos cortiços, em uma cidade que já contava com cerca de 630 mil habitantes vivendo nessa modalidade habitacional (LAGENEST, 1982, p. 14). Além de apresentar “a pior situação” entre todos, estava entre os que apresentavam mais de 50% da população residindo em imóveis encortiçados, juntamente com Liberdade, Consolação, Santa Cecília, Barra Funda, Bom Retiro, Santa Ifigênia, Brás, Mooca, Cambuci e Belenzinho, os quais, assim como a Bela Vista, foram loteados e ocupados por famílias operárias e camadas populares entre o final do século XIX e início do XX. Como pode ser visto no “Mapa dos cortiços do centro de São Paulo” (Figura 9), aqueles bairros formavam, em conjunto, um anel ao redor do núcleo urbano mais antigo.

A equipe⁵⁶ selecionou alguns imóveis de cada bairro para analisar as condições e características físicas dos cortiços, as quais poderiam ser consideradas piores que as encontradas nas favelas. Os resultados foram compilados em gráficos e segmentados de acordo com as tipologias definidas, como pode ser visto na figura 10. Percebe-se que, nas três modalidades - porões, meias-águas e andares superiores - todos os cortiços da Bela Vista tinham acesso à rede de infraestrutura urbana e apenas um ponto de água por imóvel. A precariedade habitacional era mais grave na tipologia de “porões”, que, no geral, apresentava paredes e tetos com umidade, piso de cimento ou tijolo, iluminação elétrica insuficiente,

54 Pedro Arantes, no artigo “Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970” (2009), traça um panorama acerca da produção desses intelectuais, que ensaiaram as primeiras formulações em torno de uma teoria crítica da urbanização na periferia do capitalismo, no decorrer da década de 1970. Nesse contexto, tanto os pesquisadores vinculados ao Cebrap, como Paul Singer, Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick, quanto os ligados à FAUUSP, entre eles Erminia Maricato, Nabil Bonduki e Rodrigo Lefebvre, buscaram relacionar a condição de subdesenvolvimento do país no contexto do capitalismo internacional com a reprodução da força de trabalho no meio urbano, cuja espacialização visivelmente acarretava uma urbanização sui generis que merecia estudos mais aprofundados. É importante acrescentar que apenas o segundo grupo insere a forma urbana como real objeto de análise, tendo o primeiro se debruçado sobre o tema sob uma perspectiva mais econômica e/ou sociológica e discutido as características urbanas de maneira não tão aprofundada, segundo o autor. Arantes apresenta a contribuição de Manuel Castells e sua formulação de uma teoria marxista da urbanização no início dos anos 1970 como o principal ponto de referência e de conexão entre esses intelectuais. Um conceito importante formulado por Castells é o de marginalidade associado à nova fase de dominação imperialista dos países centrais na América Latina. Os denominados “marginais” formam uma nova estratificação social urbana, composta pela massa de trabalhadores migrantes não absorvidos pela indústria, que tendem a se fixar em espaços segregados, como as “barriadas”, as “favelas” e os cortiços, e ocupam posições informais e com baixos salários no setor terciário. “Mais que lumpen ou exército industrial de reserva, eles representariam toda uma nova dinâmica social, econômica e social – e constituiriam, para além de uma subclasse, um verdadeiro ‘pólo’ na estrutura econômica global”, explica Arantes (ARANTES, 2009, p. 3).

55 O frei dominicano francês Jean Pierre Barruel de Lagenest chegou ao Brasil em 1946, um ano antes da vinda do Padre Lebre. Com formação em filosofia, teologia, sociologia e psicanálise, foi professor no curso da Escola de Serviço Social da PUC-SP. A maioria de suas publicações, datadas da década de 1970, diz respeito à problemática da prostituição e do aborto. Por esse motivo e pela sua atuação acadêmica, tornou-se assessor da Organização das Nações Unidas para casos de exploração sexual e tráfico de mulheres. Não foram encontradas mais publicações que versassem sobre os cortiços além do artigo publicado na *Revista Anhembi*.

56 Coordenados pelo frei Lagenest, fizeram parte da equipe: Décio Tozzi, Mário Zocchio, João Manuel Conrado Ribeiro, Eduardo Carlos de Aregi Filipe, Bona de Vila, Mary Franklin, Teresa Stangherlin, Helena Belvenuzzi, Neusa Sanchez e Helena Cadebe (LAGENEST, 1962, p. 5). Não foram encontradas informações que pudessem esclarecer o contexto de produção dessa pesquisa e a escolha dessa equipe pelo frei Lagenest.

fogareiro interno a gás para preparo de alimentos, mais de dois adultos por cama e odores habituais desagradáveis. Pelos gráficos, observa-se que a situação de precariedade dos “porões” da Bela Vista era semelhante aos casos da Liberdade e de Campos Elíseos, este último mais grave na comparação entre os bairros pesquisados⁵⁷.

As condições das tipologias “meias-águas” e “andares superiores” também eram similares aos exemplares do Campos Elíseos. Isso denota que, possivelmente, as características dos cortiços de ambos os bairros eram semelhantes. Para a primeira tipologia, os gráficos mostram que os imóveis da Bela Vista apresentavam situação um pouco melhor que a Liberdade e Santa Cecília, enquanto que, para a última, a precariedade podia ser a mais grave entre todos os bairros analisados.

Na pesquisa foi salientado que, na maioria das famílias residentes, o homem “trabalhava como operário braçal ou pequeno funcionário”, ou seja, recebia baixa remuneração e tinha pouca qualificação profissional, enquanto a mulher permanecia no cortiço durante grande parte do tempo, cuidando das crianças. A “ordem” era garantida pelo encarregado, “peça central do cortiço”, que, geralmente, era contratado pelo proprietário do imóvel e responsável, também, pela delimitação do valor, da coleta dos aluguéis e pelo aceite ou recusa de inquilinos. A equipe verificou vários casos de exploração dos moradores por meio da cobrança abusiva de aluguel e de receio de despejo (LAGENEST, 1982, p. 15).

Uma década e meia depois da publicação da pesquisa coordenada pelo frei Lagenest, um possível cenário de transformação urbana e social, que poderia ameaçar a presença dos cortiços na Bela Vista, foi detectado pelo diagnóstico elaborado pela Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes), em 1975, durante a gestão do prefeito Miguel Colassuono (1973-1975), cenário que será analisado com mais profundidade no próximo capítulo. Cabe agora apresentar que a equipe da Sebes, coordenada pela socióloga Maura Vêras, verificou que a Bela Vista, junto com a Santa Cecília, a Sé e a Consolação, eram os bairros com maior chance de desaparecimento espontâneo do cortiço em decorrência do processo de valorização imobiliária.

O relatório se apoiou nos dados do cadastro de Rendas Imobiliárias de 1974⁵⁸, fornecidos pela Secretaria Municipal de Finanças, que indicavam que o valor venal dos terrenos nessa região já se encontrava elevado e desencadearia um “processo de encortiçamento com tendências a regredir por si só” (SÃO PAULO (cidade), Sebes, 1975, p. s/n). A equipe concluiu que o fato das edificações ocupadas como cortiços serem imóveis desvalorizados do ponto de vista imobiliário e estarem localizados em terrenos caros geraria o seu inevitável desaparecimento e essa dinâmica reverberaria um fenômeno de “recuperação espontânea” do bairro. Existia, portanto, uma incompatibilidade entre altas densidades de cortiços e valor

57 As tipologias de “meias-águas” e de “andares superiores” apresentavam condições de moradia um pouco melhores, com parede e teto em “estado medíocre”, iluminação elétrica “medíocre”, pelo menos uma janela por cômodo e fogareiro interno a carvão ou lenha. Na primeira tipologia, foram contabilizados menos moradores por cômodo, cerca de dois, contra três nos “porões” e nos “andares superiores”, e camas individuais, contra camas compartilhadas com mais de uma criança na tipologia “andares superiores”. Quanto aos banheiros e instalações sanitárias, as tipologias “porões” e “andares superiores” geralmente contavam com um W.C. e banheiro coletivo, enquanto as “meias-águas” não possuíam nenhum dos dois compartimentos. Provavelmente, estes haviam sido instalados nos fundos do lote ou em outros pavimentos da edificação, se considerada a existência de mais de uma tipologia por lote.

58 Esse cadastro era elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças, através do Departamento de Rendas Imobiliárias, para a aplicação do Imposto Territorial Predial, Conservação e Limpeza (TPCL). O Setor de Rendas Imobiliárias apontava o código 13 para cortiços e 12 para casas coletivas (SÃO PAULO (cidade), Sebes, 1975, p. s/n).

Figura 9. Mapa dos cortiços no centro de São Paulo. A Bela Vista apresentava mais de 50% da população residindo em cortiços. Fonte: LAGENEST, 1982, p. 6.

Figura 10. Gráficos com a síntese dos resultados da pesquisa, separados por bairros e por tipologia de cortiços (“P” indica “porões”; “M.A.” indica “meias-águas” e “A.S.” indica “andares superiores”). Cada gráfico está dividido em 12 partes e cada uma representa um elemento que compõe o cortiço, a saber: I (Água); II (Esgoto); III Soalho; IV (Paredes e teto); V (Arejamento e insolação); VI (Iluminação artificial); VII (Cozinha); VIII (Instalações sanitárias); IX (Banheiros); X (Odores); XI (Número de pessoas por cômodo); XII (Número de pessoas por cama). Cada parte (ou elemento) recebeu uma nota de 0 a 4, que corresponde a 25% da parcela pintada de preto no gráfico. Quanto maior a quantidade de partes “pretas” no gráfico, melhores seriam as condições habitacionais. Fonte: LAGENEST, 1982, p. 12-13.

elevado do solo urbano⁵⁹ (SÃO PAULO (cidade), Sebes, 1975, p. s/n).

Conforme será analisado no Capítulo 2, foi durante a gestão de Miguel Colassuono (1973-1975) à frente da Prefeitura que a Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) solicitou os estudos e planos de renovação urbana para a Bela Vista e para a Luz, com o objetivo de regulamentar as diretrizes de ocupação das suas “zonas especiais” Z8. Os estudos encomendados pela Cogep também atestaram o processo de valorização imobiliária na Bela Vista e a consideraram como campo estratégico de expansão das atividades especializadas do Centro e do mercado imobiliário em atividade na Avenida Paulista.

Para elaborar o diagnóstico, a equipe selecionou, por meio de sorteio, 153 imóveis ocupados com essa modalidade habitacional para averiguação via estudo de campo. Como já dito, essa seleção derivou dos códigos apontados pelo Setor de Rendas Imobiliárias e da relação com a quantidade dessas categorias e com a densidade de indústrias existentes em determinadas regiões da cidade. Estava entre os objetivos do trabalho identificar a relação entre a presença de cortiços e de áreas industriais. Apesar dos setores imobiliários incidentes na Bela Vista terem indicado presença alta e média de cortiços, nenhum imóvel na Bela Vista foi sorteado para estudo⁶⁰, talvez pelo fato de que o bairro não tivesse ocupação industrial.

Ainda assim, o estudo ressaltou que o bairro fazia parte de uma grande mancha ao redor do centro mais antigo e era caracterizada por altas densidades de cortiços, com valores próximos ou superiores a 10 imóveis/km². A existência dessa mancha levava à conclusão de que os cortiços eram um problema característico da região central do município, sendo mais rarefeito em regiões de ocupação mais recente, ou seja, em bairros periféricos. Como pode ser visto na figura 11, a Bela Vista, mais especificamente, apresentava média superior a 35 cortiços/km², considerada elevada pelo estudo.

Nessa mancha, a equipe também averiguou o tempo médio das edificações construídas ou ocupadas como cortiços, na tentativa de analisar uma possível relação entre a presença desse tipo de habitação e a “idade” das construções. Na Bela Vista, verificou-se que o tempo médio era de 39 anos e era justamente o bairro onde as maiores densidades de cortiços estavam em locais “mais antigos” (SÃO PAULO (cidade), Sebes, 1975, anexos). Foi atestado que grande parte dos cortiços estava alocada em edificações construídas no início do século e que, provavelmente, estavam em funcionamento havia vários anos. Esse aspecto precisa ser destacado, tendo em vista que esta pesquisa problematiza as relações entre cortiços e patrimônio.

Nos anos 1970, as pesquisas do campo da habitação social começaram a se referir aos cortiços a partir da categoria de “habitação subnormal”, conforme será visto no Capítulo 2. Em linhas gerais, essas habitações eram caracterizadas pela não adequação aos parâmetros

59 O diagnóstico afirmou que o cortiço se inseria enquanto modalidade habitacional entre ciclos de valorização e desvalorização do solo urbano e se tornava mais presente no momento em que a “deterioração habitacional” se tornava mais evidente e a região “decaía” para uma condição de desinteresse do mercado imobiliário para fins residenciais. Quando o ciclo caminhava para a valorização imobiliária da região, a “recuperação espontânea” tendia a eliminá-lo (SÃO PAULO (cidade), 1975, p. s/n), e esse era justamente o cenário apontado para a Bela Vista naquele período.

60 Ver Quadros III, VII e VIII. Na Bela Vista, estão inscritos os setores de Renda Imobiliária n. 5, 6, 9 e 33. No setor 9, foi indicada presença alta de cortiços, enquanto nos setores 5, 6 e 33 foi sinalizada presença média. O setor 6 possuía alta presença de casas coletivas, outra modalidade habitacional que se aproximava dos cortiços (SÃO PAULO (cidade), 1975, p. s/n). É importante mencionar que a seleção do espaço amostral levou em consideração o tempo que a equipe tinha disponível para a realização da pesquisa de campo, que era de 10 dias úteis (SÃO PAULO (cidade), 1975, p. s/n). O tempo curto pode ter reduzido consideravelmente a quantidade, a diversidade e a localização dos imóveis selecionados para levantamento *in loco*.

Figura 11. Densidade de cortiços tomada por setores de R.I. (valor médio) - Mapa 1. A Bela Vista aparece com média de 35 cortiços/km². Fonte: SÃO PAULO (cidade), Sebes, 1975, anexos.

Figura 12. Tempo de existência dos imóveis dos cortiços tomados por setor de R.I. (valor médio) - Mapa 5. A Bela Vista aparece com 39 anos de tempo médio das edificações ocupadas como cortiços. Fonte: SÃO PAULO (cidade), Sebes, 1975, anexos.

de moradia adequada estabelecidos pelo Comitê de Higiene e Habitação da Associação Americana de Saúde Pública (APHA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e apresentavam condições físicas precárias, risco à saúde dos moradores, superlotação de moradores e coabitação involuntária. A municipalidade inseriu nessa categoria os cortiços, as favelas e as casas precárias de periferia⁶¹. Fazendo referência ao estudo da Sebes sobre os cortiços, Nadia Marzola (1979) afirma que a Bela Vista era um dos bairros em que a concentração de habitações subnormais, representadas pelos cortiços, era elevada nos anos 1970. Apresenta como exemplo a Vila Zammataro, que, segundo ela, havia sido objeto de uma reportagem publicada pelo *Jornal da Tarde* em 1975.

A Vila Zammataro (Figura 13) constituía uma edificação implantada em forma de “U”, ao redor de um pátio central, e subdividida em catorze habitações de pequenas dimensões. Naquele momento, contava com 34 moradores e apenas dois banheiros, apenas um contendo chuveiro e pia, e dois tanques. Configurava um cortiço, portanto. Os moradores que exerciam atividade remunerada trabalhavam em estabelecimentos comerciais do bairro ou eram autônomos, como motoristas de empresas entregadoras, marceneiros, encanadores e lavadeiras de roupa. O responsável pelo cortiço era sr. Pedro Henrique, que não rateava as despesas do imóvel com os demais moradores por cumprir essa função.

Outro exemplar que merece destaque é a Vila Itororó (Figura 14), que se encontrava encortiçada nas décadas de 1970 e 1980. Localizada nas proximidades da Avenida Vinte e Três de Maio, foi construída por Francisco de Castro no início do século XX para aluguel. A partir de meados do século XX, o conjunto de casas passou a abrigar moradores de renda baixa e o palacete principal foi adaptado pela proprietária da vila à época para que se tornasse habitação multifamiliar. Cada pavimento do palacete passou a ser ocupado por uma família. Estabeleceu-se a prática de aluguel de cômodos, ou seja, de cortiço, que acarretou diversas alterações físicas dos imóveis para atender as transformações de uso⁶². Nesse momento, a vila foi objeto de um dos projetos de renovação urbana elaborados pela Coordenadoria Geral do Planejamento (Cogep), conforme será discutido no Capítulo 2.

Tomando como base a definição de cortiço e os dados apresentados pelo diagnóstico da Sebes (1975), Ceres Medina (1982) desenvolveu uma pesquisa para verificar as condições de moradia nos cortiços do bairro. Medina diz que já participava das reuniões semanais promovidas pela Paróquia Nossa Senhora Achiropita⁶³ com os moradores de cortiços e que um dos motivos para ter selecionado a Bela Vista foi o tempo médio das edificações, apontados no diagnóstico da Sebes como “os cortiços mais antigos de São Paulo”.

Medina realizou uma pesquisa de campo no início de 1979 seguindo como recorte espacial a “Área das Cantinas”, delimitada pela “Z8.010 - Bela Vista”, compreendida entre as ruas Rui Barbosa/Rua João Passalacqua, Rua dos Ingleses/Rua Dr. Luis Barreto, Avenida 9 de Julho e Viaduto do Café. Nesse recorte espacial, detectou a presença de 26 cortiços, que foram divididos pela pesquisa em quatro categorias, segundo a relação inquilino e “senhorio”, para que, na sequência, ela conseguisse sortear um cortiço de cada uma. Dessa forma, quatro imóveis fizeram parte de seu levantamento de campo e de entrevistas. O título da dissertação

61 SÃO PAULO (município). Cogep, Sistema Municipal de Habitação, 1975.

62 Esse processo foi analisado por Sarah Feldman e Ana Castro (2017) e Vivian Barbour (2017).

63 Segundo Ceres Medina, a paróquia realizava trabalhos sociais junto a esses moradores, que contavam, inclusive, com ajuda financeira para a compra de alimentos.

Figura 13. Vila Zammataro, na década de 1970. Fonte: MARZOLA, 1979, p. 88.

Figura 14. Vila Itororó, na década de 1970. Fonte: FELDMAN; CASTRO, 2017, p. 111.

“Bexiga - do 460 ao 490” representa o espaço amostral estudado: sob o número 490, Medina agrupou os três cortiços em que a atividade de trabalho era considerada pelos moradores como essencial para a sobrevivência. Sob o outro número, ela fez referência ao único cortiço em que quase nenhum inquilino trabalhava e havia uma organização alternativa de garantia de sobrevivência⁶⁴.

Segundo a autora, os moradores desses cortiços compartilhavam entre si um sentimento de receio de mudança compulsória em virtude das transformações urbanas do bairro. Além disso, a pesquisadora aponta que as condições de moradia eram semelhantes nos quatro cortiços levantados. Os cômodos eram usados simultaneamente como sala, cozinha e dormitório e eram divididos entre si por paredes com aspecto sujo, úmidas e que visivelmente não garantiam a privacidade necessária às famílias⁶⁵.

No cortiço de nº 490, a pesquisadora identificou que a ausência de cobrança dos aluguéis acarretava uma condição generalizada de desemprego no cortiço, aspecto admitido por alguns moradores. Entre as 17 pessoas que ali residiam, apenas uma trabalhava com registro em carteira. Como estratégia de sobrevivência e de permanência no local, os moradores construíram uma rede de apoio, marcada por “formas de solidariedade que decorr[ia]m da percepção e domínio que seus moradores têm do meio urbano (...), o que lhes permit[ia] manipular as possíveis alternativas e elementos oferecidos na luta pela sobrevivência” (MEDINA, 1982, p. 132). Nota-se que a pesquisadora não tentou alargar a definição de cortiço mobilizada por ela e propor uma nova, que abrangesse não apenas a relação de locação, mas o formato de “não inquilinato”, já que conseguiu verificar que também existia tal modalidade nos cortiços analisados.

Em relação ao perfil social, a autora verificou que a população residente nesses

64 Como fonte para a delimitação da área de estudo, a pesquisadora faz referência à “Área das Cantinas” demarcada no documento “Bela Vista - Z8-010 - Coordenadoria Geral de Planejamento. PMSP. Parte I, Vol. I, Estudos Básicos” (MEDINA, 1982, p. 11). Foram delimitadas por esse estudo as seguintes sub-áreas: Bexiga; Espigão; Grota; Baixada; Martiniano; Metrô e Cantina, que foi a escolhida por ela devido à presença “dos cortiços mais antigos” (MEDINA, 1982, p. 10). Na primeira categoria (n. 860), foram enquadrados os cortiços cujo proprietário não residia no imóvel e recebia o aluguel diretamente dos moradores; na segunda (n. 890), os imóveis em que o proprietário também não residia no local e recebia o aluguel indiretamente; na terceira, os cortiços onde o proprietário morava ali e recebia o aluguel diretamente; na quarta, não havia cobrança de aluguel pelo proprietário, que não residia no cortiço (MEDINA, 1982, p. 12). Medina apresenta as características físicas de alguns cômodos dos cortiços agrupados pelo número 490. Em um deles, habitado por seis pessoas, um guarda-roupa dividia o espaço entre dormitório, ocupado com duas camas e uma beliche, e sala-cozinha, que acomodava um sofá, uma cômoda, uma mesa, duas cadeiras e um fogão. Em outro, que media apenas 4m2, um casal dividia uma cama de solteiro e possuía um fogão, além de outros poucos móveis. Ambos os cômodos custavam Cr\$1.500,00 mensais. Nesse grupo, o valor do aluguel variava entre Cr\$1.000,00 e Cr\$3.000,00 e não havia acordos legais registrados entre os inquilinos e o “senhorio”, representado pelos proprietários ou responsáveis pelo imóvel. A pesquisadora verificou que esse valor comprometia grande parte do orçamento familiar. Enquanto uma moradora havia relatado que o marido recebia um salário de Cr\$3.500,00 como porteiro e o valor do aluguel do seu cômodo estava em Cr\$1.200,00, desconsiderando as taxas de água e luz, outra moradora havia afirmado que ganhava Cr\$4.000,00 como servidora de café em uma empresa e pagava Cr\$2.500,00 de aluguel, desconsiderando as demais taxas igualmente. Nesses casos, o valor gasto com aluguel representava 35% e 62% da renda familiar, respectivamente. O salário mínimo em 1979 era de Cr\$2.800,00. Nota-se que os salários dos entrevistados estavam próximos desse valor.

65 Havia tanques e bacias sanitárias compartilhadas entre todos os moradores. Apesar da precariedade física dos cômodos, foram encontrados “fogões modernos”, liquidificadores, ferros elétricos, aparelhos de som, geladeiras e televisores, adquiridos, muitas vezes, por meio da redução de outros gastos com artigos de necessidade básica, como alimentação, vestuário, saúde e transporte, já que a distância entre o trabalho e a moradia era um critério decisivo na seleção das vagas de trabalho. Nas entrevistas, Medina averiguou que o morador se definia e classificava os demais através de um julgamento valorativo, onde o trabalho aparecia como valor fundamental. Por outro lado, no cortiço que representa o número 460, a relação proprietário-moradores era de “não inquilinato”, no sentido de que não havia cobrança de aluguel. Os residentes prestavam serviços ao proprietário e em troca recebiam o cômodo gratuitamente. A relação era acompanhada de perto por Dona Clélia, responsável pelo imóvel. Era ela que autorizava a chegada de novos moradores e que também exercia um papel de liderança familiar, pois foram detectados laços de parentesco entre os residentes.

cortiços era constituída, em sua maioria, por mulatos, negros e migrantes de outros estados do País, fatores que contribuíam para a sua diferenciação étnica e sua estigmatização no bairro. É importante destacar que Medina relacionou componentes de raça e etnia, e o perfil dos moradores de cortiços, assim como feito por Márcio Sampaio de Castro (2008). Outro aspecto considerado relevante era a condição generalizada de pobreza, pois os moradores configuravam um excedente de trabalhadores não especializados e com baixa remuneração. Para ela, a condição de “morador de cortiço” seria resultante de sua participação no sistema econômico, dentro do qual ele ocupava posições “inferiores”⁶⁶.

Uma reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* em 1983⁶⁷ vai ao encontro das informações trazidas por Medina no que tange à atuação da Paróquia Nossa Senhora Achiropita e de outras igrejas do bairro junto a esse público. Segundo a notícia, as referidas igrejas trabalhavam em conjunto em prol de uma conscientização reivindicatória dos moradores para abrir diálogo com o poder público e promover fiscalização das condições de habitabilidade dos cortiços para melhorar as condições de moradia. A Paróquia Nossa Senhora Achiropita, que realizava essas ações desde 1979, havia desenvolvido o projeto de administração comunitária, cujo objetivo era envolver entidades filantrópicas e associações de amigos do bairro para alugar imóveis encortiçados e sublocar os cômodos com valores mais baixos. O intuito era evitar a exploração por parte dos sublocadores. Além do trabalho de conscientização, as paróquias forneciam ajuda odontológica e alimentos aos moradores de cortiços do bairro, informação que coincide com a pesquisa de Medina (ZANFRA, 1983, p. 22).

A atuação das paróquias junto à população encortiçada foi encontrada em outra reportagem do mesmo periódico, quase um ano depois⁶⁸. O jornalista que a elaborou denunciava que havia, em São Paulo, uma “máfia de cortiços”, que explorava os moradores por meio das figuras dos sublocadores e intermediários dos imóveis. Segundo ele, a Pastoral de Áreas Carentes, ligada à Arquidiocese de São Paulo, desenvolvia um trabalho de promoção humana com esses moradores na tentativa de minimizar esses danos, fornecendo ajuda médica, jurídica e odontológica. Outro dado importante apresentado pela reportagem foi o valor dos aluguéis em cortiços localizados nas ruas Assembleia e Jandaia⁶⁹ e a constatação de que essa área retratava “a deterioração urbana” (KOTSCHO, 1984, p. 22).

Essa informação também foi trazida por Renata Xavier (1992) e Antônio Teixeira (1985), autores de pesquisas acadêmicas que tiveram como tema os cortiços em São Paulo nos anos 1980. A primeira afirma que a Pastoral das Áreas Carentes promovia reuniões do Movimento de População Moradora em Cortiços, na Paróquia de Santa Cecília, com esse objetivo, nas quais os moradores solicitavam melhorias físicas nos imóveis, construções

66 É importante mencionar que Medina percebeu que os moradores entrevistados não se utilizavam do termo “morador de cortiço” para referirem a si mesmos, pois, para eles, essa expressão continha um caráter pejorativo de marginalidade, de “vagabundagem”, que eles procuravam esconder empregando a expressão “moradores de pensão”. Desse modo, o sistema de classificação social utilizado pelos “moradores de cortiço” era o mesmo daqueles que não habitavam os cortiços, mostrando uma situação em que os próprios moradores haviam incorporado a discriminação social e chegavam a encobrir a estratificação existente entre eles próprios, pois os entrevistados apontavam os moradores briguentos ou que não cumpriam as regras da moradia como “cortiçeiros” (MEDINA, 1982, p. 112-113).

67 “Paróquia quer humanizar cortiços do Bexiga com ação humanitária” (ZANFRA, 1983, p. 22).

68 “Plano pode beneficiar 20 mil moradores de cortiços” (KOTSCHO, 1984, p. 22).

69 Segundo a reportagem, os valores dos aluguéis nesses cortiços poderiam variar entre Cr\$ 15.000 e Cr\$40.000 para cômodos de, em média, 9m² de área. Os casarões das ruas Jandaia e Assembleia serão retomados no Capítulo 4 como estudos de caso nas práticas do DPH nos anos 1980.

de creches e auxílio jurídico contra cobranças abusivas dos aluguéis. Já o segundo cita que a Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes) desenvolvia um trabalho em conjunto com a Pastoral de Áreas Carentes e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, que também pertencia à Arquidiocese de São Paulo, para atender e melhorar as condições de um cortiço de grandes dimensões no Brás. O objetivo era viabilizar a autogestão do imóvel pelos moradores e a desapropriação. Nota-se uma postura progressista dessas entidades, ligadas à Igreja Católica, no sentido de criar uma consciência coletiva entre os moradores.

Ao mesmo tempo que essas pesquisas acadêmicas eram desenvolvidas, a municipalidade também procurava compreender a questão dos cortiços enquanto problema habitacional, para verificar a aplicabilidade de políticas públicas necessárias. Esse cenário dá indícios da profusão de estudos sobre o tema dos cortiços durante os anos 1980 tanto no âmbito das universidades quanto da gestão pública. A Coordenadoria de Planejamento (Cogep), por exemplo, elaborou um estudo sobre os cortiços em São Paulo por meio de levantamento de dados no cadastro de Rendas Imobiliárias em 1981, por setor fiscal agrupados em Administrações Regionais (AR). A equipe da Cogep se utilizou dos mesmos códigos⁷⁰ do diagnóstico da Sebes (1975) e estimou que entre 20% e 40% da população total da AR-Sé, onde está a Bela Vista, residia em cortiços à época e a densidade estava no intervalo de 100 a 200 cortiços/km², a mesma encontrada nas AR Lapa, Butantã, Santo Amaro e Itaquera/Guaianazes (Figura 17). Importa destacar que essa densidade é bastante superior à demonstrada pelo estudo da Sebes na década anterior, que indicava 35 cortiços/km².

A Cogep também realizou um levantamento da quantidade de casas coletivas, cortiços e cortiços verticais encontrados em cada setor imobiliário. Como pode ser observado na Tabela 1, se somados os quatro setores incidentes na Bela Vista (5, 6, 9 e 33), foram identificados: 719 casas coletivas, 87 cortiços e 106 cortiços verticais, perfazendo um total de 912 imóveis⁷¹. No entanto, é importante verificar que os setores 6 e 9 têm maior incidência no distrito e o setor 9 é o que apresenta a segunda maior quantidade de cortiços, casas coletivas e cortiços verticais em conjunto, com um total de 287 exemplares. Se os setores 6 e 9 tiverem os casos somados, chega-se a um total de 370 imóveis.

Na gestão do prefeito Mário Covas (1983-1985), a mesma em que o projeto IGEPAC-Bela Vista foi executado, a Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) produziu o relatório “Cortiços em São Paulo: frente e verso” (1986)⁷². Nesse estudo, nenhum cortiço da Bela Vista foi selecionado para a análise, o que causa certa estranheza, uma vez que está registrado que os setores de Rendas Imobiliárias nº 5, 6 e 9 apresentavam frequência significativa de imóveis classificados com os códigos de uso de casas coletivas e cortiços na AR- Sé. O setor 9, por exemplo, apresentava uma das quantidades mais elevadas de código 13, perdendo apenas para os setores n. 17 (Pari-Canindé) e 18 (Santa Ifigênia-Pari)⁷³ (SÃO

70 Os códigos utilizados foram 13 para cortiços e 12 para casas coletivas. A equipe optou por incorporar o código 21, que se referia a edifícios de apartamentos “não em condomínio” ou cortiços verticais.

71 Pelo tempo de pesquisa, não foi possível levantar os endereços desses imóveis, mas há interesse em continuar a pesquisa e identifica-los, no intuito de elaborar um panorama mais preciso dos cortiços no bairro.

72 O relatório em questão foi elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla) durante a gestão do prefeito Mário Covas e ao mesmo tempo que o IGEPAC-Bela Vista estava sendo produzido pelo DPH. A publicação de seus resultados em forma de caderno ocorreu em 1986.

73 Vide Tabela B (SÃO PAULO (cidade), Sempla, 1986, p. 188).

Setor incidente na Bela Vista	Código de uso	Total de unidades por código	Total de unidades por setor
5	12	115	143
	13	11	
	21	17	
6	12	65	83
	13	9	
	21	9	
9	12	187	287
	13	54	
	21	37	
33	12	352	408
	13	13	
	21	43	

Tabela 1. Quantidade de casas coletivas (código 12), cortiços (código 13) e cortiços verticais (código 21) por Setor de Renda Imobiliária em 1981. Fonte: autoria própria, com base no estudo da Cogep (SÃO PAULO (município), 1981, Sempla/Cogep. pasta DOS 056/05).

Figura 15. Estudo sobre cortiços de autoria da Cogep. Porcentagem da população moradora em cortiço por AR por km². Fonte: SÃO PAULO (município), Sempla/Cogep. 1981, pasta DOS 056/03.

Figura 16. Estudo sobre cortiços de autoria da Cogep. Domicílios de cortiços por ARs. Fonte: SÃO PAULO (município), 1981, Sempla/Cogep. pasta DOS 056/03.

Figura 17. Estudo sobre cortiços de autoria da Cogep. Densidade de cortiços por km² por AR. Fonte: SÃO PAULO (município), Sempla/Cogep. 1981, pasta DOS 056/03.

PAULO (cidade), Sempla, 1986, p. 188).

De acordo com o relatório, a Bela Vista aparece como um dos bairros cuja densidade de cortiços havia sido indicada como elevada pelo diagnóstico da Sebes (1975), mas que perdeu posições com as estimativas de Sempla de 1980, dos dados do TPCL-RI de 1981 e da pesquisa DIEESE de 1982⁷⁴. Para a Sempla, o bairro aparecia com baixa densidade de cortiços, assim como Liberdade, Consolação, Vila Madalena, Santo Amaro e Jardim América, com taxa de até 1 cortiço para cada 1.000 habitantes. De acordo com os dados do DIEESE coletados para o relatório, a Bela Vista possuía incidência média de cortiços, com densidade de 11 a 15% dos imóveis, ao lado dos bairros de Santa Cecília, Aclimação e Cerqueira César (SÃO PAULO (município), Sempla, 1986, p. 189).

As informações obtidas nos relatórios da Sebes, em 1975, da Cogep, em 1981, e da Sempla, em 1986, produzidos em âmbito municipal, e na pesquisa acadêmica de Medina, em 1982, não permitiram a definição precisa de um panorama territorial e quantitativo dos cortiços na Bela Vista, que era um dos objetivos almejados por esta pesquisa ao selecionar e analisar essas fontes. A princípio, acreditava-se que os diagnósticos elaborados pela municipalidade poderiam trazer mais informações sobre a moradia em cortiços no bairro, tendo em vista que se apoiavam nos dados fornecidos pelo cadastro de Rendas Imobiliárias da Secretaria de Finanças, que mostraram desde os anos 1970 que os setores incidentes na Bela Vista apresentavam quantidade significativa de cortiços. No entanto, isso não se comprovou e não foi possível reter muitos dados sobre esse cenário por meio desses diagnósticos. Os estudos não trouxeram mapas e levantamentos que apresentassem os endereços, a distribuição e a quantidade de imóveis ocupados como cortiços no bairro. A pesquisa de Medina foi a que forneceu mais informações sobre as condições de moradia e o perfil social nas habitações coletivas na Bela Vista, embora a análise ficasse restrita a poucos imóveis, razão pela qual não permitiu a elaboração de um panorama mais abrangente do ponto de vista territorial e urbano.

A Cogep foi mais a fundo nos estudos realizados entre 1981 e 1982 e produziu uma análise territorial por meio da identificação das casas coletivas, cortiços e cortiços verticais em cada setor imobiliário das Administrações Regionais, e, por meio deles, foi possível estimar que houvesse, aproximadamente, 370 imóveis ocupados como cortiços no bairro, se considerados apenas os setores de Rendas Imobiliárias n.ºs. 6 e 9. A análise dessas fontes permite inferir que, nos anos 1980, a Bela Vista apresentava quantidade significativa de cortiços, a qual poderia estar ameaçada perante um possível processo de valorização imobiliária e fundiária, identificado tanto pelos relatórios municipais quanto pelos projetos de renovação urbana para a Bela Vista, que serão analisados no próximo capítulo.

Na tentativa de elaborar esse panorama, decidiu-se recorrer aos classificados do jornal *Diário Popular* e, por meio de consultas à seção entre 1982 e 1987⁷⁵, foram buscados anúncios de vagas em cortiços e pensões no bairro, a fim de verificar os endereços dos imóveis anunciados, a quantidade e o valor dos aluguéis dos cômodos. No ano de 1982,

74 Verificar Quadro I - “Demonstrativo de Incidência e Distribuição de Frequência da Habitação Precária e Cortiços por Diferentes Fontes de Pesquisa no Município de São Paulo” (SÃO PAULO (cidade), 1985, p. 189).

75 Foram consultados todos os exemplares publicados nos meses de julho de 1982, 1983, 1984, 1985, 1986 e 1987. Devido ao tempo disponível para pesquisa, optou-se por selecionar o mesmo mês de cada ano, em vez de verificar todos os meses. Os exemplares estão disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade e foram consultados entre julho e agosto de 2019.

ou seja, um ano antes do início dos trabalhos do IGEPAC-Bela Vista, foram encontrados anúncios do mesmo imóvel publicados repetidas vezes durante o mês⁷⁶. Há imóveis com anúncios publicados em mais de um ano, o que pode denotar permanência da situação de cortiço no decorrer da década de 1980. Há casos de anúncios publicados por quatro anos⁷⁷, e outros, com repetição de oferta de vagas em cômodos, por três anos⁷⁸. No caso dos imóveis localizados à Rua Japurá, nº 225, e à Rua Treze de Maio, nº 95 e nº 860, há anúncios publicados em dois anos, em 1982 e 1983.

É importante destacar que, no intervalo de tempo estudado, houve uma diminuição da quantidade de anúncios de vagas em cômodos entre 1982 e 1987 na Bela Vista. No primeiro, foram encontrados 21 logradouros com vagas disponíveis, enquanto em 1986 e 1987 foram identificados apenas três e quatro imóveis, respectivamente. Indaga-se se essa queda no número de imóveis anunciados pode ter relação com o cenário de ameaça aos cortiços identificado pela Sebes em 1975 e com as estimativas apresentadas pelo relatório da Sempla, em 1985, que apontou a baixa densidade e a incidência média de cortiços. Seria esse mais um indício de que a Bela Vista estaria, de fato, passando por um processo de valorização imobiliária e iminência de mudança de ocupação durante os anos 1980?

Quanto à distribuição territorial dos cortiços com vagas anunciadas no *Diário Popular* (Figura 18), é possível notar a presença de exemplares por toda a extensão do bairro e nos quatro setores de Rendas Imobiliárias. Por meio desse levantamento, não foi possível identificar manchas mais significativas de concentração desses imóveis. Ainda assim, percebe-se que as ruas Treze de Maio e Major Diogo são as que apresentaram a maior quantidade de exemplares entre 1982 e 1987. É importante lembrar que a presença de cortiços em ambas as ruas foi identificada na pesquisa de Sheila Schneck. A rua Santo Antônio também contou com cortiços com vagas anunciadas e foi destacada por Grunspum em suas memórias. Essa rua está próxima do vale do córrego Saracura, ou da “face pobre” do bairro, conforme categorizado por Schneck, o que possibilitou valores de aluguéis mais baixos e uma ocupação por famílias de renda mais baixa. Essa condição pode ter persistido até os anos 1980.

Pelo exposto, é lícito concluir que os cortiços são elementos que perpassam a história urbana da Bela Vista como modalidade de habitação de caráter popular e como forma de morar de todos os grupos sociais que compuseram a sua população no transcorrer do século XX. É importante destacar o argumento de Ana Lanna de que as habitações coletivas nem sempre apresentaram extrema precariedade habitacional e remeteram necessariamente à pobreza e estigmatização social. Nas primeiras décadas, a partir da oficialização do loteamento e parcelamento que deram origem ao bairro, Lanna mostra que residências unifamiliares em lotes isolados eram minoria, ante a diversidade de arranjos e soluções de uso misto. As habitações coletivas eram uma das opções disponíveis para os moradores que buscavam

76 É o caso dos imóveis da Rua Treze de Maio, nº 692, anunciado 23 vezes, o da Rua Conselheiro Carrão, nº 379, publicado 20 vezes, e o da Rua Jandaia, nº 112, ofertado 12 vezes. O imóvel da Rua Treze de Maio, nº 692 também teve oferta de vagas anunciada 15 vezes durante o mês de julho de 1983, seguido do imóvel à Rua Major Diogo, nº 588, anunciado 14 vezes.

77 É o caso dos imóveis localizados na Rua Assembleia, nºs 287 e 291, que mostra anúncios de vagas em cômodos publicados nos anos de 1982, 1984, 1985 e 1986; e na Rua Major Diogo, nº 588, entre os anos de 1982, 1983, 1984 e 1985.

78 É o caso dos imóveis localizados na Rua Artur Prado, com anúncios em 1982, 1985 e 1986; Rua Treze de Maio, nº 692, Rua Abolição, nº 258 e Rua Almirante Marques Leão, nº 708, com anúncios em 1982, 1983 e 1984; e Rua Maestro Cardim, nº 496, com anúncios em 1984, 1985 e 1987.

Figura 18. Localização dos imóveis com vagas anunciadas na seção Classificados do jornal *Diário Popular* nos meses de julho de 1982, 1983, 1984, 1985, 1986 e 1987. Os números 5, 6, 9 e 33 indicam os Setores de Rendas Imobiliárias. Fonte: autoria própria sobre base Gegrán (1974).

moradia a preços mais acessíveis e para os pequenos e médios empreendedores imobiliários que encontraram nessa solução uma oportunidade de obtenção de renda. Tais arranjos se manifestaram por meio da subdivisão das edificações e do aproveitamento dos porões como cômodos habitáveis, além das vilas, caracterizadas por casas construídas em série no interior das quadras, visando ao máximo aproveitamento das áreas disponíveis. Entre elas, pode-se citar a Vila Zammataro, apresentada por Nadia Marzola.

Porém, é importante destacar que as condições físicas das habitações coletivas facilitaram o estabelecimento de condições precárias de habitabilidade, coabitação involuntária, adensamento excessivo e exploração dos moradores por parte dos responsáveis por esses imóveis. Ademais, como Sheila Schneck, Márcio Sampaio de Castro e Reinaldo José de Oliveira mostram, é possível identificar a predominância de moradores negros e pardos entre os residentes de cortiços desde o princípio. Essa situação se manteve semelhante no decorrer do século XX, mesmo após o processo de substituição social ocorrido após as transformações urbanas que tiveram a Bela Vista como palco e que serão analisadas no próximo capítulo. Prova disso está nos depoimentos cedidos por ex-moradores de cortiços a Oliveira e a Diego Vargas (2019).

Esses autores também chamaram atenção para a primazia desse grupo social na região do vale do córrego Saracura, que se manteve às margens do empreendimento que deu origem à Bela Vista por ser desvalorizada dos pontos de vista fundiário e imobiliário. Foi nessa região que as manifestações culturais ligadas aos negros encontraram mais espaço para deixar suas marcas, como foi o caso da Escola de Samba Vai-Vai. Entretanto, a identidade desse grupo perdeu força frente à construção da imagem da Bela Vista como “o bairro dos italianos” em São Paulo, na segunda metade do século XX.

Sobre esse aspecto, foi averiguado pela pesquisa que a hegemonia de moradores de origem italiana, que marcou a ocupação do bairro em suas primeiras décadas de existência, deu suporte para a organização de uma nova memória ligada à narrativa e às tradições italianas. Esse protagonismo se deveu às articulações entre as principais lideranças do bairro, setores do poder público e entidades ligadas à Itália, entre os anos de 1970 e 1980. Estiveram entre os projetos elaborados por essas lideranças: o Centro Turístico Italiano, da SODEPRO, o Terminal Turístico Rodoviário, da Emurb e o Bulevar Adoniran Barbosa, da Sabiá e do Museu da Memória do Bexiga. Todos eles foram veiculados pela mídia impressa no período, que é um indício da circulação de ideias junto à opinião pública. Vale pontuar que Leila Diêgoli, em entrevista, diz se recordar da presença de Walter Taverna e de Armandinho no DPH naquele momento.

Quanto aos cortiços, as fontes consultadas permitiram concluir a presença constante dessa modalidade habitacional no bairro desde o princípio, contudo, um ponto de inflexão pode ter-se estabelecido durante os anos 1970. O relatório municipal produzido em 1975 pela Sebes, durante a gestão do prefeito Miguel Colassuono, chamou atenção para um provável cenário de valorização imobiliária no bairro, que teria como resultado o desaparecimento “espontâneo” dos cortiços. Esse estudo foi produzido na mesma gestão municipal em que a Cogep encomendou três propostas de renovação urbana para a região, que também registraram processo semelhante e que tentaram reforçar a ideia de que a Bela Vista era uma área estratégica de expansão imobiliária. O material produzido pela Sempla em 1985 e a consulta realizada aos anúncios do *Diário Popular* entre 1982 e 1987 ligaram um sinal de

alerta, pois podem dar indícios de uma possível redução da quantidade de cortiços no bairro em relação à década anterior como sintoma dessa valorização. Os relatos de moradores coletados por Ceres Medina também indicaram o seu receio em serem expulsos do bairro, devido ao aumento do valor dos aluguéis.

Optou-se por aprofundar a investigação sobre esse cenário, já que a ameaça aos cortiços podia ser real no momento em que o IGEPAC-Bela Vista estava sendo produzido pelo DPH. Na verdade, pode-se dizer que se tratou de uma dupla ameaça: tanto em relação à expulsão da população mais vulnerável que residia nos cortiços, quanto no que diz respeito à permanência do patrimônio edificado, uma vez que grande parte dessas habitações estava instalada em casarões construídos nas primeiras décadas desde a oficialização do bairro. Além disso, o caso dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia tornou isso ainda mais evidente e expôs o patrimônio e os cortiços como os elos mais frágeis nesse embate de forças. Por esse motivo, no próximo capítulo, a pesquisa se propôs a investigar a relação entre as grandes obras viárias, as transformações urbanas e a atuação do setor imobiliário no bairro nesse momento. Ao mesmo tempo, será apresentado o debate em torno da aproximação do patrimônio com o campo da habitação e da elaboração do conceito de “patrimônio ambiental urbano”, que foi mobilizado tanto na metodologia do IGEPAC-Bela Vista quanto no processo de patrimonialização dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia.

Capítulo 2

Renovar ou Preservar?

A Bela Vista e seus cortiços no centro do debate

Capítulo 2

Renovar ou Preservar? A Bela Vista e seus cortiços no centro do debate

A Bela Vista foi palco de uma série de transformações de ordem urbana que ocorreram desde os anos 1930 e se estenderam por cerca de trinta anos. Essas transformações, que contaram com a construção de avenidas e viadutos e o alargamento de vias existentes, acarretaram demolições de quadras inteiras e alterações significativas do tecido urbano original. Ao mesmo tempo, a localização do bairro entre o Centro e a Avenida Paulista passou a ser considerada estratégica e, por esse motivo, a municipalidade e a iniciativa privada imobiliária elaboraram projetos de renovação urbana, nos anos 1970, na tentativa de adequá-la à nova dinâmica metropolitana que se estabelecia desde meados do século XX. Os processos de patrimonialização da Bela Vista no âmbito do DPH, que vieram na sequência desses projetos, encontraram a ação dessas forças - descaracterização das condicionantes urbanas do conjunto e possíveis alterações provenientes dos interesses imobiliários - como cenário para as ações de preservação.

O conjunto dessas transformações urbanas acarretou mutilações físicas, paisagísticas e das redes de sociabilidade estabelecidas no território havia décadas, com cicatrizes abertas até os dias atuais. Regina Jehá, por meio do documentário “Bexiga ano zero” (1971)⁷⁹, procurou apresentar e produzir uma reflexão sobre essas mudanças. As cenas mostram as demolições decorrentes da construção das avenidas e viadutos, acompanhadas do texto, de autoria da própria Jehá, que indica que acarretaram tanto a perda de grande parte dos testemunhos materiais da ocupação “tradicional” (grifo próprio) quanto a saída dos antigos moradores de origem italiana, que eram “a alma” (grifo próprio) do bairro. Memórias desses personagens, em sua maioria italianos, são narradas ao mesmo tempo que as imagens dos casarões demolidos percorrem a tela, recurso utilizado pela diretora para passar a mensagem de que, em nome do “progresso” (grifo próprio), aquilo que ela entendia como a essência do bairro estava se perdendo.

Algumas cenas do documentário dirigido por Jehá são apresentadas na sequência para mostrar como a construção das avenidas e as consequentes demolições deixavam marcas físicas e sociais na Bela Vista no início dos anos 1970.

⁷⁹ O documentário “Bexiga ano zero” (1971), dirigido por Regina Jehá e produzido por João Zacchi Junior, fez parte de uma trilogia inspirada na obra “Brás, Bexiga e Barra Funda”, de Antônio Alcântara Machado. Regina Jehá é formada pelo curso de Cinema da Escola de Comunicação e Artes da Usp. Esse documentário foi um de seus primeiros filmes divulgados para o público em geral, foi produzido com o auxílio de recursos do Governo do Estado de São Paulo e da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo e ganhou vários prêmios nacionais de cinema à época. É possível detectar um esforço de vincular a identidade do bairro com a memória italiana, já que o texto e as cenas dão a entender que os antigos moradores de origem italiana eram “a alma do bairro”. No entanto, optou-se por apresentá-lo aqui pois esse esforço não o deslegitima como elemento historiográfico importante sobre o bairro e suas cenas apresentam essas transformações urbanas de forma impactante.

Figura 19. Cena do documentário “Bexiga ano zero” (1971). Nesse enquadramento, mulheres de origem italiana, vestindo roupas que simbolizam luto, caminham ao longo do Elevado Júlio de Mesquita Filho, recém construído. Fonte: JEHÁ, 1971, 10min15s.

Figura 20. Cena do documentário “Bexiga ano zero” (1971). Nota-se o Elevado Júlio de Mesquita Filho sendo construído, com um indivíduo solitário caminhando em meio à obra. Fonte: JEHÁ, 1971, 9min29s.

Figura 21. Cena do documentário “Bexiga ano zero” (1971). Em primeiro plano, observa-se a demolição de antigos casarões e, ao fundo, a verticalização já se fazendo presente na paisagem. Fonte: JEHÁ, 1971, 6min47s.

2.1 Transformações urbanas: valorização imobiliária ou deterioração?

O cenário impactante apresentado por Regina Jehá (1971) precisa ser analisado em perspectiva histórica, uma vez que a configuração do loteamento que deu origem ao bairro começou a sofrer alterações nos anos 1930. A gestão do prefeito Fabio Prado (1934-1938) deu início à construção da Avenida Nove de Julho, que estava prevista no “Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo” (1930)⁸⁰, elaborado por Francisco Prestes Maia e João Florence de Ulhôa Cintra como um plano de remodelação da cidade. Nestor Goulart Reis Filho (2004) indica que o “Plano de Avenidas” norteou os projetos e políticas de circulação e de desenvolvimento urbano de várias gestões municipais desde a década de 1930 até a de 1960 e previu intervenções viárias na região da Bela Vista, assim como em outros bairros que formam a coroa central ao redor do núcleo urbano mais antigo do município. Ou seja, o bairro estava localizado em uma região que seria diretamente afetada pelo plano de Prestes Maia e Ulhôa Cintra e, por esse motivo, acredita-se que uma análise de seu processo de implementação se faz necessária.

O material que integra o “Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo” (1930), de Prestes Maia e Ulhôa Cintra, permite averiguar essa condição, a começar pela planta que apresenta o estudo preliminar da segunda versão do “Perímetro de Irradiação”⁸¹, em que é possível visualizar que um trecho do anel atravessaria a porção norte do bairro. Em outro desenho, é possível notar que a passagem de um trecho do “Perímetro de Irradiação” pela Bela Vista foi confirmada (Figura 22). O “Esquema Teórico de São Paulo”, que também foi produzido nesse estudo, apresenta as Avenidas Anhangabaú e Brigadeiro Luís Antônio como radiais e a Avenida Itooró como o início da radial Jabaquara. A Avenida Major Diogo também estava prevista e configurava um elo entre o “Perímetro de Irradiação”, a Avenida Paulista e o trecho final da Avenida Itooró. As avenidas Anhangabaú e Itooró, juntamente com a Avenida Prestes Maia, formavam o “Sistema Y”, importante eixo de conexão entre as zonas sul e norte do município.

O prefeito Fabio Prado viabilizou a construção do Túnel Nove de Julho sob a Avenida Paulista e o início das obras do leito da avenida homônima, que passou por cima do córrego Saracura, e aprovou o projeto para a Avenida Itooró, que receberia em 1954 o nome de Avenida Vinte e Três de Maio. Até esse momento, os córregos Saracura e Itooró corriam a céu aberto e estavam às margens do arruamento e do loteamento que deram origem à Bela Vista enquanto distrito oficial. Os vales desses cursos d’água e as encostas adjacentes eram ocupadas de forma dispersa, com poucas edificações de caráter popular ocupadas majoritariamente por negros, conforme visto no Capítulo 1.

⁸⁰ A publicação “Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo” (1930) foi um desdobramento dos estudos que os engenheiros-arquitetos haviam elaborado a pedido do prefeito Pires do Rio, que antecedeu a Fabio Prado, e publicado no Boletim do Instituto de Engenharia, edição de outubro/1924-junho/1926. Na série de artigos intitulada “Problema atual: os grandes melhoramentos de São Paulo”, os autores identificaram a necessidade de um plano e de um esquema urbanístico que ordenasse o crescimento urbano de São Paulo. Benedito Lima de Toledo analisa esse plano desde a concepção inicial até as obras de implementação na publicação “Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo (1996), que foi utilizada aqui como referência. Segundo Toledo, o primeiro traçado do “Perímetro de Irradiação” não atravessava a porção norte da Bela Vista, mas verificam-se ruas e viadutos projetados nas suas proximidades. Nas versões posteriores, o bairro passou a ser alvo da construção de viadutos e avenidas que estavam previstas no plano e foram construídas entre as décadas de 1930 e 1960.

⁸¹ É interessante observar que, nessa planta, a região está indicada com dois nomes, Bela Vista, no trecho mais próximo da Avenida Anhangabaú e da Avenida Paulista, e Bexiga, na área mais próxima do centro do município.

Figura 22. Estudo para um Plano de Avenidas. Versão final do “Perímetro de Irradiação”. Fonte: TOLEDO, 1996, p. 145. Os nomes foram inseridos pela autora.

Figura 23. Construção da Avenida Nove de Julho. Sem data. Fonte: TOLEDO, 1996, p. 197

Figura 24. Avenida Nove de Julho e Viaduto Nove de Julho. À esquerda, a Rua Santo Antônio. Sem data. Fonte: TOLEDO, 1996, p. 130

Nestor Goulart Reis Filho (1994) mostra que, por volta de 1930, a região onde foi aberta a Praça 14 Bis era cercada por fundos de quintais dos casarões que faziam frente à rua Santo Antônio, ocupados, em sua maioria, com cortiços. Os terrenos localizados ao norte da mesma praça estavam ainda pouco ocupados. Na direção da rua Almirante Marques Leão, havia um pasto em que as lavadeiras quaravam as roupas. Na área mais próxima do Morro dos Ingleses, havia poucas edificações ao longo da rua Itapeva. O fundo do vale do Saracura estava ainda coberto pela vegetação ciliar e o local, segundo Reis Filho, apresentava uma paisagem semi-rural. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que a região próxima a esse vale fora considerada em todos planos urbanos para São Paulo desde o final do século XIX, o que mostra que suas condições de ocupação se mostravam indesejadas para as gestões municipais do período.

Devido à recessão econômica do início da década de 1930, as obras de construção da avenida foram interrompidas e retomadas apenas em 1935 pela Sociedade Construtora Brasileira e inaugurada em 1941, durante a gestão de Prestes Maia à frente da Prefeitura e de Ulhôa Cintra como Diretor de Obras Públicas (1938-1945)⁸². No mesmo ano em que a avenida foi inaugurada, o Decreto-lei nº 75 foi promulgado, por meio do qual se regulamentaram as regras edilícias e de ocupação ao longo do seu leito. No que concerne à região da Bela Vista, Prestes Maia viabilizou a implantação da rua Dona Maria Paula e de uma série de viadutos que compunham o Perímetro de Irradiação⁸³ do Plano de Avenidas e que garantiriam a continuidade da malha viária do entorno: Dona Paulina, Jacareí e Major Quedinho.

Esses novos eixos viários, juntamente com a Avenida Nove de Julho e a futura Avenida Vinte e Três de Maio, alteraram a paisagem e tornaram-se barreiras físicas de grande magnitude ao redor do bairro. Benedito Lima de Toledo (1996) apresenta um cartão postal (Figura 24) em que é possível ver o leito da Avenida Nove de Julho e o conjunto de viadutos que passam sobre ele e sobre o conjunto do casario e que conectam a Bela Vista aos bairros da Consolação e da República, como o Viaduto Nove de Julho, que está em primeiro plano na imagem. Esse viaduto fazia parte da “Avenida de Irradiação” do Plano de Avenidas, assim como os viadutos Major Quedinho e Martinho Prado, que aparecem na sequência. Na fotografia, é possível verificar um indício de verticalização já presente ao longo da avenida Nove de Julho, embora ainda limitado à sua margem oeste, ou seja, ao bairro da Consolação.

Entender Prestes Maia como um ator fundamental para o processo de desenvolvimento urbano de São Paulo ao longo do século XX faz a atenção também se voltar para seus discursos e posicionamentos. Em entrevista concedida à *Revista do DPH*, Benedito Lima de Toledo (1996) considera que Prestes Maia era acusado de iconoclasta, ainda que de forma não tão explícita. Além de demolir a antiga Igreja dos Remédios e de propor derrubar a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, no Largo do Paissandú, o autor do Plano de Avenidas aparentemente considerava a Bela Vista um bairro insalubre e sentia necessidade de

82 Francisco Prestes Maia foi prefeito de São Paulo em duas ocasiões: sua primeira gestão ocorreu entre 1938 e 1945 e a segunda entre 1961 e 1965.

83 No Plano de Avenidas, o traçado do Perímetro de Irradiação foi pensado ao redor do núcleo urbano mais antigo de São Paulo e seria composto pela avenida São Luís, pelos viadutos Nove de Julho, Jacareí e Dona Paulina, pela ladeira do Carmo, pela rua da Figueira e pelas avenidas Mercúrio, Senador Queirós e Ipiranga. O Perímetro de Irradiação serviria como anel de convergência das avenidas estruturais radiais, que partiriam do centro e se dirigiriam para outras regiões da cidade.

incorporá-la a planos de saneamento da área central. Toledo parece discordar do adjetivo “iconoclasta”, pois defende que o sanitarismo era um dos princípios básicos da disciplina de urbanismo naquele momento, o que não exclui, obviamente, o fato de chamarmos a atenção para a consideração de Prestes Maia de que o bairro de ocupação popular e com muitos cortiços necessitava de “medidas sanitárias” (TOLEDO, 1996, p. 37).

Além das medidas sanitaristas, acrescenta-se a preocupação dos autores do plano com o embelezamento, a cenografia e a estética urbanas, que foram elementos considerados no Plano de Avenidas. Sobre esse aspecto, Eudes Campos (1996) reforça a ideia de que o Plano de Avenidas foi o ápice de uma série de projetos de melhoramentos urbanos para São Paulo desde o início do século XX que foram elaborados como forma de adequar a cidade aos padrões estéticos de uma elite que se estabeleceu no poder municipal desde então. Na sua visão, todos esses projetos, inclusive o de Prestes Maia, tiveram caráter higienizante e estetizante. Na região central, mais especificamente, os planos previam a retirada de cortiços e “pardieiros” (CAMPOS, 1996, p. 60). para que as elites pudessem operar seus interesses em prol da criação de eixos de valorização urbana. Esse processo previu uma nova cidade embelezada, com seu centro valorizado do ponto de vista imobiliário e “sem pobres à vista” (p. 60).

A implementação do Plano de Avenidas e as transformações decorrentes desse processo foram de encontro ao direcionamento do desenvolvimento urbano de São Paulo na direção da metropolização a partir de meados do século XX, que pode ser caracterizado por uma matriz que teve como suporte o investimento prioritário no transporte rodoviário e na estruturação da malha viária, que permitiu traçar vetores de crescimento no sentido das regiões periféricas. Conforme analisado por Sarah Feldman (2017), esse desenvolvimento caminhou junto com a ideia de efêmero e do binômio construção/reconstrução, que estão imbricados na lógica da disciplina de urbanismo, das regulamentações e do setor privado da construção. Obviamente, essa lógica conflitou com a da prática preservacionista, a qual assumiu um caráter defensivo e emergencial, na medida em que a formulação de uma política de patrimônio cultural não conseguiu bases efetivas para se consolidar.

A análise sobre o crescimento urbano da metrópole também foi efetuada por Regina Meyer, Marta Dora Grostein e Ciro Biderman (2004), segundo os quais o rodoviarismo se tornou o principal componente de estruturação do novo território intra-urbano e regional de São Paulo. Do ponto de vista da gestão pública, observou-se um deslocamento da matriz ferroviária para a rodoviária a partir da década de 1930, quando se colocaram as premissas para a organização de uma nova organização viária, ao mesmo tempo que Prestes Maia e Ulhôa Cintra publicavam, pela primeira vez, seus estudos a respeito do Plano de Avenidas. Os autores defendem que a organização física e urbana para atender o ciclo rodoviarista deixou como marca o espraiamento da mancha urbana metropolitana e a construção de uma rede viária que desconsiderou as preexistências. Acrescenta-se ao seu argumento a defesa de Feldman, que entende que as políticas partiram do pressuposto de uma “modernização demolidora” (grifo próprio) e de uma urbanização que partiu de intensas demolições e desapropriações em nome de uma noção de progresso.

Em virtude desse processo, que levou as sucessivas gestões municipais a adotarem políticas de expansão tendo como base um modelo rodoviarista, modificações significativas de ordem urbana, tanto de escala municipal quanto local, continuaram a ter o bairro como

foco. Em meados dos anos 1950 foi promulgado o “Plano de Melhoramentos da Bela Vista”⁸⁴, aprovado durante a gestão do prefeito William Salem (1955), que previu a alteração do desenho de várias ruas do bairro, dentre elas a João Passalacqua, a Treze de Maio, a Pedroso, além da abertura de uma praça no entroncamento das ruas Fortaleza, Rui Barbosa e Treze de Maio, que, posteriormente, recebeu o nome de Praça Dom Orione. Para que as obras pudessem ser concretizadas, o plano assegurou a possibilidade de desapropriação por utilidade pública dos imóveis que precisassem ser demolidos.

As obras foram autorizadas apenas na década seguinte. A rua Rui Barbosa, que atravessa o bairro no sentido norte-sul em quase toda a sua extensão e que pertencia ao arruamento original do final do século XIX, teve seu leito alargado e conectado com a rua Treze de Maio por meio de um viaduto que passa sobre a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Como consequência, ocorreram a demolição de imóveis das quadras lindeiras e a alteração das características paisagísticas e de uso na rua Rui Barbosa. Surgiram empreendimentos de maior porte nas faces de quadra voltadas para essa rua, fruto de lembramentos de lotes e distintos das características de uso e ocupação existentes até então. A rua Rui Barbosa assumiu, assim, características viárias e urbanísticas mais próximas de avenida e tornou-se uma barreira física no meio do bairro.

Não foram encontrados estudos que se debruçassem sobre o “Plano de Melhoramentos da Bela Vista” e que pudessem dar mais informações sobre os autores, os componentes técnicos e as motivações políticas que embasaram a sua elaboração e aprovação pela municipalidade. Além das aberturas e alargamentos viários, é possível dizer que a intervenção que teve o maior impacto no desenho do loteamento e arruamento originais do bairro e, conseqüentemente, no conjunto urbano edificado e nas relações sociais e de vizinhança, foi a passagem da principal artéria de ligação leste-oeste do município, a Avenida Radial Leste. Parte de seu leito secciona a Bela Vista ao meio e, para que sua implantação se tornasse viável, os viadutos Júlio de Mesquita Filho e Jaceguai foram construídos sobre o tecido urbano existente. Não apenas o desenho das quadras e o traçado original das ruas, mas a paisagem e as redes de sociabilidade do entorno também foram seriamente impactadas.

O projeto da Avenida Radial Leste havia sido elaborado na década de 1940, ao final da primeira gestão do prefeito Prestes Maia (1938-1945), e era uma das avenidas do Plano de Avenidas. Com caráter de via expressa, é composta pela Avenida Alcântara Machado, pelo Viaduto Júlio de Mesquita Filho, que passa sobre a Bela Vista, e o Elevado João Goulart. O trecho elevado que atravessa o bairro faz a conexão entre a Avenida Alcântara Machado à leste e a Rua Amaral Gurgel à oeste e grande parte de suas obras foi realizada durante a gestão do prefeito José Vicente Faria Lima (1965-1969), que, tendo respaldo de uma lei datada de 1962 que autorizou a sua construção, optou por dar continuidade ao plano de Prestes Maia. Nesse momento, o Departamento de Urbanismo retomou o projeto de construção de um anel viário de conexão entre as avenidas Vinte e Três de Maio e Radial Leste-Oeste e o processo de desapropriações previsto⁸⁵ para que ele se viabilizasse, que acarretou, posteriormente, a demolição dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia, que é um dos estudos de caso desta

84 Lei municipal nº 4704 de 1955. Algumas pequenas modificações foram previstas pela Lei nº 6128 de 1962.

85 Decreto municipal nº 4965 de 1960: declara de utilidade pública a área de terreno necessária à execução do projeto de abertura da Avenida Vinte e Três de Maio. A construção dessa avenida foi aprovada pela Lei municipal nº 5418 de 1957, durante a gestão do prefeito Adhemar Pereira de Barros (1957-1961).

Figura 25. Trecho da rua Rui Barbosa, com seu leito alargado, na altura da Praça Dom Orione (à esquerda). Fotografia tirada a partir da cota da rua dos Ingleses, em 1988. Fonte: SÃO PAULO (município), Conpresp, 2002, p. 133.

Figura 26. A Avenida Radial Leste seccionou o bairro e destruturou o tecido urbano. Na imagem, o trecho da avenida compreendido entre a Praça Pérola Byington e a Praça Roosevelt, em 1971. Fonte: NASCIMENTO, 2015.

pesquisa e que será analisado no Capítulo 4.

Celia da Rocha Paes (1999) chama a atenção para o fato de que os critérios que nortearam os traçados finais das ruas Rui Barbosa/Treze de Maio e da Avenida Radial Leste não estão explicitados nos textos das leis que autorizaram a construção dessas obras viárias, promulgadas entre 1955 e 1968. As leis se referiram apenas à reserva de áreas destinadas para desapropriações. Em busca de mais informações, Paes consultou os projetos arquivados na Secretaria de Vias Públicas e verificou que as pranchas não continham informações relativas à autoria, escalas, quantidade de páginas, cálculos e registros sobre a demanda e a necessidade das obras. A autora afirma que, provavelmente, nem todos os desenhos estavam disponíveis para consulta. Desse modo, não conseguiu encontrar informações consistentes sobre os critérios definidores dos projetos⁸⁶. Vale a pena lembrar que os projetos e as obras de construção dessas vias foram realizados durante o Regime Militar, fator que pode ter contribuído para a falta de acesso às informações e para a autorização de caráter impositivo das obras viárias de grande porte.

Ademais, Paes identificou dois movimentos correlatos e consequentes das transformações urbanas sofridas pelo bairro que ainda não haviam se concretizado plenamente, pois acreditava que, nos anos 1990, o bairro ainda apresentava grande parte das redes de sociabilidade e relações de identidade. De um lado, identificou que o bairro passou a sofrer valorização imobiliária, já que começou a assumir o papel de prestador de serviços para outros bairros centrais, especialmente para os moradores do entorno da Avenida Paulista, e a constituir área privilegiada para a instalação de equipamentos culturais e de lazer. Segundo ela, a predominância do uso residencial existente até meados do século XX deixou de caracterizá-lo e o bairro passou por um processo contínuo de alteração de usos, com a chegada de novas atividades terciárias e com a consolidação de ponto turístico.

Tal processo de substituição de usos e de aumento do valor imobiliário, aliado ao “terremoto, tanto espacial quando social” (PAES, 1999, p. 58) representado pela construção do Viaduto Júlio de Mesquita Filho e pelas alterações viárias das ruas Rui Barbosa e Treze de Maio, foram as principais causas da expulsão de grande parte da população residente, principalmente da parcela mais vulnerável social e economicamente. Esse afastamento desestabilizou a identidade existente entre os moradores que ali permaneceram e o espaço urbano e provocou um cenário que, nas palavras de Paes, apresentava “deterioração geral das construções, das habitações coletivas, presentes desde a origem do bairro, que transformaram-se em cortiços, em geral em péssimo estado de conservação” (p. 70).

Paes traz o depoimento de José Jambo Filho, dirigente da Escola de Samba Vai-Vai à época, que sentia que os ensaios da escola passaram a receber visitantes de outros bairros após as transformações urbanas, que expulsaram a maior parte dos moradores antigos para

⁸⁶ Na pesquisa realizada na Secretaria de Vias Públicas do Município de São Paulo, Celia da Rocha Paes verificou que os projetos das vias Radial Leste Oeste e Rui Barbosa/Treze de Maio foram distribuídos entre vários escritórios de engenharia e arquitetura na segunda metade da década de 1960. No segundo caso, apenas o Viaduto Treze de Maio, que passa sobre a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, foi objeto de projeto, com pranchas de desenho técnico datadas de 1970 e de autoria de Croce, Aflalo & Gasperini Arquitetos Ltda. Já em relação à avenida Radial Leste Oeste, Paes encontrou projetos diversos relativos, principalmente, a rampas de acesso e viadutos, como o Viaduto do Café em 1969; o Viaduto Júlio de Mesquita Filho, de autoria do escritório de João Figueiredo Ferraz e do arquiteto Nadir Mezedani em 1969; o Viaduto Santo Amaro, projeto de Motta S/A Construções e Comércio; além de projetos relativos à alça de acesso entre esta avenida e a Avenida Vinte e Três de Maio, cujas informações estão contidas no Capítulo 4 desta pesquisa.

as periferias⁸⁷. No seu discurso, José Jambo Filho sintetiza os dois movimentos identificados por Paes, pois percebe-se que o bairro estava atraindo visitantes e que a população mais pobre não estava conseguindo permanecer devido ao aumento do valor imobiliário. Na visão da autora, as transformações urbanas acarretaram um cenário complexo, caracterizado, de um lado, pelo aumento do valor fundiário e dos aluguéis com a consequente expulsão de moradores de mais baixa renda e, de outro lado, pela desvalorização imobiliária no interior do bairro.

Em mais de um momento de sua monografia, Nadia Marzola (1979) chama a atenção para o fato de que “o progresso mudou completamente o bairro” e que, ao final dos anos 1970, a Bela Vista podia ser considerada um bairro “mutilado” (MARZOLA, 1979, p. 66). A autora acredita que a construção da Avenida Radial Leste e o alargamento de vias foram elementos que “dilaceraram” (p. 66) o bairro e que tiveram como consequência a destruição de quadras inteiras, a conformação de áreas sem utilização no encontro das novas vias e um novo tráfego de veículos que sobrecarregou várias ruas. Segundo ela, todas as intervenções formaram uma paisagem e uma configuração urbanas em que “restos da batalha ficaram à mostra” (p. 108)⁸⁸. Recordam-se, aqui, as cenas do documentário de Regina Jehá, que ilustram esse cenário.

Marzola acredita que não somente o tecido urbano e das construções foram afetados, mas grande parte das relações sociais existentes. Os relatos de moradores coletados por ela, assim como Paes procurou fazer, mostraram que estavam preocupados com as transformações, pois temiam a destruição de suas tradições e de seus valores culturais em um bairro onde ainda era possível notar laços de vizinhança. A autora apresenta o depoimento de Tobias Jarhle, imigrante libanês, que declarou a ela que, em decorrência da verticalização e da construção de viadutos, o Bexiga “estava acabando” (p. 113). Na sequência, Marzola coloca que não apenas as tradições e as construções estavam se perdendo em nome do progresso, mas as relações sociais e culturais, ou seja, “o modo de vida” da Bela Vista (p. 113).

A autora reforça sua argumentação ao afirmar que a Bela Vista se encontrava pressionada por dois grandes vetores: de um lado, as funções concentradas na área central da cidade necessitavam de novas frentes para serem alocadas e podiam se dirigir para o bairro. No sentido oposto, a ocupação residencial voltada para as camadas médias e altas nas proximidades da Avenida Paulista precisava se expandir e estava se voltando para o bairro. Na sua visão, essa situação era perigosa para a Bela Vista, pois poderia modificar suas configurações urbanas e sociais, embora Marzola acreditasse que seu traçado urbano e as características de parcelamento, com lotes reduzidos, dificultassem a sua total transformação.

Paes parece ter opinião um pouco distinta. Conforme mencionado há pouco, a

87 Nas palavras de José Jambo Filho, dirigente da Escola de Samba Vai-Vai, “A Vai-Vai sempre contou com as pessoas do bairro, desde sua fundação. Passou a contar com pessoas de outros bairros depois da urbanização dentro do bairro, porque a maior parte dos moradores foi morar na periferia. Hoje 70% dos frequentadores são de fora e 30% são do Bexiga” (JAMBO FILHO apud PAES, 1999, p. 58).

88 Além do destaque dado à construção da Avenida Radial Leste, Nadia Marzola acredita que a construção do Viaduto do Café foi a maior mudança ocorrida no bairro, pois esse elemento viário atravessava a Bela Vista desde a rua Avanhadava até o viaduto Jaceguai, em um dos trechos, e até o prolongamento da rua Treze de Maio após a avenida Brigadeiro Luís Antônio, no outro. Na realidade, a autora associa a construção desse viaduto, que atualmente recebe o nome de Júlio de Mesquita Filho, ao alargamento da rua Rui Barbosa e à passagem elevada da Avenida Radial Leste. Esse viaduto, que foi construído ao lado do Viaduto Martinho Prado, permitiu que essa nova configuração viária, que facilitou a conexão entre as zonas leste e central do município e entre esta e a região da avenida Paulista, se tornasse possível.

autora considera que o eixo que pressionava o bairro a partir do Centro realmente estava se consolidando naquele momento, uma vez que a Bela Vista estava se tornando um território de extensão dos usos e atividades de serviços da área central, ao mesmo tempo que se tornava ponto turístico para o município. No entanto, para Paes, o bairro permanecia alheio ao eixo de deslocamento das zonas residenciais de mais alta renda, que era o proveniente do entorno da Avenida Paulista, com exceção da área da Grota, que foi alvo de verticalização. Nesse sentido, a autora parece não identificar a presença dos dois grandes eixos de pressão imobiliária verificado por Marzola ou parece ter dado menos peso ao vetor proveniente da porção sul do bairro.

No intuito de verificar esse cenário no início dos anos 1980, a pesquisa buscou fontes que apresentassem dados de lançamentos imobiliários naquele momento. Nos documentos de arquivo da antiga Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla), foi encontrado o “Mapa do crescimento vertical residencial 1977-1980”, elaborado pela Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) com base em dados fornecidos pela Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp)⁸⁹. De acordo com as informações ali contidas, a Bela Vista não estava entre os distritos que contavam com a maior quantidade de lançamentos imobiliários se considerado o município em sua totalidade⁹⁰. No período de quatro anos entre 1977 e 1980, foram identificados, no máximo, quatro novos empreendimentos no interior do bairro. Por outro lado, nas proximidades da Avenida Paulista e da Avenida Nove de Julho, foram detectados de “5 a 8 lançamentos”, fator que vai de encontro ao argumento de Marzola e que possibilita a interpretação de que a porção sul do bairro poderia estar recebendo atenção do setor imobiliário e passando por um processo de verticalização mais acentuado.

Ana Carolina Scripillitti (2017) estudou o processo de materialização e verticalização antes e após a oficialização do tombamento do bairro. Tendo como base os dados da Embraesp desde 1985, Scripillitti verificou que houve uma média de 2,37 lançamentos/ano entre 1985 e 1992 na Bela Vista e, nesse mesmo período, foram lançados dezenove empreendimentos residenciais. O maior número de lançamentos ocorreu no ano de 1986, sete ao todo, e nos anos de 1987 e 1989, três lançamentos em cada um. Nos anos de 1990 e 1992 houve apenas um lançamento em cada e nos demais não foi detectado nenhum.

Do ponto de vista da distribuição territorial dos lançamentos identificados por Scripillitti (Figura 29), as quadras entre a rua Fausto Ferraz, a Alameda Ribeirão Preto e a Avenida Paulista não foram contempladas por essa pesquisa. É provável que tais quadras apresentassem quantidade maior de lançamentos e, se estivessem inscritas no perímetro de análise, os dados possibilitariam confirmar a existência do vetor de pressão imobiliária mencionado por Marzola. Considerando o perímetro adotado por Scripillitti, percebe-se que, no mesmo intervalo de tempo, houve novos empreendimentos localizados em todo o bairro, embora seja possível identificar alguns bolsões: um deles está localizado na porção norte do bairro, mais precisamente nas ruas Santo Amaro e Genebra; o segundo encontra-se na área sudeste, nas proximidades das ruas Pio XII, Artur Prado, Santa Madalena e Maestro

⁸⁹ De acordo com seu site oficial, a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp) é uma empresa especializada em consultoria imobiliária, pesquisas mercadológicas, levantamentos, sistematização e análises de informações imobiliárias.

⁹⁰ Pelo material, é possível perceber que a maior parte dos novos empreendimentos em São Paulo estava distribuída nos bairros do Jardins, Itaim Bibi, Moema e nas proximidades da Avenida Paulista (SÃO PAULO (município), Cogep, 1981, pasta 015/22, p. s/n).

Figura 28. Lançamentos imobiliários por distrito entre 1977 e 1980. Destaque para a Bela Vista. Quanto mais escura a mancha, maior a quantidade de lançamentos imobiliários. Nota-se que há predominância de manchas escuras nas proximidades da Avenida Paulista. Fonte: SÃO PAULO (Município), Cogep, 1981.

Figura 29. Lançamentos imobiliários pré tombamento (1985-2001). Fonte: SCRIPPLITTI, 2017, p. 75.

Cardim; e o terceiro no entorno da Alameda Ribeirão Preto e da rua Pamplona, ou seja, nas proximidades da Avenida Paulista.

Por outro lado, as quadras localizadas entre as ruas Dr. Luís Barreto, Santo Antônio e Japurá e a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, que conformam o “miolo do bairro”, apresentaram menor quantidade de lançamentos no período estudado por Scripillitti. Esse aspecto pode indicar que, possivelmente, o setor imobiliário encontrou dificuldades para viabilizar novos empreendimentos no interior do bairro e que, possivelmente, a passagem da Avenida Radial Leste, a construção dos viadutos Jaceguai e Júlio de Mesquita Filho e o alargamento da rua Rui Barbosa acarretaram um processo de desvalorização imobiliária do entorno em função das demolições e consequentes alterações físicas e paisagísticas. Se isso for verdade, é possível acreditar que não estava configurada uma ameaça tão intensa de desaparecimento dos cortiços e de expulsão da população residente de renda média e baixa durante os anos 1980 na porção mais interior do bairro. Pelo contrário, essa situação pode ter permitido a permanência de cortiços.

Sabe-se que apenas essas fontes não dão conta de explicar um fenômeno com tamanha complexidade e que seria necessário realizar uma pesquisa mais aprofundada, mas a comparação entre elas permite verificar que a quantidade de novos empreendimentos imobiliários identificados por Scripillitti a partir de 1985 é proporcionalmente superior ao encontrado pela Cogep ao final dos anos 1970, o que permite inferir que possivelmente a Bela Vista estaria passando por um processo de valorização imobiliária nas porções norte e sul na década de 1980. Esse cenário pode ter gerado um sinal de alerta quanto à iminência de transformação do bairro como um todo, tanto por parte do poder público municipal, principalmente pelo DPH, quanto dos próprios moradores.

É lícito inferir que o contexto em que a Bela Vista estava inserida era representado pelo embate entre o aumento do valor dos imóveis e dos aluguéis e a mudança no perfil de uso e ocupação do solo - vetores identificados por Paes e Marzola - e, no sentido contrário, o processo de desvalorização fundiária em virtude de obras viárias de grande porte que alteraram as preexistências físicas e sociais. Ao que os dados indicam, a valorização imobiliária nas porções norte e sul do bairro poderiam estar mais fortes, uma vez que a quantidade de cortiços pode ter diminuído entre os anos 1970 e 1980, conforme visto no Capítulo 1. No entanto, esses vetores encontraram certa resistência no interior do bairro, pois a presença dessas habitações ainda era significativa nesse momento e reforçava a visão compartilhada entre a opinião pública, o setor imobiliário e parte das gestões municipais de que o bairro era considerado “degradado” (grifo próprio) e necessitava de projetos de renovação urbana.

2.2 Projetos de preservação e renovação urbana nos anos 1970

Logo após a conclusão das grandes obras viárias que tiveram a Bela Vista como alvo, o bairro passou a ser foco de atenção no processo de regulamentação das “Z8”, chamadas de “zonas especiais” e previstas na Lei de Zoneamento em 1972⁹¹. As primeiras iniciativas de se

91 Lei nº 7.805 de 1 de novembro de 1972 - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Essa lei previu que as zonas especiais (Z8) deveriam ser objeto de planos específicos no prazo de três anos. No mesmo ano, foi promulgada a Lei

articular a preservação com a renovação urbana da Bela Vista aconteceram a nível municipal. É importante pontuar que o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o instrumento de tombamento a nível municipal ainda não haviam sido criados. A identificação dos bens e conjuntos para fins de preservação ficava a cargo da Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep), que deveria realizar estudos específicos e definir como as “Z8” seriam delimitadas e encaminhadas à Câmara Municipal para aprovação.

De acordo com o texto da referida lei, as Z8 deveriam ser demarcadas em áreas submetidas a processos de transformação decorrentes da dinâmica de crescimento metropolitano. Então, no âmbito da Cogep, estabeleceu-se o debate em torno da preservação de setores da cidade que seriam diretamente impactados pelo processo de estruturação urbana. Foram escolhidos os bairros da Luz e da Bela Vista como os primeiros a serem objeto de estudo. Ambos os bairros foram selecionados porque se acreditava que estavam na linha de frente do processo de renovação urbana e o seu enquadramento⁹² nessa zona permitia que pudessem ser objetos de estudos mais aprofundados para a preservação e a adaptação de novos usos e funções.

Paula Andrade (2012) e Mariana Tonasso (2019) investigaram o processo de constituição das Z8 e Z8-200 durante os anos 1970. A primeira mostra que, no âmbito desse processo, a Bela Vista foi objeto de discussão em reuniões da Cogep realizadas no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP). Os participantes⁹³ entenderam que a Bela Vista poderia ser adotada como um modelo para ação e, por isso, a regulamentação do uso do solo via Z8 era fundamental para “induzir a preservação de algumas edificações e conjuntos de edificações de um certo valor histórico para a cidade de São Paulo” (ANDRADE, 2012, p. 64). Nota-se que, naquele momento, estava presente o entendimento de que o bairro era caracterizado por conjuntos e edificações dotados de importância histórica. Para Andrade, a noção de valor histórico nesse momento foi importante, pois foi um dos recursos utilizados para se superar a seleção de áreas e bens a partir de critérios estético-estilísticos, que caracterizava a prática preservacionista até então.

O primeiro passo para o estudo sobre a Bela Vista se deu com a parceria entre a Cogep, a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda (CONSULTEC), cujo objetivo foi produzir um estudo sobre o bairro para a elaboração de planos urbanos que subsidiassem diretrizes para a sua Z8. Intitulado

ordinária nº 7694, que criou a Cordenadoria Geral de Planejamento (Cogep), órgão que ficou responsável por essa tarefa. A principal função da Cogep era a regulamentação da Lei de Zoneamento municipal e a assessoria na implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do município. O primeiro coordenador do órgão foi João Evangelista Rodrigues Leão, que assumiu o cargo em 1973. A promulgação da Lei de Zoneamento ocorreu durante a gestão do prefeito João Carlos de Figueiredo Ferras (1971-1973) e a criação da Cogep ocorreu na gestão seguinte, do prefeito Miguel Colassuono (1973-1975), que foi a mesma administração que viabilizou os projetos de renovação urbana da Bela Vista. A pesquisa procurou averiguar mais informações sobre João Evangelista Rodrigues Leão no intuito de compreender suas decisões à frente da Cogep, mas não foram encontradas informações consistentes que pudessem esclarecer essa questão. Destaca-se a informação trazida por Vivian Barbour (2017), que mostra que Décio Tozzi, autor do projeto de recuperação urbana da Vila Itororó, declarou a ela que Leão tinha a intenção de deixar um legado de projetos que poderiam servir de referência para as gestões municipais que viessem na sequência, pois era sabido que o mandato de Miguel Colassuono era “tampão”, ou seja, tinha previsão de durar pouco.

⁹² Mariana Tonasso (2019), ao analisar o processo de constituição da Z8 e da Z8-200, discute o emprego do termo “enquadramento”, que, segundo ela, advém do campo do planejamento urbano e pode se referir aos usos dos bens que “se encaixam” e “se adequam” a uma determinada zona.

⁹³ A relação dos participantes das duas reuniões estão no relatório que registrou suas discussões. SÃO PAULO (município)/ COGEP. Reuniões. São Paulo: IAB/COGEP, 1974.

“Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista” (1974), foi elaborado entre os anos de 1973 e 1974, contou com Plínio Xavier de Mendonça Junior como responsável pela Cogep e previa a definição de um processo de intervenção de caráter público-privado para a preservação, a ordenação e a reurbanização do território. Tratou-se de uma pesquisa extensa sobre o bairro, que abordou vários temas e que se subdividiu em vários volumes. Por isso, decidiu-se destacar alguns aspectos do plano que foram considerados pertinentes para a presente pesquisa e que esclarecem direcionamentos da municipalidade para o bairro naquele momento. A Figura 30 mostra a divisão da Bela Vista em subáreas.

O primeiro aspecto a ser destacado é a consideração da Bela Vista como uma “zona intermediária” entre a Avenida Paulista e o Centro principal do município, que necessitava de um projeto de reurbanização para a redefinição de suas funções, a definição de áreas que pudessem receber novos usos e a seleção de edifícios “deteriorados” (grifo próprio) que pudessem ser demolidos. Desse modo, a localização do bairro era estratégica para receber atividades especializadas que atendessem ao vetor de expansão do Centro principal. De acordo com o plano, o fato de ele já ter sofrido transformações em sua organização espacial e estar atravessando um processo de “valorização” do ponto de vista econômico e social tornava-o propício para absorver novos usos. É importante mencionar que esse aspecto vai de encontro aos argumentos de Nadia Marzola (1979) e de Celia da Rocha Paes (1999), que também chamaram a atenção para esses vetores de expansão que se direcionavam para a Bela Vista, conforme visto no subcapítulo anterior. Questiona-se apenas se elas se embasaram no estudo da Cogep para construir a argumentação, já que ele foi realizado antes de suas pesquisas sobre o bairro.

O segundo aspecto diz respeito ao tema da habitação. O plano incorporou o conceito tal como ele era trabalhado pela Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes) naquele momento. Com base nos critérios definidos pela Associação Americana de Saúde Pública (APHA) e pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Sebes adotou três condicionantes para conseguir avaliar as condições de habitabilidade no município: taxa de ocupação do domicílio, que dizia respeito à quantidade de moradores por imóvel e por cômodo, materiais construtivos da edificação e condições de ocupação, que indicava se a família era proprietária ou inquilina do imóvel. O plano da Bela Vista previu que esses critérios deveriam ser adotados para a caracterização das condições físicas de habitação e do grau de superlotação das moradias para a formulação adequada de projetos habitacionais no bairro.

Ademais, estava entre os objetivos do plano de renovação urbana a eliminação de cortiços, vistos como “habitações gravemente deterioradas” e a recuperação de habitações “parcialmente deterioradas”, desde que asseguradas condições satisfatórias de realocação de moradores. Nota-se que a presença dos cortiços não era compatível com o bairro que se estava planejando. Nesse novo cenário, a Bela Vista não deixaria de contar com o uso residencial, mas sua nova configuração urbana deveria ser ordenada no sentido da produção de novas unidades habitacionais voltadas para a classe média e média baixa. Segundo o plano, os novos conjuntos poderiam, inclusive, ser implementados por consórcios de proprietários da região, visando a renovação de quadras em forma de conjuntos residenciais planejados.

O terceiro aspecto diz respeito aos cortiços, que, como já mencionado, eram indesejados na Bela Vista “renovada”. Em várias partes do estudo, suas condições precárias de habitabilidade são frisadas, sobretudo a coabitação indesejada e o “intenso grau de

Figura 30. As subáreas demarcadas pelo projeto “Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista”. Fonte: SÃO PAULO (município), Cogep, 1974, anexos.

comunicação entre as pessoas” (SÃO PAULO (município, Cogep, 1974, p. 3-5). O estudo relaciona a presença dos cortiços com a “deterioração urbana”, que deveria ser atacada pelas medidas de reurbanização. É interessante mencionar que os autores produziram uma pesquisa socioeconômica domiciliar detalhada sobre o bairro⁹⁴, por meio da qual concluíram que cerca de 23% dos domicílios pesquisados estavam ocupados como cortiços⁹⁵.

Dentre os desenhos e mapas que fazem parte do plano, foram encontradas uma prancha relativa ao “Patrimônio” (Figura 31) e outra a “Hotéis e pensões” (Figura 32). Acredita-se que o termo “pensões” dissesse respeito a habitações coletivas não regularizadas, dentre as quais estavam os cortiços, enquanto o termo “hotéis” poderia se referir a estabelecimentos regularizados de hospedagem ou que possuísem essa indicação na sua fachada. Na primeira prancha, observa-se a proposta de “manchas de preservação” e de “edifícios isolados” que se concentravam nas subáreas Cantinas, Baixada, Bexiga e Martiniano, com predominância para a primeira delas. Quase todas as quadras que compõem os eixos das ruas Treze de Maio e Dr. Luís Barreto possuem “manchas” demarcadas, o que mostra a intenção do plano de considerar desse eixo como patrimônio e como detentor de importância histórica em meados dos anos 1970.

Cruzando esses dados com a prancha “Hotéis e pensões”, é possível notar que a subárea Cantinas também apresenta quantidade significativa de “pensões”, assim como a Bexiga, a Baixada, a Martiniano e a Espigão. Sobre esse cruzamento, é importante destacar que a prancha mostra que há hotéis e pensões distribuídos por todo o bairro e que a quantidade de pensões é superior à de hotéis. Outro ponto relevante para a análise é que a sub-área Grotta, que foi objeto de outro estudo realizado a pedido da Cogep no mesmo período, apresenta poucas “manchas de preservação” e “hotéis e pensões” em relação às outras subáreas. Coloca-se o questionamento da realização de um projeto nessa região, já que, comparada a outras áreas da Bela Vista, não apresentava conjuntos e edificações considerados patrimônio nem grande quantidade de cortiços. Teria esse projeto sido executado como resposta à pressão do setor imobiliário e do vetor de expansão proveniente da Avenida Paulista?

O último aspecto que merece atenção reflete justamente a preocupação do plano de renovação urbana em atrair o interesse do setor imobiliário para viabilizar a implementação dos projetos necessários. Seus autores realizaram entrevistas com representantes desse setor que, em linhas gerais, afirmaram a dificuldade de lançar empreendimentos isolados no seu interior em virtude das características de parcelamento do solo e de ocupação e, principalmente, do “baixo nível da vizinhança do local” e da “existência de grande número de construções deterioradas” (SÃO PAULO (município, Cogep, 1974, p. 7-3). Percebe-se que os cortiços, que perfaziam áreas “deterioradas”, eram um dos principais entraves para a expansão do mercado imobiliário no bairro e, por isso, o plano previu a sua erradicação

94 Mais informações sobre essa pesquisa podem ser encontradas no Capítulo IV - “Caracterização sócio-econômica da Z8-010 - Bela Vista”, presente no 2º volume do “Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista”. Há vários indicadores que permitem traçar o perfil social das sub-áreas e do bairro como um todo, como grau de escolaridade, renda familiar, nível de satisfação em residir no bairro, características materiais das edificações, condições de moradia (aluguel/propriedade), entre outros. A pesquisa socioeconômica domiciliar foi realizada entre dezembro de 1973 e janeiro de 1974 e seus resultados foram compilados em uma série de tabelas.

95 O estudo mostra que a sub-área Cantinas, inscrita entre as ruas Rui Barbosa, Santo Antônio, Dr. Luis Barreto e a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, apresentava a maior quantidade de habitações coletivas, com aproximadamente 58% dos exemplares levantados. As sub-áreas Bexiga e Martiniano de Carvalho vinham na sequência, com cerca de 30% de cortiços entre os imóveis pesquisados.

Rua Dr. Luis Barreto
Rua Treze de Maio

Rua Major Diogo
Rua Rui Barbosa
Vila Itororó

Figura 31. Prancha “Patrimônio”, com as “manchas de preservação” e os “edifícios isolados” demarcados.
Fonte: SÃO PAULO (município), Cogep, 1974, anexos.

Rua Dr. Luis Barreto
Rua Treze de Maio

Rua Major Diogo
Rua Rui Barbosa

Figura 32. Prancha “Hotéis e pensões”. Fonte: SÃO PAULO (município), Cogep, 1974, anexos.

sempre que possível.

Thales Marreti (2018) comparou esse plano de renovação urbana com as diretrizes do Concurso Nacional de Ideias para a Renovação e Preservação do Bexiga, realizado ao final da década de 1980, e concluiu que, em ambos os casos, a Bela Vista foi considerada como área de expansão do Centro e, conseqüentemente, do mercado imobiliário. Essa consideração pode ter atravessado os anos 1980, ou seja, pode ter sido adotada por mais de uma gestão municipal e pode ter estado presente durante a realização do IGEPAC-Bela Vista. Parece acertada a defesa de Marreti de que as características urbanas do bairro e a presença de cortiços eram consideradas fatores de “degradação” (grifo próprio) pelo setor imobiliário, que desejava que a renovação urbana considerasse a realocação dos moradores em novos edifícios residenciais construídos pelo setor para essa finalidade. É importante recordar que o “Plano de Renovação Urbana da Bela Vista” previa um modelo de parceria público-privada para sua implementação.

Assim como a Luz⁹⁶, a Bela Vista seguiu como objeto de estudos e projetos para a definição das diretrizes da sua Z8 no âmbito da Cogep. Nesse ínterim, o departamento organizou, entre 1973 e 1975, dois projetos para o bairro: o “Projeto de Reabilitação Urbana Grota da Bela Vista” (1974) e o “PR-067. Vila Itororó: proposta de recuperação urbana” (1975), que serão analisados a seguir no intuito de se verificar a forma como o bairro estava sendo estudado pelo órgão de planejamento e o papel dos cortiços nesse processo. É válido pontuar que o primeiro foi executado pelo escritório do arquiteto Paulo Mendes da Rocha⁹⁷. A região da Grota, que se situa entre as avenidas Paulista e Nove de Julho, é caracterizada por um relevo acidentado e por uma ocupação de caráter predominantemente popular, tal qual grande parte da Bela Vista. No entanto, encontrava-se na área visada pelo vetor de expansão do setor imobiliário residencial proveniente da Avenida Paulista, conforme destacado por Nadia Marzola (1979) e pelo “Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista” (1974).

A publicação oficial desse projeto mostra que a região da Grota é constantemente analisada com o reforço da condição de “deterioração”, que foi empregada como argumento para a escolha do local e para mostrar tanto as dificuldades existentes em relação à atuação do setor imobiliário quanto justificar a necessidade do projeto de reabilitação urbana. No que tange ao tema da habitação, esse projeto também colocou a importância da erradicação dos cortiços e das habitações “precárias”, porém frisou a preocupação com a permanência da população na região para não agravar os problemas de mobilidade urbana, já que foi constatado que grande parte dela trabalhava nas proximidades. Para isso, foram propostos novos conjuntos habitacionais, que poderiam receber programas de locação social como experiência-piloto para abrigar os moradores de baixa renda⁹⁸.

O projeto apresentado à Cogep previu a manutenção dos edifícios considerados

96 No caso da Luz, também enquadrada como Z8, a Cogep organizou a elaboração do estudo “Z8-007 Proposta Luz”, que foi realizado pelo escritório do arquiteto Rino Levi e finalizado em 1974.

97 A equipe técnica do “Projeto de Reabilitação Urbana Grota da Bela Vista” contou com Paulo Mendes da Rocha como autor do projeto; a arquiteta Christina de Castro Mello como coordenadora; os arquitetos Flávio Motta, José Claudio Gomes e Benedito Lima de Toledo e a socióloga Maria Ruth Amaral Sampaio como consultores (SÃO PAULO (Município), Cogep, 1974). Destaca-se a interdisciplinaridade da equipe.

98 No estudo, está registrado o desejo de viabilizar programas de aluguel social, que, na opinião da equipe, estava se mostrando uma experiência exitosa em países como Inglaterra, Escócia, Estados Unidos e em países nórdicos (SÃO PAULO (Município), Cogep, 1974, p. 10).

em bom estado de conservação e a demolição de edificações que se encontravam em más condições, que possivelmente estavam ocupadas como cortiços ou com atividades comerciais de menor porte e eram consideradas “degradadas”. As áreas liberadas com as demolições seriam aproveitadas para a construção de novos blocos que abrigariam apartamentos residenciais, um hotel e equipamentos de educação e saúde, além de áreas verdes públicas. Os edifícios residenciais mantidos teriam seus pavimentos térreos readequados para uso comercial e abrigariam pavimentos intermediários com possibilidade de acessos aos vários níveis decorrentes da situação topográfica.

Além da preocupação em considerar os interesses do setor imobiliário, observa-se uma tentativa de estímulo ao turismo, pois estava colocada a intenção de que o conjunto dos imóveis preservados poderia abrigar atividades comerciais e de atração turística. No seu programa, estavam previstos cantinas e restaurantes típicos da região, um centro de música popular, um conjunto formado por cinema, teatro e casa de baile e um hotel. Este foi pensado em razão do interesse pelo local por parte de empresas do ramo hoteleiro que haviam sido consultadas pela Cogep, assim como ocorreu no “Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista”.

Na sequência, a Cogep organizou o “Seminário Revitalização de áreas centrais”⁹⁹ no âmbito do “PR-025/2. Projeto Centro. Edifícios de valor histórico e paisagístico”¹⁰⁰, por meio de uma parceria com o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). O evento foi um importante ponto de contato entre a equipe técnica da Coordenadoria, membros de outros órgãos municipais e convidados externos para o debate em torno da relação entre patrimônio, projetos de renovação urbana e bairros centrais. Por meio da explanação do coordenador geral da Cogep, João Evangelista Rodrigues Leão, registrada no caderno publicado (1975), é possível verificar que a principal meta daquela gestão municipal era induzir e promover o crescimento urbano em direção à zona leste do município, em função da construção da linha de Metrô. Leão afirma que esse direcionamento não excluía a necessidade de a municipalidade voltar sua atenção e esforços para os bairros centrais, que precisavam ter suas funções redefinidas para se adequar ao processo de estruturação metropolitana e eliminadas suas áreas “deterioradas”. O coordenador complementa sua fala dizendo que a regulamentação das Z8 da Luz e da Bela Vista, bairros que “poderiam ser incorporados à área central”, estava na fase final e seria encaminhada à Câmara Municipal assim que possível.

99 SÃO PAULO (município). Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). PR-085. Seminário Revitalização de áreas centrais. 1975. Neste documento, estão registradas as apresentações orais realizadas no evento, assim como a relação de todos os participantes (Anexo III) e notícias publicadas pela mídia impressa sobre ele (Anexo IV). Dentre os convidados que se apresentaram estavam Jaime Lerner, prefeito de Curitiba à época, Richard Mitchell, chefe da Los Angeles Redevelopment Agency, Walter-Ulrich Jager, Secretário de Planejamento de Munique, Ake Norling, Secretário de Urbanismo, Indústria e Comércio de Gotemburgo, João Evangelista Rodrigues Leão, coordenador geral da Cogep, Carlos Savini, representante da ONU, e Pierre André Julien, professor da Universidade de Quebec, no Canadá. Entre os participantes que representavam órgãos municipais e entidades de São Paulo, frequentaram o evento membros do IAB-SP, da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), da Companhia do Metrô, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), da Secretaria Municipal de Transportes, do Gegrat, além de seis técnicos da própria Cogep. No seminário, foram discutidas as experiências de revitalização urbana de Curitiba, a implantação de vias pedestristas em Munique, na Alemanha, o projeto “Nova Augusta”, do arquiteto Jorge Wilhelm, entre outros.

100 O Projeto Centro foi composto pela “Lista dos bens culturais dignos de preservação, no Centro de São Paulo”, de autoria de Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, pelo seminário em questão, por estudos de tráfego para a área central, entre outros. Sua realização corrobora a intenção da municipalidade, representada pelo prefeito Miguel Colassuono, de considerar o Centro como área estratégica para o processo de estruturação metropolitana.

Além do projeto de renovação urbana para a região da Grotta, a Cogep organizou o projeto “PR-067. Vila Itororó: proposta de recuperação urbana” (1975) no mesmo período. Embora os objetivos fossem semelhantes, as denominações dos projetos denotam que não havia consensos em relação aos termos relativos à preservação e às intervenções urbanas: o primeiro foi chamado de projeto de “reabilitação urbana” e o segundo, por sua vez, de “recuperação urbana”. O projeto para a Vila Itororó¹⁰¹ foi elaborado pelos arquitetos Claudio Tozzi, Décio Tozzi e Benedito Lima de Toledo e, dentre as pesquisas que o estudaram mais profundamente, estão a de Paula Andrade (2012), a de Vivian Barbour (2017) e a de Sarah Feldman e Ana Castro (2017).

O estado de “deterioração” (grifo próprio) física e social foi novamente invocado para justificar o projeto e a recuperação da Vila Itororó e o que determinava esse estado era o encortiçamento do conjunto. Sarah Feldman e Ana Castro (2017) confirmam essa condição e mostram que ela foi decorrente do processo de subdivisão das edificações que compõem a vila após o falecimento de Francisco de Castro, seu idealizador e primeiro proprietário. Essa condição é apresentada pelo projeto da Cogep nos termos de uma “deterioração acentuada” proporcionada por “adaptações de caráter precário” realizadas com o objetivo do máximo aproveitamento das edificações e cômodos para a prática de sublocação. Essa “falta de zelo”, marcada por “intervenções descaracterizantes”, havia tornado o conjunto “inóspito ao uso comunitário do espaço livre da Vila pela vizinhança e por visitantes” e colocava em risco a integridade do conjunto (SÃO PAULO (Município)/Cogep, 1975). Assim como nos outros projetos de renovação urbana da Cogep para a Bela Vista, a “degradação” apareceu como fator determinante para a escolha do bem e para mostrar a importância do projeto.

Ademais, Vivian Barbour (2017) chama a atenção para o fato de que a Vila Itororó ainda não era reconhecida oficialmente como bem cultural a ser preservado pelo município quando da realização do projeto em questão. Isso ocorreu apenas em 1978, com a promulgação da Lei municipal nº 8769¹⁰², que enquadrou a Vila como Z8-200/095. Por outro lado, Barbour mostra que, até 1978, a Vila estava protegida, pois fazia parte da Z8-010, que abrangia toda a Bela Vista. Como justificativa para a ausência da seleção específica da Vila Itororó anteriormente, Barbour apresenta o argumento de Benedito Lima de Toledo, que afirma que a municipalidade deu prioridade para o enquadramento de conjuntos e imóveis que se encontravam ameaçados pelas grandes obras viárias e de infraestrutura em São Paulo, e, nesse cenário, a Vila Itororó não enfrentava risco de demolição. Apesar disso, é necessário destacar que a Vila havia sido identificada no “Plano de Renovação Urbana da Bela Vista” como merecedora de preservação, uma vez que foi destacada na prancha “Patrimônio” (Figura 31). Nota-se que havia intenção de considerá-la patrimônio por parte da Cogep naquele momento.

101 A Vila Itororó é um conjunto de residências idealizado pelo empreendedor Francisco de Castro para fins de aluguel e para ser um local de ocupação do espaço público pela comunidade. Sua construção teve início na década de 1910, quando Castro adquiriu o lote. Está situada nas adjacências da Avenida Vinte e Três de Maio, entre as ruas Pedroso, Martiniano de Carvalho, Monsenhor Passalacqua e Maestro Cardim. É composta de um palacete, que serviu de residência ao empreendedor, e vários edifícios e casas enfileiradas, cuja disposição conforma uma praça interna na quadra. Desde a sua construção, as edificações da vila foram destinadas ao uso habitacional: em um primeiro momento, foi um empreendimento destinado às camadas médias e, ao longo do século XX, em função de uma série de entraves fundiários e de propriedade, passou a ser ocupada por uma população de baixa renda e vários de seus imóveis se tornaram cortiços. Para mais detalhes, verificar Vivian Barbour (2017) e Sarah Feldman e Ana Castro (2017).

102 Lei Municipal nº 8769 de 31 de agosto de 1978.

Outro aspecto que merece atenção é a relação entre a proposta para a Vila Itororó e os projetos para a Bela Vista e para a Grota, solicitados pela Cogep no mesmo período, no que tange ao estímulo ao turismo. Todos identificaram e buscaram fomentar a vocação cultural e turística dos bens e do bairro como um todo. No caso da Vila, Barbour coloca que estava entre os objetivos da proposta “ativar culturalmente” o conjunto e destiná-lo a abrigar um centro cultural que seria de interesse da população de todo o município, isto é, na visão dos formuladores do projeto, a Vila ganharia uma dimensão cultural que extrapolaria os limites do seu lote.

O periódico *Folha de S. Paulo* veiculou reportagens¹⁰³ sobre esses projetos elaborados a pedido da Cogep e todas elas trouxeram o termo “nova Bela Vista” para fazer referência às transformações decorrentes da possível implementação dessas propostas. Em uma delas¹⁰⁴, há a indicação de que o bairro seria transformado pela “intervenção recuperadora” (RIO..., 1984, p. 17), que faria com que “os prédios velhos” (p. 17) desaparecessem e que grande parte do conjunto edificado do bairro, que se encontrava “deteriorado” (p. 17), seria alvo de mudanças. A mesma reportagem coloca, por outro lado, que haveria áreas a serem preservadas, pois, de acordo com Edgard Altino Ferreira Leite, técnico da Cogep, elas conservavam “características históricas e culturais como testemunho da construção da cidade” (p. 17). Todas as reportagens mencionam o estímulo à Rua Treze de Maio e a intenção de consolidar seu eixo gastronômico, que abrigava uma “área de recreação”, assim como a identificação da Grota como a principal região que seria objeto de renovação urbana.

Em 1975, as Z8 foram oficializadas por meio da Lei municipal nº 8328¹⁰⁵. As Z8-200 foram demarcadas com base na “Lista dos bens culturais dignos para preservação no Centro de São Paulo”, produzida por Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo¹⁰⁶. Os imóveis e manchas selecionados na listagem dos arquitetos se tornaram as Z8-200. De acordo com essa lei, essas zonas especiais visavam a “preservação dos imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico” (SÃO PAULO (cidade), 1975). No que tange à Bela Vista¹⁰⁷, seis zonas Z8-200 foram demarcadas no bairro, sendo a maioria delas referente a conjuntos de casas e sobrados de caráter popular, em estilo eclético e construídas nas primeiras décadas do loteamento original¹⁰⁸. Essa listagem faz parte da análise do próximo subcapítulo, que pretende discutir os programas e inventários elaborados pela Cogep e pelo DPH na sequência dos projetos acima apresentados e verificar como se deram as relações entre o patrimônio e a habitação popular, representada pelos cortiços, e a atuação das gestões municipais seguintes nesse sentido.

A análise sobre a atuação da Cogep e a produção dos três projetos para a Bela

103 “Enquanto o velho Bexiga lamenta, começa a surgir a nova Bela Vista” (ENQUANTO..., 1974, p. 7); “Microzonas para a nova Bela Vista” (MICROZONAS..., 1974, p. 11); “Rio vê o projeto do Bexiga” (RIO..., 1974, p. 17).

104 “Rio vê o projeto do Bexiga” (RIO..., 1974, p. 17).

105 Lei municipal nº 8328 de 3 de dezembro de 1975.

106 Esse trabalho será analisado com mais profundidade no próximo subcapítulo.

107 Vivian Barbour (2017) discute o enquadramento das zonas na Bela Vista pela Lei municipal nº 8328 de 1975. No Quadro 8B dos anexos dessa lei, a Bela Vista foi classificada como Z12-002 e seus imóveis foram enquadrados como Z8-200, o que acarretou em uma dupla classificação: a Z12 fazia referência ao tipo de uso e a Z8-200 determinava os usos futuros e formava a mancha destinada à preservação.

108 Pela lei, foram delimitadas as seguintes zonas: Z8.200.089 - Residência popular à Rua Abolição, 227; Z8.200.090 - Colégio estadual à Rua Major Diogo, 200; Z8.200.027 - Casas populares típicas da Rua São Domingos, 19, 21, 31 e 33; Z8.200.046 e Z8.200.071 - área compreendida entre as ruas Maestro Cardim, João Julião e da Avenida 23 de Maio; Z8.200.093 - área compreendida entre as ruas São Carlos do Pinhal, Itapeva e Alameda Rio Claro.

Vista permite concluir que o bairro deteve a atenção da municipalidade no decorrer dos anos 1970, sobretudo após a oficialização da Lei de Zoneamento de 1972, mesmo com o direcionamento para que o crescimento e desenvolvimento urbanos se voltassem para a zona leste. Os projetos, que tinham como objetivo dar suporte para o processo de regulamentação da zona especial Z8, foram realizados a partir de uma compreensão da Bela Vista como área de expansão das funções especializadas do Centro e de interesse por parte do setor imobiliário, devido à sua localização estratégica nas proximidades da Avenida Paulista, que, naquele momento, se constituía importante centralidade do município. Nesse sentido, os autores dos projetos assumiram o desafio de tentar conciliar vários interesses que incidiam sobre o bairro: o do setor imobiliário, por meio da tentativa de inserir novos usos, projetos e edificações; o da preservação, já que estava se fortalecendo a noção da importância histórica do bairro; o da vocação turística e cultural, com a valorização das cantinas, restaurantes e equipamentos culturais; e o do poder público, que seguia considerando o Centro como área importante para o processo de estruturação metropolitana.

Os cortiços, que, como já visto, perpassaram a história urbana da Bela Vista como possibilidade e forma de moradia de vários grupos sociais desde o final do século XIX, tiveram relação direta com esse processo, pois foram um dos elementos determinantes para a consolidação de uma imagem simbólica de “deterioração”, de “degradação” e de “desvalorização” (grifos próprios), tanto por parte do poder público quando da iniciativa privada e da opinião pública. Conforme visto no Capítulo 1, sua presença continuava significativa no bairro e era incompatível com as propostas de renovação urbana que a municipalidade, articulada com o setor privado, gostaria de viabilizar. A análise sobre essas iniciativas foi considerada importante pois acredita-se que elas pavimentaram a forma como a Bela Vista passou a ser considerada um local de importância histórica para o município e, portanto, com necessidade de preservação. A criação do DPH, na segunda metade da década de 1970, e sua atuação institucional durante os anos 1980, que serão analisadas a seguir, tiveram esse cenário como antecedente. A pesquisa procurou verificar as continuidades e pontos de inflexão desse processo, com o olhar direcionado para os cortiços.

2.3 Habitação popular e patrimônio: novas questões

Possibilidades de cruzamentos conceituais e práticos entre o patrimônio e a habitação popular ganharam corpo a partir dos anos 1960. Como mostra Flávia Brito (2016), que tem como tema central de pesquisa as relações entre o patrimônio e a habitação social de arquitetura modernista, a contribuição teórica de vários campos disciplinares estabeleceu condições para que exemplares de moradia popular pudessem ser considerados documentos de cultura e vistos como formas históricas de morar dos processos de transformação urbana pelos agentes do patrimônio. Segundo ela, as vilas, operárias ou não, se tornaram importante testemunho das modificações urbanas e sociais que marcaram São Paulo e Rio de Janeiro na passagem entre os séculos XIX e XX e foram fruto da industrialização e do intenso fluxo imigratório europeu.

Brito elenca que os estudos realizados nos campos da história, da sociologia urbana e da arquitetura e do urbanismo deram abertura para essa ampliação conceitual e prática

para o patrimônio. Como exemplo, a autora cita a obra “Eu não tenho onde morar” (1985), de Eva Blay, “Prelúdio Modernista: construindo a habitação operária em São Paulo” (1989). A dissertação foi defendida pela arquiteta no programa de pós-graduação da FAUUSP em 1989¹⁰⁹, dissertação de mestrado de Carla Milano Benclowicz e os artigos elaborados por Nestor Goulart Reis Filho sobre as vilas operárias do Brás e da Mooca e publicados pela Revista Projeto em 1980¹¹⁰. Reis Filho, juntamente com Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral Sampaio, realizaram uma série de pesquisas no âmbito da FAUUSP durante os anos 1960 e 1970, por meio das quais apontaram a importância das formas populares de habitação como registros das transformações urbanas de São Paulo após o período colonial. É importante destacar que todos esses autores foram também agentes do patrimônio no município no mesmo período, aspecto que reforça as aproximações entre a academia e a prática preservacionista nas esferas municipal e estadual.

Conforme analisado no subcapítulo anterior, esse conhecimento, que ainda estava em construção, parece não ter embasado os projetos organizados pela Cogep nos primeiros anos de sua atuação. Tomando como exemplo os projetos para a Bela Vista, o objetivo principal para a regulamentação das “zonas especiais” estava na adaptação de novos usos e na renovação urbana, que pressupunha demolições e construção de novos edifícios e que tinha como intenção captar o interesse do setor imobiliário. Embora o entendimento de que a Bela Vista possuía valor histórico para o município estivesse em pauta, os projetos, via de regra, se aproximaram do binômio construção/reconstrução destacado por Sarah Feldman (2017), que conflitava com a preservação.

Em contrapartida, uma experiência internacional elaborada nesse período se tornou referência na medida em que traçou como uma das metas a permanência da população residente no território que seria alvo de melhorias físicas e, com isso, se tornou um modelo de recuperação da “função social do patrimônio habitacional”, usando a expressão de Rogério Leite (LEITE, 2004, p. 164). O projeto de reabilitação urbana do centro histórico de Bolonha esteve presente no discurso das ex-técnicas do DPH que participaram dos casos analisados e que foram entrevistadas por esta pesquisa como uma referência importante, ainda que seja possível perceber que ela possui mais pontos de contato com a tentativa de preservação dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia do que com o IGEPAC-Bela Vista.

O projeto, coordenado pelo arquiteto Pier Luigi Cervellati, integrou o Plano Municipal de Construção Econômica e Popular, elaborado pela municipalidade de Bolonha e aprovado pelo Ministério de Obras Públicas italiano em 1965. Esse projeto, concebido a partir de critérios morfológicos, funcionais e sociais, começou a ser implementado em 1973 e sua execução foi prevista em diversas etapas. Contou com uma publicação oficial (1976) elaborada pelo próprio arquiteto, por meio da qual foi possível compreender os princípios adotados a respeito da preservação na sua relação com os sujeitos sociais.

De todas as questões consideradas no projeto, vale a pena destacar como ponto chave a consideração de que a preservação do patrimônio edificado e urbano não poderia estar

109 A dissertação foi defendida pela arquiteta no programa de pós-graduação da FAUUSP em 1989.

110 Além das publicações acima mencionadas, Flávia Brito também destaca “Quadro da Arquitetura no Brasil” (1970), de Nestor Goulart Reis Filho; “Arquitetura Brasileira” (1979), de Carlos Lemos; “Lar, Trabalho e Botequim” (1986), de Sidney Chalhoub, “Contribuição ao Estudo das Habitações Populares - Rio de Janeiro: 1886-1906” (1980), de Lia de Aquino; “A Era das Demolições: a Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920” (1983); “Do Cabaré ao Lar: a Utopia da Cidade Disciplinar” (1985), de Margareth Rago; e “Habitações Coletivas no Rio Antigo” (1985), de Lilian Vaz.

dissociada da preservação social, isto é, a permanência da população residente e de suas redes de sociabilidade foi colocada como eixo central do projeto de reabilitação urbana. A partir dessa visão, o projeto previu mecanismos para a incorporação da habitação popular nas iniciativas de preservação, aspecto crucial no debate com os objetos de análise escolhidos para esta pesquisa.

No interior do centro histórico de Bolonha, foram demarcados cinco setores urbanísticos que apresentavam, naquele momento, condições de habitabilidade “precárias do ponto de vista higiênico e/ou estrutural” (CERVELATTI, 1976, p. 50). Destaca-se o emprego do termo “precárias” para fazer referência a áreas caracterizadas pela pobreza e pelo mau estado de conservação das edificações. Tais setores foram objeto de estudo e intervenção específicos, que os consideraram na sua condição de vulnerabilidade social e habitacional. A abordagem adotada por Cervellati para pensar a preservação desses setores pode ser considerada progressista do ponto de vista social, de propriedade e de gestão da habitação. Além da preocupação com o “equilíbrio social”, ou seja, com a presença de moradores de várias faixas de renda, o projeto previu a criação de cooperativas habitacionais com propriedade compartilhada, que poderiam atuar na autogestão dos imóveis e dos serviços locais e na busca por financiamentos necessários. O movimento cooperativo se converteria em instrumento de permanência dos moradores, pois sua atuação impediria que os valores dos aluguéis estivessem submetidos à flutuação de preços do mercado imobiliário. Esse aspecto denota a preocupação em relação aos impactos decorrentes das melhorias físicas do projeto de reabilitação, que poderia ter como consequência inevitável a expulsão da população de mais baixa renda.

Não apenas para os cinco setores urbanísticos, mas para todo o centro histórico, estava entre os objetivos do projeto a definição dos usos de acordo com as tipologias e estruturas que compunham o conjunto edificado. Cervellatti defende a ideia de que seria necessário delimitar as funções e introduzi-las nos respectivos conjuntos tipológicos. Nota-se que a delimitação dos usos na sua relação com a preexistência foi uma das principais preocupações levantadas pelo projeto, aspecto que o afastou de mera melhoria “cenográfica” que poderia desconsiderar “a compreensão histórico-crítica da cidade antiga que se apoiava nas dinâmicas territoriais contemporâneas” (CERVELLATI, 1976, p. 19).

O projeto para o centro histórico de Bolonha começou a ser implementado poucos anos antes da oficialização da Declaração de Amsterdã, de 1975. Essa carta patrimonial é importante na medida em que trouxe para o campo disciplinar a importância da participação popular na elaboração de políticas de preservação e a integração do patrimônio na vida social. Segundo o documento, a preservação só é atingida se os valores culturais e de utilização forem considerados em conjunto, o que denota uma visão em que o patrimônio deve ser entendido a partir de sua inserção no cotidiano e na dinâmica urbana. A declaração também chama a atenção para a participação do poder público no enfrentamento das leis do mercado imobiliário, que, sem regulação, podem conduzir à expulsão da população de mais baixa renda após a valorização imobiliária decorrente de projetos de reabilitação urbana.

Além disso, as críticas pós-modernas, que trouxeram consigo a expansão temática dos campos da história, da sociologia e da arquitetura e do urbanismo e as investigações da pluralidade de vozes que compõem os diversos contextos e dinâmicas tanto nacionais quanto locais, contribuíram para o alargamento da noção de patrimônio. Ainda que estabeleça

críticas quanto ao “discurso autorizado do patrimônio” , Laurajane Smith (2006) reconhece o fato de que tais críticas pavimentaram o reconhecimento de conceituações múltiplas da história e, conseqüentemente, do patrimônio em âmbito acadêmico e de políticas públicas.

Ademais, é importante destacar que os anos 1980 foram marcados pela redemocratização política no país, período no qual os diversos grupos sociais encontraram no patrimônio um mecanismo na busca por direitos e afirmação de identidades. A preservação passou a ser mobilizada como condição para a garantia de direitos, como os direitos à memória, à qualidade de vida, à cidade, entre outros, e como exercício da cidadania. Uma conquista importante foi a ratificação do artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu uma nova matriz de preservação, distinta das práticas tradicionais baseadas em critérios históricos e arquitetônicos excepcionais e representativos de um passado colonial e das classes dominantes. Nesse artigo, os bens culturais foram definidos como portadores de referência à identidade dos grupos sociais e essa matriz, que reconheceu a pluralidade de sentidos patrimoniais, deu respaldo para o estabelecimento de ações de preservação mais inclusivas e democráticas.

Sobre essa questão, Maria Cecilia Londres mostra que, no âmbito do IPHAN, a expressão “patrimônio cultural não consagrado” (LONDRES, 1996, p. 157) passou a ser utilizada para fazer referência aos bens culturais que não integravam o rol do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse momento, observou-se uma diversidade de bens culturais que tiveram pedidos de acautelamento abertos, como vilas operárias, mercados, estádios de futebol, entre outros, a pedido de grupos e entidades externos ao instituto. Segundo Londres, é possível considerar que esse conjunto de pedidos e processos refletiu uma mudança no sentido do envolvimento e engajamento da sociedade com o patrimônio durante os anos 1980. A autora também destaca a atuação de Aloísio Magalhães como diretor do órgão a partir de 1979 e do Centro Nacional de Referências Culturais, que contribuiu para novas concepções de valores histórico e artístico e para a participação dos grupos sociais nos processos de patrimonialização.

2.3.1 O conceito de patrimônio ambiental urbano

No bojo das novas possibilidades de cruzamentos conceituais e práticos entre o patrimônio e a habitação popular, é fundamental destacar o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, pois ele foi utilizado como ferramenta conceitual nos projetos de preservação do DPH, sobretudo nos inventários. Desde a criação do órgão, notou-se que a equipe operou o patrimônio cultural com espectro ampliado na comparação com as práticas do IPHAN, com foco no ambiente urbano. Tal conceito deu condições para o transbordamento das fronteiras tradicionais do patrimônio e o reconhecimento dos bens culturais para além dos monumentos isolados e das características arquitetônicas, estilísticas e históricas excepcionais e/ou ligados a narrativas hegemônicas.

Andrea Tourinho e Marly Rodrigues (2016; 2017) desenvolvem pesquisas com o objetivo de investigar a genealogia, os formuladores e a apropriação desse conceito nos órgãos de preservação, a fim de reconstituir a construção desse caminho conceitual. Em nível federal, as autoras mostram que ele teve como ponto de partida a aproximação entre

as áreas de planejamento urbano e preservação nas ações da Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA), responsável pela aprovação dos planos estaduais de preservação de sítios históricos, durante o regime militar. As autoras citam Jorge Guilherme Francisconi, então membro da CCA e da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), que defende que o conceito encontrou espaço para se estabelecer nos trabalhos da comissão, pois dava suporte para se operar o patrimônio para além do edifício isolado nas políticas intraurbanas de recuperação de centros urbanos que necessitavam de gestão intergovernamental. Francisconi acredita que, por meio do conceito de “patrimônio ambiental urbano”, a comissão conseguiu introduzir as noções de paisagem e de ambiente urbano como elementos integrantes do patrimônio e, com isso, dar subsídios mais consistentes para os planos estaduais de preservação.

Ademais, Tourinho e Rodrigues (2017) mostram que, durante os anos 1970, a percepção do “ambiente urbano” como referência para medidas de salvaguarda foi empregada nas ações do Programa de Cidades Históricas (PCH), no qual a CCA foi criada, em 1977. O PCH¹¹¹ foi o primeiro programa federal que destinou recursos para a recuperação do patrimônio cultural em escala urbana. As autoras apresentam um trecho de um dos relatórios de atividades da Delegacia Regional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), no qual o termo “Projetos de Valorização Ambiental Urbana” foi utilizado para fazer referência a projetos de restauração dos centros históricos incluídos no PCH.

No estado de São Paulo, Tourinho e Rodrigues (2016; 2017) defendem que o conceito de “patrimônio ambiental urbano” entrou para o debate, no mesmo período, no âmbito do “Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano”, estruturado por convênio entre a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEPLAN-SP) e a CNPU. O programa contou com o geógrafo Eduardo Yázigi como um dos coordenadores, o qual relatou à Tourinho que tomou conhecimento do conceito em questão por intermédio de Francisconi, que integrava a CNPU. As autoras mostram que o conceito foi empregado na formulação dos objetivos do programa, entre os quais estavam a preservação, valorização e revitalização do “Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo”¹¹². Esses objetivos seriam alcançados por meio do reconhecimento da necessidade de enfrentar os impactos do crescimento urbano acelerado por meio de um “planejamento ambiental racional” (TOURINHO; RODRIGUES, 2017, p. 359).

Ainda na esfera estadual, Tourinho e Rodrigues mostram que o conceito de “patrimônio ambiental urbano” também foi objeto do debate “Patrimônio Ambiental Urbano”, promovido pela Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (Emplasa), em

111 O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi analisado no dossiê organizado por Flávia Brito e Paulo Cesar Garcez Marins, publicado nos Anais do Museu Paulista em 2016, quarenta anos após a sua criação. De acordo com Brito e Garcez, o PCH foi organizado a partir de 1972 como iniciativa dos Ministérios do Planejamento e da Educação e Cultura com o intuito de viabilizar projetos de restauração em monumentos tombados nas cidades históricas da região Nordeste do país. Foi um programa para a preservação de cidades históricas em que se buscou romper com as rotinas e as práticas históricas do patrimônio cultural de fiscalização de bens privados nas cidades tombadas (garantindo a preservação de certos critérios estético-estilísticos) e de restauração de monumentos considerados excepcionais. Para mais informações, ver artigos que integram o dossiê “O PCH: um balanço após 40 anos”, organizado por esses pesquisadores (NASCIMENTO; MARINS, 2016).

112 Tourinho e Rodrigues (2017) comentam sobre o concurso de fotografia realizado em 1977 no âmbito do referido programa. Com o tema “A cidade também é sua casa”, o concurso foi aberto à população de todo o estado de São Paulo, que, por meio da fotografia, poderia expressar suas representações urbanas, artefatos e espaços. As fotografias vencedoras foram divulgadas na exposição “Patrimônio Ambiental Urbano do Estado de São Paulo”, organizada em 1978.

1978. Ulpiano Bezerra Meneses, Carlos Lemos, Murillo Marx, diretor do DPH à época, Eduardo Yázigi, entre outros, estavam entre os participantes. As autoras consideram que, nesse evento, os especialistas discutiram o conceito e tentaram defini-lo, com base em abordagens que colocaram o acervo histórico, arquitetônico e artístico e a memória nacional em diálogo com a proteção do meio ambiente e a busca pela melhoria da qualidade de vida da população. Segundo elas, as discussões evidenciaram a variedade de interpretações que o conceito suscitava, dada a multiplicidade de abordagens e disciplinas que analisam as relações entre espaços e pessoas.

Para todos esses debates, Tourinho e Rodrigues (2017) chamam atenção para a reverberação das discussões em nível internacional, ratificadas nas cartas patrimoniais, nas quais a noção de patrimônio cultural já havia sido ampliada para além do monumento isolado desde os anos 1960. As autoras destacam a Carta de Veneza, resultado do II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, em 1964, na qual foi registrada, pela primeira vez, a ideia de que o monumento seria inseparável do meio em que se situa e que sua preservação deveria levar em conta, obrigatoriamente, a ambiência em sua escala. As autoras mostram que, para Eduardo Yázigi, a gênese do conceito de “patrimônio ambiental urbano” poderia estar justamente na Carta de Veneza, pois, para ele, foi ela que trouxe o entendimento de que o bem cultural seria indissociável de seu entorno imediato.

Em segundo lugar, as autoras mencionam a Norma de Quito, promulgada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1967, que registrou o entendimento de que a ideia de espaço seria inseparável do conceito de monumento e que, por isso, o acautelamento estatal deveria contemplar os ambientes natural e urbano dos quais o monumento faz parte. Por fim, as autoras mostram a importância da Declaração de Amsterdã, que foi resultado de reuniões do Conselho da Europa, em 1975, na qual o patrimônio foi compreendido não somente como construções isoladas de valor excepcional, mas também como conjuntos urbanos que apresentem interesse cultural. As autoras acreditam, portanto, que as resoluções internacionais foram discutidas e incorporadas às ações de preservação no País.

Para Tourinho e Rodrigues, o conceito de “patrimônio ambiental urbano” permitiu a incorporação da noção de ambiente ao patrimônio, tendo em vista a promoção da qualidade de vida. A noção de ambiente não separa o meio físico dos aspectos culturais e sua preservação é essencial para a manutenção do equilíbrio do homem em seu habitat. Nessa perspectiva, a aplicação do conceito exige, das práticas de preservação, a consideração e compreensão das relações contemporâneas entre espaços e usuários e das identidades estruturadas nessas relações.

Na formulação desse conceito, as autoras apresentam, de um lado, a contribuição de Ulpiano Bezerra de Meneses, para o qual o patrimônio é, essencialmente, um fato social. Meneses se coloca contra os critérios tradicionais de seleção dos bens culturais, que, sob seu ponto de vista, precisam ser superados, pois partem do pressuposto de que o patrimônio é portador de valores imanescentes que podem ser identificados apenas por especialistas. Na sua visão, há fatores exteriores à qualidade material dos bens que precisam ser considerados nas ações de salvaguarda, pois são suportes de valores afetivos das comunidades.

No artigo que elaborou para a *Revista CJ Arquitetura*, em 1978¹¹³, Meneses defende

113 Nota-se que o artigo foi publicado no mesmo ano em que a Emplasa realizou o debate “Patrimônio Ambiental Urbano”, do qual estiveram presentes Ulpiano Bezerra de Meneses e Murillo Marx, diretor do DPH à época. Marx também publicou

que a única forma de se pensar o patrimônio, conceituado como “patrimônio ambiental urbano”, seria compreendê-lo a partir das dinâmicas sociais, culturais, históricas e cotidianas em que ele se encontra. Sem elas, ele perderia a sua essência. Desse modo, não seria possível desvinculá-lo da maneira como os diversos grupos sociais se relacionam e se identificam com ele a partir do que compõe a sua memória, entendida como uma ferramenta importante que permite a afirmação da consciência histórica.

De outro, estão os que defendem a abordagem que considera o patrimônio como testemunho da história urbana, com valor documental, histórico, arquitetônico e urbano. Essa perspectiva se aproximou das formulações sobre os significados das marcas do tempo na materialidade e no espaço urbano elaboradas por Kevin Lynch nos anos 1970, que, segundo Tourinho e Rodrigues, tiveram repercussão significativa naquela geração de arquitetos. A publicação “De que tempo é este lugar? - para uma nova definição do ambiente”, de 1975, circulou entre os especialistas do patrimônio à época e foi defendida por Carlos Lemos, por exemplo. Rodrigues (2000) defende que esse entendimento não se difere das definições tradicionais de patrimônio, pois segue priorizando as dimensões materiais e formais dos bens culturais.

Vale ressaltar que essa perspectiva também é questionada por Meneses (2009), para o qual a consideração do patrimônio como registro de determinada fase da história urbana o desvia da sua essência. Para ele, as edificações e conjuntos urbanos não são portadores de valores inerentes e o patrimônio só pode ser entendido a partir da matriz de significações e valores que os grupos sociais estabelecem, com suas práticas, tendo essas edificações e conjuntos urbanos como suporte. Desse modo, é dever dos especialistas e dos órgãos de preservação levar em conta tal matriz de significações e valores nas ações e medidas de acautelamento.

Mariana Tonasso (2016; 2019), em sua análise sobre a relação entre o conceito de “patrimônio ambiental urbano” e os instrumentos urbanísticos de preservação em São Paulo, considera que a possibilidade de compreender o patrimônio e elaborar ações de preservação a partir das dimensões social e ambiental foi um dos elementos que deu destaque ao conceito a partir dos anos 1970. Sua mobilização abriu caminho para a apreciação da cidade a partir de critérios ambientais e o entendimento de que o patrimônio seria portador de um valor cultural criado pela sociedade. No entanto, a autora frisa que sua mobilização em São Paulo esteve mais próxima da perspectiva que compreende o patrimônio como conjunto urbano e registro e testemunho da história urbana, tal como defendem Tourinho e Rodrigues.

Para Leonardo Castriota (2009), o conceito em questão parte do pressuposto de que o ambiente urbano é organismo vivo e aí está sua diferença fundamental frente à concepção tradicional do patrimônio, adotada, principalmente, no âmbito do IPHAN. Para o autor, o “ambiente urbano” e as questões relacionadas à paisagem à garantia da qualidade de vida são os reais protagonistas do conceito e, nesse ponto, está a sua inovação. O meio ambiente urbano é trazido para o primeiro plano do patrimônio e é encarado como fruto das relações entre os bens naturais e culturais e do modo como se articulam em termos de qualidade ambiental¹¹⁴.

um artigo na mesma revista, que será tratado mais adiante.

114 Para problematizar o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, Leonardo Castriota cita como referencial teórico a obra “Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática” (2003), do

O conjunto das análises desses autores permite inferir que preservar o “patrimônio ambiental urbano” significa manter o equilíbrio do ambiente urbano considerando as edificações, os usos, a infraestrutura urbana, a paisagem natural e a população como elementos inter-relacionados, no intuito de prover qualidade de vida. É possível verificar a existência de debates em torno do alargamento da noção de patrimônio a partir dos anos 1960 e 1970, dos quais a formulação do conceito de “patrimônio ambiental urbano” fez parte em várias instâncias federativas no País e se tornou um guia para ações de preservação de bairros e sítios urbanos.

Esse alargamento conceitual esbarrou no instrumento do tombamento, que se mostrou insuficiente para proteger um patrimônio que deveria também abranger a dimensão ambiental, urbana e social, e não apenas a arquitetônica. Tornou-se necessária, portanto, a concepção de outros instrumentos, que considerassem a multidisciplinaridade para a compreensão e a identificação dos bens culturais e as demandas sociais que faziam parte da sua dinâmica cultural enquanto patrimônio. Os inventários foram colocados como possibilidade no campo da preservação, devido à aproximação com a escala da cidade e com questões de ordem social, dentre elas a habitação popular.

2.3.2 Inventários de bens culturais em São Paulo

Assim como os princípios que fizeram parte da experiência da cidade de Bolonha, a pesquisa pretende colocar em debate a forma como o conceito de “patrimônio ambiental urbano” foi mobilizado no âmbito do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) nos processos de patrimonialização dos casos selecionados para análise. Acredita-se que, se a interpretação do conceito por parte dos técnicos se aproximasse da leitura de Ulpiano Bezerra de Meneses, a atuação institucional poderia ter tentado considerar a incorporação dos sujeitos sociais e das formas de morar, entre as quais estão os cortiços, na formulação e operacionalização dos projetos de preservação. Essa investigação não deixará de lado, obviamente, o argumento de Andrea Tourinho e de Marly Rodrigues (2017) de que o conceito suscita múltiplas interpretações e carrega consigo o desafio de se compreender as relações entre os vários grupos sociais e os lugares, pelo contrário, acredita-se que a multiplicidade de interpretações instiga a análise sobre as práticas do DPH nos casos selecionados.

A Declaração de Amsterdã, que, como já visto, abriu possibilidades para se pensar a integração do patrimônio com a dinâmica social nos anos 1970, também deve ser apresentada aqui como um dos documentos patrimoniais por meio dos quais se introduziu, a nível internacional, a importância da elaboração de inventários, que “deveriam ser largamente difundidos” e cujas informações forneceriam uma “base realista” para políticas de conservação. Desse modo, o documento, que reflete as discussões entre especialistas europeus do campo do patrimônio nos anos 1970, é importante na medida em que coloca a realização de inventários como um dos instrumentos necessários para políticas preservacionistas atreladas ao planejamento urbano.

O inventário é um dos mecanismos de preservação do patrimônio cultural e tem como

pressuposto a construção do conhecimento e identificação de bens culturais, uma aproximação destes com a escala da cidade e uma busca por instrumentos de proteção distintos e/ou complementares à figura do tombamento. É possível dizer que o instrumento se colocou como um dos temas do patrimônio no país a partir da década de 1970, período que pode ser considerado um laboratório de elaboração de inventários sistemáticos. Iniciativas similares fizeram parte da atuação institucional em vários estados e municípios, embora a sua adoção para políticas preservacionistas tenha se mostrado pouco expressiva na gestão pública até os dias atuais em virtude da ausência de regulamentação específica e de recursos.

São analisados neste capítulo a experiência do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), tida pelas ex-integrantes do DPH como referência metodológica fundamental do IGEPAC-Bela Vista, e os cinco inventários elaborados a nível municipal antes deste projeto, no intuito de verificar, em perspectiva histórica, a trajetória da atuação institucional municipal no que tange à aplicação desse instrumento para fins de preservação em escala urbana. Para verificar o discurso das ex-técnicas, as publicações oficiais do IPAC-BA e do IGEPAC-Bela Vista foram estudadas e comparadas, conforme será visto a seguir.

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA) e o instrumento homônimo de Pernambuco (IPAC-PE)¹¹⁵ são exemplos de trabalhos que foram elaborados como iniciativas de uniformização de métodos de inventariação, assim como os estudos financiados pelo governo federal no âmbito do Programa de Cidades Históricas (PCH). O IPAC-BA, realizado no âmbito do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e executado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, foi iniciado em 1973 e teve sua primeira publicação datada de 1975, com o município de Salvador como território inventariado. Outras regiões do estado foram inventariadas posteriormente e geraram novos volumes, divulgados nas décadas seguintes. Esse instrumento serviu como referência para outras iniciativas patrimoniais no país, dentre elas o IGEPAC-Bela Vista.

Paulo Ormino de Azevedo (1998), coordenador geral do IPAC-BA, afirma que a equipe responsável pela sua produção optou por adotar o modelo do “inventário de proteção” previsto na “Confrontação A” e o formato das fichas para imóveis e sítios que fazia parte do Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural Europeu (IPCE)¹¹⁶. Segundo ele, os participantes do IPAC-BA partilhavam o entendimento de que o inventário deveria ser empregado como pré-requisito para o tombamento e para políticas de planejamento

115 O IPAC-PE foi elaborado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, órgão vinculado à prefeitura e fundado dois anos após o instituto da Bahia, e teve seu primeiro caderno publicado em 1987. Nota-se que tanto a instituição baiana quanto o pernambucana foram fundadas em época muito próxima da criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão estadual de preservação do patrimônio de São Paulo, o que ilustra o cenário de descentralização das políticas preservacionistas, que, por sua vez, possibilitou o desenvolvimento dos trabalhos de inventariação a nível estadual.

116 A ampliação das possibilidades de elaboração de inventários se deveu às discussões realizadas no Conselho da Europa, o mesmo que foi responsável pela Declaração de Amsterdã, ainda na década de 1960. Da reunião ocorrida em 1965 na cidade de Barcelona, que tinha como objetivo a busca por métodos de inventariação do patrimônio europeu, surgiu a “Confrontação A”. Nesse documento foram estabelecidas diretrizes para a produção de inventários de sítios e conjuntos históricos localizados na Europa. Os inventários também foram classificados em dois níveis: “inventários de proteção”, utilizados para identificar e reunir informações sobre os bens culturais, e os “inventários científicos”, cuja caracterização ficou para ser definida posteriormente. Cinco anos mais tarde, foi divulgada a primeira publicação que fornecia diretrizes metodológicas para o Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural Europeu (IPCE). No artigo em questão, Paulo Ormino de Azevedo considera que sua experiência como aluno do Centro Internacional para a Conservação e Restauração dos Monumentos (Iccrom) ao final dos anos 1960, por meio da qual teve contato com o professor Pietro Gazzola, considerado por ele um “entusiasta do inventário”, foi fundamental para a elaboração do projeto na Bahia.

urbano e não como uma listagem de bens já protegidos oficialmente. Em mais de um artigo publicado sobre o tema, Azevedo (1987; 1998) ressalta a importância do “I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural”, realizado em Salvador em agosto de 1980. Nesse evento¹¹⁷, foram discutidas questões conceituais sobre o instrumento e possibilidades de aplicação de sistemas informatizados de armazenamento de dados.

Em São Paulo, foram identificados cinco inventários de bens culturais elaborados institucionalmente em âmbito municipal antes do projeto IGEPAC-SP. Todos foram produzidos ao final da década de 1970. Três ficaram sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep), que, até então, era o órgão de planejamento urbano responsável pela delimitação das zonas especiais de preservação, as Z8-200: o primeiro, intitulado “Programa Toledo/Lemos para a preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo”, o segundo, “CURA Brás-Bresser” e o terceiro, “Inventário do Patrimônio Ambiental Urbano da Zona Metrô Leste”¹¹⁸. Este foi desenvolvido em parceria com o DPH e pode ser considerado o primeiro inventário sistemático elaborado pelo órgão de preservação municipal. O quarto inventário, que teve a região da Freguesia do Ó como objeto, e o quinto, realizado no entorno do antigo Mercado de Santo Amaro, ficaram a cargo da equipe técnica do DPH exclusivamente.

O primeiro inventário do patrimônio da cidade foi elaborado em 1977 pelos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, a partir de revisão e de proposta de normatização por níveis de proteção de um trabalho de listagem que haviam realizado previamente no âmbito do “Projeto Centro”, da Cogep¹¹⁹. Essa listagem, cujo nome oficial é “Lista dos bens culturais dignos de preservação, no Centro de São Paulo”, foi elaborada no início de 1975 e publicada no mesmo ano, sob forma de lei, para enquadramento de aproximadamente 200 imóveis, dentre os quais estavam 27 “manchas” e 66 edifícios isolados, na Z8-200¹²⁰. Tanto a listagem quanto o inventário foram objetos das pesquisas de mestrado de Paula Andrade (2012) e Mariana Tonasso (2019), que foram mobilizadas para a análise.

A revisão da listagem, feita dois anos depois pelos mesmos arquitetos a pedido de Cândido Malta Campos Filho, que sucedeu a João Leão à frente da Cogep, teve como objetivo aprofundar a pesquisa sobre os bens selecionados e definir os níveis de proteção para cada um. Essa revisão contou com levantamentos fotográficos das edificações, levantamentos topográficos e a elaboração de fichas¹²¹ para cada uma delas ou para cada “mancha”, no intuito de produzir a caracterização definitiva dos imóveis. Seu conteúdo resultou no inventário intitulado “Programa Toledo/Lemos para a preservação de bens culturais arquitetônicos da

117 A pesquisa não conseguiu verificar a relação de participantes desse evento para confirmar se algum integrante do DPH esteve presente e quais foram os documentos resultantes das discussões.

118 Os inventários “CURA Brás-Bresser” e “Inventário do Patrimônio Ambiental Urbano da Zona Metrô Leste” foram objeto de análise da pesquisa Paula Andrade, que será utilizada para discuti-los, e foram apresentados no artigo de Mirthes Baffi (2006) sobre os inventários produzidos pelo DPH. O primeiro também foi discutido por Maria Cecília Lucchese (2004) que, embora não o tenha analisado sob o olhar do patrimônio cultural, é importante para a compreensão do projeto no âmbito do “Programa CURA”, que foi uma nova linha de financiamento urbano disponibilizada a nível federal pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) a partir de 1973.

119 Em 1977, a coordenação geral da Cogep estava a cargo do arquiteto Cândido Malta Campos Filho, que sucedeu a João Evangelista Rodrigues Leão.

120 Lei municipal nº 8328 de 2 de dezembro de 1975.

121 Paula Andrade mostra que Hugo Segawa e Alexandre Luiz Rocha, estudantes da FAUUSP à época, foram os responsáveis pela formatação das fichas e pela diagramação do trabalho.

área central de São Paulo”, de 1977¹²².

Paula Andrade (2012) defende a ideia de que a noção que Lemos e Toledo partilhavam sobre o conceito de patrimônio cultural a partir de suas discussões no âmbito profissional e acadêmico¹²³, somada ao conhecimento sobre a história urbana de São Paulo, foi o que embasou a seleção dos imóveis, que, segundo eles, deveria se justificar pelo seu valor documental e de pertencimento e pela sua representatividade “dentro do bom gosto da época”. Sendo assim, o mote para o reconhecimento do edifício ou da “mancha” como bem cultural por parte dos arquitetos se deveu, principalmente, ao seu pertencimento e possibilidade de leitura da história da cidade, tal como Flávia Brito (2016) apresenta em sua análise sobre a incorporação da habitação social e popular como formas históricas de morar dos processos de transformação urbana. Esse critério foi fundamental para que não apenas os exemplares de arquitetura excepcional fossem destacados, mas também os conjuntos e edificações de caráter popular.

O tema da habitação popular fazia parte dos estudos acadêmicos de Carlos Lemos desde os anos 1960. Em parceria com Maria Ruth Amaral Sampaio, realizou, nesse período, uma investigação acerca das principais características das habitações autoconstruídas em bairros periféricos do município, que contou com uma série de levantamentos e visitas a campo. O material foi reunido na publicação “Evolução formal da casa popular paulista”, editado pela FAUUSP em 1978. Um ano depois, Lemos teve seu livro “Arquitetura Brasileira” (1979) publicado, por meio do qual também apresentou seus estudos sobre moradias populares, entre elas favelas e cortiços. Esse aspecto é relevante ao se pensar que um dos autores do primeiro inventário de bens culturais de São Paulo tinha aproximação com o tema da habitação popular, o que pode ter relação com a adoção de uma perspectiva mais alargada do patrimônio para além dos cânones de excepcionalidade arquitetônica.

Dentre as experiências com as quais tiveram contato e que se tornaram referências para os trabalhos de 1975 e 1977, Andrade mostra que Benedito Lima de Toledo destacou, em entrevista concedida no âmbito de sua pesquisa, o “Inquérito à arquitetura popular portuguesa”, que foi o primeiro inventário de grande abrangência em Portugal que incluiu valores antropológicos como critério de seleção de edificações e conjuntos de arquitetura

122 O inventário também recebeu o nome de “Cogep Z8-200 – Programa de preservação dos bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo”. Popularmente, é conhecido como “Tijolinho” ou “Programa Lemos/Toledo”.

123 Paula Andrade coloca que a listagem e o inventário foram fruto dos objetos de pesquisa de Toledo e Lemos no âmbito acadêmico, do contato que tiveram com experiências semelhantes, dos estudos que desenvolviam na FAUUSP, entre eles a participação no “Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos”, realizado em 1974. O “Curso de Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos” resultou da articulação entre a Secretaria de Cultura e Esportes do Estado de São Paulo, o IPHAN e a FAU-USP e contou com a participação de Hugues de Varine-Bohan, consultor da Unesco e antigo diretor do Conselho Internacional de Museus. O papel chave de Varine-Bohan foi apresentar e discutir com os participantes a amplitude das questões relativas ao patrimônio cultural para além dos temas do patrimônio edificado, entre elas o entendimento de que o patrimônio poderia ser uma categoria composta pelo meio ambiente, pelo conhecimento e pelos artefatos produzidos pelo saber humano. Essa abordagem, mais próxima de uma visão antropológica, confrontou a formação e a experiência dos alunos, que tinham formação em arquitetura, pois refutava a divisão entre monumento e objeto, entre sítio e monumento, entre arte popular e arte erudita, e colocava que o principal objeto de preservação seria o homem e não as coisas em si. De acordo com Flávia Brito, o programa do curso teve como foco temas e problemas relativos ao patrimônio edificado, configurado, principalmente, pelos exemplares ligados à tradição nacional e à história oficial, tendo em vista que o seu objetivo visava formar especialistas que dariam conta das demandas dos serviços de proteção do patrimônio histórico e artístico em todo o país. Entretanto, é possível dizer que houve preocupação por parte de seus organizadores em trazer à tona a questão da interdisciplinaridade e da multiplicidade de opções de trabalho (NASCIMENTO, 2016). Para mais informações, ver RODRIGUES, 2002; ANDRADE, 2012 e NASCIMENTO, 2016.

vernacular portuguesa. Isso mostra que, nesse inventário, os exemplares foram escolhidos não apenas pelos seus aspectos formais e estilísticos. Esse inventário foi realizado entre 1955 e 1960 e foi apresentado a Toledo por Antônio Menéres, arquiteto que o acompanhou durante uma viagem a Portugal em 1971. Toledo chega a dizer à Andrade que esse inventário teve influência para toda a turma do Departamento de História da FAUUSP.

Nota-se que, já no primeiro inventário de bens culturais elaborado em âmbito municipal, os critérios de seleção extrapolaram a excepcionalidade arquitetônica e a monumentalidade e se fundamentaram na importância documental desses bens face à história urbana de São Paulo. No entanto, tanto Andrade quanto Mariana Tonasso acreditam que o alargamento da noção de patrimônio não foi tão abrangente e defendem que os critérios “tradicionais” do patrimônio não deixaram de estar presentes no discurso e na metodologia desses trabalhos, dentre eles o valor de antiguidade e a relação do imóvel com episódios históricos marcantes ou figuras importantes. Tonasso acredita que consideração dos ciclos econômicos e das técnicas construtivas como critérios para seleção de edificações e conjuntos não estava tão distante dos critérios empregados pelo Iphan¹²⁴ e pelo Condephaat à época, pois estavam baseadas principalmente nas qualidades formais e arquitetônicas dos bens. Prova disso está no fato de que todas as edificações construídas em taipa ou que tivessem esse vestígio foram consideradas, assim como as igrejas, conforme destaca Andrade¹²⁵.

Outro aspecto relevante desse programa foi a adoção de manchas e de bens selecionados em conjunto, ou seja, a escolha se baseou não apenas em imóveis pontuais. Destacam-se aqui os conjuntos de residências, sobrados, casas populares e vilas operárias como a Vila Economizadora e os conjuntos de casas das ruas São Domingos, nºs. 19, 21, 31 e 33¹²⁶, e Abolição, nº 227¹²⁷, localizados na Bela Vista. Sobre esse aspecto, Tonasso apresenta ressalvas quanto à demarcação das manchas e dos conjuntos ao afirmar que, embora Lemos e Toledo defendessem que o inventário não configurava uma listagem de imóveis singulares que não se relacionavam entre si, a seleção não considerou outros elementos urbanos que, junto com as edificações, conformassem efetivamente a ambiência e as condicionantes urbanas dos conjuntos.

Tonasso acredita que essa ausência se deveu, em parte, pela carência de instrumentos de preservação que incidissem além dos lotes e do controle dos índices urbanísticos. Nesse sentido, considera que a lógica utilizada na lista de 1975 e no inventário de 1977, que visavam a proteção via Z8-200, foi similar ao tombamento com viés de monumentalidade, já que no interior das manchas selecionadas eram demarcados pontualmente edificações “principais” e as áreas envoltórias ganharam caráter “acessório”. Parece acertada a sua defesa

124 Os critérios de seleção praticados no Iphan a nível federal, a partir das diretrizes do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, serviam de referência para a prática preservacionista em todo o Brasil. O Decreto-lei de 1937 instituiu o instrumento de tombamento a nível federal. Foi a primeira norma jurídica de proteção do patrimônio. Define patrimônio histórico e artístico da União como “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Está ancorado em uma noção de excepcionalidade estético-estilística e/ou arquitetônica e na relação do bem com a história nacional.

125 Paula Andrade também mostra que os bens culturais foram selecionados segundo o critério “by feeling”, pois “captavam os “instantes” da vida urbana e eram encarados como “sobreviventes” dentro de um processo de substituição da “cidade de taipa” pela “cidade de tijolos”. Pelo iminente risco de extinção, haviam adquirido um caráter de “excepcionalidade” como testemunhos da São Paulo colonial e imperial.

126 Conjunto de residências enquadrado como Z8-200.025 pela Lei nº 8328 de 1975.

127 Conjunto de residências enquadrado como Z8-200.089 pela Lei nº 8328 de 1975.

de que, se o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, tal como estava sendo discutido nos cursos de especialização em restauração e conservação nos anos 1970, estivesse sendo mobilizado pelos arquitetos, faria mais sentido preservar o conjunto espacial integrado, sem a diferenciação entre as edificações “protagonistas” e seus entornos desempenhando papéis “coadjuvantes”.

É importante mencionar que o inventário produzido pelos arquitetos em 1977 foi regulamentado pelo poder público municipal apenas em 1984, quando foram estabelecidos os níveis de preservação dos imóveis e conjuntos enquadrados na Z8-200 por meio do Decreto municipal nº 19.835¹²⁸. Nota-se que esse decreto foi promulgado na mesma gestão municipal em que o projeto IGEPAC-SP estava sendo elaborado. A regulamentação possibilitou a edição da publicação “Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo” (1984), conhecido como “Tijolinho”, que até hoje é utilizado como material de consulta pelos técnicos do DPH e pesquisadores do tema em São Paulo.

Após a conclusão do inventário de autoria de Toledo e Lemos e ainda sob a coordenação da Cogep, foram produzidos um diagnóstico e dois outros inventários, que tiveram como justificativa as transformações urbanas decorrentes da implantação das linhas de Metrô no município. O primeiro, denominado “Estudo de Alternativas de Traçado Tramo Oeste - Identificação dos Bens Culturais Envolvidos”, foi elaborado pelo escritório de Toledo e teve os bairros de Santa Cecília, Barra Funda e Lapa como áreas de estudo. Andrade mostra que teve como objetivo a criação de uma listagem dos “potenciais riscos de destruição do patrimônio”, na qual se verificou um predomínio de exemplares de arquitetura “modesta”, identificadas como “documentos de memória” (ANDRADE, 2012, p. 93).

Ambos os inventários tiveram como recorte espacial a Zona Metrô Leste (ZML), definida em 1975 como desdobramento da Lei de Zoneamento de 1972 e destinada à implantação do sistema de Metrô na zona leste do município. Em função da construção da linha leste-oeste do Metrô, essa região foi encarada pela municipalidade¹²⁹ como o principal vetor de desenvolvimento urbano e foco de projetos de reurbanização e, por isso, a zona deveria ser objeto de estudos específicos sob responsabilidade da Cogep. Devido à magnitude dos trabalhos, a Coordenadoria firmou parceria com o DPH e com a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), criada em 1971 para planejar a reurbanização das áreas atingidas pela construção das linhas metroviárias e que, naquele momento, tinha Nestor Goulart Reis Filho como vice-presidente. Isso mostra que o DPH entrou como agente produtor de inventários logo na sequência da publicação do “Programa Lemos/Toledo” e em parceria com os órgãos de planejamento urbano municipais.

A Emurb ficou encarregada de produzir o primeiro inventário, denominado “CURA Brás-Bresser”, que fez parte de um projeto mais amplo de reurbanização de trechos da zona leste de São Paulo. Embora o inventário não tivesse como finalidade principal o enquadramento dos bens culturais na Z8-200, a equipe que o elaborou¹³⁰ entendeu que se

128 Decreto municipal nº 19.835 de 10 de julho de 1984.

129 O direcionamento do crescimento e desenvolvimento urbanos de São Paulo no sentido leste estava presente no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) - Lei municipal nº 7688 de 30 de dezembro de 1971. O PDDI trazia como objetivo a descentralização de atividades, a criação de subcentros regionais e o desenvolvimento urbano ao longo dos eixos metroviários.

130 A equipe de trabalho era composta pelas arquitetas Marta Maria Soban Tanaka (coordenadora), Marta Dora Grostein Huck, Márcia Lúcia Guilherme e Bartira Velludo Costa.

fazia necessário descobrir imóveis que mereceriam preservação, dentre eles vilas e galpões industriais, para que não fossem demolidos com as futuras obras de reurbanização. Andrade considera que essa tarefa foi fruto da vontade da equipe em identificar e propor a preservação daqueles imóveis, provavelmente com o apoio de Nestor Goulart, que, naquele momento, ocupava tanto o cargo de vice-presidente da empresa e quanto a presidência do Condephaat, o órgão estadual de preservação.

O ponto importante a ser destacado no projeto “CURA Brás-Bresser” é que, além da preocupação com a identificação de imóveis e conjuntos de importância histórica, o trabalho contou com um estudo sobre a composição social das áreas. Andrade assinala que, pela primeira vez, foi desenvolvido um estudo sobre a caracterização geral da população em um inventário elaborado pela municipalidade, que mostrou que os bairros inventariados apresentavam características semelhantes ao encontrado na Bela Vista naquele momento: grande parte dos “moradores tradicionais”, em sua maioria descendentes de imigrantes europeus, haviam enriquecido e, por isso, deixaram de residir nesses bairros. Esse movimento foi acompanhado pela chegada de novos moradores, compostos em sua maioria por uma população migrante proveniente da região Nordeste do Brasil.

Apesar da equipe não utilizar os dados referentes à caracterização geral da população para uma possível identificação dos sentidos sociais do patrimônio, que é um dos pressupostos da ampliação do conceito que estava se configurando naquele momento, é importante mencionar que, como mostra Andrade, foi registrado no trabalho a preocupação com a permanência dos moradores e a manutenção do uso habitacional face às transformações urbanas das quais esses bairros eram alvos. Para isso, a equipe entendia que a ação do poder público se fazia essencial para impedir a incorporação dos lotes habitacionais, em sua maioria vilas, para outros usos e para evitar processos de expulsão da população residente. Conforme visto anteriormente, essa defesa se aproximava das premissas trazidas pela Declaração de Amsterdã em relação às tentativas de regulação das pressões de mercado por parte do poder público para viabilizar ações de preservação.

Nota-se que, entre o primeiro e o segundo inventários produzidos por órgãos públicos municipais, novas questões foram introduzidas e consideradas pelos agentes do patrimônio, dentre elas a caracterização da população, a preocupação com a permanência dos moradores e a manutenção do uso habitacional frente às ameaças impostas pelas transformações urbanas, ainda que um possível estudo acerca da relação entre as dinâmicas sociais e cotidianas e o conjunto edificado não tenham sido elaborados. Essa abordagem foi distinta da adotada nos projetos de renovação urbana para a Bela Vista entre 1973 e 1975, que, embora tenham realizado pesquisas socioeconômicas extensas, consideraram a alocação dos moradores em novos conjuntos habitacionais e a demolição de áreas “deterioradas” para a construção de novos empreendimentos. Ademais, destaca-se o fato de que vilas operárias e conjuntos de residências populares também foram selecionados pelo “CURA Brás-Bresser”, o que denota que o questionamento dos cânones da monumentalidade e excepcionalidade arquitetônica seguia em curso.

O segundo inventário que incidiu sobre a ZML recebeu o nome de “Inventário do Patrimônio Ambiental Urbano da Zona Metrô Leste” e foi elaborado por meio de parceria entre a Cogep e o DPH, tendo sido o primeiro inventário sistemático do patrimônio da cidade realizado no âmbito do órgão de preservação municipal. Dentre os representantes do

DPH nesse trabalho¹³¹ estavam a arquiteta Mirthes Baffi e a estagiária Maria Luiza Dutra, que fizeram parte do projeto IGEPAC-SP e IGEPAC-Bela Vista alguns anos depois. Dutra também se tornou a coordenadora da Divisão de Preservação do DPH na sequência.

Observa-se que foi a primeira iniciativa de inventariação que se apropriou, para a sua denominação, do termo “patrimônio ambiental urbano”, que estava sendo debatido pelo campo disciplinar naquele momento. Andrade mostra que no discurso de Nadia Somekh e Carla Milano, ex-participantes do projeto que foram entrevistadas no âmbito da sua pesquisa, as ideias de Ulpiano Bezerra de Meneses, um dos formuladores do conceito, foram adotadas como referência para a metodologia do inventário. Sobre esse aspecto, Mirthes Baffi (2006) não deixa evidente a incorporação da produção teórica de Ulpiano Bezerra de Meneses nesse inventário especificamente, porém, salienta, no seu artigo, que Meneses foi importante para a atuação do DPH.

De acordo com os cadernos produzidos ao final de cada etapa desse trabalho¹³², o objetivo do inventário foi identificar exemplares significativos do “patrimônio ambiental urbano” nos trechos dos bairros Brás, Penha, Pari e Mooca onde seria implantada a linha de metrô. Milano, coordenadora da equipe do DPH à época, relatou à Andrade que o estudo prévio sobre a evolução urbana e as transformações físicas, sociais e econômicas dessas localidades foi essencial para que a equipe pudesse conduzir a investigação dos trabalhos de campo. Segundo Milano, os levantamentos *in loco* foram essenciais, pois além da identificação e análise dos imóveis de interesse para preservação, foram coletadas informações referentes às atividades industriais, “usos e costumes, das habitações, da vida cultural e política”, além da identificação dos “percursos tradicionais e suas mudanças, as áreas aterradas, alagadas, os marcos paisagísticos” (ANDRADE, 2012, p. 121).

Está registrado na apresentação do caderno publicado em novembro de 1978 o interesse em compreender as origens, as características, a distribuição espacial, as necessidades, os desejos e as manifestações culturais da população residente nas áreas levantadas, pois a preservação pressupunha a manutenção do patrimônio “funcional e socialmente ligado à contemporaneidade”. O trabalho traz a definição de bens culturais significativos como aqueles “integrados aos quadros de necessidade sociais, econômicas e culturais contemporâneas” e que apresentem “possibilidade de adequação a novos programas”. Está indicado que foram selecionados bens que tivessem significado popular ou que proporcionassem “qualidade de vida de caráter local”, aspecto que se aproxima do conceito de “patrimônio ambiental urbano” e mostra que uma perspectiva ampliada do patrimônio estava sendo considerada pela equipe (SÃO PAULO (Município), COGEP/DPH, 1978, p. 2-3). Além do discurso de Nadia Somekh e Carla Milano, percebe-se que está registrado na publicação do inventário uma aproximação do conceito tal como defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses, ou seja, que enxerga o patrimônio indissociado das dinâmicas sociais, culturais e históricas que o têm como suporte. Além disso, assim como destacado por Andrea Tourinho e Marly Rodrigues (2017), a relação entre o patrimônio e a intenção de utilizá-lo como ferramenta na busca pela

131 A equipe do DPH era composta por: Carla Milano e Liliana Guedes (coordenadoras), Alexandre Luiz Rocha, Helena Saia, José Guilherme Savoy de Castro, José Horácio Costa, Luiz Alberto Passaglia e Mirthes Baffi. Como representantes da Cogep estavam Liliana Guedes e Sarah Feldman. O diretor do DPH era Murillo Marx e o coordenador da Cogep era Cândido Malta Campos Filho (SÃO PAULO (Município), COGEP/DPH, 1978, p. 419).

132 Os cadernos podem ser consultados na Seção de Levantamento e Pesquisa do DPH. O primeiro caderno foi concluído em janeiro e o segundo em novembro de 1978. SÃO PAULO (Município), COGEP/DPH, 1978.

qualidade de vida está colocada.

Desse modo, há indícios da adoção de outras visões sobre o patrimônio entre os técnicos do DPH, que traziam a ideia de que não seria possível desvinculá-lo das questões sociais. No mesmo caderno, não há muitas pistas de como a relação entre a população e os bens culturais foi considerada e poderia ser mobilizada no sentido da preservação. A maioria das propostas se concentrou na indicação de imóveis e conjuntos ao enquadramento na Z8-200 e em possibilidades de adequações relativas ao desenho urbano e ao sistema viário, ou seja, vinculadas a uma visão que se aproximou da arquitetura e do planejamento urbano.

No entanto, a equipe deixou registrada, na mesma publicação, a importância da participação da população em futuros trabalhos que tivessem esse escopo, pois seria fundamental que ela compreendesse os valores reconhecidos pela equipe técnica ao mesmo tempo que os valores da cultura popular poderiam ser incluídos no acervo documental a ser preservado. Ainda que se considere que essa abordagem abriu novas possibilidades de compreensão do patrimônio que incluísse a participação popular, é possível analisar essa posição do DPH a partir de um viés de hierarquia entre o saber técnico, representado pelo departamento, e a população, que deveria ser educada a respeito do patrimônio cultural do seu bairro e da cidade para que ele efetivamente pudesse ser preservado¹³³.

Além do contato com o debate em torno da ampliação da noção de patrimônio, Andrade considera que a presença da socióloga Eva Blay na equipe, assim como a participação de Milano no curso da FAU-USP em 1974, podem ter contribuído para uma perspectiva mais abrangente. Além disso, como exposto por Flávia Brito, Blay e Milano foram autoras que trouxeram contribuições teóricas importantes sobre habitação popular durante os anos 1980. Andrade acredita que, nesse inventário, o DPH tentou incorporar o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, pois, além da preocupação com o vínculo do patrimônio com as dimensões social e “ambiental urbana”, a equipe não se utilizou apenas de valores formais e estético-estilísticos para a seleção dos bens e manchas urbanas, que foi uma das críticas apontadas por Andrade e por Tonasso, em suas análises sobre o “Programa Toledo/Lemos”.

No seu artigo sobre os inventários produzidos pelo DPH, Mirthes Baffi, integrante da equipe técnica à época, acredita que outro aspecto importante desse inventário foi a adoção do conceito de “manchas urbanas”, entendidas como conjunto morfológico-histórico de qualidade especial que exprime as principais características físicas, ambientais e culturais do sítio¹³⁴. A adoção das manchas urbanas como critério seletivo e de compreensão do “patrimônio ambiental urbano” iria na contramão da concepção do patrimônio apenas na chave de bens considerados de forma isolada, segundo ela. Sobre as manchas urbanas, Marly Rodrigues e Andrea Tourinho (2016) consideram que sua adoção nos inventários pelo DPH

133 Acredita-se que essa visão permanece até os dias atuais no campo do patrimônio cultural e nas práticas preservacionistas em muitos casos. No entanto, defende-se a ideia de que, naquele momento, essa abertura conceitual indica que estava sendo discutida no âmbito do órgão uma dimensão mais democrática do patrimônio, que não o desvinculava do contexto social do qual fazia parte, e que a equipe entendia que esse contexto precisava ser estudado e considerado em inventários de bens culturais e políticas preservacionistas dali em diante.

134 No Inventário do Patrimônio Ambiental Urbano da Zona Metrô Leste, foram delimitadas dois tipos de manchas: as de valor ambiental e as de interesse paisagístico. Enquanto as primeiras eram compostas por áreas com “características ambientais significativas para a compreensão do processo histórico de desenvolvimento urbano”, as segundas foram definidas com base em critérios de eixos visuais e viários, ou seja, na presença de “perspectivas significativas” que compõem o ambiente do bairro e que são merecedoras de preservação tal qual os demais conjuntos e edificações (BAFFI, 2006, p. 171).

pode ter sido uma tentativa de “acomodação entre a abordagem arquitetônica tradicional e a urbana proposta pelo conceito de patrimônio ambiental urbano” (TOURINHO; RODRIGUES, 2016, p. 84). Esse ponto é importante para a análise dos inventários, pois ele continuou sendo empregado no projeto IGEPAC-SP anos depois e é um dos elementos que os diferencia do IPAC-BA.

A proposta final do inventário para a Zona Metrô Leste foi apresentada em formato de projeto de lei, publicado no início de 1979. Baffi considera que o objetivo do inventário, que era a preservação dos exemplares significativos do “patrimônio ambiental urbano”, não foi alcançado após as obras de implantação da linha do metrô. Ainda em 1978, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Vereadores solicitando o enquadramento dos imóveis e manchas na “Z8-200”, mas foi recusado devido, principalmente, às pressões contrárias de proprietários de imóveis incluídos na seleção. No entanto, a arquiteta acredita que o conhecimento acumulado com a experiência permaneceu no órgão e ele se tornou uma importante referência para os trabalhos que vieram na sequência, dentre eles o IGEPAC-Bela Vista.

Após o inventário da ZML, o DPH produziu o inventário da região do outeiro da Freguesia do Ó, realizado em 1979. No balanço sobre os inventários produzidos pelo DPH, Baffi menciona que foram incorporados os principais conceitos adotados no inventário da zona leste. Na delimitação do perímetro de levantamento inicial, houve a preocupação de abranger a área do outeiro desde suas cotas mais baixas e próximas ao rio Tietê, na tentativa de preservar as visuais conformadas por esse desnível, que teriam valor paisagístico e histórico. O trabalho também buscou a documentação de traçados urbanos, edificações e formas de implantação significativas para a leitura da evolução urbana do local, a ser utilizada para a elaboração de proposta de preservação. Além disso, as fichas dos imóveis seguiram o mesmo modelo do inventário da Zona Metrô Leste. Desse modo, é possível verificar uma continuidade metodológica entre ambos os inventários, ainda que ela não tenha mencionado se levantamentos e análises a respeito dos sujeitos sociais e da habitação popular tenham sido realizados nesse inventário como foram no relativo à ZML.

No mesmo artigo, a arquiteta também faz referência ao inventário do entorno do Mercado de Santo Amaro, realizado no mesmo período e que teve como objetivo a elaboração de um “plano de ambientação” para a região. O perímetro definido para os levantamentos permitiu “a definição de um cinturão para o qual pretendia-se estabelecer uma área de proteção ambiental” (BAFFI, 2006, p. 176). Tanto neste inventário quanto nos anteriores, é possível perceber que os membros do departamento estavam priorizando, na metodologia, a consideração do patrimônio na sua relação com a paisagem e o ambiente, que, nesse momento, faziam parte da renovação conceitual no campo disciplinar.

Durante todo esse processo, o arquiteto Murillo de Azevedo Marx¹³⁵ foi o diretor do DPH, cargo em que permaneceu até 1981. Em artigo publicado na *Revista CJ Arquitetura* em 1978, intitulado “Proteção global para a memória paulistana”, Murillo Marx comentou sobre os anos iniciais de trabalho do departamento e os desafios que se colocavam no porvir. Dedicou uma das seções ao tema dos inventários dos bens culturais, que, a seu ver, eram

¹³⁵ Murillo de Azevedo Marx era arquiteto e urbanista, formado pela FAUUSP em 1968. Tornou-se professor da mesma instituição em 1972 no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Em 1975, foi convidado a assumir a direção do DPH logo após a sua criação.

uma das principais responsabilidades da Divisão de Preservação do órgão, ainda que a longo prazo, devido à envergadura do trabalho de documentação dos bens. O ex-diretor colocou o inventário quase como sinônimo de documentação, sem detalhar critérios técnicos e teóricos ou indicar experiências de outros órgãos que poderiam ser adotadas como referência.

Marx compreendia a documentação como um exercício de levantamento atrelado a uma pesquisa sobre a importância documental e urbana dos bens culturais¹³⁶. No artigo, não menciona quais disciplinas poderiam contribuir com tal tarefa, quais informações seriam levantadas e processadas e quais seriam as diretrizes mais precisas da utilização desse material na elaboração de políticas preservacionistas. Diz apenas que o seu objetivo final seria a elaboração do “Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos”, visto por ele como a principal meta do órgão. No entanto, é importante assinalar que ele deixou registrada a visão de patrimônio que, na sua opinião, seria a mais adequada: uma “visão moderna e urbanística”, que não separa o patrimônio das questões ambientais, paisagísticas e cotidianas, em contraposição à “visão saudosista e de culto ao passado” (MARX, 1978, p. 102).

O ex-diretor comenta que o trabalho de documentação já havia começado, com a finalidade de dar subsídios a prováveis projetos de revitalização. Cita a pesquisa histórica do Engenho Piraquara, da casa do Tatuapé, do Mercado de Santo Amaro, além de mencionar o inventário da Zona Metrô Leste e “um ensaio de levantamento sistemático para áreas urbanizadas testado na Liberdade” (MARX, 1978, p. 102). Não se sabe se esse trabalho pode ser o embrião do IGEPAC-Liberdade ou se o órgão já tinha escolhido o bairro como prioritário do ponto de vista da preservação, uma vez que foi o primeiro a ser inventariado no âmbito do projeto IGEPAC-SP, elaborado alguns anos após a publicação do seu ensaio.

Os inventários elaborados pelo DPH, entre os quais se insere o IGEPAC-Bela Vista, que será discutido a seguir, tiveram como referência a metodologia do IPAC-BA, aspecto que foi registrado na publicação oficial do projeto IGEPAC-SP (1986) e reconhecido pelas ex-técnicas do departamento que foram entrevistadas para esta pesquisa. Os objetivos de todos eles centravam na necessidade de conhecer o patrimônio cultural do município e, para isso, era preciso identificar e catalogar os bens culturais que o compunham e criar uma espécie de sistema de informações. Esse acervo seria um recurso para viabilizar a proteção via tombamento ou legislação urbanística competente, o que, em São Paulo, significaria enquadrá-lo na Z8-200. Sendo assim, a principal função dos instrumentos seria identificar, selecionar, classificar e cadastrar os bens culturais que necessitariam ser salvaguardados pelo Estado. No entanto, houve uma diferença importante na seleção dos bens e conjuntos: os inventários paulistanos tiveram como ponto de partida o estudo da história urbana dos bairros seguido da definição de manchas urbanas e áreas de interesse ambiental, enquanto a experiência baiana partiu da classificação dos bens de acordo com as características arquitetônicas.

A comparação entre os inventários permite verificar que as experiências realizadas em São Paulo selecionaram uma quantidade maior de exemplares de arquitetura “não excepcional” do que o primeiro trabalho do IPAC-BA (1975), que teve o município de Salvador como território. Dentre os 46 bens de “Arquitetura civil de função privada”

¹³⁶ Nas suas palavras, “por documentação compreendo o levantamento de obras de arte e artefatos, de construções de todo o tipo, de logradouros públicos e paragens de significado, bem como a pesquisa de ordem geral ou específica que situa esses bens na perspectiva de seu conjunto e da história” (MARX, 1978, p. 102).

selecionados pelo inventário baiano, por exemplo, foram encontrados apenas quatro casos de “arquitetura menor, de valor principalmente ambiental”¹³⁷, que, no geral, se tratavam de exemplares de habitação popular. Os demais bens dessa categoria foram selecionados devido ao “notável mérito arquitetônico”. Por mais que o IPAC-BA tenha sido utilizado como referência importante, é possível dizer que a metodologia empregada pela Cogep e pelo DPH nos seus respectivos inventários previu uma consideração mais abrangente além dos cânones da excepcionalidade arquitetônica e dos elementos formais e estilísticos das edificações.

Essa análise pode ser confirmada por meio do conteúdo exposto por Paulo Ormino de Azevedo na “Primeira Semana do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo”, evento organizado pelo DPH em 1985¹³⁸. Paulo Ormino participou da mesa intitulada “Política de Reconhecimento do Patrimônio Histórico da Cidade”, na qual teve a oportunidade de explicar que o modelo de inventário adotado no IPAC-BA diferia do IGEPAC-SP no sentido da “orientação”. Para ele, a metodologia do primeiro poderia ser definida como catalogação ou arrolamento de bens imóveis, cuja seleção era baseada em critérios da História da Arquitetura. O IGEPAC-SP, por outro lado, partia do levantamento histórico dos bairros, que norteava a catalogação, a classificação e a documentação fotográfica dos bens selecionados. A publicação oficial do IGEPAC-SP também traz esse posicionamento registrado, conforme será analisado no subcapítulo seguinte.

Isso posto, é possível elaborar algumas considerações sobre os inventários realizados em âmbito municipal antes do projeto IGEPAC-SP. A importância dos bens e conjuntos selecionados para a evolução e leitura urbanas do bairro ou da cidade foi a justificativa adotada nos cinco inventários produzidos pela municipalidade, aspecto que os aproxima das recomendações internacionais do campo do patrimônio, como a Declaração de Amsterdã, e da produção teórica e acadêmica dos agentes de preservação em São Paulo, como Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos, Nestor Goulart Reis Filho e Carla Milano. O fato de os instrumentos terem partido da ação da Cogep, que era o órgão de planejamento urbano, facilitou, obviamente, a consideração da escala e da história urbana, mas é possível dizer que esse caráter não se perdeu quando da transferência da elaboração dos inventários para as mãos do DPH ao final dos anos 1970.

Além disso, a consideração de exemplares de arquitetura de caráter popular esteve

137 Os bens selecionados a partir desse critério foram: Casa do Conde de Palma, localizada à rua Militão Lisboa, nº 80; Casa nº 46 da rua da Boa Viagem; Casa nº 48 da rua da Boa Viagem; Vila Laura, localizada à rua Raul Leite, nº 68.

138 A “Primeira Semana do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo” ocorreu no Centro Cultural São Paulo entre os dias 17 a 22 de junho de 1985. Suas discussões foram registradas no Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico (1985). O documento encontra-se arquivado na Seção de Levantamento e Pesquisa do DPH. Mais informações sobre o evento podem ser encontradas no primeiro capítulo do livro “Memória e Patrimônio” (2007), de Suzanna Sampaio, que era a diretora do DPH quando da sua realização. Da mesa “Política de Reconhecimento do Patrimônio Histórico da Cidade”, realizada no primeiro dia do evento, também participaram Octávio Ianni, historiador que salientou a necessidade de considerar os cidadãos nos processos de preservação, Jacob Gorender, que trouxe a necessidade da introdução da temática da memória do trabalho e do trabalhador no campo do patrimônio e Ulpiano Bezerra de Meneses. Vale a pena mencionar, também, a oficina “Participação de órgãos oficiais e da comunidade na preservação de seu patrimônio”, em que foram apresentadas iniciativas de preservação que tiveram como ponto de partida a mobilização popular, como o caso do Movimento do Parque Modernista. Participaram da atividade os pesquisadores Nobue Myazaki, Lia Motta, José Pessoa e Maria da Glória Gohn, que chamaram a atenção para a importância da ativação das comunidades locais na defesa do patrimônio para que a destinação de uso dos bens não ficasse apenas nas mãos de especialista na área. Luiz Phelipe Andrés, por sua vez, apresentou a experiência de São Luiz do Maranhão, que contou com a participação conjunta entre órgãos públicos e a comunidade

presente em todos os trabalhos, tendo em vista que a escolha dos bens e conjuntos partiu da sua importância como testemunho da história urbana e do seu valor documental, e não apenas de seu grau de excepcionalidade arquitetônica, formal e estilística, ainda que critérios dessa natureza pudessem ter ganhado mais destaque no “Programa Toledo/Lemos”, conforme problematizado por Paula Andrade e Mariana Tonasso. Antes de adentrar na análise do IGEPAC-Bela Vista, é lícito pontuar que o ambiente institucional estava caminhando para uma mudança de perspectiva, que tinha no valor testemunhal dos conjuntos urbanos um de seus pilares e que poderia estar se descolando da abordagem adotada pelos projetos de renovação urbana para a Bela Vista realizados pela própria Cogep pouco tempo antes.

Ademais, é lícito supor que desde o início de sua atuação, a equipe técnica do DPH se preocupou em compreender o instrumento a partir de uma perspectiva mais ampla do que uma simples listagem de bens culturais. Tanto no inventário da Zona Metrô Leste quanto no da Freguesia do Ó a equipe participante era multidisciplinar, formada por historiadores, sociólogos e arquitetos, o que permitiu um entendimento sobre o patrimônio para além “da pedra e cal” e da monumentalidade. A abordagem adotada nos trabalhos partiu de um entendimento de que o patrimônio ambiental, cultural e urbano só fazia sentido na sua relação com os elementos ambientais e as questões sociais que tinham a materialidade como suporte, ainda que esse aspecto tenha sido apresentado com mais clareza no inventário da ZML. Esse argumento estava presente no discurso de Murillo Marx, que dirigia o órgão naquele momento, o que dá indícios de que a equipe estava caminhando, por meio desses trabalhos, para a consideração mais alargada da noção de patrimônio e da incorporação da habitação popular às vésperas da realização do IGEPAC-Bela Vista.

2.3.3 Esforços de compreensão do “fenômeno cortiço” nas décadas de 1970 e 1980

Após a análise dos inventários produzidos nos anos iniciais de atuação do DPH, que mostraram a complexidade de questões que tensionavam o campo do patrimônio no sentido do seu alargamento e as tentativas de incorporação do conceito de “patrimônio ambiental urbano” pela atuação institucional do órgão de preservação em seus primeiros anos, considerou-se pertinente investigar as discussões que estavam ocorrendo no campo da habitação social e que estavam construindo um conhecimento sobre os cortiços enquanto opção de moradia para as classes pobres no meio urbano. Durante os anos 1970 e 1980, tanto as pesquisas acadêmicas quanto os relatórios produzidos no âmbito do poder público estavam compreendendo a sua presença na cidade nos termos de um “fenômeno”, ou seja, como uma questão habitacional de grande escala em termos territoriais e populacionais. Além disso, as mesmas produções estavam inserindo os cortiços na categoria de “habitação subnormal”, junto com favelas e casas autoconstruídas em bairros periféricos. Percorrer a produção teórica desse campo se fez importante para se verificar as aproximações entre a habitação social e o patrimônio e até que ponto este incorporou tais aspectos conceituais nas práticas do DPH durante os anos 1980, mais especificamente nos casos selecionados para compor o debate.

Durante as décadas de 1970 e 1980, se consolidou um esforço de conceituação e compreensão do “fenômeno cortiço” em São Paulo, pois foi dada como certa a significativa

dimensão e perenidade dessa modalidade habitacional considerada “subnormal”. O emprego do termo “fenômeno” por pesquisadores e relatórios municipais denota que, naquele momento, tratava-se de um problema habitacional de larga escala na cidade, tanto em termos de quantidade de imóveis e moradores quanto em distribuição territorial. O primeiro estudo que colocou esse problema habitacional como “fenômeno” foi realizado no âmbito do poder público, mais especificamente durante a gestão do prefeito Miguel Colassuono (1973-1975) e publicado em 1975. Intitulado “Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no município de São Paulo”, foi elaborado pela Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes) e foi a única publicação elaborada pela municipalidade sobre o tema na década de 1970 encontrada por esta pesquisa.

O diagnóstico da Sebes serviu como base para os estudos realizados no decorrer da década de 1980, que serão analisados no intuito de averiguar os significados do termo “fenômeno” e de identificar as características dessa modalidade habitacional no período estudado e no município, com destaque para a Bela Vista. Como parâmetro para mapear as pesquisas e elaborar um quadro teórico, utilizou-se o artigo publicado por Maria Ruth Amaral Sampaio (2007) sobre o tema, cujo objetivo é analisar as inter-relações entre a produção acadêmica e as políticas públicas no campo da habitação social em São Paulo.

Em seu artigo, Maria Ruth Amaral Sampaio (2007) mostra que foi a partir do final dos anos 1970 que o cortiço, que “continuava pouco visível” e crescia “desapercebido” na cidade, começou, de fato, a ser objeto de pesquisas no âmbito acadêmico. Todas ressaltavam as condições precárias de habitabilidade, dentre elas a superlotação, a superposição de funções no mesmo cômodo, a promiscuidade, a falta de higiene, o acesso e o uso comum de instalações sanitárias e a exploração dos moradores por meio da cobrança abusiva de aluguéis.

É possível categorizar essa produção em três frentes. A primeira frente é representada pela municipalidade e conta, além do diagnóstico acima citado, com o estudo da Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) realizado em 1981 durante a gestão do prefeito Reynaldo de Barros (1979-1982) e do qual participaram Lúcio Kowarick, Maura Vêras e Clara Ant, e com o relatório “Cortiços em São Paulo: frente e verso” (1985), realizado durante a administração do prefeito Mário Covas (1983-1985). Essa frente conta, também, com os materiais elaborados durante o processo de formulação de políticas públicas voltados para a população residente em cortiços na gestão de Luiza Erundina (1989-1992), dentre eles o “São Paulo: crise e mudança” (1991).

A segunda frente é composta pela produção de conhecimento em âmbito acadêmico, que buscou compreender o fenômeno desde o final da década de 1970. Sampaio insere no quadro de estudos das Ciências Sociais sobre os cortiços as pesquisas de Emília Margonari (1978), Antônio Teixeira (1985), Lucio Kowarick e Clara Ant (1994) e Andrea Piccini (1999). Adiciona-se ao quadro de Sampaio as pesquisas de Suzana Pasternak e Yvonne Mautner (1982), Renata Xavier (1992) e Ceres Medina (1982), pois tratam do tema no mesmo período estudado. A pesquisa de Medina também é importante porque sua análise teve como recorte espacial um trecho da Bela Vista, conforme apresentado no Capítulo 1.

Entende-se que a investigação que Sampaio realizou com Carlos Lemos acerca das características das habitações autoconstruídas em bairros periféricos de São Paulo, que contou com levantamentos de campo e culminou na publicação “Evolução formal da casa popular paulista” (1978) e o livro “Arquitetura Brasileira” (1979), por meio do qual Lemos

também apresentou seus estudos sobre moradias populares, fizeram parte dessa frente, apesar de Sampaio não inseri-los no quadro teórico proposto no seu artigo.

A terceira frente de entendimento da questão foi protagonizada por representantes da Igreja Católica. Segundo Sampaio, parte das pesquisas sociológicas foram desenvolvidas por religiosos interessados em compreender os problemas relacionados às famílias operárias, dentre eles os habitacionais. Como exemplo, cita a importância das pesquisas realizadas pela Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), fundada em São Paulo pelo padre dominicano francês Louis-Joseph Lebreton no ano de 1947. A SAGMACS se estruturou sob a direção de Luiz Cintra Prado e possuía vínculo com o Centro de Economia e Humanismo, órgão fundado pelo Padre Lebreton na França¹³⁹.

O Padre Lebreton veio ao Brasil em 1947 e foi convidado a participar do curso de “Estudos Pós-Graduados” da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), por meio do qual encontrou espaço para difundir os princípios e fundamentos do movimento da Economia Humana. Ao mesmo tempo que ministrava o curso na ELSP, Lebreton coordenou uma pesquisa denominada “Sondagem preliminar a um estudo de habitação em São Paulo”, publicada em 1951 pela *Revista do Arquivo Municipal* e desenvolvida com o objetivo de avaliar as condições de habitação de São Paulo. Por meio de um levantamento extenso de 1500 unidades, categorizadas em sete tipologias de habitação¹⁴⁰, chegou-se à conclusão de que na área central do município existia uma concentração de “casas miseráveis” e de “casas luxuosas” localizadas em bairros próximos entre si e que as “casas miseráveis” possuíam uma média de ocupação elevada.

Os cortiços fizeram parte da análise dessa pesquisa. Quanto às formas de ocupação, foram delimitados como uma categoria específica, caracterizada pela alta densidade, dimensões insuficientes dos cômodos e deficiências de iluminação, ventilação e insolação. Essa modalidade de habitação foi descrita como “um casebre adensado onde famílias dividem áreas molhadas” e cuja ocupação era feita por uma “população muito pobre e mal-educada, que vive de recursos casuais, em estado de absoluta falta de higiene, às vezes com cozinha rudimentar comum a diversas famílias” (LEBRETON apud ROLDAN, 2012, p. 119-120).

De acordo com Michelly de Angelo (2010) e Dinalva Roldan (2012), que estudaram a atuação do Padre Lebreton no Brasil e a constituição da SAGMACS, a Sociedade, por sua vez, funcionou como um escritório de planejamento que reuniu religiosos e profissionais de diversas áreas do conhecimento e que realizou estudos empíricos, pesquisas aplicadas aos complexos sociais e projetos de planejamento e desenvolvimento urbano e regional durante as

139 O Padre Lebreton veio pela primeira vez ao Brasil em 1947 para ministrar um curso de pós-graduação na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, a convite do professor Cyro Berlink, diretor da ELSP, e do frei Romeu Dale. Por meio desse curso e da SAGMACS, o religioso encontrou espaço para difundir o método da Economia Humana e estruturar um laboratório baseado em seus princípios fora da França. Em linhas gerais, esse método, que era estudado no âmbito do Centro de Economia e Humanismo fundado por ele, consistia em detectar os problemas do capitalismo e do socialismo em busca da proposição de uma terceira via. Além do Brasil, o padre visitou o Uruguai, a Argentina e o Chile no mesmo ano, marcando o início de uma nova fase para o Centro de Economia e Humanismo, caracterizada pela aproximação com países subdesenvolvidos e a possibilidade de estudos empíricos sobre seus problemas urbanos e sociais.

140 Na pesquisa “Sondagem preliminar a um estudo de habitação em São Paulo”, as unidades pesquisadas foram agrupadas em sete categorias de habitação: sub-casebre (habitação miserável, insatisfatória em todos os aspectos); casebre (habitação miserável, que pode ter elementos satisfatórios); semi-casebre (habitação insatisfatória, mas não pode ser melhorada); habitação insatisfatória, mas passível de melhoria; habitação satisfatória; habitação confortável e habitação luxuosa (ROLDAN, 2012, p. 117).

décadas de 1950 e 1960 em várias localidades do país. Realizou uma série de levantamentos sobre questões urbanas e as condições de vida dos habitantes, com o propósito de conhecer os problemas urbanos e sociais.

Na frente protagonizada pelos representantes da Igreja Católica, a publicação do frei Jean Pierre Barruel de Lagenest na *Revista Anhembi*, mencionada no Capítulo 1, serviu como parâmetro para o “Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no município de São Paulo” (1975), da Sebes, pois era a publicação mais atualizada sobre o tema em São Paulo à época. Essa pesquisa (1962) mostrou a existência de 600 mil habitantes residindo em cortiços em São Paulo, sendo a Bela Vista o bairro “mais atingido”. Classificou-os como “moradia infrahumana” alocada em “prédios superpovoados” e como um dos mecanismos de especulação imobiliária na cidade. Por sua vez, a pesquisa de mestrado de Emília Margonari (1978), que era religiosa e assistente social, se juntou a essa frente de entendimento da questão, em um momento em que o Serviço Social, na sua relação com a Igreja, teve a população residente em cortiços como um dos públicos-alvo.

Apesquisa da Irmã Margonari (1978) teve como objetivo compreender as características sociais e de ocupação dos cortiços do bairro de Santa Cecília, que, segundo ela, era um dos que apresentava maior densidade de imóveis encortiçados naquele momento. A justificativa do recorte também se deu pelo fato de ela já estar envolvida com uma parcela dos moradores no seu trabalho como assistente social havia cerca de cinco anos. A autora afirma que sua pesquisa foi realizada para atender uma demanda da Comissão Arquidiocesana de Pastoral, que estava interessada em conhecer a realidade dos cortiços na região central de São Paulo para elaborar um plano de ação visando a formação de Comunidades Eclesiais de Base¹⁴¹.

Em reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo* em 1980, a Irmã Margonari relatou que observava um agravamento das condições de moradia nos cortiços e que havia moradores que procuravam paróquias da sua região para que intercedessem junto à Prefeitura na busca por casas ou barracos em bairros periféricos, cansados do modo de vida que possuíam nos cômodos e da situação de exploração. Margonari afirma que a municipalidade encontrava dificuldades para enquadrá-los nos programas de atendimento habitacional porque as famílias não conseguiam comprovar sua renda mensal e a primeira parcela da nova unidade (BISORDI, 1980, p. 12).

141 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam pela ligação entre a doutrina católica e a ação social. A 2ª Conferência dos Bispos da América Latina, reunida em 1968 na Colômbia, propôs a organização da Comunidade Eclesial de Base (CEB) como seu principal instrumento pastoral, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres. Nesse contexto, foi formulada a Teologia da Libertação que, retomando experiências ensaiadas desde os anos 1950-1960 em vários setores renovadores da Igreja, fundamentava uma ação pastoral comprometida com as causas populares. Conforme apontado por Sampaio, a preocupação da Igreja Católica com as mazelas do capitalismo se consolidou nos anos 1970 por meio de discursos e ações que pleiteavam a justiça social dentro do espírito da modernização e das reformas sociais, dentre elas a constituição das Comunidades Eclesiais de Base. Simone Guimarães (1998), pesquisadora do tema, mostra que uma das causas para essa mudança de posicionamento da Igreja se deveu ao tom mais aberto e conciliatório do Papa João XVIII e ao Concílio Vaticano II (1962-1965), colocado por ela como um marco importante que teve seus desdobramentos nas décadas subsequentes. O Concílio Vaticano II teve como consequência a mudança de postura e um comprometimento declarado com a causa dos pobres, pois a Igreja passou a se colocar como a “igreja do povo”. Dessa forma, a década de 1960 viu nascer “uma nova igreja”, que passou a exigir justiça social e a libertação do povo. (GUIMARÃES, 1998, p. 56-57). Guimarães coloca que, entre as décadas de 1940 e 1960, os vínculos do Serviço Social com a Igreja Católica, indissociáveis no Brasil na década de 1930, ainda continuavam estreitos, apesar de a Igreja ter perdido parte de sua hegemonia na condução dos processos de formação, do pensar e agir do assistente social após a incorporação da formação aos cursos universitários e laicos. Como consequência desse processo, a formação e a profissão do assistente social adquiriram maior racionalidade para dar conta de processos sociais mais amplos (GUIMARÃES, 1998, p. 78-80).

É fundamental apontar que os estudos em torno do “fenômeno cortiço” em São Paulo partiram de um referencial que considerou essa modalidade de moradia segundo uma categoria de “subnormalidade”, em fase de elaboração pelos campos da saúde pública e da habitação social desde a década de 1960. Tais estudos se basearam nos conceitos e critérios estabelecidos pelas publicações do Comitê de Especialistas em Higiene da Habitação da Organização Mundial de Saúde¹⁴² e do Comitê de Higiene e Habitação da Associação Americana de Saúde Pública¹⁴³, de 1961 e 1969, respectivamente.

De acordo com o Primeiro Informe (1961), o Comitê de Especialistas da OMS se preocupou em relacionar as condições físicas do ambiente residencial com o estado de saúde e o bem-estar da população em geral e em estabelecer critérios fundamentais de salubridade que levassem em conta necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais aplicáveis a qualquer país, levando em consideração, sempre que possível, as especificidades ambientais e culturais. Segundo o documento, o meio residencial poderia influenciar diretamente a saúde física devido à sua possível relação com a transmissão de doenças, com a insatisfação de necessidades fisiológicas e com lesões traumáticas frequentes. Em linhas gerais, para que uma moradia fosse considerada higiênica, era necessário que ela apresentasse temperatura ambiente, ventilação e iluminação adequadas, ar livre de impurezas e odores indesejados, grau de umidade saudável e possibilidades de exercício físico e lazer.

O Comitê propôs os seguintes requisitos para a verificação da salubridade e, conseqüentemente, para o estabelecimento de um “ambiente habitacional saudável”: a disponibilidade de habitações bem construídas e conservadas, independentes, em quantidade suficiente para todas as famílias e que atenda as necessidades de vida adequadas às normas culturais de cada região. Acerca do espaço habitável, concluiu que deveria apresentar quantidade de cômodos e área útil suficientes do ponto de vista da higiene e das necessidades de vida conforme as mesmas normas culturais e sociais; uma distribuição dos cômodos de modo a não haver confinamento dos dormitórios e dos ambientes de estar, que oferecesse privacidade aos moradores quando assim desejado; instalação de sistema de abastecimento de água potável conduzida por tubulações protegidas, a ser utilizada para limpeza doméstica e asseio pessoal em cômodos destinados para essa finalidade; sistema higiênico de eliminação de águas residuais e outros dejetos; instalações adequadas para banho e cozinha; proteção térmica e sonora adequada; ventilação e iluminação natural e superficial suficientes e sistema construtivo que garanta a segurança da edificação contra incêndios, acidentes naturais e “intrusões humanas”.

O documento frisa que esses serviços e instalações podem ser instalados em todos os países, independentemente das condições de clima e do meio ambiente local. Sobre a

142 Em 1956, foi criado, no âmbito da OMS, o Grupo Misto de Trabalho sobre Habitação e Serviços Comunitários para facilitar a coordenação das atividades empreendidas pelos órgãos da ONU especializados no tema. Nele, foi montado o Comitê de Especialistas em Higiene da Habitação. A reunião realizada entre os dias 19 e 26 de junho de 1961, em Genebra, na Suíça, originou o Primeiro Informe nº 225, que é objeto de análise neste trabalho. Entre os membros do Comitê estavam engenheiros e médicos que representavam a Venezuela, França, Finlândia, Gana, União Soviética, Inglaterra, Índia e Estados Unidos. A relatoria ficou a cargo do Prof. Dr. C. Woodbury, Diretor de Pesquisa Urbana e membro do Curso de Planejamento Regional da Universidade de Wisconsin (EUA) à época. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/37728>> Acesso em 3. Jul. 2019.

143 A Associação Americana de Saúde Pública (APHA) foi fundada em 1872 e, desde então, conta com mais de setenta países representados. Atua na OMS e na Organização Pan-Americana de Saúde em discussões e programas relacionados a essa temática. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/pdf/10.2105/AJPH.59.5.841>> Acesso em 3 Jul 2019.

quantidade de cômodos, recomendou que cada habitação contasse com mais de um cômodo para cada atividade doméstica. Admite que em alguns países o compartilhamento da cozinha por mais de uma família ainda era uma prática, mas que, no caso de projetos de novas unidades habitacionais, essa condição não deveria ser adotada (OMS, 1961, p. 26). Além disso, por “razões de moral”, recomendou que os dormitórios fossem separados para adolescentes ou adultos de sexos distintos, salvo no caso de casais¹⁴⁴.

No que concerne aos trabalhos da APHA, cujos parâmetros foram mencionados no documento do Comitê da OMS¹⁴⁵, destaca-se o “Princípios Básicos da Habitação Saudável”, publicado em 1938, que serviu de referencial conceitual para uma série de pesquisas acadêmicas e políticas públicas nos Estados Unidos em meados do século XX. A Associação sentiu necessidade de revisar os parâmetros desse estudo nos anos 1960, pois identificou novas definições de saúde pública para além dos conceitos de controle de doenças e saneamento e novas propostas por parte dos programas de atendimento habitacional, que passaram a combinar avaliação, planejamento, projeto e execução com inspeção, educação, melhoria social e outras ações preventivas e corretivas (APHA, 1969, p. 841).

Por meio do documento “Princípios básicos de saúde da habitação e do seu ambiente” (1969), a Associação trouxe a definição de habitação enquanto unidade de moradia da família indissociável do entorno imediato e dos serviços comunitários e, assim como o Comitê da OMS, reforçou a importância da dimensão urbana para o ambiente residencial. Além disso, destacou a necessidade da garantia de iluminação, temperatura e ventilação adequados em todos os cômodos; de sistema de água fria e quente que alimente chuveiros e pias do banheiro e da cozinha, além de instalações para lavagem de roupas; de revestimentos impermeáveis nos cômodos sanitários e na cozinha; de quantidade mínima de banheiros observando-se a quantidade de moradores, entre outros elementos. Acrescenta-se a consideração de que “uma unidade habitacional em que residem em duas ou mais pessoas deve conter, pelo menos, uma sala de estar, um quarto, uma cozinha ou quitinete e um banheiro” (APHA, 1969, p. 844), em consonância com o Comitê da OMS, que também previa um cômodo para cada atividade doméstica.

Ademais, a Associação, por meio de suas publicações, procurou apontar quais seriam as deficiências habitacionais básicas, como abastecimento de água contaminada; suprimento de água e instalação sanitária na área externa da edificação; banheiro de uso coletivo; ocupação média acima de 1,5 por cômodo habitável; superlotação de dormitórios; área menor de 3,6m² por pessoa para dormir; ausência ou carência de instalações elétricas e de janelas nos cômodos; mau estado de conservação da edificação, entre outros.

Conforme mencionado previamente, o primeiro estudo realizado pela municipalidade

¹⁴⁴ O mesmo Comitê também inseriu a dimensão urbana à qualificação dos padrões saudáveis de habitabilidade, pois colocou como fator fundamental a localização das moradias em áreas que seguissem normas adequadas de planejamento urbano, que permitiriam, por sua vez, que planos e decisões fossem firmados sob uma perspectiva que analisa a cidade em conjunto. Sendo assim, o critério da localização foi colocado no mesmo patamar de importância das características físicas das construções para a garantia da salubridade: o acesso ao serviço público de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos e escoamento de águas pluviais; existência de serviços policiais, de extinção de incêndio, industriais, comerciais, instituições culturais, sociais, religiosas, educativas e de assistência, ligados às moradias por redes viárias adequadas aos pedestres e servida de transporte coletivo; garantia de proteção contra os perigos que pudessem ameaçar a saúde, o bem-estar e a moralidade pública (OMS, 1961, p. 20; 36-40).

¹⁴⁵ O Primeiro Informe do Comitê da OMS (1961) citou o trabalho “American Public Health Association, Committee on Hygiene of Housing. Standards for healthful housing: planning the home for occupancy”, Chicago, Public Administration Service (OMS, 1961, p. 21).

foi o “Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no município de São Paulo”, elaborado pela Sebes e publicado em 1975¹⁴⁶. Maura Vêras, coordenadora do projeto¹⁴⁷, menciona que o único estudo existente até aquele momento sobre o “aluguel precário” em São Paulo era o do frei Lagenest, que possivelmente já se encontrava desatualizado em função das grandes correntes migratórias que a cidade havia recebido naquele intervalo de tempo. Segundo ela, esse fator a motivou, enquanto coordenadora do Departamento de Habitação e Trabalho da secretaria, a elaborar um diagnóstico sobre os cortiços, cujo resultado permitiu classificá-los como “habitação precária coletiva de aluguel”.

Segundo ela, a equipe enfrentou dificuldades para conceituar o cortiço devido à carência de fontes atualizadas, aos conflitos com o termo “pensão” e à ciência de que se tratava de um fenômeno “com múltiplas caras” e “de difícil mensuração e visibilidade.” O cortiço foi entendido como moradia de aluguel de população de baixa renda, que apresentava várias edificações no mesmo lote, subdivisão de cômodos na mesma edificação e cômodos sem instalações sanitárias privativas¹⁴⁸. Utilizando-se da Listagem de Cortiços e da Listagem de Casas Coletivas do cadastro do Setor de Rendas Imobiliárias¹⁴⁹ no exercício de 1975, a equipe procurou quantificar os imóveis ocupados com essa modalidade habitacional e o total de moradores em escala municipal. Foram estimados cerca de 500 mil moradores, que representavam 9,3% do total da população. Devido à significativa quantidade de pessoas e de imóveis, optou-se por caracterizar esse problema habitacional nos termos de um fenômeno, entendendo que não havia perspectivas de que fosse erradicado.

Em relação às características físicas¹⁵⁰, o estudo apontou que o cortiço era caracterizado por edificações subdivididas, por um “super-aproveitamento” ou “aproveitamento multifamiliar” do lote e dos espaços internos disponíveis, por um elevado grau de congestionamento e por um tipo misto de construções, com uma casa principal acompanhada de várias edificações menores, que fazia do cortiço “uma habitação insuficiente por si só”. O “cômodo” foi caracterizado como um compartimento que abrigava funções e ambientes como dormitórios e salas de refeição, que poderiam estar isolados ou compartilhados, com exceção da cozinha e do banheiro, os quais eram instalados fora dos cômodos e o fato de serem compartilhados entre todos os moradores gerava uma condição de “subnormalidade

146 O “Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no município de São Paulo” contou com a coordenação da assistente social Maria Helena Marques e da socióloga Maura Bicudo Vêras. Foi elaborado no âmbito da Diretoria de Departamento, Habitação e Trabalho, cuja diretora era Marta Godinho, da Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes), que, naquele momento, possuía Henrique Gamba como secretário.

147 Entrevista realizada em 22 de julho de 2019. De acordo com a socióloga, estava no escopo do Departamento de Habitação e Trabalho da Sebes oferecer capacitação profissional para população de baixa renda e estimar, por meio de cadastros, a precariedade habitacional do município para oferecer projetos alternativos de atendimento a essa população. O cadastro de favelas foi feito em 1973 e mostrou que representavam cerca de 1% das moradias em São Paulo.

148 Hoje, Maura Vêras considera a última característica como restritiva para o conceito e para a mensuração, pois sempre houve cortiços com banheiros ou cozinhas inseridos em alguns cômodos.

149 Esse cadastro era elaborado pela Secretaria Municipal de Finanças, através do Departamento de Rendas Imobiliárias, para a aplicação do Imposto Territorial Predial, Conservação e Limpeza (TPCL).

150 Em relação às características físicas, o diagnóstico também detectou que a alvenaria de tijolos era o material construtivo mais empregado, cerca de 98% dos cortiços abrigava pelo menos uma edificação com esse material, apesar da grande quantidade de divisórias internas precárias e da grande frequência de edificações em mau estado de conservação e com manutenção inadequada. Estimou uma área média de cômodo de 10,855m², cerca de 26,9 moradores por cortiço, uma média de 10,4 cômodos por cortiço, uma média de 3,6 pessoas por cômodo e uma média de 3,6m² de área construída por morador. Foi considerado em mau estado de conservação quando as edificações apresentavam estrutura e revestimentos gravemente danificados, seja pela ação do tempo ou consequência de uso prolongado (SÃO PAULO (município), Sebes, 1975).

habitacional”.

O diagnóstico também verificou que os cortiços tinham acesso à rede de abastecimento pública de água e esgoto e eram servidos de comércio e serviços nas proximidades, sendo o problema de salubridade interno ao lote e característico do compartilhamento das instalações sanitárias. A quantidade de pessoas por cômodo aproximou-se do valor de 3,6, em média, contra 1,5 indicado pela Associação Americana, evidenciando, assim, superlotação. Estimou uma média de 6,1 famílias por cortiço e, de acordo com os critérios da OMS e da APHA, a habitação já poderia ser considerada subnormal. Quanto ao estado de conservação, que considerou a situação dos revestimentos e da estrutura da edificação, o estudo apontou que quase 40% dos cortiços apresentavam estado de conservação precário e 24% possuíam cômodos sem janelas, mais um fator que caracterizava a subnormalidade habitacional.

Outros trabalhos realizados no âmbito da Sebes nos anos 1970 em São Paulo, como o “Estudo sobre as favelas da administração regional da Sé” (1974)¹⁵¹, mostram a adoção do termo habitação subnormal para fazer referência também às favelas. Além disso, ambos os estudos indicam que a equipe adotou os critérios da OMS e da APHA na tentativa de definir o parâmetro da “habitação normal” e, assim, conseguir classificar as “habitações subnormais” da seguinte forma:

“A unidade habitacional sub-normal é aquela que não oferece as condições mínimas de segurança, durabilidade, tamanho, salubridade e não permite aos seus moradores o atendimento das atividades como membros de grupos primários. Essas condições se referem tanto aos aspectos da construção (dimensionamento, número e disposição dos cômodos, material, estrutura, etc) quanto à carência e localização dos sanitários, ausência de água encanada, de ligação às redes de esgoto e de energia elétrica” (SÃO PAULO (cidade), Sebes, 1975, p. s/n)

É importante destacar que o estudo da Sebes sobre as favelas identificou dois núcleos na Bela Vista, que se concentravam nas proximidades da Praça 14 Bis: o “Núcleo da Av. 9 de Julho”, que contava com quatro barracos e vinte moradores, e a “Favela da Rua 9 de Julho”, que tinha vinte e dois barracos e cerca de 120 moradores. Estimou-se que cerca de 40% do total de barracos da Administração Regional Sé estava alocado no bairro. Vale lembrar que essas favelas foram construídas no vale do córrego Saracura, que, naquele momento, já contava com a Avenida Nove de Julho construída, mas que, historicamente, se constituiu uma região habitada por moradores de baixa renda e negros, em sua maioria, e com cortiços. Esse aspecto foi comprovado por Márcio Sampaio de Castro (2008), Reinaldo José de Oliveira (2017) e Sheila Schneck (2010; 2016), a qual afirmou que essa região poderia ser considerada “a face pobre” do bairro (SCHNECK, 2016, p. 115).

O estudo em questão relata que, em 1973, foram elaborados relatórios para a remoção dos moradores da “Favela da Rua 9 de Julho” para o Alojamento Provisório de Vila Nova Cachoeirinha. A Companhia Brasileira de Projetos e Obras, empresa proprietária do terreno

151 O estudo sobre núcleos (aglomerados com até dez barracos) e favelas (aglomerados com mais de dez barracos) teve como objetivos dimensionar as características desses aglomerados e identificar as características das unidades habitacionais e da população residente. As informações deveriam ser empregadas na formulação de projetos da secretaria. A equipe de Sebes chamou a atenção para o fato de que a modalidade de habitação subnormal mais presente na Administração Regional Sé era o cortiço e que a elaboração de uma “correta política de renovação urbana” por parte do Departamento de Habitação e Trabalho da secretaria tornava-se urgente. Na Administração Regional Sé havia cinco favelas, que somavam 67 barracos, e cerca de 60% delas eram alvo de ação conjunta da municipalidade com os proprietários dos lotes para a remoção dos moradores. (SÃO PAULO (município), Sebes, 1974).

onde estavam construídos os barracos, havia solicitado a remoção da favela alegando necessidade de terraplanagem do terreno. Ao que o estudo indica, esse pedido havia sido efetivado em setembro do mesmo ano (SÃO PAULO (Município), Sebes, 1974, p. 17-23) e mostra uma tentativa de “limpeza” da área e de expulsão dos moradores para bairros periféricos do município, no mesmo momento em que os projetos de renovação urbana para a Bela Vista estavam sendo elaborados a pedido da Cogep, conforme visto no Capítulo 1.

Já no início da década de 1980, a Cogep realizou seu primeiro estudo sobre essa modalidade habitacional, que inserido, por esta pesquisa, na frente de compreensão representada pela municipalidade. Na realidade, foi composto por vários relatórios parciais elaborados entre 1981 e 1982 dentro de um quadro maior de referência intitulado “Legislação sobre o problema do cortiço no município de São Paulo: análise, crítica e proposições”¹⁵². De acordo com o material, o enfrentamento desse problema por meio da provisão de formas habitacionais alternativas, da elaboração de projetos experimentais e da assistência técnico-financeira à autoconstrução estava previsto no Plano de Governo do prefeito Reynaldo de Barros (1979-1982).

Também colocado na categoria de “subnormalidade” e seguindo as definições apresentadas pela APHA, o cortiço foi conceituado como “habitação subnormal de aluguel”, pouco conservada e insalubre, dividida em cubículos superlotados, mal iluminados, precariamente ventilados, ocupados por famílias e pessoas sós de baixa renda, convivendo involuntariamente, de forma promíscua, sem possibilidade de intimidade, e obrigadas ao compartilhamento das áreas livres, sanitários e lavanderia (SÃO PAULO (Município), Cogep, 1981). Para isso, a equipe elaborou uma tabela em que constam todas as definições de cortiço existentes até aquele momento nas produções acadêmicas e públicas. Sua principal característica era o supercongestionamento, presente tanto na unidade habitacional (cortiço considerado em seu conjunto) quanto na unidade familiar (cômodo). Apesar de geralmente localizado em ruas providas de serviços urbanos de infraestrutura, a população residente era precariamente servida em decorrência das condições internas do cortiço, que apresentavam condições sanitárias precárias.

A equipe entendeu que não se tratava de condição provisória de moradia, afinal a média de residência das famílias nos imóveis girava em torno de oito anos e a maioria dos moradores provenientes de outras cidades ou estados residia em São Paulo havia mais de dez anos. O valor do aluguel do cômodo representava cerca de 25% da renda familiar, valor considerado elevado, mas encarado pelos moradores em virtude das vantagens que a localização do cortiço oferecia: proximidade com fontes de emprego¹⁵³ e equipamentos públicos e “enraizamento no bairro”, pois verificou-se que mais da metade dos moradores gostariam de permanecer na região em que se encontravam. A equipe concluiu o estudo defendendo a permanência do cortiço a curto prazo como alternativa para famílias de baixa renda, tendo em vista que grande parte delas não teria condições de arcar com os custos de outras soluções habitacionais existentes (SÃO PAULO (cidade), Cogep, 1981, pasta 056.07, p. s/n).

152 Os estudos estão arquivados no “Dossiê Cortiços”, pastas numeradas de 056.02 a 056.11, na atual Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Foram consultados entre junho e julho de 2019.

153 Segundo os levantamentos realizados, quase 70% dos trabalhadores residentes em cortiços demoravam, no máximo, trinta minutos no deslocamento entre o seu local de trabalho e a sua moradia.

Na gestão municipal posterior, do prefeito Mário Covas (1983-1985), o estudo da Sebes (1975) subsidiou as discussões para a implantação de uma política pública voltada à população de cortiços em 1983 como uma das frentes de atuação previstas no “Plano Habitacional do Município 1983/1987”¹⁵⁴. Ficou a cargo da Secretaria de Planejamento (Sempla) e da Secretaria da Família e do Bem-Estar (Fabes)¹⁵⁵ a elaboração do Plano, sendo a última a responsável por gerenciar o programa em termos de pesquisa e cadastramento dos cortiços. O Plano Habitacional do Município teve como objetivos “melhorar as condições de vida urbana, integrando a habitação no desenvolvimento da cidade”, através da produção de lotes urbanizados; construção de novas habitações; melhoria das condições de habitabilidade de favelas, cortiços e casas precárias, mencionados como “subhabitação”; fornecimento de auxílio a autoconstrutores e agilização de processos de regularização fundiária (SÃO PAULO (Município), Sempla, 1983, p. 5).

O termo “subhabitação” também aparece no plano para designar favelas e casas precárias em loteamentos precários, que seriam o principal foco de elaboração de políticas de atendimento habitacional, e no texto do “Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000”¹⁵⁶, elaborado durante a gestão do prefeito Mário Covas e enviado à Câmara dos Vereadores ao final de 1985. No Plano Diretor, as habitações subnormais foram colocadas como alternativas buscadas pela população de baixa renda em um contexto onde a produção de unidades habitacionais não acompanhava o quadro socioeconômico e a demanda existentes. Fazendo referência ao Plano Habitacional, esse plano considerou as favelas, os cortiços e as casas autoconstruídas como habitações que se encaixavam nessa modalidade, as quais, de acordo com as estimativas da Secretaria de Planejamento (Sempla), perfaziam aproximadamente 55% do total de habitações do município e abrigavam cerca de 5 milhões de pessoas (SÃO PAULO (Município), Sempla, 1983, p. 79).

Foram encontradas duas pesquisas acadêmicas, inseridas, portanto, na segunda frente de compreensão do “fenômeno cortiço”, que analisaram a atuação da gestão de Mário Covas no que diz respeito aos cortiços. São as dissertações de Renata Xavier (1992) e Antônio Teixeira (1985). Renata Xavier, técnica da Fabes à época, relata, em sua dissertação de mestrado (1992), que a secretaria promoveu várias reuniões com entidades, movimentos e instituições que atuavam junto a essa população no intuito de compreender melhor os problemas de habitabilidade e de encontrar possibilidades de aproximação com os moradores

154 O “Plano Habitacional do Município 1983/1987” foi elaborado em conjunto pela Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes), pela Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab) e pela Secretaria Municipal do Planejamento (Sempla), durante o início da gestão do prefeito Mário Covas (1983-1985). Foi coordenado por Maria Alice Pompéia Gonzaga, representante da Sempla, e publicado em março de 1984. As ações apresentadas no Plano deveriam ser implementadas até 1987 e reuniram programas relativos ao provimento de unidades habitacionais, à melhoria das condições de subhabitação e às ações de caráter normativo (SÃO PAULO (Município), 1983, p. 5).

155 A antiga Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes) foi transformada em Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes) em 1977, subordinada à Secretaria de Administrações Regionais e posteriormente ao Gabinete do Prefeito. Em 1982, a Cobes foi transformada em Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes) por meio do Decreto nº 18.029 de 1982. A secretária à época era a socióloga Marta Terezinha Godinho.

156 O “Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000” foi elaborado durante a gestão do prefeito Mário Covas (1983-1985), com a coordenação geral do arquiteto e urbanista Jorge Willheim, Secretário de Planejamento do município à época. Junto com ele, fizeram parte da equipe de coordenadores: Adriano Biava, Flávio Villaça, Jacobina Vaisman, José Roberto de Affonseca e Silva, Maria Antonieta Marques, Newton Gava, René Lapida, Rosa Kliass e Luis Carlos Costa, que coordenou os primeiros trabalhos de elaboração do Plano entre 1981 e 1983. O documento foi encaminhado à Câmara dos Vereadores ao final do mandato de Mário Covas, mas foi retirado de pauta após o início do mandato de Jânio Quadros (1986-1988), que venceu as eleições diretas municipais em 1985.

e de acesso aos imóveis¹⁵⁷. Dessa articulação surgiu o “Projeto-Piloto Melhorias em 7 Cortiços”¹⁵⁸, cujo objetivo foi encontrar formas de intervenção em cortiços selecionados que acarretassem melhorias físicas nos imóveis, orientação jurídica aos moradores e possibilidades de articulações entre os mesmos para que pudessem defender seus direitos junto ao poder público e aos proprietários e caminhar para formas de autogestão dos imóveis. Xavier afirma que, dentre esses objetivos, a secretaria conseguiu implementar apenas o segundo, por meio de convênios com entidades parceiras. No entanto, alcançou outras conquistas como a redução de tarifas de água, esgoto e energia elétrica, via negociações com as concessionárias, a ampliação do cadastramento dos cortiços e a elaboração de um decreto que visava criar normas de edificações especiais para os cortiços, tendo em vista que a legislação edilícia em vigor não dava conta de suprir essa demanda.

No que diz respeito às melhorias físicas dos imóveis, a autora coloca que, durante a execução do projeto-piloto, a secretaria foi percebendo seus limites jurídicos e operacionais e não encontrou ferramentas para colocá-las em prática, uma vez que a propriedade privada dos imóveis se tornou uma barreira. Os proprietários contactados praticamente não se importaram com possíveis multas caso não realizassem as reformas necessárias, pois, em último caso, poderiam recorrer à venda do imóvel e à expulsão dos moradores. Além disso, as melhorias baseadas em normas edilícias municipais se mostravam inviáveis, já que os cortiços dificilmente seguiam essas regras e as obras podiam se mostrar demasiado complexas e caras. A secretaria tentou outra abordagem voltada aos intermediários e sublocadores, outros agentes do mercado de cortiços. Xavier mostra que alguns deles se mostraram dispostos a realizar melhorias nos imóveis, mesmo com a diretriz de que os custos das reformas não deveriam recair sobre os valores dos aluguéis, porém nem todos os cortiços passaram pelas melhorias esperadas, fator que confirmou o cumprimento desse objetivo do projeto-piloto não teve o êxito esperado.

Por sua vez, o pesquisador Antônio Teixeira (1985) também discorre sobre o projeto-piloto de intervenção em cortiços elaborado no âmbito da Fabes, que, segundo ele, foi a única secretaria que tentou enfrentar esse problema habitacional, e a dificuldade encontrada pela equipe em convencer os proprietários em realizar as melhorias necessárias. Para Teixeira, o “fenômeno cortiço” passou a receber atenção por parte da municipalidade por meio da oficialização do “Plano Habitacional do Município 1983/1987”, onde está registrado o esforço de melhorar as condições de habitabilidade dos cortiços. A gestão de Mário Covas, na sua visão, foi responsável por esse importante ponto de inflexão e, a partir dele, “o cortiço [conseguiu] galgar a posição de uma subhabitação merecedora de atenções especiais” (TEIXEIRA, 1985, p. 152). Conforme poderá ser verificado no Capítulo 3 desta pesquisa, é importante destacar que o DPH também elaborou, no mesmo período, um projeto-piloto com o intuito de manter moradores de cortiços em imóveis localizados nas ruas Assembleia e Jandaia, na Bela Vista, fator que mostra que a Fabes não foi a única secretaria a tentar enfrentar o problema durante a gestão de Mário Covas.

157 Segundo Xavier, o diálogo veio de encontro ao ideário político do PMDB, que trazia consigo a ideia de que a participação social seria indutora da democratização e, portanto, deveriam ser estimuladas novas relações entre Estado e sociedade civil (XAVIER, 1992, p. 26). O PMDB era o partido político do prefeito Mário Covas, cuja gestão ocorreu entre 1983 e 1985.

158 Dos sete cortiços selecionados, quatro localizavam-se no distrito de Santa Cecília e três em Perdizes. O critério de escolha foi a facilidade de acesso a cortiços cujos moradores eram assistidos por projetos sociais de entidades, como era o caso da Paróquia de Santa Cecília e o Centro Social São Geraldo, situado na Lapa (XAVIER, 1992, p. 26).

Teixeira acrescenta que, nessa gestão, a Fabes organizou um seminário, realizado em 1984, com o objetivo de coletar sugestões para intervenções em cortiço, do qual participaram representantes de secretarias municipais e estaduais, de concessionárias de serviços públicos, estudantes e professores de faculdades de arquitetura e urbanismo e “grupos populares”. Ao final, o evento teve como conclusões gerais: caberia à secretaria firmar parcerias com órgãos da sociedade civil para organizar um sistema de atendimento jurídico gratuito aos moradores, elaborar um novo cadastro de cortiços e novos parâmetros de habitabilidade que subsidiassem novas legislações edilícias e urbanísticas específicas para os cortiços¹⁵⁹.

Na mesma gestão municipal, a Secretaria de Planejamento (Sempla) produziu o estudo “Cortiços em São Paulo: frente e verso” (1986)¹⁶⁰, que teve como objetivos identificar variadas formas de manifestação dos cortiços, caracterizando-os nos seus aspectos físico-espaciais, de uso, ocupação, gestão e salubridade, de localização urbana e nas condições sócio-econômicas; diferenciar formas de encortiçamento através da identificação de tipos arquitetônicos e estabelecer relações entre processos urbanos e encortiçamento. Analisou as condições de 65 cortiços¹⁶¹, que também foram caracterizados como “habitação subnormal no quadro da pobreza urbana, junto às favelas e casas precárias” (SÃO PAULO (cidade), 1986, p. 13).

O estudo mobilizou, então, a categoria de “habitação subnormal ou inadequada” para caracterizar os cortiços. De acordo com a publicação, essa forma de habitação coletiva era caracterizada por uma ou mais edificações no mesmo lote, com índice de ocupação excessivo, deficiências de instalações hidráulicas e sanitárias; cômodos alugados e congestionados com uso comum do banheiro e várias funções exercidas no mesmo cômodo; coabitação involuntária e pouca privacidade. Constituíam-se uma estratégia de sobrevivência para a parcela da população de baixa renda que procurava residir em bairros com maior oferta de emprego (SÃO PAULO (cidade), 1986, p. 13).

O relatório adotou a mesma fonte do trabalho da Sebes de 1975, que foram os dados do Setor de Rendas Imobiliárias para o cálculo do imposto TPCL. No entanto, ao contrário daquele estudo, não tentou estimar a quantidade de cortiços no município, já que sua metodologia adotou uma abordagem qualitativa para estudar as condições e principais características dos cortiços selecionados. De 180 imóveis previamente selecionados entre os códigos 13 (cortiços), 12 (casas coletivas), 80 (hotéis, pensões e hospedarias) e 21 (prédios

159 Antonio Teixeira não apresenta quem foram os participantes desse seminário e se há algum documento ou publicação que registrou suas discussões e conclusões. Como resultado do trabalho desenvolvido pela Fabes, o pesquisador mostra que cerca de 2.000 famílias já haviam sido beneficiadas pela redução da tarifa de água até o final de 1985 e que a Eletropaulo já havia dado início a um projeto que atenderia 100 cortiços, em um primeiro momento, e poderia alcançar 1.200 unidades no mesmo período. O objetivo da parceria seria a redução e adequação das tarifas de energia elétrica. A secretaria também havia conseguido captar recursos junto ao governo federal para o projeto de cortiços.

160 O estudo foi realizado pela Sempla, mais especificamente pela Equipe da Área de Habitação, coordenada por Maria Clara Wajss. Além dela, fizeram parte do estudo Aida Nogueira, Eloísa Ribeiro, Ester Kutner, Marcelo Bernardini e Mielko Ussami. Os nomes de todos os participantes estão registrados ao final da publicação. Maura Vêras, que havia coordenado o trabalho de Sebes em 1975, foi contratada como técnica especial e, ao mesmo tempo, participou das equipes que elaboraram o “Plano Diretor do Município 1985/2000” e o “Plano Habitacional do Município 1983/1987”. Foi publicado durante o mandato do prefeito Jânio Quadros (1986-1988), mas é possível afirmar que o estudo foi realizado integralmente na gestão de Mário Covas.

161 Dos 65 cortiços selecionados para a elaboração do estudo, trinta estavam situados no Anel Central, vinte e sete no Anel Intermediário e oito no Anel Periférico. A divisão do município em anéis concêntricos foi adotada de acordo com a divisão de análise proposta pelo “Plano Diretor do Município 1985/2000” para o planejamento e desenvolvimento da cidade. A equipe de Sempla partiu do pressuposto de que esses anéis poderiam apresentar diferentes manifestações do “fenômeno cortiço”.

	Sebes (1975) (1)	Sempra (1986) (2)
Quantidade de cortiços levantados pela pesquisa de campo	153	65
Média de moradores/cortiço	26,9	33,5
Média cômodos/cortiço	10,4	13,9
Média moradores/cômodo	3,6	2,6 (simples) e 2,8 (unidades “Q + C + WC”)
Média área do cômodo (m ²)	n/c	12,1 (simples) e 11,6 (unidades “Q + C + WC”)
Média área construída/morador (m ²)	3,6	6,5

Tabela 2. Comparativo das condições de habitabilidade em cortiços entre as pesquisas de 1975 e 1985. Fonte: (1) SÃO PAULO (município), Sebes, 1975, p. s/n; (2) SÃO PAULO (município), Sempra, 1986, p. 89, 99, 102, 103, 105.

não em condomínios) no cadastro do ano de 1981, os 65 cortiços selecionados para estudo possuíam apenas o código 13 (cortiços), pois a equipe entendeu que dentro desse código a probabilidade do imóvel ser de fato cortiço era mais acertada¹⁶².

O estudo trouxe o seguinte conceito de cortiço:

“Unidade habitacional coletiva composta por conjunto de cômodos de aluguel em uma ou mais edificações sobre o mesmo lote. Nele coabitam grupos (famílias, indivíduos sós e/ou associados) em condições precárias de salubridade (higiene, insolação e insuficiência de equipamentos sanitários e hidráulicos) (SÃO PAULO (cidade), 1986, p. 191).

A partir desse conceito, os cortiços foram divididos entre os “adaptados” para cortiços e os “concebidos” como cortiços. Os primeiros, mais presentes no Anel Central, geralmente apresentavam circulação comum definida pela edificação original, a partir da qual os cômodos acrescidos se distribuíam pelo espaço disponível no lote, em geral ao longo das divisas laterais e de fundo. Eram perceptíveis na paisagem somente quando havia fatores externos que o evidenciassem, tais como a precária conservação do imóvel, placas anunciando vagas, roupas nas janelas, entre outros. Os segundos, por sua vez, costumavam ser vilas de cômodos justapostos, de uso residencial ou misto, voltados para uma circulação comum em corredor que atravessa o lote.

A diferença entre ambas as categorias é que, nos primeiros, o uso original da edificação mais antiga foi parcialmente havia sido mantido, embora com padrão alterado. Em relação à pesquisa de 1975, detectou uma nova tipologia, denominada “Q + C + WC”, que dizia respeito a cômodos que possuíam pontos de água para cozinha e banheiro privativos. Nota-se que a preocupação relatada por Maura Vêras em relação à restrição de cômodos com banheiro adotada no primeiro estudo foi sanada na metodologia deste relatório.

¹⁶² Além desse critério, o estudo considerou imóveis indicados pela Fabes, os quais já recebiam atendimentos de assistência social, fator que facilitaria o acesso aos imóveis e as entrevistas com os responsáveis, e levou em conta a distribuição territorial e a aproximação entre eles, para verificar indícios e motivos de concentração de cortiços nos anéis e nos bairros.

O relatório trouxe uma análise aprofundada das características dos 65 imóveis levantados sob o ponto de vista do perfil socioeconômico dos moradores e das condições de habitabilidade, procurando compreender os principais aspectos relativos à data de construção, área de lote e área total construída, taxa de ocupação, índice de acréscimo considerando a edificação original, área encortiçada, quantidade de cômodos, bacias sanitárias e chuveiro por imóvel, ao uso, aos mecanismos de gestão e à salubridade. Além da consideração do conjunto total dos imóveis, buscou verificar se havia diferenças e semelhanças em relação às condições na comparação entre as regiões central e periférica do município, e na comparação entre as duas categorias de “adaptados” e “concebidos” como cortiços¹⁶³.

A comparação dos dados na Tabela 2 mostra, por um lado, aumento da média de moradores por cortiço, fator que poderia denotar situações de superlotação. Por outro lado, nota-se que a média de área construída por morador praticamente duplicou, o que não necessariamente pressupunha melhores condições de habitabilidade, uma vez que a média de cômodos por imóvel também aumentou.

Em linhas gerais, a contribuição do relatório da Sempla, além de evidenciar essas características, considerou que a moradia em cortiço, do ponto de vista dos moradores, explicava-se como uma combinação de causas, dentre elas o seu perfil socioeconômico, escolaridade, ocupação e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, que lhes facultavam uma renda incapaz de garantir acesso ao mercado imobiliário formal. Desse modo, os moradores procuravam combinar a moradia com a redução de gastos com transporte, procurando morar em locais próximos à oferta de emprego. A recíproca também pareceu ser verdadeira, isto é, eles se adequavam como podiam ao mercado de trabalho do entorno, tendo em vista que o terciário, que era o setor que mais empregava residentes em cortiços, era difundido por toda a cidade. Nesse sentido, é possível inserir a Bela Vista apresentava essa dinâmica, uma vez que abriga atividades comerciais e de serviços e está localizada nas proximidades do Centro e da Avenida Paulista.

Acrescenta-se à primeira frente de compreensão do “fenômeno cortiço”, representada pela municipalidade, o artigo de Lúcio Kowarick, Clara Ant e Maura Vêras (1981), que foi significativamente mobilizado pelo campo acadêmico. Os autores apresentam as principais causas e características do que denominam “padrão periférico de ocupação do espaço urbano”, que marcou o crescimento urbano de São Paulo. Apesar de o padrão marcar uma nova configuração socioespacial de extensão metropolitana, com muitos bairros periféricos ocupados com favelas e loteamentos clandestinos e, portanto, pela segregação espacial da população de baixa renda, o cortiço continuava sendo uma alternativa buscada por uma parcela da classe trabalhadora. Não chegam a elaborar uma definição do cortiço, mas concluem que ele equacionava “o drama da luta pela vida” e tornava-se uma das “estratégias mais eficazes de sobrevivência”, devido à sua proximidade com os locais de oferta de emprego (ANT; KOWARICK; VÉRAS, 1981, p. 26). Via de regra, essa modalidade de moradia era marcada pela convivência involuntária entre as famílias e pela promiscuidade, mas também por laços

163 A maior parte dos imóveis possuía área de lote entre 126 e 375m² (34% eram instalados em lotes de 126 a 250m² e 25% em lotes de 251 a 375m²); alta taxa de ocupação (40% deles apresentava taxa de 56 a 70%); estavam instalados em edificações construídas entre 1916 e 1940 (cerca de 64%); quantidade de cômodos que variava entre 1 e 25 (46% tinha até 10 cômodos e 40% de 11 a 25) e uso predominante residencial (72% contra 27% que apresentavam uso misto). Do ponto de vista da gestão, a maioria dos cortiços era explorada pelo proprietário do imóvel (71%), sendo a outra parte 28% explorada pelo sublocador. O valor médio dos cômodos era de 0,42 salários mínimos.

de solidariedade entre os moradores.

Ainda nessa frente, foi no âmbito da Sempla que novas informações sobre o panorama dessa modalidade habitacional foram publicadas. Como subsídio para a elaboração de um novo Plano Diretor durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), diversos pesquisadores foram mobilizados pela secretaria para contribuir com a publicação “São Paulo: crise e mudança”, publicada em 1991¹⁶⁴. Um dos temas tratados pelo estudo foi a lógica da produção do espaço urbano e suas consequências durante o período de crise econômica nos anos 1980, que agravou as condições de vida das classes trabalhadoras.

Dentro da segunda frente de compreensão, na qual estão as produções acadêmicas, está a pesquisa de Antônio Teixeira (1985), que objetivou compreender o “fenômeno cortiço” nos anos 1980 por meio de uma análise da produção, apropriação e indução dos cortiços. O pesquisador define o cortiço como unidade de habitação de aluguel, distribuída pela cidade de maneira heterogênea, com presença mais marcante em regiões centrais. É habitada por várias famílias e também por pessoas sós, de baixa renda, que convivem involuntariamente com pouca ou nenhuma privacidade. Quanto aos aspectos físicos, Teixeira menciona a má conservação das edificações, a insalubridade, a utilização coletiva dos sanitários, cozinhas e tanques e a pequena dimensão dos cômodos, que costumavam ser mal iluminados e ventilados. Por outro lado, adverte para a dificuldade de se estabelecer tipologias precisas para os cortiços devido à escassez de fontes e à adoção de critérios distintos pelas pesquisas existentes até aquele momento.

Por sua vez, Suzana Pasternak e Yvonne Mautner (1982) procuraram estudar os processos de produção e distribuição das alternativas habitacionais para a população de baixa renda em São Paulo, identificando a atuação dos grupos sociais, do Estado e da iniciativa privada e os considerando enquanto agentes de um mesmo sistema econômico e social. A partir de um esquema analítico que organiza essas alternativas habitacionais e as divide a partir dos critérios de status jurídico do lote e da densidade do habitat, os cortiços aparecem no quadrante que combina “terreno comercializado”, ou seja, privado, com “habitat coletivo” (TASCHNER, MAUTNER, 1982, p. 20), e a combinação desses fatores auxilia na definição do cortiço.

Na sequência, as autoras trazem a seguinte definição, que incorpora como referência o diagnóstico da Sebes (1975) e as categorias apresentadas pela pesquisa coordenada pelo frei Lagenest (1962):

“unidade habitacional coletiva refere-se ao conjunto de edificações existentes no mesmo lote urbano, podendo assumir três formas: casarão, porões e meias águas. Estas formas ocorrem em combinação ou isoladamente. Outra característica dessas edificações é a sua subdivisão em cômodos alugados ou sublocados. A exploração do imóvel pode ser feita diretamente pelo proprietário ou por locatário que o subloca. O cortiço define-se ainda pela cohabitação involuntária, entendida como o uso de uma mesma habitação por mais de uma família. Além disso, caracteriza-se também pelo congestionamento. Outro traço definidor do cortiço é o uso comum das instalações sanitárias.” (TASCHNER; MAUTNER, 1982, p. 24)

164 A edição da publicação “São Paulo: crise e mudança” (1991) ficou a cargo de Raquel Rolnik, Diretora de Planejamento da Sempla, Lucio Kowarick e Nadia Somekh. Participaram da redação final Ana Lucia Ancona do Amaral, Flavio Villaça, Heloisa Proença, Maria Sampaio Tavares, Marta Dallari, Milton Campanário, Nelson Saula Jr., Sarah Feldman e Suzana Pasternak. A relação de colaboradores é extensa e pode ser verificada na introdução do caderno. O Secretário de Planejamento era Paul Singer.

Insalubridade, superlotação e coabitação involuntária são características dos cortiços também apresentadas por Lúcio Kowarick em seus estudos realizados na década de 1980. O autor afirma que essa modalidade habitacional havia proliferado na década anterior, sobretudo em função do aumento vertiginoso do valor da terra em São Paulo e da crise econômica brasileira do início dos anos 1980¹⁶⁵. O nível de emprego industrial na Região Metropolitana de São Paulo havia diminuído em um contexto em que a região ainda apresentava níveis significativos de fluxo migratório e aumento populacional. Como consequência, havia cerca de 1 milhão de desempregados na região metropolitana ao final de 1983, quantidade que correspondia a 15% da população economicamente ativa. O ponto de inflexão reside no fato de que, até então, as exclusões sociais na metrópole não haviam se originado de recessão econômica marcada por crescimento demográfico sem criação de vagas de emprego (KOWARICK, 2009, p. 20-21). Além disso, o autor destaca que a maioria da população de baixa renda residia em habitações precárias, dentre as quais estavam os cortiços.

No artigo escrito em parceria com Clara Ant (1994), também mencionado por Sampaio, Kowarick realiza uma breve revisão historiográfica do cortiço em São Paulo, colocado como a modalidade de habitação proletária mais antiga na cidade e decorrente da relação de exploração capitalista da força de trabalho, que, desde o início do século, gera uma situação em que o custo da mercadoria habitação sempre transcendeu muito o valor dos salários. Ao aproximar a análise dos anos 1980, os pesquisadores colocam que os cortiços não eram uma “reminiscência do passado” e eram procurados por um contingente elevado de trabalhadores¹⁶⁶. Apresentam três categorias para os cortiços naquele momento: a primeira era composta por antigos casarões que continuavam sendo adaptados como cortiços; a segunda era formada pelos cortiços da periferia, que, em sua maioria, eram caracterizados pela sequência de cubículos construídos nos fundos de casas; e, por fim, os edifícios de apartamentos nas áreas centrais que eram habitados por diversas famílias em uma condição de promiscuidade e coabitação involuntária, e que, na opinião dos autores, não eram classificados como cortiços pela municipalidade “por formalidade” (KOWARICK; ANT, 1994, p. 85-86).

165 Lúcio Kowarick mostra que o valor do metro quadrado de terreno em São Paulo aumentou em mais de 150% entre 1959 e 1990 e esse foi o principal motivo para o aumento de moradores em favelas e cortiços no final da década de 1970 (KOWARICK, 2009, p. 29). Sobre o contexto de crise econômica que marcou a década de 1980, o “Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000”, cuja elaboração havia ficado a cargo do arquiteto Jorge Wilhelm, também trouxe dados que merecem ser apresentados. O Plano Diretor mostra que a contração das atividades do setor secundário e de construção civil provocou uma retração no mercado de trabalho e, consequentemente, o rebaixamento das condições de vida da população. A população economicamente ativa em São Paulo havia crescido à taxa de 5,4% ao ano entre 1970 e 1980, fator que gerou conflito com o mercado de trabalho, que, por sua vez, estava diminuindo a quantidade de postos de trabalho. O Plano mostra estimativas que apontavam que no primeiro trimestre de 1980 houve redução de cerca de 360 mil empregos na e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1979, 1981 e 1982 que revelavam piora no rendimento mensal das famílias, que acarretaram o aumento do número de favelas e de habitações subnormais. De acordo com a Tabela 2, elaborada com dados do Sistema Nacional de Empregos, o índice médio anual de emprego no setor da indústria havia caído de 98,52% em 1977 para 77,14% em 1983. Para a construção civil, o índice, que era de 97,94% em 1977, foi reduzido para 49,11% em 1983. No entanto, é importante destacar que os setores do comércio e de serviços tiveram aumento do índice no mesmo período, aspecto que teve reflexo em São Paulo, já que a cidade passou a ser pólo do setor de serviços no país. O Plano afirma que era possível detectar uma espécie de “inchamento” do setor, que absorveu grande parte da mão-de-obra da indústria (SÃO PAULO (cidade), 1985, p. 57).

166 Lúcio Kowarick e Clara Ant detectam uma inversão no padrão periférico de expansão urbana no município a partir da década de 1980, quando do incremento demográfico significativo das zonas mais centrais na comparação com os bairros periféricos e do período de recessão econômica. Essa inversão marcava uma “nova espacialização da pobreza, marcada por maior concentração dos grupos de baixa renda no centro da cidade” (KOWARICK; ANT, 1994, p. 86) e pelo aumento populacional significativo nos municípios da região metropolitana.

Os autores definem cortiço como:

“habitação coletiva situada num lote de terreno onde coabita involuntariamente grande contingente humano que precisa dividir banheiros, torneiras, tanques e outras áreas de uso comum. Marcada por péssimas condições de habitabilidade quanto a seus aspectos físicos, insalubre, sem as mínimas condições higiênicas, esta modalidade de moradia apóia-se no aluguel de cômodos de mínimas dimensões onde, em situação de flagrante promiscuidade, se espreme grande quantidade de pessoas de sexos e idades diferentes” (KOWARICK; ANT, 1994, p. 86).

Citando reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 1981¹⁶⁷, apresentam o dado de que mais de 80% das edificações mais antigas da área central de São Paulo foram ocupadas como cortiços, onde habitavam em média de 9 a 22 famílias na proporção de cinco moradores por cômodo. Terminam o artigo denunciando que os cortiços abrigavam centenas de milhares de pessoas e que eram um reflexo do processo de extrema desigualdade social recriado na cidade.

Sobre o contexto de crise econômica que marcou a década de 1980, o “Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000” também trouxe dados importantes. A contração das atividades do setor secundário e de construção civil¹⁶⁸ provocou uma retração no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o rebaixamento das condições de vida da população. A população economicamente ativa havia crescido à taxa de 5,4% ao ano entre 1970 e 1980, fator que gerou conflito com o mercado de trabalho, que, por sua vez, estava diminuindo a quantidade de postos de trabalho. O Plano mostra estimativas que apontavam que no primeiro trimestre de 1980 houve redução de cerca de 360 mil empregos na capital e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1979, 1981 e 1982 que revelavam piora no rendimento mensal das famílias, que acarretaram o aumento do número de favelas e de habitações subnormais¹⁶⁹ a partir de 1980 (SÃO PAULO (Município), Sempla, 1983, p. 55-64).

Ainda na segunda frente de compreensão do “fenômeno cortiço”, Andrea Piccini (1999), cuja publicação também é mencionada no artigo de Maria Ruth Amaral Sampaio, reconhece que os anos 1980 marcaram uma nova postura da municipalidade, que passou a reconhecer, ainda que lentamente, os cortiços como um grave problema habitacional e, sendo assim, a elaboração dos estudos se mostrou um caminho para a sua compreensão. Nesse

167 Os autores fazem referência à reportagem “Cortiços proliferam e já dominam casas do Centro” (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

168 Sobre o contexto de crise econômica que marcou a década de 1980, o “Plano Diretor do Município de São Paulo 1985/2000”, cuja elaboração havia ficado a cargo do arquiteto Jorge Wilhelm, também trouxe dados que merecem ser apresentados. O Plano Diretor mostra que a contração das atividades do setor secundário e de construção civil provocou uma retração no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o rebaixamento das condições de vida da população. A população economicamente ativa em São Paulo havia crescido à taxa de 5,4% ao ano entre 1970 e 1980, fator que gerou conflito com o mercado de trabalho, que, por sua vez, estava diminuindo a quantidade de postos de trabalho. O Plano mostra estimativas que apontavam que no primeiro trimestre de 1980 houve redução de cerca de 360 mil empregos na e dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1979, 1981 e 1982 que revelavam piora no rendimento mensal das famílias, que acarretaram o aumento do número de favelas e de habitações subnormais. De acordo com a Tabela 2, elaborada com dados do Sistema Nacional de Empregos, o índice médio anual de emprego no setor da indústria havia caído de 98,52% em 1977 para 77,14% em 1983. Para a construção civil, o índice, que era de 97,94% em 1977, foi reduzido para 49,11% em 1983. No entanto, é importante destacar que os setores do comércio e de serviços tiveram aumento do índice no mesmo período, aspecto que teve reflexo em São Paulo, já que a cidade passou a ser pólo do setor de serviços no país. O Plano afirma que era possível detectar uma espécie de “inchamento” do setor, que absorveu grande parte da mão-de-obra da indústria (SÃO PAULO (cidade), 1985, p. 57).

169 Destaque para a separação entre favelas e habitações subnormais, não realizada por nenhum outro estudo, dentre as quais podem estar os cortiços.

momento, o cortiço começou a aparecer “legal e politicamente” como um “grave problema habitacional”. Piccini coloca que o fato de o Censo de 1980 ter incluído a definição de cortiço como parte da categoria de “domicílio coletivo não-institucional, que servia de moradia a um grupo de várias pessoas sem relação de parentesco ou subordinação doméstica”¹⁷⁰ foi fundamental para esse processo (PICCINI, 1999, p. 22). Ademais, o autor afirma que todos os estudos desse período convergiram para a ideia de que a população encortiçada teria aumentado vertiginosamente desde meados da década anterior e que perfazia cerca de 30% do total de habitantes de São Paulo, concentrada sobretudo nos anéis central e intermediário.

Piccini coloca que todos os estudos acima mencionados apontam para a seguinte definição de cortiço:

“habitação coletiva precária de aluguel, uma unidade de moradia coletiva multifamiliar apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características: uma ou mais edificações em único lote urbano, subdividido em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título, à revelia da legislação que regula as relações entre proprietários e inquilinos (Lei do Inquilinato); ter várias funções exercidas no mesmo cômodo; ter acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalação elétrica e hidráulica (banheiros, cozinhas e tanques); ter circulação e infraestrutura precárias” (PICCINI, 1999, p. 25)

Quanto às características físicas dos cortiços, as edificações em que estão instalados geralmente apresentam problemas relacionados a infiltrações e entupimento das canalizações, rede elétrica antiga e sem manutenção, falta de iluminação e ventilação naturais nos cômodos. A reunião desses elementos precários torna os imóveis insalubres e perigosos e, do ponto de vista social, geram coabitação forçada, involuntária e sem privacidade.

Do ponto de vista da gestão dos cortiços, todos os estudos mencionados tentaram mapear os agentes envolvidos na oferta e demanda dessa modalidade habitacional, entre os quais, via de regra, estavam os proprietários dos imóveis, residentes ou não no imóvel; os sublocatários ou os intermediários, também denominados encarregados, gerentes ou zeladores, que geralmente moravam no cortiço e eram responsáveis pelo seu funcionamento. Entre as funções desenvolvidas pelos intermediários estavam a cobrança dos aluguéis e demais taxas, que posteriormente eram repassados ao sublocador ou ao proprietário, e a manutenção das áreas comuns. Por fim, os próprios moradores, que se submetiam a tais condições de moradia devido à localização dos cortiços e à impossibilidade de acesso ao mercado imobiliário formal, uma vez que não lhes era exigida a comprovação de renda familiar ou a figura de um fiador para garantir o pagamento dos aluguéis¹⁷¹.

Isso posto, conclui-se que durante as décadas de 1970 e 1980 o conhecimento sobre os cortiços enquanto modalidade habitacional para uma população de renda baixa foi

170 Essa categoria foi incluída no Manual de Entrevista de Pesquisa Básica para a metodologia do Censo Demográfico de 1980.

171 Sobre os agentes envolvidos no mercado de cortiços, Andrea Piccini (1999) afirma que o proprietário é aquele que tem a posse do imóvel e que geralmente não é um investidor, mas tem uma “visão empresarial” da lógica do cortiço, enquanto que, para Suzana Pasternak e Yvonne Mautner (1982), a figura do encarregado (ou intermediário), por sua vez, é peça central no funcionamento do cortiço, pois é ele quem recebe os aluguéis para entregá-los ao proprietário ou imobiliária, decide a aceitação ou recusa de inquilinos, observa a ordem e relata problemas de infraestrutura ou de comportamento ao proprietário. As mesmas autoras entrevistaram os encarregados de três cortiços selecionados como estudo de caso e verificaram as principais características da sua atuação e as incongruências em seus discursos no que se refere aos valores e à relação com os proprietários dos imóveis. Quando o encarregado cumpre apenas a função de zelador, geralmente não se distingue dos demais moradores do ponto de vista socioeconômico. Quando também exerce a função de sublocador, costuma usufruir de parte dos aluguéis pelo trabalho, situação que pode se tornar exploratória durante a coleta dos aluguéis.

sendo construído no decorrer das décadas de 1970 e 1980 no campo da habitação social. Essa produção, que teve como base os critérios de higiene e salubridade para habitação estabelecidos pela APHA e pela OMS nos anos 1960, pode ser dividida em três frentes de compreensão: a municipalidade, por meio da atuação de secretarias, a acadêmica e aquela representada por estudiosos e assistentes sociais ligados à Igreja Católica. Em síntese, essa produção verificou que os cortiços em São Paulo configuravam um “fenômeno”, pois sua presença era significativa do ponto de vista da distribuição territorial e da quantidade de moradores.

No que tange às gestões municipais, percebe-se que a produção de estudos para compreender essa modalidade habitacional foi realizada pela primeira vez em 1975 pela Sebes, durante o mandato de Miguel Colassuono (1973-1975). O diagnóstico elaborado por essa secretaria, que estimou a existência de aproximadamente 110 mil cortiços no município e também detectou a presença de duas favelas no vale do Saracura, foi executado ao mesmo tempo que a Cogep organizava os projetos de renovação urbana para a Bela Vista e o “Projeto Centro”. Nota-se que o estudo da Sebes foi mais um recurso que aquela gestão utilizou para compreender as dinâmicas sociais e habitacionais do Centro no momento em que se pensava a estruturação urbana no sentido da metropolização, a partir do que havia sido proposto pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, promulgado em 1971.

Na gestão municipal de Mário Covas (1983-1985), que merece atenção em virtude da elaboração do IGEPAC-Bela Vista e do processo de patrimonialização dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia no âmbito do DPH, outro estudo extensivo sobre os cortiços foi realizado pela Sempla, que, apesar de não ter estudado nenhum exemplar da Bela Vista, forneceu mais dados e ferramentas para a compreensão dessa modalidade habitacional na região central de São Paulo. É possível pensar que o relatório em questão pode ser um indício de que essa gestão se propôs a elaborar políticas de atendimento habitacional para esse público, fator que pode ser reforçado ao se olhar para as diretrizes do “Plano Habitacional do Município de São Paulo 1983/1987”.

Ademais, os cortiços foram enquadrados por essa produção na categoria de “subnormalidade habitacional”, junto com as favelas e as casas autoconstruídas em bairros periféricos, tanto pelos estudos acadêmicos quanto pela municipalidade. Suas condições de ocupação indicavam, em linhas gerais, edificações subdivididas em cômodos, que eram alugados sem contrato oficial e, portanto, sem o cumprimento das regras do mercado imobiliário formal. Todas as funções domésticas eram realizadas no mesmo cômodo, com exceção do banheiro e do tanque, que, na maioria das vezes, eram compartilhados entre todos os moradores do imóvel. A relação entre o responsável pelo cortiço e os moradores acarretava, muitas vezes, exploração dos últimos, que podia resultar na sua expulsão caso os aluguéis e taxas não fossem pagos conforme o que fora combinado verbalmente. Quanto às condições de habitabilidade, os cortiços foram caracterizados por coabitação involuntária, superlotação dos imóveis e cômodos, índice de ocupação excessivo, insalubridade, ausência de privacidade, promiscuidade.

Por fim, é importante chamar a atenção para o fato de que, nesse quadro teórico, os cortiços não foram qualificados como “deteriorados” e “degradados”, tal como estava ocorrendo em parte do discurso do patrimônio e na opinião pública. Apesar de evidenciarem as condições de insalubridade, promiscuidade e coabitação involuntária, os estudos tenderam

a não relacionar a sua presença com áreas “deterioradas”. Esse aspecto é importante para verificar se os pontos de contato entre os campos da habitação social e do patrimônio permitiram a absorção da categoria de “habitação subnormal” pelo segundo sem o juízo de valor da “degradação”. Essa análise permite discutir se a Bela Vista continuou, ou não, sendo considerada um bairro “degradado” ao longo dos anos 1980 e se esse aspecto foi observado nas práticas do DPH no bairro.

Capítulo 3

**Os cortiços como limites nas ações de preservação:
o projeto IGEPAC-Bela Vista (1983-1992)**

Capítulo 3

Os cortiços como limites nas ações de preservação: o projeto IGEPAC-Bela Vista (1983-1992)

Tendo em vista o objetivo de compreender a relação entre habitação popular e o patrimônio nas práticas do DPH durante os anos 1980, foi selecionado como primeiro estudo de caso o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista). Neste capítulo, esse caso é mobilizado para discutir se os conceitos provenientes do campo da habitação social foram incorporados às discussões no patrimônio e se a metodologia do inventário tentou conciliar a preservação e a permanência dos cortiços e de seus moradores.

O IGEPAC-Bela Vista foi escolhido porque se trata de um projeto de importância e prestígio no DPH até os dias atuais, pois, além de ter sido um dos primeiros desdobramentos do projeto IGEPAC-SP, contou com uma amplitude territorial significativa e com o levantamento de mais de 800 imóveis, que foram catalogados por meio de fichas de pesquisa. As informações produzidas pelo inventário foram as principais fontes mobilizadas pela equipe técnica no estudo de tombamento do bairro durante os anos 1990. Ademais, o projeto IGEPAC-SP como um todo consolidou-se na memória institucional do DPH e foi um dos trabalhos de maior abrangência realizados no âmbito do órgão nos anos 1980.

Por meio desse inventário, pretendeu-se analisar a incorporação do conceito de “patrimônio ambiental urbano”, a fim de verificar quais dimensões e interpretações desse conceito estavam sendo adotadas pela metodologia proposta e se ela permitiu considerar a habitação popular, os sujeitos e sentidos sociais do patrimônio, em um bairro que tinha um número significativo de cortiços. Outra questão levantada foi se a metodologia e o discurso ali presentes endossaram a imagem e identidade “italianas” da Bela Vista, que não deixam de carregar consigo uma ideia de branqueamento da população. Conforme analisado no Capítulo 1, várias associações civis se articulavam junto ao poder público na busca por projetos de fomento ao turismo e, nessa articulação, o argumento do enfrentamento à “deterioração urbana” (grifo próprio), da qual os cortiços faziam parte, era mobilizado. Além disso, o aumento de capacidade de liderança desse grupo contribuiu para a perda de representatividade das narrativas de outros grupos sociais, que também se inseriam na dimensão cotidiana do patrimônio que se visava preservar.

Vale lembrar que a Bela Vista apareceu em quase todos os estudos elaborados pela municipalidade e pela academia como um dos bairros que apresentava a maior concentração de cortiços, e que o diagnóstico sobre o “fenômeno cortiço”, elaborado pela Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes) em 1975, indicou que ele contava com as maiores densidades de cortiços instalados em “edificações mais antigas”, que, provavelmente, eram dotadas de valores histórico e arquitetônico. O mesmo estudo chamou atenção para um possível processo de “desaparecimento espontâneo” dos cortiços, advindo da valorização imobiliária. Aliado à valorização, os cortiços eram frequentemente associados à imagem de “deterioração urbana” desde os anos 1970, e as articulações entre o setor imobiliário e o poder público municipal abriram possibilidades para considerar sua erradicação em projetos, sempre que houvesse oportunidade.

3.1 Os projetos IGEPAC-SP e IGEPAC-Bela Vista (1983-1992)

Ao traçar um panorama dos inventários produzidos na década de 1980 no Brasil, Leonardo Castriota (2009) reconhece o IGEPAC-SP como uma das primeiras tentativas a adotar a visão de conjunto para o patrimônio, baseado em uma metodologia que procurou, primeiro, compreender unidades culturais mais amplas para, na sequência, identificar os bens culturais. Para ele, é possível afirmar que esse inventário representou um avanço no campo do patrimônio, devido à leitura urbana empregada, que permitiu abordar o tema de acordo com uma perspectiva dinâmica e atualizada da cultura. Além disso, o autor considera importante o fato de o inventário não ter sido pensado como listagem ou etapa prévia ao tombamento, mas como subsídio para políticas de preservação atreladas às de planejamento urbano.

Mirthes Baffi (2006) e Paula Andrade (2012) concordam em que a experiência do inventário da Zona Metrô Leste, produzido ao final dos anos 1970, forneceu subsídios conceituais e práticos para que o DPH se apropriasse e construísse uma metodologia de inventário tendo essa ampliação conceitual do patrimônio como suporte. A primeira explica¹⁷² que os debates em torno da realização de inventários já se faziam presentes durante a gestão do diretor Murillo Marx e de Carla Milano como diretora da Divisão de Preservação, com a finalidade de documentar, de maneira continuada, o “patrimônio ambiental urbano” municipal e de enquadrá-lo na Z8-200. Esse aspecto pode ser confirmado no artigo publicado por Marx na *Revista CJ Arquitetura*¹⁷³, no qual o ex-diretor afirma que o principal objetivo da sua gestão seria a elaboração do “Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos”. Vale a pena atentar para a ausência do termo “patrimônio ambiental urbano” no título do instrumento, diferentemente da experiência da Zona Metrô Leste. Esse aspecto pode denotar que ainda não havia consensos em torno da interpretação do conceito por parte da equipe.

Baffi acredita que as conversas mais efetivas ocorreram após a contratação de uma nova leva de técnicos, que ocorreu entre os anos de 1980 e 1981, mesmo com a saída de Carla Milano, em 1979, e de Marx, em 1981. Acredita-se que o trabalho de inventariação possa ter ganhado força com a chegada de Regina Meyer como diretora do DPH, no início de 1983, embora esse aspecto não esteja presente no discurso de Baffi.

Foram encontrados indícios de que possivelmente tenha havido uma iniciativa de inventariação no ano de 1981, e de que a Bela Vista já estava entre os bairros que detinham a atenção do departamento. A primeira pista é o conjunto de fotografias que compõem as fichas de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista, realizadas entre 1981 e 1983¹⁷⁴. Dentre os autores das fotografias estão Rosana Pierri, Eduardo Elias, Fernando Martinelli, Normando Martinez e Anna Beatriz Galvão, que participaram do projeto IGEPAC-SP posteriormente. Sendo assim, é possível dizer que os primeiros esforços de inventariação tenham tido início naquele ano, e os registros iconográficos dos imóveis da Bela Vista estiveram entre os primeiros trabalhos realizados com esse propósito.

Além das fotografias, foram encontrados ofícios e comunicados internos do departamento indicando que, entre setembro de 1982 e janeiro de 1983, os arquitetos Tereza

¹⁷² Entrevista concedida em 27 de agosto de 2018.

¹⁷³ Proteção global para a memória paulistana”, *Revista CJ Arquitetura*, 1978.

¹⁷⁴ As fotografias e respectivos negativos estão arquivados na Seção de Levantamento e Pesquisa do DPH.

Emídio, Eduardo Elias, Cecília Ribeiro e Anna Beatriz Galvão haviam realizado trabalhos de inventariação, cujo material estava resumido no “Relatório dos trabalhos de inventário: Projeto Bela Vista-II”. Nesse documento, os técnicos registraram que deram prosseguimento a um trabalho similar já existente por meio da complementação do levantamento iconográfico e de percursos de campo para reconhecimento da Bela Vista. A área de estudo era delimitada pelas ruas Santo Antônio, Almirante Marques Leão, Ribeirão Preto, pela avenida Brigadeiro Luís Antônio e pelo Elevado Júlio de Mesquita Filho. Os arquitetos concluíram que sentiam falta de diretrizes metodológicas mais precisas e se diziam cientes de que o “Programa de Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos” estava em andamento no órgão.

Pelo que os documentos sugerem, o “Programa de Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos” foi iniciado. Em julho de 1983, Leila Diêgoli¹⁷⁵, chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, elaborou um ofício para encaminhar o material que havia sido coletado pelos técnicos, a fim de subsidiar os trabalhos desse programa. O arquiteto Edgard Couto e a historiadora Maria das Graças Fontes de Almeida estavam estudando a Bela Vista e as técnicas Maria Cristina Romeiro, Vânia Carvalho e Solange Lima organizaram o material, no qual estava uma relação de leis e atos municipais promulgados entre 1892 e 1950, de mapas e de logradouros públicos do bairro.

É possível supor que um dos motivos para que a equipe técnica do DPH tenha encontrado dificuldades para a execução do “Programa de Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos”, que, de acordo com o artigo de Murillo Marx, abrangeria todo o território municipal, fosse a troca sequencial de prefeitos entre os anos de 1982 e 1983, que pode ter gerado ausência de diretrizes claras para a área da cultura e recursos orçamentários precisos entre as gestões que se sucederam rapidamente. Só no ano de 1983, por exemplo, três prefeitos e dois secretários municipais de cultura diferentes ocuparam esses postos¹⁷⁶.

Em maio desse ano, Mário Covas assumiu o cargo executivo municipal. Na sua gestão (1983-1985), Fábio Luiz Pereira de Magalhães ocupou o cargo de Secretário Municipal de Cultura no primeiro ano do mandato¹⁷⁷, e Regina Meyer assumiu a diretoria do DPH, indicada ao cargo por Carlos Lemos, segundo relatou em entrevista¹⁷⁸. Maria Luiza Dutra ocupou a diretoria da Divisão de Preservação, Leila Diêgoli já chefiava a Seção Técnica de Crítica e Tombamento e Maria Lúcia Perrone Faro Passos era a chefe da Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa. A Figura 33 mostra a distribuição dos cargos na estrutura organizacional do DPH à época.

Em entrevista¹⁷⁹, Leila Diêgoli afirmou que, naquele momento, haviam se intensificado

175 A arquiteta Leila Regina Diêgoli foi contratada como chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento em 1981, por indicação do então Secretário Municipal de Cultura, Mário Chamie, e mais tarde, assumiria a coordenação geral do projeto IGEPAC-SP.

176 Entre os anos de 1982 e 1983, estiveram à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo: Reynaldo Emygdio de Barros (entre julho de 1979 e maio de 1982); Antônio Salim Curiati (entre maio de 1982 e março de 1983); Francisco Altino Lima (entre março e maio de 1983); e, por fim, Mário Covas (entre maio de 1983 e janeiro de 1986). O cargo de Secretário Municipal de Cultura, apesar de não ter contado com tantas trocas, foi ocupado por dois secretários diferentes em 1983: Mário Chamie foi o secretário até maio e foi precedido por Fábio de Magalhães.

177 Fábio Luiz Pereira de Magalhães era artista plástico e já havia ocupado o cargo de diretor da Pinacoteca do Estado e havia sido membro da Comissão de Arte do Museu de Arte Moderna de São Paulo entre os anos de 1978 e 1980, além de já ter contado com diversas exposições individuais de suas obras. Fábio Magalhães foi sucedido por Gianfrancesco Guarnieri, ator de teatro e televisão, que ocupou o cargo nos três anos seguintes da gestão de Mário Covas.

178 Entrevista realizada em 23 de maio de 2019.

179 Regina Meyer também confirmou o primeiro como referência em sua entrevista. A pesquisa propõe verificar se a mobilização do conceito tal como defendido por Meneses e Varine-Bohan esteve presente nas práticas do DPH por meio

as discussões sobre a organização de um inventário sistemático no órgão e reconheceu que os técnicos estavam buscando aprofundar o conceito de “patrimônio ambiental urbano”. Segundo ela, compartilhava-se a ideia de que o valor patrimonial não estava na edificação em si, mas nos modos de vida e na forma pela qual a população se apropriava dos bens culturais e constituía a sua identidade. Para isso, a arquiteta ressalta que Ulpiano Bezerra de Meneses e Hugues Varine-Bohan foram referências teóricas expressivas.

3.2 Aspectos metodológicos dos projetos IGEPAC-SP e IGEPAC-Bela Vista

O projeto do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (IGEPAC-SP) teve início no ano de 1983. É lícito supor que pode ter partido ou pode ter sido um possível desdobramento do “Programa de Inventário Geral dos Bens Culturais Paulistanos”, que, ao que os documentos e o discurso de Murillo Marx indicam, estava sendo realizado naquele momento pelo órgão. Além disso, sua execução pode ter encontrado respaldo e diretrizes mais definidas após a chegada de Regina Meyer como diretora do departamento, naquele mesmo ano. Leila Diêgoli menciona esse aspecto ao dizer que, enquanto coordenadora geral do projeto, estava pesquisando modelos que poderiam servir como parâmetro para a inventariação, e que a chegada de Meyer deu novos ares a esse trabalho¹⁸⁰.

De acordo com a publicação oficial do projeto IGEPAC-SP (1986), fizeram parte da equipe integrantes das seções técnicas de Crítica e Tombamento e de Levantamentos e Pesquisas: a arquiteta Leila Diêgoli como coordenadora geral do projeto; a historiadora Maria das Graças Fontes de Almeida como coordenadora da equipe de historiadoras; os arquitetos Anna Beatriz Ayrosa Galvão, Eduardo de Oliveira Elias, Mirthes Baffi, Normando José Martinez Santos, Raquel Dias Rodrigues Santos, Rosana Pierri e Lilian Jaha; as historiadoras Maria Imaculada Forlani Barros, Márua Roseny Pacce, Tania Maria Martinez, Solange Ferraz de Lima, Vania Carneiro de Carvalho e Yara Schreiber¹⁸¹. Nota-se que quase todos estiveram envolvidos com iniciativas prévias de inventariação no DPH, e a equipe possuía caráter multidisciplinar.

Na mesma publicação, também é apresentada a metodologia, que previa 27 bairros a serem inventariados no município, dentre os quais: Liberdade, Bela Vista, Consolação, Cambuci, Santa Cecília, Mooca, Barra Funda, Bom Retiro, Sé, Pari, Brás, Belenzinho, Tatuapé, Penha, Lapa, Pacaembu, Ipiranga, Pinheiros, Aclimação, Jardim da Glória, Vila Mariana, Cerqueira César, Ibirapuera, Indianópolis, Vila Prudente e Santana (Figura 34).

dos estudos de caso na Bela Vista.

¹⁸⁰ Entrevista concedida em 22 de novembro de 2018. Vale destacar que a arquiteta Regina Meyer defendeu seu mestrado em Londres poucos anos antes na área de planejamento urbano e parece ter contribuído para fortalecer uma visão mais urbana para as práticas do DPH naquele momento.

¹⁸¹ Em entrevista realizada em 23 de maio de 2019, Regina Meyer menciona que a competência técnica e o empenho da equipe a impressionaram quando assumiu o cargo no DPH. Eram profissionais muito jovens, mas que, na sua visão, eram extremamente capacitados e dedicados. Destaca o papel desempenhado por Maria Luiza Dutra, que havia estudado restauração na Itália, e por Leila Diêgoli na condução dos trabalhos do inventário, que, segundo ela, foram feitos com “enorme sacrifício”. Havia, por exemplo, apenas um veículo disponível para transportar os técnicos para os levantamentos de campo. Não apenas a Bela Vista estava sendo inventariada no âmbito do IGEPAC-SP, mas a Liberdade também, sem contar os demais projetos executados pelo departamento naquele momento.

Mirthes Baffi, em seu artigo sobre o tema (2006), destaca que a sequência de elaboração dos inventários por parte do DPH foi pensada segundo o critério da “cebola”, ou seja, teria início no centro histórico, onde existe uma maior concentração de edifícios e conjuntos de importância histórica, e seria direcionada de forma radial para bairros mais afastados¹⁸².

O ano da edição da publicação oficial, que é 1986, indica que os cadernos foram editados e impressos na gestão municipal seguinte e não na mesma gestão em que o IGEPAC-Liberdade e o IGEPAC-Bela Vista foram realizados. Isso indica que a publicação que apresenta a metodologia, que deveria preceder as publicações dos inventários dos bairros, provavelmente foi confeccionada após a realização deles¹⁸³.

O projeto IGEPAC-SP foi apresentado como um sistema de informações do “repertório básico que constitui o ‘patrimônio ambiental urbano’” (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 5), cujo material forneceria à população informações de caráter histórico, arqueológico, urbanístico e arquitetônico sobre esse patrimônio. A principal preocupação estava na leitura da paisagem urbana e na identificação de manchas urbanas que necessitavam de proteção. Está colocada uma preocupação didática em relação ao inventário, entendido não apenas como ferramenta para medidas de preservação, mas como fonte de conhecimento sobre a história da cidade e como base para a criação de uma consciência em relação ao “patrimônio ambiental urbano” municipal.

Vale lembrar que o caráter didático se aproximava das diretrizes metodológicas da categoria de “inventário de proteção”, registradas na “Confrontação A”, em 1965, e no IPAC-BA, conforme visto no Capítulo 2. No entanto, a publicação oficial do IGEPAC-SP traz a informação de que o inventário paulistano teria uma “função de reconhecimento de sentido diferenciado do aplicado em cidades como Salvador” (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 6). O projeto IGEPAC-SP seria empregado para “descobrir e eleger o patrimônio ambiental urbano” que se encontrava “camuflado” na malha urbana e entre as demolições dos vários períodos históricos e “escondidos” em meio aos “aparatos publicitários” (p. 6). Nota-se que havia o entendimento de que seriam “descobertos” e selecionados exemplares e conjuntos não necessariamente excepcionais e de grande destaque, pois estariam inseridos na paisagem e no conjunto edificado dos bairros tal como as demais edificações e elementos urbanos.

Como objetivos, por meio do projeto foram buscadas ferramentas de valorização do “patrimônio ambiental urbano” e de consolidação de um acervo documental que pudessem subsidiar políticas de preservação e de planejamento urbano, uma vez que, naquele momento, a figura do tombamento municipal ainda não existia e a proteção legal se dava pelo enquadramento dos imóveis e conjuntos na Z8-200. Assim como nos inventários produzidos pelo órgão ao final da década de 1970, está evidente a noção de que os bens e conjuntos selecionados deveriam ser testemunhos da história urbana e portadores de valor documental.

182 Passados os anos e as gestões municipais, nota-se que esse critério não foi seguido à risca, haja vista, por exemplo, que o IGEPAC-Ipiranga (1992) foi realizado cinco anos antes do IGEPAC-Santa Ifigênia (1997) e quase dez anos antes do IGEPAC-Luz/Bom Retiro (2000). Baffi não deixa claro, em seu texto, o motivo pelo qual os inventários foram realizados nessa ordem. Supõe-se que a execução dos inventários pode ter sido direcionada de acordo com as prioridades técnicas e políticas das diferentes gestões municipais e/ou com ameaças de transformação urbana significativas surgidas no decorrer das décadas.

183 É possível supor que possa ter havido algum tipo de revisão entre a metodologia prevista no primeiro ano de trabalho e aquilo que a equipe conseguiu realizar em ambos os inventários entre 1983 e 1985, porém, acredita-se que esse aspecto não invalide a publicação como fonte de pesquisa.

De acordo com a publicação, a metodologia previa duas etapas. Na primeira, seriam realizados estudos sobre a evolução urbana de cada bairro, levantamentos sobre legislações urbanísticas incidentes, percursos de reconhecimento, que contariam com registros iconográficos e verbais, e a identificação das características morfológicas, tipológicas, de uso e estado de conservação dos bens culturais. As informações coletadas em campo seriam sistematizadas por meio de relatório e de fichas para cada bem selecionado. Esse material seria utilizado para a elaboração das propostas e diretrizes de preservação do “patrimônio ambiental urbano” do respectivo bairro.

Essas diretrizes foram pensadas a partir da proteção de visuais, ambiental e das edificações, o que mostra que o patrimônio estava sendo operado no instrumento mais como conjunto arquitetônico e ambiência, ou seja, com predominância das manchas e dos elementos urbanos, ambientais e paisagísticos, e menos como conjugação de aspectos sociais, culturais e funcionais. É lícito supor que o critério metodológico encontra consonância com a experiência do inventário da Freguesia do Ó, cuja demarcação do perímetro de trabalho e de proteção se fundamentou em visuais e em elementos da paisagem do largo, em relação ao vale do rio Tietê. No entanto, o acautelamento pensado para a paisagem e a ambiência confrontava o instrumento de proteção existente à época, que era a Z8-200, e a equipe deixou clara essa preocupação, ao afirmar que a zona era insuficiente para dar conta de proteger o “patrimônio ambiental urbano” da maneira como ele estava sendo entendido pelo departamento.

Destaca-se a imagem que acompanha esse capítulo da publicação, que mostra desenhos à mão realizados, provavelmente, durante os percursos de reconhecimento do IGEPAC-Bela Vista. De autoria de Edgard Couto e Ana Araújo, os desenhos representam as testadas de quadras localizadas nas ruas Manuel Dutra, São Vicente, Treze de Maio e Dr. Luís Barreto, com a indicação dos números de cada imóvel, do desnível das vias e com detalhes arquitetônicos e ornamentos. Os desenhos, que podem ser vistos na Figura 35, mostram um trabalho metódico da equipe e o seu empenho em compreender e registrar os elementos de paisagem e de conjunto urbano que formavam aquele “patrimônio ambiental urbano”.

Já a segunda etapa do inventário teria caráter mais qualitativo e foi entendida como um aprofundamento dos estudos desenvolvidos na primeira fase. Nela, seriam definidas as “manchas urbanas” que continham conjuntos arquitetônicos, traçados urbanos e referenciais naturais e urbanos que conformassem o “patrimônio ambiental urbano” do bairro e, para cada mancha, seriam analisadas informações sobre o “desenvolvimento político, econômico, social e cultural” e sobre “a situação dos imóveis na evolução urbana de São Paulo” (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 8). Esse aprofundamento permitiria a definição de níveis de preservação, que poderiam ser três: preservação integral, parcial ou preservação das características volumétricas da edificação. No texto não está indicado se a preservação por meio desses níveis pressupunha a análise e/ou autorização dos usos e funções de cada imóvel ou conjuntos na sua relação com a preexistência, tal como havia sido previsto na metodologia do projeto de reabilitação urbana do centro histórico de Bolonha, que foi citado como referência metodológica por ex-participantes do projeto.

É interessante notar que a equipe se preocupou em enfatizar, menos por meio do texto do que das próprias imagens, que o “patrimônio ambiental urbano” de São Paulo era constituído não apenas por bens classificados como “monumentais”, mas também por

imóveis de caráter popular e por “modos de organização do espaço urbano socialmente apropriados” (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 10). A maioria das fotografias que acompanham o texto da publicação mostra conjuntos de casas com essas características, como ser visto na Figura 36, escolhida para ser apresentada aqui porque apresenta um dos exemplares da Bela Vista.

O IGEPAC-Bela Vista e o IGEPAC-Liberdade foram os primeiros inventários elaborados no âmbito do projeto IGEPAC-SP. Na publicação oficial do inventário da Bela Vista (1986), constam os nomes dos integrantes da equipe, praticamente os mesmos apresentados na publicação da metodologia do projeto IGEPAC-SP¹⁸⁴. O inventário da Bela Vista aparece definido como um trabalho sistemático de reconhecimento, documentação, proteção e divulgação do “patrimônio ambiental e cultural” de São Paulo, composto tanto por edificações e conjuntos arquitetônicos e urbanos, quanto por modos de organização do espaço urbano e suas formas de evolução. Pela publicação fica claro que esse material forma a primeira parte do inventário que, de acordo com a metodologia do IGEPAC-SP, é constituída do estudo do bairro e da identificação de elementos significativos da evolução urbana, por meio de levantamentos e pesquisas teóricas, cujos dados deveriam ser sistematizados em fichas, mapas e relatórios.

Tanto Mirthes Baffi quanto Leila Diêgoli concordam em que a escolha dos bairros da Liberdade e da Bela Vista como os primeiros a serem inventariados se justificaram pela ameaça de transformação urbana que poderiam sofrer naquele momento, não só do ponto de vista urbanístico, mas também de valorização imobiliária. Afirmaram que tiveram acesso à base de dados contendo os lançamentos imobiliários, organizada pela Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp), e as informações coletadas as fizeram concluir que esses bairros tinham grande chance de transformação e, por isso, mereceriam medidas de preservação urgentes.

Conforme analisado no Capítulo 2, é importante recordar que, do ponto de vista urbanístico, a Bela Vista foi palco de grandes obras viárias entre as décadas de 1930 e 1960, dentre as quais estão o alargamento da rua Rui Barbosa, contida no “Plano de Melhoramentos para a Bela Vista”, e a construção dos viadutos Júlio de Mesquita Filho e Jaceguai, sobre os quais passa o leito da Avenida Radial Leste. Essas obras alteraram significativamente o tecido urbano, a paisagem e as redes de sociabilidade. Já nos anos 1970, a municipalidade, por meio do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971), da Lei de Zoneamento municipal (1972) e dos projetos organizados pela Cogep, passou a considerar o bairro como estratégico para a expansão das atividades terciárias do Centro e das proximidades da Avenida Paulista.

Sobre esse aspecto, Diêgoli afirma que, enquanto coordenadora do projeto IGEPAC-SP, organizou um estudo para justificar o pioneirismo da Liberdade e da Bela Vista: cruzou os lançamentos imobiliários disponibilizados pela Embraesp com os alvarás de demolição expedidos pelas Administrações Regionais naqueles anos e com uma planta da área

¹⁸⁴ Na publicação da Bela Vista, no entanto, a indicação dos membros é dividida tomando por base a contribuição de cada um na execução do trabalho. As mesmas historiadoras elaboraram a pesquisa histórica e sociológica, sendo esta última coordenada pela Margarida Gordinho. O levantamento de campo e o diagnóstico ficaram a cargo dos arquitetos Raquel Dias, Edgard Tadeu Dias do Couto e das estagiárias de arquitetura Marta Araújo, Márcia Maria Mello e Ana Maria Gil Auge (os quatro últimos não apareceram na outra publicação). Raquel Dias ficou responsável pela elaboração das fichas e da arte final junto com Normando Santos e pela redação da proposta de preservação. O arquiteto Michael Robert Alves de Lima e Wilson Weigl realizaram o levantamento fotográfico.

urbanizada de São Paulo em meados do século XIX¹⁸⁵. Desse modo, a vontade de estruturar um inventário sistematizado como uma prática do DPH somada às ameaças de transformação desses bairros foram as justificativas para a seleção desses bairros como pontos de partida. Isso permite confirmar que o IGEPAC-Liberdade e o IGEPAC-Bela Vista foram projetos implantados em caráter emergencial, tal como havia ocorrido com o inventário para a Zona Metrô Leste frente às transformações decorrentes da construção da linha do Metrô nos bairros da zona leste de São Paulo.

Na realidade, o projeto IGEPAC-SP foi pensado como medida de preservação frente às transformações urbanas de São Paulo, ou seja, como tentativa de salvaguardar o seu “patrimônio ambiental e cultural urbano” em meio aos “processos de substituição” em que se perdem “testemunhos físicos” da história da cidade, tal como é explicitado no caderno que contém a metodologia (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 9). No caso do IGEPAC-Bela Vista, está registrada na sua publicação oficial a informação de que a sobreposição das informações imobiliárias e históricas foi considerada como justificativa para a elaboração do inventário, aspecto que vai ao encontro do depoimento de Diêgoli.

Segundo a publicação relativa ao inventário da Bela Vista, o bairro era conformado por um conjunto ambiental muito importante, composto por um patrimônio físico representado pelo maciço construído e por elementos urbanos que deveriam ser “revitalizados” para melhorar as condições de vida para seus habitantes. Isso revela que, ao menos no discurso, a equipe relacionou a preservação à dinâmica social. Foi dividido em “manchas de interesse ambiental” necessárias à legibilidade do tecido urbano e das suas etapas de ocupação. Os critérios para a demarcação incluíram o valor ambiental, entendido como o grau de homogeneidade do maciço construído; o valor paisagístico, que permite uma leitura e uma compreensão da paisagem e da articulação entre os edifícios e a topografia; e o valor histórico e cultural existente em elementos que testemunham a ocupação original do bairro e sua evolução urbana. Percebe-se, nesse ponto, uma tentativa de trabalhar com uma noção do patrimônio como mecanismo de leitura da cidade e como testemunho da história urbana, tal como a prática preservacionista em São Paulo já estava lidando desde os anos 1970. Ademais, essa abordagem se aproxima das ideias trazidas por Kevin Lynch (1972), conforme analisado no Capítulo 2.

O perímetro geral do IGEPAC-Bela Vista abrangeu todo o bairro (Figura 37). Sua delimitação foi resultado da sobreposição entre a “Planta Geral da Capital de São Paulo”, de 1897¹⁸⁶, as zonas demarcadas pelo Código de Obras Arthur Saboya (1934) e a distribuição territorial dos lançamentos imobiliários de 1982 fornecidos pela Embraesp e dos alvarás de demolição expedidos pela Administrações Regionais. Sendo assim, a planta datada de 1897 foi utilizada pela equipe para considerar o traçado urbano original, cujo perímetro foi um dos

185 Entrevista concedida em 22 de novembro de 2018. Leila Diêgoli não conseguiu dizer com precisão qual planta da cidade foi utilizada para essa análise. O caderno “Aspectos metodológicos” (1986) traz, como um dos critérios para definição dos perímetros de trabalho os limites do município segundo a “Planta Geral da Capital de São Paulo”, de 1897, organizada sob a orientação do engenheiro Gomes Cardim. (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 41-42). Essa pode ter sido a planta à qual a arquiteta se referiu na sua entrevista. Essa planta está disponível para consulta no Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

186 “Planta Geral da Capital de São Paulo”, de 1897, organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras. Sheila Schneck (2010) observa que, entre 1890 e 1897, o loteamento que deu origem ao bairro já havia sido ampliado com a abertura de novas vias, mas permanecia semelhante à configuração registrada pela “Planta da Capital do Estado de São Paulo” (1890), de autoria de Jules Martin.

balizadores da definição da área a ser inventariada.

Essa área foi dividida em sete subáreas: Centro; Maria José; Treze de Maio; Morro dos Ingleses; Grotá; Pedroso; e Paraíso. Em todas elas, são apresentadas as principais características em relação ao traçado viário, à manutenção (ou não) das características urbanas do assentamento original do bairro; à relação de ambiência proporcionada pelo conjunto; à incidência de verticalização; às atividades funcionais e de lazer predominantes; e à presença de conjuntos arquitetônicos de interesse histórico ou ambiental. É fundamental destacar que foi identificada a existência de cortiços em todas as subáreas, indicando que se tratava de uma modalidade de moradia com presença significativa em todo o território.

A publicação também apresenta as categorias propostas para os bens inseridos no perímetro: imóveis com excepcional interesse arquitetônico; com interesse arquitetônico; com interesse ambiental; que interferem na ambiência; e sem interesse (ou neutro). Nota-se uma preocupação com a ambiência, a paisagem e o valor de conjunto como critério seletivo. A excepcionalidade arquitetônica é apenas uma das categorias, ou seja, é possível perceber que seguiu perdendo força em relação aos demais valores a serem reconhecidos. Como exposto anteriormente, essa visão já havia sido adotada nos inventários anteriores produzidos pelo mesmo órgão ao final dos anos 1970.

Conforme indicado na metodologia apresentada na publicação “Cadernos do IGEPAC-SP I: Aspectos Metodológicos” (1986), a segunda etapa de inventariação pressupunha a realização de estudos mais aprofundados sobre a área total sobre as manchas urbanas demarcadas, dentre eles uma análise do “desenvolvimento político, econômico, social e cultural” (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 12), além da produção memoriais descritivos dos edifícios com diagnóstico detalhado do seu estado de conservação e das alterações físicas realizadas. No caderno oficial do IGEPAC-Bela Vista, esse material não aparece, já que apenas o resultado da primeira etapa foi registrado em sua publicação oficial. Ele tampouco está arquivado junto com as fichas de pesquisa no arquivo da Seção de Levantamento e Pesquisa do DPH e não é possível precisar o que foi efetivamente realizado nessa etapa.

Sabe-se que a equipe elaborou mapas de análise e de proposta de intervenção do território inventariado entre dezembro de 1983 e julho de 1984. Fez parte dessa sistematização os mapas de levantamento topográfico; de evolução urbana; de imóveis inventariados, que mostra o perímetro do inventário e os imóveis selecionados para a produção das fichas de pesquisa; da situação legal existente; de gabarito; das manchas urbanas demarcadas; e, por fim, o de proposta de intervenção, por meio do qual foram indicados os bens que deveriam receber preservação integral¹⁸⁷ e os que deveriam contar apenas com volumetria e gabarito preservados. Os demais bens destacados nesse mapa deveriam receber preservação “das feições exteriores”¹⁸⁸.

Ainda na primeira etapa do IGEPAC-Bela Vista, foram produzidas fichas de pesquisa

187 Os imóveis indicados para preservação integral foram os localizados à rua Major Diogo, nº 353 (também conhecida como Casa de Dona Yayá, hoje abriga o Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo); à rua Major Diogo, nº 200 (Escola Estadual Dra. Maria Augusta Saraiva); à rua Fortaleza, nº 68 e 86 (imóvel de tipologia industrial, o único que apresenta essa tipologia em todo o bairro); à avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 411 (antigo Cine Paramount); a Igreja Nossa Senhora do Carmo; a Igreja Nossa Senhora Achiropita e o conjunto de edifícios do Hospital Santa Catarina.

188 Nesse mapa, há a indicação de trechos de vias em que deveria incidir o Decreto municipal nº 11.106 de 1974.

Figura 37. Divisão do perímetro do IGEPAC-Bela Vista em sete subáreas. A linha tracejada indica o perímetro do loteamento que deu origem ao bairro, de acordo com a “Planta Geral da Capital de São Paulo” (1897). Nota-se que o perímetro do inventário abrangeu uma área maior que o traçado do loteamento original. Fonte: autoria própria sobre base Gegran (1974).

para os imóveis e elementos urbanos selecionados no interior do perímetro de trabalho. Foram encontradas aproximadamente 830 fichas¹⁸⁹. O levantamento de todas elas permitiu verificar que apenas uma parte, cerca de 220 fichas, foi produzida em 1983. As demais fichas seguiram o mesmo formato, mas foram preenchidas entre 1991 e 1992. Acredita-se que elas tenham sido produzidas devido à abertura do processo de tombamento da Bela Vista pelo Conpresp¹⁹⁰, uma vez que o inventário foi o principal material para a elaboração dos estudos e, por isso, a finalização das fichas do inventário pode ter sido necessária nesse momento. Sobre essa nova fase, é importante mencionar dois pontos: o primeiro é que os técnicos continuaram utilizando o mesmo formato e as fotografias produzidas em 1981 como fonte iconográfica e o segundo é que elas foram preenchidas por outros membros do DPH, principalmente por Eudes Campos e Clara D'Alambert¹⁹¹. Naquele momento, Eudes Campos ocupava a chefia da Seção Técnica de Crítica e Tombamento.

Para se obter a análise prevista nesta pesquisa, foram consideradas todas as fichas do IGEPAC-Bela Vista, pois partiu-se do pressuposto de que as condições sociais e urbanas do bairro podem não ter se alterado significativamente entre 1983 e 1992 e, ao que o exame do material permitiu averiguar, os técnicos que preencheram as fichas no segundo momento seguiram os mesmos parâmetros dos que foram adotados em 1983. Além disso, não há nenhum tipo de diferenciação no arquivamento das fichas, ou seja, as fichas de ambos os momentos estão juntas, o que permite inferir que o departamento as utilizou para os estudos de tombamento com o mesmo grau de importância e sem levar essa diferenciação temporal em conta.

Em relação às fichas de pesquisa, há poucas modificações em relação ao formato adotado tanto no inventário da Zona Metrô Leste quanto no da Freguesia do Ó, que, como já verificado, foram realizados pelo DPH, poucos anos antes da concepção do IGEPAC-SP. Os campos indicados nas fichas do IGEPAC-SP são praticamente os mesmos. Os campos “Dados históricos” e “Dados arquitetônicos” foram separados¹⁹². Houve acréscimo de um espaço a ser preenchido com croquis e de outro para os “Dados de ambiência”, o que mostra que foi dado destaque a esse critério e se estava tentando aprimorar as formas de compreender e aplicar o conceito de “patrimônio ambiental urbano”.

Além das fichas de pesquisa, foi encontrado um caderno denominado “Aspectos

189 É importante pontuar que todas as fichas foram numeradas. A “última” ficha encontrada possuía a indicação do número 978, o que evidencia uma diferença de cerca de 148 fichas entre a quantidade de fichas encontrada, que foi 830. Supõe-se que nem todas as fichas tenham sido arquivadas ou que poderia haver um critério de numeração e os 148 imóveis faltantes não conseguiram ter suas fichas produzidas.

190 Por meio da Resolução nº 11 de 1990, o Conpresp aprovou a abertura de tombamento da Bela Vista, mais especificamente da área compreendida no interior do perímetro que se inicia na Avenida 9 de Julho com a Praça das Bandeiras, na altura da Rua João Adolfo, segue pela Avenida 23 de Maio, Rua do Paraíso, Avenida Bernardino de Campos, Praça Oswaldo Cruz, Rua 13 de Maio, Praça Amadeu Amaral, incluindo o reservatório da SABESP (S9, Q80, L39) continuando pela Rua 13 de Maio, Rua Carlos Sampaio, Rua Fausto Ferraz, Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, Alameda Ribeirão Preto, Rua Pamplona, Rua Itapeva, Rua Rocha, Praça 14 Bis, Avenida 9 de Julho. Em 1993, esse perímetro foi revisto e a nova área de estudo de tombamento foi oficializada por meio da Resolução nº 01 de 1993, junto com a relação de imóveis que seriam considerados de forma isolada no seu interior. A área delimitada em 1993 é muito semelhante à área protegida pela Resolução nº 22 de 2002, que é o documento que oficializou o tombamento da Bela Vista.

191 Em seu depoimento, Mirthes se recorda que no início dos anos 1990 alguns membros da equipe técnica, inclusive ela e Eudes Campos, voltaram a campo para revisar as fichas de pesquisa existentes, mas acredita que esse trabalho não foi muito adiante do que estava previsto. No entanto, ela diz não se lembrar de que houvesse preenchido novas fichas. O nome de Mirthes também não foi encontrado nas fichas preenchidas em 1991 e 1992.

192 Nos inventários anteriores, havia apenas um campo a ser preenchido com os “Dados históricos/arquitetônicos” e não havia o campo “Dados de ambiência”.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
Divisão de Preservação
IGEPAC-SP - PRÉ-INVENTÁRIO
Ficha de Pesquisa

POLHA Nº 811

ICONSERVAÇÃO

LOCALIZAÇÃO

08/24-8/10-11

LOCALIZAÇÃO

SETOR 9 QUADRA 24 LOTE 12

ENDEREÇO Rua Conselheiro Carrão, 603.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL 88 BAIRRO OFICIAL Bela Vista

CARACTERIZAÇÃO

EDIFÍCIO ISOLADO X CONJUNTO ARQUITETÔNICO LOGRADOURO PÚBLICO

PROPRIEDADE

NÚMERO DE PAVIMENTOS P + T REGIO FRONTAL REGIO LATERAL 2

USO ATUAL

RESIDENCIAL X COMERCIAL SERVIÇOS INDUSTRIAL INSTITUCIONAL

USO ORIGINAL

RESIDENCIAL X COMERCIAL SERVIÇOS INDUSTRIAL INSTITUCIONAL

DATA DE CONSTRUÇÃO 1916

AUTOR DO PROJETO CONSTRUTOR

TÉCNICA CONSTRUTIVA Alvenaria de tijolos

ALTERAÇÃO

ALTERADO X ALTERAÇÃO REGULAR GRANDE ALTERAÇÃO DESCARACTERIZADO

CONSERVAÇÃO

BOM X REGULAR PRECÁRIO IRRECUPERÁVEL

PROTEÇÃO EXISTENTE Imóvel em área em processo de tombamento da Bela Vista

CROQUIS

12/11/01 OK
NP2

Espaço para inserção de croquis

Campo "Dados de Ambiência"

DADOS DE AMBIÊNCIA

Início de tipologia residencial e bairro formado fora de quadra
haveria habitação e paisagisticamente com outros edifícios contemporâ-
neos e de características arquitetônicas semelhantes existentes na Rua
Conselheiro Carrão.

DADOS ARQUITETÔNICOS

Inóvel residencial do começo do século que se destaca pela janela fron-
tal em arco tri-partido; possui porta, entrada lateral (nicho), platô
de uma propriedade, janela decorada com grisea com moldura, flores
na fachada.

DADOS HISTÓRICOS

DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE

OBSERVAÇÕES

→ imóvel ③

ATUALIZAÇÕES

DATA: 08/83

Realizado por: Clara

REALIZADO POR: Raquel Santos / Márcia Mello

VERIFICADO POR:

Figura 38. Exemplar de ficha de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista. Ficha nº 811. Destacam-se os campos que foram acrescentados em relação aos inventários anteriores produzidos pelo DPH. Essa ficha foi preenchida inicialmente em 1983 por Raquel Santos e Márcia Mello e revisada por Clara D'Alambert em 1992. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Sociológicos”, que se acredita fazer parte do projeto de inventariação¹⁹³. Suas autoras foram Maria Imaculada Barros, Tania Martinez e Yara Schreiber, sob a coordenação de Margarida Gordinho, socióloga que assessorava Regina Meyer na direção do órgão. As historiadoras faziam parte da Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa. O caderno é acompanhado pela transcrição das entrevistas realizadas com lideranças do bairro, dentre elas Irmão Afonso Faustino, da Igreja Nossa Senhora Achiropita, Esquerdinha, da Associação Atlética Lusitana, José Jambo Filho, Presidente da Escola de Samba Vai-Vai, Orlando Laurenti, da União do Bexiga e Anitta Albanese, da Padaria São Domingos.

O referido estudo é importante, pois insere no âmbito do inventário uma análise que considera a apropriação social do patrimônio e destaca a presença de vários grupos sociais, isto é, procura problematizar a historiografia oficial e apresentar o perfil social do bairro para além da narrativa italiana. Quanto à presença negra, as historiadoras mencionam, em vários trechos, a existência de “tradições afro-portuguesas”, de “numerosa população negra mais concentrada na região do córrego Saracura”, do “elemento negro”, que, “mesclado ao italiano”, deu origem à Escola de Samba Vai-Vai. Mostram preocupação com a “menor capacidade de associação do elemento negro ou talvez a sua ‘menos aceita’ importância cultural, que orientam a diminuição da importância externa de sua participação na formação desse universo conhecido como Bexiga”.

Nessa análise, as técnicas relacionaram as transformações urbanas ocorridas a partir da década de 1960, em consequência da chegada dos nordestinos, já que os moradores mais antigos deixaram o bairro em virtude de tais mudanças. Essa substituição social provocou o aumento da quantidade de cortiços. As historiadoras mostram que os nordestinos eram vistos pelos demais moradores como “invasores do bairro, aqueles que trouxeram a deterioração da região (...) e que não participam da vida do bairro”. Para isso, selecionam trechos das entrevistas de Anitta Albanese, que afirma que a “invasão dos nordestinos” aconteceu após as desapropriações para as obras viárias, de José Jambo Filho, que os enxerga fora da dinâmica cultural do bairro, e de Orlando Laurenti, que comenta sobre um estabelecimento comercial localizado na rua Treze de Maio que tocava forró, um hábito, segundo ele, que nunca havia existido no bairro até então.

Em conjunto com as entrevistas realizadas com essas lideranças locais, as autoras afirmam que aplicaram 110 questionários com moradores de diferentes faixas de renda, “em uma tentativa de definir aspirações por camadas sociais”. Acreditam que a quantidade de questionários foi pequena e impediu uma análise contundente. No entanto, a leitura do material mostra aspectos interessantes sobre o trabalho de parte da equipe integrante do DPH, que ia além da consideração das características arquitetônicas, paisagísticas e de ambiência na compreensão do que fazia parte do “patrimônio ambiental urbano”. Essa visão se aproximava mais do conceito tal qual defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses.

Embora o material que compõe os questionários não tenha sido encontrado, a compilação dos resultados mostra que as historiadoras perguntaram aos entrevistados quais lugares da Bela Vista eles mais apreciavam, o que demonstra uma preocupação em entender o patrimônio para além do saber técnico do órgão e considerar seus sentidos sociais. Os

193 Embora o caderno “Aspectos Sociológicos” não esteja arquivado junto com o material que compõe o IGEpac-Bela Vista na Seção de Levantamento e Pesquisa do DPH e não tenha a data de realização registrada, acredita-se que ele tenha sido produzido a pedido da equipe do inventário para outra seção da Divisão de Preservação.

imóveis e logradouros mais citados foram a Praça Dom Orione, a Escadaria do Carmo, a Escadaria da rua Treze de Maio, o Castelinho da rua Brigadeiro Luis Antônio¹⁹⁴, a Vila Itororó, a Praça Oswaldo Cruz, o imóvel à rua Major Diogo, nº 191, e o conjunto de edifícios na esquina da rua Santa Madalena com a rua Alfredo Elis.

Em paralelo, as historiadoras também averiguaram de que locais os entrevistados não gostavam, e a Escadaria da rua Treze de Maio foi a mais citada. Não apenas as edificações foram objeto de estudo, mas também as manifestações culturais e as atividades de lazer, aspecto que denota que a equipe estava mobilizando o patrimônio para além da chave arquitetônica. Quanto às primeiras, a maioria mencionou a Escola de Samba Vai-Vai e as festas religiosas ligadas à Igreja Católica¹⁹⁵. Já as atividades de lazer mais mencionadas foram o futebol, o “*snooker*” e a ida a estabelecimentos comerciais, que provavelmente eram bares e restaurantes.

O material também mostra que alguns moradores relataram que o “ambiente piorou, que tem muito vagabundo, barulho, cortiço e pensão”, mas que a maioria gostava de viver no bairro, principalmente por conta da localização e dos aluguéis acessíveis. Como conclusão, as autoras, que, aparentemente, possuíam uma visão distinta do arquiteto Edgard Couto para a questão dos cortiços e da presença dos demais grupos sociais na dinâmica do bairro, indicaram que a população do bairro não estava “sensibilizada para a problemática do patrimônio histórico” pois preferia “aspectos ligados à limpeza, pintura de fachadas e conservação dos imóveis”.

Não se compreende ao certo o sentido de tal afirmação, pois, se grande parte dos moradores estava preocupada com os aspectos físicos do conjunto edificado, é possível supor que, de certa forma, eles acreditavam que as edificações eram portadoras de alguma importância histórica. Supõe-se que as historiadoras possam ter se referido ao pouco conhecimento da população sobre a relação entre o conjunto edificado e a história urbana do bairro e sua dificuldade em enxergar o patrimônio para além da chave da “conservação das fachadas”, ou seja, em entender que as manifestações culturais e de lazer também faziam parte do patrimônio cultural.

3.3 O bairro visto pelas lentes do IGEPAC-Bela Vista

Em julho de 1983, o arquiteto Edgard Couto e a estagiária Marta Araújo dos Santos realizaram um percurso pelo bairro, que fazia parte da primeira etapa de inventariação. A análise desse percurso foi registrada em um relatório denominado “Metodologia para reconhecimento do bairro da Bela Vista”. Os técnicos percorreram uma área extensa do bairro e tentaram segmentá-la em subáreas de acordo com os atributos paisagísticos e urbanos, além das barreiras físicas. Para cada subárea levantaram as principais características das edificações, as atividades comerciais, a topografia, o perfil social, a paisagem urbana, as áreas verdes e os eixos visuais, ainda que de forma relativamente resumida.

Nesse percurso, Edgard Couto e Marta Araújo também produziram várias fotografias.

¹⁹⁴ Imóvel localizado à Avenida Brigadeiro Luis Antônio, nº 872.

¹⁹⁵ O estudo não define quais eram essas festas, mas provavelmente estava entre elas a Festa à Nossa Senhora da Achiropita e as celebrações organizadas pela Paróquia Nossa Senhora da Achiropita.

Em conjunto, as imagens mostram vistas gerais, imóveis e cenas de diversas partes do bairro, dentre elas a área da Grota, a travessa Veloso Guerra, a vila Joaquim Antunes e casas nas ruas Rui Barbosa, Monsenhor Passalacqua e Conde de São Joaquim. Elas são apresentadas aqui como ferramenta para se obter uma visualidade do bairro no início dos anos 1980 pelas lentes dos agentes de preservação (Figuras 39 a 42). Percebe-se, em todas as imagens, a verticalização acentuada como pano de fundo e o conjunto do casario de baixo gabarito que caracteriza o bairro.

No relatório, Couto salientou que, com exceção da subárea do Morro dos Ingleses, todas apresentavam população de rendas média e baixa, predominantemente, e presença elevada de cortiços. Cabe destacar que, segundo ele, o bairro estava atravessando um “processo de deterioração espacial que passou a expulsar a população primitiva” e a ser habitado por uma “nova população social e culturalmente diferenciada”. Couto registra que havia casos em que os cortiços estavam “disfarçados” e encobertos por fachadas que aparentavam estar em bom estado de conservação.

Isso mostra que, provavelmente, o arquiteto enxergava a presença significativa de habitações coletivas como elemento indesejado do ponto de vista da preservação, já que colocou mais de uma vez que estavam ligadas a um cenário de “deterioração” do bairro. Ademais, apontou no relatório que sua população era “diferenciada” e não possuía vínculos tão efetivos de vizinhança como os “grupos de resistência”, que eram os moradores mais antigos e que residiam em “casas próprias”.

Por outro lado, o arquiteto defendeu possíveis medidas de preservação abrangentes para o bairro, ao final do relatório de percurso, entre elas a manutenção da população local, um cuidado especial por parte do poder público para evitar a “cenografia asséptica” da rua Treze de Maio e adjacências, e a destinação de imóveis e conjuntos de interesse para atender às demandas da comunidade em relação a serviços socioculturais. Também chamou atenção para a ameaça imobiliária proveniente das proximidades da Avenida Paulista, que poderia ser contida com a definição de novas zonas e com a limitação de gabaritos. O posicionamento até certo ponto contraditório de Couto reflete os limites de se lidar com a presença dos cortiços no conjunto urbano e ambiental que se pretendia preservar e de mobilizar o conceito de “patrimônio ambiental urbano” em todas as suas dimensões.

O fato da equipe ter ciência da presença significativa de cortiços no bairro pode ser confirmado pelo depoimento de Regina Meyer, que ocupava o cargo de diretora do DPH à época. Apesar de carecer de informações mais precisas que permitissem comprovar o dado fornecido por ela, Meyer declarou que chegou a consultar a Secretaria Municipal de Finanças¹⁹⁶ e elaborar, com o auxílio de Maria Luiza Dutra, um cruzamento entre os imóveis encortiçados e aqueles que apresentavam características arquitetônicas de importância histórica. Essa sobreposição permitiu verificar que as camadas coincidiam, ou seja, que a maioria dos cortiços estava instalada em edificações mais antigas. Segundo ela, esse estudo chegou a ser apresentado em um congresso realizado em Portugal, no qual esteve presente

¹⁹⁶ A arquiteta provavelmente consultou a Secretaria Municipal de Finanças para obter os dados dos códigos do Setor de Rendas Imobiliárias para cálculo do TCPL, que é expedido pela Secretaria Municipal de Finanças. Mais informações sobre tais códigos podem ser verificadas no Capítulo 2 desta pesquisa. Os códigos de uso 13 (cortiços) e 12 (casas coletivas) foram as bases de dados para as análises dos relatórios sobre cortiços elaborados pelas secretarias municipais entre os anos de 1970 e 1980.

Figura 39. Vista geral da Bela Vista “Bixiga”, tirada do alto de um edifício da rua Rui Barbosa, em 1983. Fotografia de Edgard Couto ou Marta Araújo. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 40. Rua Monsenhor Passalacqua, aos fundos Centro Velho, em 1983. Fotografia de Edgard Couto ou Marta Araújo. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 41. Rua Maria José, aos fundos edifícios da Avenida Brigadeiro Luis Antônio, em 1983. Fotografia de Edgard Couto ou Marta Araújo. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 42. Travessa Veloso Guerra, em 1983. Fotografia de Edgard Couto ou Marta Araújo. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

junto com a diretora da Divisão de Preservação¹⁹⁷.

Além disso, na publicação oficial do IGEPAC-Bela Vista (1986), percebem-se continuidades na análise sobre as condições urbanas e sociais em relação aos projetos da Cogep nos anos 1970. A Bela Vista também é apresentada como uma região “imprensada” entre duas “áreas de desenvolvimento”, que são o Centro e a Avenida Paulista, e que servia de suporte para os serviços da área central (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986, p. 17). É também discutida a sua “deterioração”, que, para o inventário, é decorrente das modificações viárias. A construção das grandes avenidas “deteriorou” áreas extensas e provocou o êxodo da “população antiga”. Os novos moradores, em grande parte migrantes nordestinos, não eram bem vistos pelos “moradores tradicionais”. Naquela época, proliferaram os cortiços, caracterizados como “habitações subnormais” instaladas em “sobrados velhos com porões” e habitadas por muitas famílias dividindo a mesma área. Apesar da superlotação, o estudo destaca que era perceptível a solidariedade entre os moradores desses locais. Outros pontos positivos observados são a diversidade de usos que o bairro apresentava, com a coexistência entre as cantinas, as áreas residenciais e os serviços, e a sua resistência em face da especulação imobiliária.

Vale a pena destacar alguns pontos sobre essa análise. O primeiro é a adoção do termo “habitação subnormal” e a consideração sobre a superlotação que caracterizava os cortiços, aspecto que denota aproximação com os conceitos que também estavam presentes nos debates do campo da habitação social, conforme visto no Capítulo 2. O segundo diz respeito ao entendimento de que havia trechos “deteriorados” (grifo próprio) no bairro, que, nesse caso, era uma condição que se relacionava mais com a dimensão urbana e paisagística do que com a social, embora seja possível discutir se a vinculação da “proliferação” de cortiços com o fluxo migratório dos nordestinos e a evasão de “moradores tradicionais” pode ter relação com essa condição na visão dos autores do IGEPAC-Bela Vista. Por fim, é importante frisar que se partilhava a visão de que o mercado imobiliário ainda não havia conseguido atuar no interior do bairro, fator que, para a equipe, se deveu às características de parcelamento, principalmente. A presença de cortiços não foi considerada elemento determinante para que esse mercado não conseguisse atuar no território.

Com o intuito de analisar a forma como os cortiços foram levantados e valorados pelo IGEPAC-Bela Vista, se procedeu a uma análise das fichas de pesquisa. Foram encontradas 111 fichas indicando imóveis encortiçados, por meio de informação contida no campo “uso atual”, que corresponde a cerca de 15% do total de fichas¹⁹⁸. Essa é quase a única indicação que mostra que o imóvel estava ocupado como cortiço, pois, nos demais campos das fichas, não foram encontradas mais informações sobre o uso ou a relação entre ele e a edificação, ou entre ele e as possibilidades de preservação. Foram encontradas 34 fichas com indicação de cortiço em 1983 e 77 entre 1991 e 1992. Dessas, 12 já haviam sido preenchidas em 1983

197 Não foram encontradas informações sobre o congresso ao qual Regina Meyer fez referência em sua entrevista. Ela tampouco diz se recordar do nome e da data de realização do evento. No seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), foi encontrado o registro de uma viagem à França, Inglaterra e Portugal em 1984 enquanto representante da Secretaria Municipal de Cultura. É provável que esse tenha sido o ano em que o evento ocorreu e, nesse momento, Meyer ainda era diretora do DPH.

198 As informações relativas às 111 fichas foram organizadas em tabela que se encontra nos Anexos. Para o referido cálculo, foram consideradas as 830 fichas de pesquisa encontradas no arquivo da Seção de Levantamento e Pesquisa do DPH.

e o “uso atual” também indicava esse uso, o que significa que, provavelmente, o imóvel permaneceu como cortiço durante esse intervalo de tempo.

Ademais, no grupo de fichas preenchido em 1991 e 1992, foram registradas mais informações sobre o uso e sua relação com as características arquitetônicas no campo “Dados arquitetônicos”, conquanto sejam informações pouco precisas, e que geralmente se atentavam para o estado de conservação e para a precariedade física das edificações. Em 22 das 111 fichas, além de descrições sobre estilo, data de construção e elementos de fachada, os técnicos apontaram como “Dado arquitetônico” condições de “degradação”, “deterioração” e “má conservação”. Nas demais, não há referências à ocupação como cortiço ou pensão, além da indicação no campo “uso atual”.

Na ficha nº 54¹⁹⁹, por exemplo, os técnicos registraram que o uso como cortiço havia “prejudicado” suas características arquitetônicas e volumétricas, pois a subdivisão em cômodos havia alterado o gabarito original e desconfigurado o térreo. Na ficha nº 55²⁰⁰, está presente a indicação de que as alterações físicas no sobrado de estilo eclético construído na década de 1920 ocorreram especificamente “por causa da sua ocupação como cortiço”. Nas fichas nºs 57²⁰¹, 929²⁰² e 931²⁰³, aparece o registro de que a ocupação como cortiço gerou uma condição de “degradação”, já que aparece a informação de que se encontram “degradados devido ao seu uso”. Na ficha nº 931, no campo “Dado arquitetônico”, foi indicado que, “com influência florentina”, “encontra-se atualmente encortiçado, em estado precário sendo necessário um tratamento de restauração da fachada”. O conjunto de imóveis da ficha nº 465²⁰⁴ apresenta um dos piores cenários, com grau elevado de alteração e estado de conservação precário, além de os “dados arquitetônicos” indicarem “construções completamente descaracterizadas - uso atual cortiços”.

Por outro lado, há o caso do imóvel da ficha nº 777²⁰⁵, cuja descrição no campo “Dados arquitetônicos” indica que o “belo exemplar de residência do período eclético” encontrava-se “extremamente bem conservado, inclusive com vitrais”, “apesar de encortiçado”. Esse é um dado que merece atenção. A análise do conjunto das 111 fichas de imóveis apontados como cortiços permite refletir sobre o estado de conservação e as condições físicas externas das edificações, que foram dois critérios constantes nas fichas de pesquisa. Quanto ao grau de alteração, apenas seis imóveis foram apontados com grau elevado de alteração, e um deles foi identificado como descaracterizado. Os demais foram indicados com grau “regular” de alteração ou como edificações inalteradas. Sobre o estado de conservação, a maioria (50)

199 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Conde de São Joaquim, nºs 121, 123 e 127. O campo “Dado arquitetônico” foi preenchido da seguinte forma: “Prédio originalmente residencial, com apartamentos. De estilo eclético indefinido. Hoje encortiçado, uso que o prejudicou, pois foi feito em acréscimo à sua altura no recuo lateral esquerdo e, aparentemente, o térreo foi subdividido em dois pavimentos”.

200 Ficha referente ao conjunto de imóveis situados na mesma rua, nºs 131, 133, 135, 137, 139, 149 e, 155. O campo “Dado arquitetônico” foi preenchido da seguinte forma: “Sobrado dos anos de 1920, eclético. Hoje alterado por se encontrar encortiçado.” SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

201 Ficha referente aos imóveis situados à rua Conde de São Joaquim, nºs 211, 213 e 211.

202 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Maestro Cardim, nº 482.

203 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Maestro Cardim, nº 496.

204 Ficha referente aos imóveis localizados à rua Almirante Marques Leão, nºs 510, 512, 516 e 518.

205 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Artur Prado, nº 456, 470. O campo “Dado arquitetônico” foi preenchido da seguinte forma: “Belo exemplar de residência do período eclético. Apesar de encortiçado, acha-se externamente bem conservado, inclusive com vitrais (um pouco danificados). Há acréscimo no nível do porão, obstruindo arco que dá passagem para os fundos do terreno. Guarda o gradil de fecho original. Ao lado, prédio compatível que deve ter todas as características remanescentes preservadas (nº 456)”.

Figura 43. Ficha nº 55. Imóvel à rua Conde de São Joaquim, nºs 131, 133, 135, 137, 139, 149 e 155. Segundo informações sobre os “dados arquitetônicos”, encontrava-se degradado. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 44. Ficha nº 57. Imóvel à rua Conde de São Joaquim, nºs. 211, 213 e 221. Segundo informações sobre os “dados arquitetônicos”, encontrava-se “muito degradado pelo seu uso atual”. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 45. Ficha nº 929. Imóvel à rua Maestro Cardim, nºs 472 e 476. Segundo informações sobre os “dados arquitetônicos”, eram “imóveis degradados pelo uso atual”. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 46. Ficha nº 465. Rua Almirante Marques Leão, nºs 510 a 518. Fotografia de Normando Martinez, 21/12/1981. Pasta I - negativos - aparelho 12. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

foi categorizada com grau “regular”, seguida por 30 imóveis em estado “precário” e 22 em estado “bom”²⁰⁶. Os restantes não tiveram essas informações sinalizadas. Nessa categoria, nenhum imóvel foi classificado como “irrecuperável”. Se somados os campos “bom” e “regular”, 60% dos imóveis estavam presentes nas duas categorias, contra 40% indicados como “precários”.

Isso posto, nota-se que um pouco menos da metade das edificações identificadas com esse tipo de ocupação encontrava-se em estado “precário” de conservação e/ou já havia sido alterada demasiadamente, o que permite questionar se, do ponto de vista de conjunto urbano e arquitetônico, o bairro poderia ser considerado “degradado” ou “deteriorado” (grifo próprio). As fotografias de campo constituem mais um recurso que auxilia na defesa do argumento, pois se verifica que os imóveis ainda possuíam grande parte de seus elementos arquitetônicos de importância histórica, desde os ornamentos até a volumetria, ainda presentes e perceptíveis, além do fato de a maioria deles ainda contar com uso residencial original mantido (Figuras 47 a 49). Por outro lado, é importante frisar que as condições físicas internas das edificações praticamente não foram verificadas, haja vista a identificação das características ambientais e urbanas do conjunto se configurarem prioridade metodológica do inventário. Sendo assim, a análise não permite averiguar o grau de alteração dos ambientes e elementos internos das edificações, assim como as condições de moradia, que poderiam apresentar vulnerabilidade.

No intuito de identificar os cortiços à época, a pesquisa realizou um cruzamento entre as fichas de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista e os anúncios de vagas de cômodos no jornal *Diário Popular*, apresentados no Capítulo 2 (Figura 52). Verificou-se que, dos 47 imóveis com vagas anunciadas entre 1982 e 1987, foram encontrados 28 imóveis com fichas produzidas²⁰⁷. Em nove dessas fichas, o campo “uso atual” atestou uso como cortiço, pensão ou casa de cômodo, contra 17 com indicação apenas de uso residencial ou misto. Desses, apenas a ficha nº 100²⁰⁸ possui indicação de uso como cortiço nos dois momentos (1983 e 1991), os demais apresentam a marcação apenas em 1991.

Considerando o conjunto das 28 fichas, não foram encontradas mais indicações sobre essa ocupação. Há dois casos em que a descrição dos “Dados arquitetônicos” apresentam algum indício: é o caso do imóvel à rua Major Diogo, nº 588, que, em 1991, foi indicado como “de aparência descuidada” e do imóvel à rua Manuel Dutra, nº 131, que havia passado por uma “reforma descaracterizante” e apresentava considerável alteração, possivelmente decorrente da sua situação de cortiço. É importante mencionar que o imóvel localizado à rua Major Diogo, nº 588, além da “aparência descuidada”, contou com vagas anunciadas no *Diário Popular* em seis dias diferentes em julho de 1982, 14 dias em julho de 1983 e cinco dias em julho de 1984, fator que permite afirmar que se encontrava ocupado como cortiço, apesar dessa informação não estar indicada na ficha no campo “uso atual”.

Assim como o conjunto maior de 111 fichas, a menor parte dos 28 exemplares encontrados no *Diário Popular*, teve indicação de grau de conservação física da edificação

206 Nos casos em que a ficha foi preenchida nos dois momentos, foram consideradas as informações sobre o grau de alteração e o estado de conservação inseridas em 1983, que coincide com a iconografia e o momento de elaboração do IGEPAC-Bela Vista.

207 A sistematização apresentada em Anexos também conta com a indicação do ano em que o cortiço identificado no IGEPAC-Bela Vista teve vaga de cômodo anunciada no jornal *Diário Popular*.

208 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Santo Antônio, nº 1170.

“precária”. Foram encontrados apenas três casos: fichas nºs 30, 37 e 931²⁰⁹. A maioria apresentou indicação de conservação “regular” ou “boa”. O mesmo vale para o critério de alteração física, que permitiu avaliar que a maior parcela apresentou situação “inalterada” ou “regular” de alteração. Apenas três fichas tiveram indicação de “grande alteração”. Desse modo, o questionamento a respeito da “deterioração” do conjunto arquitetônico do bairro encontra mais um reforço.

Outro aspecto a ser debatido na análise do inventário é se havia consenso entre os técnicos sobre como valorar os imóveis ocupados como cortiços. Devido ao fato de não haver algum campo nas fichas específico sobre essa modalidade de ocupação, os técnicos preencheram os campos cada qual à sua maneira. Há diferentes formas de nomear o uso atual: “casa de cômodos”, “pensão”, “cortiço”, “encortiçado”. E ainda, o fato de os técnicos terem tido pouco acesso ao interior dos imóveis possivelmente tenha acarretado dúvidas quanto à ocupação e dificuldades de classificação. Por isso, algumas fichas foram preenchidas com uma pergunta no campo “Uso atual”, como é o caso das fichas nºs 589²¹⁰ e 907²¹¹, que apresentam a dúvida quanto ao uso atual, que foi preenchido como “Cortiço?”. Outros campos da ficha, como o de “Dados históricos”, poderiam ter sido aproveitados para inserir informações a respeito do uso ou análises dos técnicos sobre a questão, o que não ocorreu.

Nos exemplares em que conseguiram acesso ao interior dos imóveis, o registro das condições de ocupação e dos elementos arquitetônicos internos se deu, em geral, apenas por meio das fotografias, sem a inserção de mais informações nas fichas. É o caso das fichas nºs 352²¹² e 142²¹³ (Figuras 50 e 51). Desses, apenas o primeiro imóvel foi apontado com o “uso atual” como cortiço, enquanto o último foi indicado com uso misto, mesmo estando claramente encortiçado. No caso da ficha nº 835²¹⁴, foi apontado como cortiço com dúvida, já que no “uso atual” está escrito “Cortiço (223-?)”. Como se observa, os técnicos não se limitaram ao registro da fachada frontal e tentaram registrar parte do interior do lote.

A ficha nº 314²¹⁵, apesar de não indicar cortiço como “uso atual”, traz informações interessantes que foram inseridas em 1983. No campo “Dados arquitetônicos”, está assinalado que a vila formava um “conjunto residencial para classes populares, contendo residências geminadas de porta e janela e pátio interno de uso comum, aos moldes das vilas operárias”. Já no campo “Dados históricos”, os técnicos indicaram que ali era realizada “interessante e tradicional manifestação popular de cunho religioso”, que acontecia todos os anos, “representada pela festa de S. José, sendo que na mesma encontramos uma pequena Capela Votiva em homenagem ao Santo”. No entanto, uma atualização colocada em 1991 indica que a vila havia sido demolida em 1984 e festa anual já não acontecia desde então. Esse aspecto mostra o potencial que o campo “dados históricos” poderia ter tido na produção das fichas e, conseqüentemente, no inventário.

Vale a pena retomar também as informações trazidas pelo estudo sociológico, que

209 Fichas referentes aos imóveis localizados à rua Asdrúbal Nascimento, nº 500, à rua Maestro Cardim, nº 496 e à rua Jandaia, nº 112, respectivamente.

210 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Maria José, nºs 380, 378, 370, 372, 364.

211 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Monsenhor Passalacqua, nºs 21 e 23.

212 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Maria José, nº 206.

213 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Treze de Maio, nº 131 - fundos.

214 Ficha referente ao imóvel localizado à rua São Vicente, nº 213.

215 Ficha referente ao imóvel localizado à rua Rui Barbosa, nº 88 - Vila São José.

Figura 47. Ficha nº 590. Rua Maria José, nº 410. Fotografia de Fernando Martinelli, 20/10/1981. Pasta Ampliações IV, p. 30. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 48. Ficha nº 589. Rua Maria José, nºs 378, 380. Pasta Ampliações IV, p. 28. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 49. Ficha nº 835. Rua São Vicente, nºs 209, 213, 223. Na ficha, os dados de ambiência indicam que se tratavam de “construções residenciais situadas em ambiente urbano bastante deteriorado onde predominam casas de baixo gabarito”. Nota-se que, apesar de a ficha indicar um “ambiente urbano” com tal característica, as edificações foram classificadas com estado de conservação regular e as fotografias mostram um local cujas características arquitetônicas parecem preservadas em grande medida e não há indícios de sujeira, lixo acumulado e extrema vulnerabilidade social, que poderiam ser critérios adotados para a caracterização de um ambiente “deteriorado”. Fotografias de Rosana Pierri, 21/12/1981. Pasta Ampliações VI, p. 36. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 50. Ficha nº 352. Imóvel em situação de cortiço, situado à Rua Maria José, nº 206. Na ficha, o grau de alteração é considerado regular, assim como o estado de conservação. No entanto, no campo “dados arquitetônicos” está indicado que estava em péssimo estado de conservação e que havia recebido acréscimos na cobertura nos fundos do lote, de extrema precariedade. Nota-se que as paredes exteriores da edificação apresentavam umidade e alterações ou acréscimos em elementos arquitetônicos, como janelas, pilastras e beirais, mas grande parte das características arquitetônicas originais estavam mantidas, principalmente na fachada frontal. Fotografia de Fernando Martinelli, 20/10/1981. Pasta Ampliações IV, p. 15, 17 e 18. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 51. Ficha nº 142. Imóvel em situação de cortiço, situado à Rua Treze de Maio, nº 131 - fundos. Na ficha, está indicado que se tratam de “exemplares típicos de construções de classe média na Bela Vista”. Não há informações sobre a ocupação como cortiço. Fotografias de Normando Martinez, 18/12/1981. Pasta Ampliações V, p. 26-27. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 52. Identificação e mapeamento dos cortiços com base no cruzamento entre as fichas de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista - em que foi indicado uso como cortiço - e os anúncios de vagas de cômodos publicados pelo jornal *Diário Popular*. Fonte: autoria própria sobre base Gegrar (1974)

está reunido no caderno “Aspectos Sociológicos”. As autoras mostram que a subárea Centro era a que, aparentemente, apresentava a maior concentração de migrantes nordestinos, de população de baixa renda e de cortiços e pensões, seguida pela subárea 13 de Maio, onde também predominava uma população de baixo e médio poder aquisitivo e era marcante a incidência de habitações coletivas. A subárea Maria José, por sua vez, ainda contava com muitos moradores antigos, mas também havia moradores provenientes de outros estados do País. Agrupadas, essas subáreas perfazem as quadras compreendidas entre a rua Santo Antônio, a avenida Brigadeiro Luis Antônio, a rua Treze de Maio e a rua Manuel Dutra, conformando a porção central e norte do bairro. Outro ponto a se destacar é a relação que as autoras estabelecem entre os grupos sociais e os cortiços, ao afirmar que “as acomodações instaladas nos porões dos casarões eram ocupadas majoritariamente pelos negros” e que, naquele momento, a maioria dos moradores era de origem nordestina.

3.4 Avanços e limites do IGEPAC-Bela Vista

A análise do material que compõe IGEPAC-Bela Vista permitiu verificar que a aproximação multidisciplinar entre o patrimônio, os sujeitos sociais e a habitação popular encarada como lugar de moradia e como modo de vida não ocorreu de maneira tão efetiva. Regina Meyer, Leila Diêgoli e Mirthes Baffi reconhecem que a pesquisa sociológica compilada no caderno “Aspectos Sociológicos” foi realizada, embora não tivesse repercussão direta no inventário. Uma mostra disso está presente no depoimento de Diêgoli, coordenadora geral do projeto, que afirma desconhecer o resultado dessa pesquisa. Meyer diz que defendia a ideia de que a habitação era um dos mecanismos de defesa do patrimônio, mas reconhece que houve resistência por parte da equipe que elaborou o inventário porque, se os cortiços fossem considerados, o trabalho assumiria uma dimensão muito maior do que era possível realizar com as condições existentes e com a metodologia utilizada. Além disso, sentia que mais estudos de caráter sociológico poderiam ser realizados posteriormente.

Por sua vez, Baffi afirma que se recorda vagamente de um “cruzamento entre as análises arquitetônicas e urbanas e a pesquisa sociológica” e que, por mais que os técnicos soubessem da presença significativa de cortiços, não se viam como agentes transformadores e tinham dificuldade de compreender como poderiam interferir nesse tipo de uso para fins de preservação. É importante confrontar essa lembrança com o exposto no artigo dela sobre os inventários realizados pelo DPH. Sobre o IGEPAC-Liberdade, Baffi afirma que foi feito um levantamento de história oral junto aos moradores, aplicado um teste que buscava informações a respeito de lugares de significado afetivo e de identidade, além de serem investigados os tipos de moradia e as condições de habitabilidade. Esse dado é essencial ao se analisarem os cortiços no patrimônio. No entanto, a arquiteta diz que os resultados desses estudos não constam na publicação oficial do inventário e acredita que os motivos para tal poderiam ser o “relativo fracasso” da aplicação dos questionários e a dissolução da equipe de trabalho em 1986.

Nesse sentido, é lícito inferir que a abordagem com a qual o conceito de “patrimônio ambiental urbano” foi mobilizado no âmbito do IGEPAC-Bela Vista esteve mais próxima da consideração do patrimônio edificado, entendido e analisado segundo critérios ambientais,

paisagísticos, urbanos e arquitetônicos. O conceito de patrimônio se deu primordialmente nessa chave, já que a principal preocupação da equipe foi a preservação das características ambientais e urbanas no sentido físico para a sistematização dos bens culturais, com finalidade documental e didática. Essa abordagem permitiu considerar o patrimônio em escala urbana e adotar critérios seletivos para além da excepcionalidade arquitetônica, mas permaneceu restrita à dimensão formal e material analisada sob o ponto de vista técnico dos membros do órgão.

Esse aspecto pode ser notado nas propostas de preservação do inventário, elaboradas depois de feitos os levantamentos e todos os estudos acima mencionados. Está registrada a preocupação em entender as dinâmicas sociais e culturais existentes, colocadas nos termos de “compreender o percurso de apropriação humana do espaço”, marcado pela “persistência de certos códigos de convivência cultural” e pela “sobreposição de um corpo social diferenciado”, representado pelos nordestinos (SÃO PAULO (Município), DPH, 198, p. 4). Apesar disso, para todas as manchas urbanas, as propostas se limitaram a indicar mudanças no zoneamento incidente com o objetivo de manter a homogeneidade do maciço construído, a história do bairro e suas características ambientais. Foram indicadas as zonas Z8-200 e Z11, que eliminariam a possibilidade de alteração no parcelamento do solo e de verticalização excessiva.

Nota-se que não há menções sobre os cortiços e à manutenção da população de mais baixa renda, seja por meio de requalificação das habitações coletivas existentes ou do atendimento por meio de programas habitacionais de outras secretarias municipais. No caso do conjunto dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia, por exemplo, as propostas de preservação para a “Mancha Assembleia Jandaia” se limitam a indicar a necessidade da elaboração de estudos mais aprofundados para verificar uma “destinação”, devido ao seu “grande potencial de reutilização”. Como se verá no Capítulo 4, a maioria das edificações desse conjunto estava ocupada como cortiço, aspecto que não foi registrado ou problematizado nas propostas finais.

Sabe-se que, naquele momento, estavam colocadas discussões acerca da importância da incorporação dos cortiços com o olhar de lugares de moradia, haja vista os casos do cortiço “Vaticano” e dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia. A crítica que se faz é que a construção do conhecimento e a consideração dos sentidos e valores sociais do patrimônio seriam fundamentais para que a equipe técnica tivesse ferramentas para pensar a “revitalização” do “patrimônio ambiental urbano” que caracterizava o bairro, visando a “melhoria das condições de vida” de seus habitantes, que era um dos pressupostos metodológicos do IGEPAC-Bela Vista.

No que tange aos cortiços, conclui-se que a discussão conceitual das frentes de compreensão da academia e do poder público municipal, desenvolvida durante os anos 1980, que procurou compreender o “fenômeno cortiço” e as condições de habitabilidade “subnormal” não encontrou espaço para ser incorporada na metodologia do IGEPAC-Bela Vista, ainda que se tenha observado o emprego da categoria de “habitação subnormal”²¹⁶. Os cortiços não foram identificados, categorizados ou mapeados de forma diferenciada em relação aos demais bens, não permitindo, portanto, que fosse desenvolvida uma análise que

²¹⁶ É importante salientar que a publicação oficial e os relatórios não registraram as fontes consultadas para a adoção desse termo.

levasse em conta as características arquitetônicas e de habitabilidade trazidas pela referida discussão conceitual, e que possibilitasse aos técnicos incorporá-las e problematizá-las, sob a perspectiva do patrimônio. Conforme visto, os bens foram selecionados, segundo sua importância no ambiente e nas manchas urbanas, e enquanto testemunhos da história urbana, que foram critérios identificados como “dados de ambiência” e “dados arquitetônicos” nas fichas de pesquisa. Nesse sentido, o fato de o imóvel estar ocupado como cortiço não interferiu na escolha dos bens representativos do “patrimônio ambiental urbano” que se pretendia preservar.

Além disso, merece reflexão a adjetivação ou o entendimento do bairro como “degradado” ou “deteriorado” (grifo próprio). Em primeiro lugar, a relação entre a presença de cortiços e a “deterioração urbana” foi estabelecida no relatório de campo produzido por Edgard Couto e pode ter sido feita na publicação oficial, em que está registrada a informação de que o bairro apresentava “proliferação” de cortiços. Por outro lado, a maior parte dos 111 cortiços identificados no inventário não foi classificada como em estado de conservação “precário” ou “irrecuperável” e mesmo aqueles indicados dessa forma apresentavam características arquitetônicas perceptíveis. A maioria desses imóveis foi categorizada como em estado “regular” de conservação, e é possível afirmar que ainda faziam parte do conjunto do casario do bairro em termos de volumetria, gabarito, implantação e elementos de fachada, sem contar o modo de ocupação, que, de certa forma, perpassava a história do bairro desde o princípio. O modelo adotado para as fichas de pesquisa, que assemelhava-se ao formato dos inventários anteriores do DPH, carece de mais campos ou de critérios de análise específicos para o uso atual do imóvel. O campo “Dados históricos”, por exemplo, não foi aproveitado para a inserção desse tipo de informação e para verificar possibilidades de preservação, considerando-se os sujeitos sociais que ocupavam ou frequentavam os imóveis.

É provável que houvesse mais imóveis em situação de encortiçamento do que os apontados com esse uso no campo “uso atual” das fichas. Esse critério não dá conta de precisar exatamente quais imóveis inventariados estavam ocupados como cortiços naquele momento na Bela Vista. É o caso do imóvel à rua Major Diogo, nº 588, cuja situação de encortiçamento pode ser comprovada pela expressiva quantidade de anúncios de vagas de cômodos no *Diário Popular*, entre os anos pesquisados, mas que não foi indicado como cortiço em sua ficha. Ademais, há muitos imóveis no interior da área de levantamento que não foram inventariados, e é possível que vários estivessem ocupados com essa modalidade habitacional. Eles podem ter sido excluídos do inventário por estarem mais descaracterizados do ponto de vista arquitetônico e em estado de conservação mais precário ou considerado irrecuperável. Indaga-se se foram deixados de fora justamente pelo fato de estarem encortiçados.

Por fim, vale a pena destacar que os casos analisados por esta pesquisa mostraram que o DPH contribuiu em parte para reforçar o protagonismo da memória italiana na Bela Vista por meio do IGEPAC-Bela Vista. É possível afirmar que, desde o final da década de 1970, intensificou-se um processo de constituição do bairro como lugar de história em São Paulo, no qual a memória italiana se tornou mais evidente em virtude da articulação entre as associações civis ligadas ao setor gastronômico, entidades vinculadas à Itália e o poder público na busca por visibilidade, recursos e projetos que estimulassem o turismo e que tivessem a identidade italiana como marca. Essa articulação foi buscada no próprio

DPH, pelo que se verificou no depoimento da ex-coordenadora Leila Diêgoli e na carta encaminhada por Armando Puglisi solicitando o tombamento do imóvel da Casa da Dona Yayá para abrigar o Museu da Memória do Bexiga, do qual era fundador.

Fez parte do IGEPAC-Bela Vista, que pode ser entendido como um veículo para olhar o bairro pelas lentes do órgão de preservação, um estudo sobre a história urbana que mostrou que, nas suas primeiras décadas, a Bela Vista era um “núcleo de classes modestas de artesãos, empregadas domésticas e pessoas com tipos de ocupação não permanentes” (SÃO PAULO (município), DPH, 1986, p. 4). Esses grupos eram formados por italianos e negros, cuja presença era marcada, muitas vezes, pela coabitação, na qual os últimos alugavam ou sublocavam porões e cômodos em fundos de lotes que pertenciam aos primeiros. Esse aspecto permite algumas interpretações: a primeira é que o inventário ratificou o caráter popular e a presença de habitações coletivas como elementos que perpassam essa história urbana. Em contrapartida, é possível ler essa colocação como se os italianos ocupassem uma posição de superioridade ante os negros naquela dinâmica social, pois estes residiam no bairro em condições de habitabilidade inferiores aos imigrantes italianos.

O estudo realizado no inventário identificou um ponto de inflexão na história urbana em meados do século XX, que foi caracterizado pela evasão dos “moradores tradicionais”. Nesse ponto, vale o questionamento sobre qual grupo formava os “moradores tradicionais”, pois o estudo estaria se referindo, provavelmente, aos italianos e seus descendentes. As entrevistas realizadas pela equipe técnica podem ser prova disso, pois foram selecionados, em sua maioria, representantes desse grupo. Desse modo, os negros que estiveram presentes no território e dividiram, muitas vezes, as habitações coletivas com os italianos, não foram considerados habitantes “tradicionais” pelo discurso oficial do inventário, assim como europeus de outras origens, que sequer foram mencionados.

Além disso, esse ponto de inflexão também foi marcado pela “deterioração” causada pelas grandes obras viárias e pela “proliferação” de “habitações subnormais”, ou seja, de “cortiços”, que tiveram relação com a chegada de um novo grupo social, os migrantes nordestinos. O estudo menciona que esse novo grupo não era bem visto pelos “moradores tradicionais”. Estes chegavam a afirmar que os migrantes nordestinos não estavam inseridos na dinâmica cultural do bairro e, por isso, passaram a ser estigmatizados pelos moradores mais antigos de descendência italiana, que estavam mais articulados entre si, como um grupo que apenas residia e trabalhava no bairro, e que não havia criado laços de identidade com aquele patrimônio. Foi possível verificar que esse aspecto não foi refutado ou problematizado pelo discurso do inventário.

É importante salientar que se está analisando a narrativa oficial do instrumento. Conforme exposto, foi encontrado um outro estudo, de caráter sociológico, que procurou investigar e evidenciar a presença de outras camadas sociais e culturais na história urbana e na vida cotidiana do bairro. Esse estudo deu maior ênfase à importância da participação dos negros e aplicou questionários a moradores locais para identificar quais edificações e elementos urbanos “gostavam” e “não gostavam”, ou seja, o que para eles poderia ser considerado patrimônio e por quais lugares e edifícios haviam estabelecido algum tipo de relação afetiva e de identidade. No entanto, esse estudo não teve reverberação significativa no inventário e todas as ex-participantes do projeto que foram entrevistadas no âmbito desta pesquisa dizem não se recordar dos seus resultados.

Inserese aqui a preocupação trazida por Laurajane Smith (2006), segundo a qual um “discurso autorizado do patrimônio” (SMITH, 2006, p. 36) está cristalizado no campo disciplinar e uma de suas características é o reforço de práticas sociais excludentes nos processos de patrimonialização. Tal discurso está carregado de narrativas de classes dominantes, que, no caso da Bela Vista, representam os interesses dos descendentes de italianos ligados ao eixo gastronômico, que foram entrevistados pela equipe. Essa prática tem como consequência a limitação da diversidade de culturas e das narrativas de grupos sociais com menor poder político, representados, no contexto estudado, pelos migrantes nordestinos, negros, moradores de cortiços, entre outros. Nesse sentido, o “discurso autorizado” carrega consigo a desconsideração da legitimidade histórica das experiências da comunidade local, o que faz com que os papéis sociais, culturais e políticos que esses grupos desempenham no presente sejam banalizados ou diminuídos. Como consequência desse processo, está a manutenção da marginalização e da desigualdade social e política.

É lícito, também, incidir luz para os desdobramentos do IGEPAC-Bela Vista na atuação institucional do DPH. A pesquisa averiguou que grande parte das fichas de pesquisa foi preenchida entre 1991 e 1992, o que demonstra que o departamento deu sequência ao inventário em momento posterior à publicação oficial (1986) ter sido finalizada. Essa revisão pode ter relação com a realização do Concurso Nacional de Ideias para a Renovação e Preservação do Bexiga, realizado durante a gestão de Luiza Erundida como prefeita (1989-1992), de Marilena Chauí como secretária municipal de cultural e de Dea Fenelon como diretora do DPH. Segundo Thales Marreti (2018), que teve o concurso como objeto de pesquisa, é possível considerar que o IGEPAC-Bela Vista forneceu embasamentos históricos para o material do edital e o perímetro de inventariação foi o mesmo adotado pelo concurso.

Na mesma gestão municipal, por meio de moção encaminhada pelo vereador José Índio²¹⁷, o pedido de abertura do processo de tombamento do bairro foi aprovado pelo Conpresp em 1990²¹⁸. Esse pode ter sido outro fator que fez a equipe técnica do DPH retomar o inventário e dar continuidade ao preenchimento das fichas. Em moção, o vereador deixou clara a visão de que o bairro era visto pelos incorporadores imobiliários como região “degradada” e pouco atrativa a investimentos, mas que, mesmo assim, a ameaça de transformação era preocupante e se fazia necessário preservar as tradições e garantir o direito à moradia.

Eudes Campos, então chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, elaborou o pedido encaminhado ao Conselho, afirmando que nenhuma medida havia sido tomada para proteger o “patrimônio ambiental e cultural” da Bela Vista e que era preciso fazê-lo. Tal postura denota que o inventário não teve os resultados esperados após 1985 e que as medidas de proteção propostas por ele não foram efetivadas pela gestão municipal anterior à de Erundina. Em paralelo, Dea Fenelon (1992), então diretora do departamento, reconheceu que a quantidade de pedidos para novos lançamentos imobiliários no bairro estava chamando atenção, e que havia uma pressão evidente por parte do Sindicato da Habitação (SECOVI-SP), motivo pelo qual o DPH e o Conpresp optaram pela abertura do processo de tombamento. Conforme se investigou pela pesquisa, havia interesse imobiliário no bairro desde os anos 1970.

²¹⁷ Moção nº 455 de 1989.

²¹⁸ O processo de tombamento foi aberto por meio da Resolução nº 11 de 1990, do Conpresp.

Em 2002, o tombamento foi homologado por meio da Resolução nº 22 do Conpresp. Se o IGEPAC-Bela Vista for considerado como a primeira iniciativa do processo de patrimonialização do bairro e o tombamento o seu último desdobramento até este momento, é válido considerar que houve um recuo no processo de patrimonialização do bairro. O tombamento da Bela Vista protege edificações e elementos urbanos de forma isolada, sem a consideração do “patrimônio ambiental urbano” como um conjunto de dimensões ambientais, paisagísticas, urbanas, arquitetônicas e sociais. Parece acertada a defesa de Marreti de que as intenções e a ampliação conceitual, geradas no âmbito do inventário e do Concurso de Ideias, não foram efetivadas com a chancela do tombamento. Pelo contrário, o instrumento ratificou a dificuldade de incorporar políticas participativas e de adotar medidas de proteção mais amplas e que abrangessem todas essas dimensões.

Capítulo 4

**Binômio patrimônio e habitação popular:
os cortiços nas estratégias e projetos de preservação**

Capítulo 4

Binômio patrimônio e habitação popular: os cortiços nas estratégias e projetos de preservação

Os casos selecionados para a análise neste capítulo diferem quanto à forma de atuação do Departamento do Patrimônio Histórico, em relação aos imóveis ocupados como cortiços e à consideração de seus moradores nas estratégias de preservação, durante os anos 1980. Por esse motivo, decidiu-se separá-los do projeto IGEPAC-Bela Vista na estrutura argumentativa desta dissertação e dedicar um capítulo para discuti-los, enquanto tentativa de conciliação entre a preservação das edificações e dos moradores nas ações de salvaguarda.

O primeiro caso é o do cortiço conhecido como “Vaticano”, que fez parte de um complexo de cortiços conhecido como Vila Barros. Este contava também com os cortiços “Navio Parado”, “Pombal” e “Geladeira”, que foram demolidos para dar lugar a um edifício de habitação social construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), nos anos 1940. O lote em que o Vaticano estava inserido não foi incorporado ao projeto do IAPI e, por isso, não foi demolido à época, mas apenas em 1982. Porém, antes que isso ocorresse, o DPH foi acionado por um representante da “Sociedade Amigos do Bexiga e Bela Vista” que tentava evitar a destruição e expulsão dos moradores. A pesquisa investigou esse processo no departamento.

Já o segundo caso é o do conjunto dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia que, desde os anos 1960, estavam parcialmente ocupados como cortiços, em decorrência de um processo de desapropriação para se construir uma alça viária entre as avenidas Vinte e Três de Maio e Radial Leste. Verificou-se pela pesquisa que, entre 1983 e 1984, o DPH tentou firmar uma parceria intersetorial para a elaboração de um projeto de reabilitação dos imóveis para fins de habitação de interesse social, ao mesmo tempo que realizou um estudo arquitetônico sobre o conjunto, que contou com levantamentos fotográficos e análises sobre as características das edificações.

As ações do DPH permitiram que o conjunto fosse enquadrado na Z8-200, que deveria ter garantido sua preservação física. No entanto, essa lei foi desregulamentada pela gestão do prefeito Jânio Quadros (1986-1988) que finalizou o processo de desapropriação e retomou o projeto do anel viário. A equipe técnica do DPH à época e ex-integrantes do órgão se manifestaram contra a demolição e lutaram pela permanência do conjunto, porém a preservação não foi concretizada e as edificações foram destruídas em 1987.

Nota-se que, em ambos os casos, os desfechos foram similares e resultaram na demolição das edificações e na expulsão dos moradores de baixa renda. A fragilidade e a narrativa da destruição denotam que as ações do DPH e o instrumento da Z8-200 configuraram elos frágeis em meio às demais forças exercidas sobre a Bela Vista, que eram constituídas pelos proprietários dos imóveis interessados em obter renda com a venda dos lotes, pelos interesses do setor imobiliário, devido à localização estratégica do bairro, pela opinião pública reforçada pela mídia e pela agenda de caráter ideológico e higienista da gestão de Jânio Quadros. Adiciona-se às práticas de preservação a vulnerabilidade das classes populares, cuja permanência recorrentemente é ameaçada nas regiões centrais de São Paulo.

Figura 53. Localização de onde estavam construídos o cortiço Vaticano (1) e o conjunto de casarões das ruas Assembleia e Jandaia (2), selecionados como estudos de caso. A linha tracejada indica o perímetro do loteamento que deu origem ao bairro, de acordo com a “Planta Geral da Capital de São Paulo” (1897). A linha amarela indica parte dos limites do distrito República e a linha cor de laranja indica os limites do distrito Bela Vista. Fonte: autoria própria sobre base Gegrán (1974)

4.1 O cortiço Vaticano

O cortiço conhecido como “Vaticano” era o mais antigo da Vila Barros, um complexo de habitações coletivas construído nos anos 1920 e formado também pelos cortiços “Pombal”, “Geladeira” e “Navio Parado”. A Vila Barros foi construída na quadra conformada pelas ruas Santo Amaro, Jacaré e Japurá, que estava assentada sobre o córrego Bexiga, na porção norte do bairro. A Vila fez parte das pesquisas de Nabil Bonduki (2013), Sheila Schneck (2016), Thais Souza (2016) e Carolina Domingues (2017). Bonduki mostra que o conjunto foi denominado dessa forma porque tinha como empreendedor e proprietário o sr. Francisco Lopes de Oliveira Barros, que, mesmo sendo membro de uma família de alta renda, obtinha renda com o aluguel dos inúmeros cômodos. Schneck complementa essa informação e afirma que o sr. Barros era investidor de casas de caráter popular para locação e proprietário de outros imóveis na Bela Vista naquele momento, e que a destinação do conjunto como cortiço nos anos 1920 pode ter sido a intenção principal do sr. Francisco Barros ao adquirir a propriedade²¹⁹.

Sobre a configuração espacial da Vila Barros, Schneck verificou a presença de dois conjuntos distintos de casas: o primeiro possuía acesso principal pela rua Santo Amaro e o segundo foi construído no centro do lote e, provavelmente, formava o cortiço Navio Parado. Segundo Bonduki, cada cortiço da Vila Barros possuía uma tipologia distinta e, juntos, formavam “um labiríntico complexo de cortiços [...] onde se misturavam, em torno de um pátio irregular, diferentes tipos de cortiços e de espaços semi-públicos” (BONDUKI, 2013, p. 76).

O Navio Parado poderia ser considerado o principal edifício do complexo, pois tinha grandes dimensões e estava implantado de forma isolada em relação aos demais cortiços no centro da quadra. A edificação contava com dois pavimentos, unidades enfileiradas e conectadas entre si por meio de varandas, que exerciam a função de circulação, de cozinha e de local de convivência. Já o Pombal era formado por um conjunto de edificações assobradadas, também dispostas lado a lado, com frente para a rua Japurá. Assim como o Navio Parado, essas edificações eram interligadas por uma passarela, que também era usada como varanda, e foram implantadas no terreno de modo a aproveitar sua declividade acentuada, que permitiu que as edificações alcançassem três pavimentos no total. Por sua vez, o Geladeira era constituído de unidades construídas de maneira mais improvisada e precária no interior da quadra, e recebeu esse nome por causa dos problemas de umidade no interior dos cômodos.

Sobre o Vaticano Bonduki assinala que o sr. Francisco Barros aproveitou um casarão existente na rua Santo Amaro, que havia sido construído no século XIX e que possuía uso original residencial unifamiliar, e subdividiu seus cômodos internos de maneira a viabilizar um “cortiço-casa de cômodos” (BONDUKI, 2013, p. 76). Nos fundos da edificação, construiu um anexo avarandado, assim como no Navio Parado e no Pombal, e o interligou fisicamente aos demais cortiços. O autor também assinala que, por ser um complexo de grande porte e

219 Sheila Schneck (2016) apresenta um projeto que provavelmente diz respeito à origem da Vila Barros. Esse projeto foi encaminhado pelo sr. Francisco Lopes de Oliveira Barros à Diretoria de Obras em 1922 e previa a reforma da edificação situada à rua Santo Amaro, nº 58. Datado de 1923, a autora localizou um pedido de licença para construção de trinta casas no mesmo endereço, com fundos voltados para as ruas Jacaré e Japurá.

com muitos moradores, a Vila Barros era estigmatizada pela imprensa e pela municipalidade e vista como local de promiscuidade, falta de higiene e foco de criminalidade, assim como outras regiões da área central que apresentavam concentrações de cortiços.

Figura 54. A Vila Barros no mapa Sara Brasil, de 1930. Os números indicam os cortiços que faziam parte do complexo: 1. Vaticano; 2. Geladeira; 3. Navio Parado; 4. Pombal. Autoria própria. Fontes: *Geosampa* e SCHNECK, 2016, p. 358.

A Vila Barros permaneceu como complexo de cortiços até os anos 1940, momento em que sofreu uma drástica alteração em função das transformações urbanas ocorridas na Bela Vista desde a década anterior. Conforme visto no Capítulo 2, a porção norte do bairro foi atravessada por uma sequência de viadutos que formavam o “Perímetro de Irradiação” contido no Plano de Avenidas de Francisco Prestes Maia e João Ulhôa Cintra²²⁰. A Vila estava localizada nas adjacências dos viadutos Jacaré e Maria Paula, fator que foi ao encontro dos interesses da municipalidade e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) que propunham a renovação da área central a partir da construção desses grandes eixos viários. Nabil Bonduki e Ana Paula Koury (2012) mostram que o IAPI atuou como promotor privado nessa articulação e viabilizou um empreendimento-modelo que tinha como propósito a renovação urbana do local, que era desvalorizado do ponto de vista imobiliário por causa da presença do complexo de cortiços²²¹. Nas palavras desses autores, “implantado sobre os cortiços da Vila Barros, [o empreendimento] contribuiu para enterrar suas antigas histórias e desenhar uma proposta moderna para a grande metrópole industrial brasileira”

220 Os três viadutos que foram construídos ao norte da Bela Vista e que fizeram parte do projeto do “Perímetro de Irradiação” receberam os nomes oficiais de Nove de Julho, Jacaré e Dona Maria Paula.

221 É importante situar o projeto do Conjunto Residencial Japurá em meio a outros empreendimentos habitacionais projetados pelos IAPIs em várias cidades do país durante os anos 1940. Dentre eles, estão os conjuntos Várzea do Carmo, em São Paulo, Vila Guiomar, em Santo André, Bangu, Realengo e Pedregulho, no Rio de Janeiro. Bonduki (2013) mostra que a produção dos IAPIs nesse momento foi de grande escala tanto em termos de unidades habitacionais produzidas quanto de porte dos conjuntos. Na década de 1940, o IAPI elaborou projetos para quase quarenta conjuntos habitacionais em treze estados e vários deles contavam com mais de 5000 unidades. Embora nem todos tenham sido construídos, a execução dos projetos demonstra a magnitude do trabalho e as intenções dos institutos em relação à provisão habitacional aos seus trabalhadores associados. O volume de obras construídas ou financiadas pelo IAPI na mesma década foi superior ao de qualquer outro órgão público ou empresa individual.

Figura 55. Imóvel em que o cortiço Vaticano foi instalado na década de 1920, localizado na rua Santo Amaro.
Fonte: BlogPaulista, 2008.

Figura 56. Vila Barros. Na imagem, os fundos do cortiço Vaticano e um trecho do cortiço Geladeira, em 1942. Fonte: Fotografia de Benedito Junqueira Duarte. Disponível em Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo.

Figura 57 Vila Barros. Na imagem, os cortiços Geladeira, Navio Parado e Vaticano, em 1942. Fonte: Fotografia de Benedito Junqueira Duarte. Disponível em Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo.

(BONDUKI; KOURY, 2012, p. 156).

Para tal, o instituto adquiriu o terreno onde estavam construídos os cortiços Pombal, Geladeira e Navio Parado, que foram demolidos em etapas para dar lugar ao Conjunto Residencial Japurá. O projeto contratado pelo IAPI e datado de 1945 é de autoria do arquiteto Eduardo Kneese de Melo e contou, além das unidades habitacionais destinadas aos industriários associados, com espaços de uso comercial, equipamentos e serviços de acesso público. A área total alcançada com a demolição dos antigos cortiços permitiu o projeto de dois blocos, sendo o principal formado por um edifício em forma de lâmina com gabarito elevado e o menor voltado para a rua Japurá, com uso de comércio e serviços²²².

O lote em que estava o Vaticano não foi adquirido para o empreendimento do IAPI. Supõe-se que isso tenha ocorrido porque ali já existia uma edificação construída em momento anterior ao empreendimento do sr. Francisco Barros e, desse modo, seu lote poderia ser autônomo do ponto de vista fundiário em relação ao restante da Vila Barros. O cortiço pode ter permanecido ativo no decorrer do século XX, e o imóvel foi adquirido por outros proprietários, entre eles Mario e Vicente Curti, que estavam com a sua posse no momento em que o processo de patrimonialização do cortiço teve início no DPH.

Figura 58. Reproduções da planta da Vila Barros e da implantação do edifício do Conjunto Residencial Japurá. Nota-se que o cortiço Vaticano não foi incorporado ao lote do conjunto. Fonte: BONDUKI; KOURY, 2012, p. 143.

²²² Nabil Bonduki e Ana Paula Koury mostram que o projeto conta com dois blocos implantados de forma paralela à rua Japurá. O bloco principal, com 245 unidades habitacionais, possui 145 metros de extensão e dezessete pavimentos no total. Foi construído na mesma posição onde estava o cortiço Navio Parado, enquanto o bloco menor, de uso misto, foi implantado próximo à rua Japurá, onde se localizava o cortiço Pombal. Os dois blocos se ligam por passarelas e por uma laje que cria uma espécie de praça. O projeto paisagístico é de autoria de Roberto Burle Marx.

Figura 59. O Conjunto Residencial Japurá em obras e, à sua frente, o conjunto de casarões do cortiço Pombal, que ainda não havia sido demolido, em meados dos anos 1940. Fonte: BONDUKI; KOURY, 2012, p. 145.

Figura 60. O Conjunto Residencial Japurá, já finalizado. Fonte: BONDUKI; KOURY, 2012, p. 145.

Em agosto de 1982, a “Sociedade Amigos do Bexiga e Bela Vista”, representada pelo sr. Antônio Aguiar, encaminhou uma carta ao DPH solicitando suas providências para impedir a demolição e viabilizar o tombamento do Vaticano. A Sociedade havia entrado com pedido similar junto ao órgão estadual de preservação, o Condephaat, em junho do mesmo ano. Na carta encaminhada ao DPH, alegava que o casarão era dotado de valor histórico, utilizando como argumento principal a existência de paredes de taipa na edificação. Afirmava que já havia entrado em contato com João Carlos Martins, então Secretário de Estado da Cultura, que, aparentemente, havia demonstrado interesse na proteção oficial e aguardava um posicionamento do órgão municipal de preservação. Além do valor histórico, a Sociedade se preocupava com a demolição porque o imóvel estava ocupado por cerca de 300 moradores que estavam impedidos de pagar os aluguéis à imobiliária responsável a pedido do sr. Mario Curti, um dos proprietários do imóvel, que, possivelmente, estava forçando o despejo.

Dias após a carta ter sido protocolada no DPH, Leila Diêgoli, diretora substituta da Divisão de Preservação e chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, solicitou à equipe técnica a realização de vistoria para identificar o estado de conservação e a situação jurídica do referido imóvel. Uma vistoria foi realizada no início do mês de agosto de 1982. Os técnicos indicaram que o casarão estava com estado de conservação precário e ocupado como cortiço. Esse dado podia ser constatado pela presença de inúmeros cômodos construídos posteriormente aos fundos da edificação principal. A situação do imóvel foi registrada por meio de fotografias que acompanham o parecer (Figura 61).

Após essa vistoria, Diêgoli defendeu a proposta de enquadramento do Vaticano na Z8-200 aliada à manutenção do uso habitacional, “uma vez regulamentadas as suas condições de habitabilidade”. Não é possível saber se a técnica entendia que a “regulamentação” das condições de habitabilidade pressupunha eliminar a situação de cortiço ou se julgava que seria possível manter a habitação coletiva com reformas que permitissem melhores condições de moradia. Ainda assim, se nota que foi um caso que suscitou debates no órgão sobre a relação entre cortiços e patrimônio, e que mostrou sensibilidade com o tema da habitação popular.

O DPH se organizou, então, para realizar um levantamento métrico-arquitetônico que poderia ser usado como subsídio à formulação de um pedido de tombamento junto ao Condephaat, tendo em vista que o instrumento ainda não havia sido oficializado a nível municipal²²³. Contudo, em outubro do mesmo ano, Leila Diêgoli, Rosana Pierri e Anna Beatriz Galvão registraram que haviam verificado que o imóvel fora demolido. Foi encontrado no processo uma cópia de reportagem do *Diário Popular*²²⁴ que indicava que uma empresa havia iniciado os trabalhos de demolição com o edifício ainda ocupado e que dias antes havia ocorrido um incêndio que danificou os pavimentos superiores.

223 O instrumento de tombamento municipal foi oficializado após a constituição e oficialização do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. O Conpresp foi criado em 1985 por meio da Lei municipal nº 10.032. No entanto, a instalação definitiva do Conselho ocorreu apenas em 1988 e, nesse ano, foram efetivados os primeiros tombamentos a nível municipal: o imóvel localizado à Avenida Brigadeiro Luís Antônio, nº 42, na Bela Vista, e o Estádio Municipal “Paulo Machado de Carvalho”, conhecido como Estádio do Pacaembu. Antes da oficialização desse instrumento, a proteção era oficializada por meio do enquadramento dos bens na Z8.200, que era a zona especial de preservação prevista pela Lei municipal nº 8328 de 1975. Mariana Tonasso (2019), que estudou a consolidação dessa zona em sua pesquisa de mestrado, mostra que o termo “enquadramento” foi empregado desde a Lei Geral de Zoneamento de 1972 para estabelecer a acomodação de determinados usos nas respectivas zonas. Tonasso defende que o termo era utilizado no sentido de que o uso do bem se “encaixa, adequa, enquadra” em determinada zona prevista pela lei.

224 “Empresa derruba casarão sem avisar moradores”. *Diário Popular*, 4 de agosto de 1982. A reportagem indica que a Empresa Massis Ltda. ficou responsável pela demolição da edificação

Figura 61. Cópias de fotografias do cortiço Vaticano em 1982, que se situava à rua Santo Amaro, nº 296 a 310. Fotografias de Rosana Pierri. Fonte: SÃO PAULO (município), DPH, Documentos de arquivo.

Figura 62. Edifício residencial construído no mesmo lote onde estava o cortiço conhecido como Vaticano, demolido em 1982. À sua esquerda, é possível visualizar um trecho do Conjunto Residencial Japurá. Fonte: Google Street View.

Não foram encontrados registros de encaminhamento do processo de acautelamento a partir de então, tampouco do destino dos moradores do cortiço. Constatou-se que, no lote, foi construído um edifício de uso residencial que permanece até os dias atuais, o que pode dar a entender que os srs. Mario e Vicente Curti teriam tido a intenção de vender a propriedade a uma empresa incorporadora. A proibição de pagamento dos aluguéis à imobiliária para induzir um processo de expulsão dos moradores faz sentido nesse cenário, assim como o rápido encaminhamento da demolição do edifício, depois do pedido de abertura de processo de tombamento realizado pela “Sociedade Amigos do Bexiga e Bela Vista” aos órgãos de preservação.

O caso do Vaticano mostra, em primeiro lugar, que a ameaça de destruição fez parte da história do cortiço desde os anos 1940, quando a maior parte da Vila Barros, da qual fazia parte, foi demolida para a construção do Conjunto Residencial Japurá. Além da produção de unidades habitacionais, o empreendimento do IAPI foi de encontro aos interesses da municipalidade de renovação urbana das áreas próximas aos novos eixos viários construídos na região central, que seguiram o Plano de Avenidas de Prestes Maia e Ulhôa Cintra. Vale lembrar que Prestes Maia era o prefeito de São Paulo no momento da execução desse projeto²²⁵.

Em segundo lugar, o caso do Vaticano permite afirmar que aproximações entre cortiços e patrimônio faziam parte da dinâmica do DPH nos anos 1980, e que eram marcadas pelas dificuldades de se conciliar a preservação das edificações, a permanência dos moradores e os interesses dos proprietários e do setor imobiliário. A tentativa de enquadrá-lo na Z8-200 e de alinhar essa intenção com as diretrizes do Condephaat não foi concretizada a tempo, mas esse aspecto não invalida a necessidade de colocar esse caso em debate.

Naquele momento, a Bela Vista apresentava significativa quantidade de cortiços em um cenário visto a partir da chave de iminente transformação urbana e valorização imobiliária, ao mesmo tempo que se pretendia reforçar a ideia de que os cortiços contribuíam para uma imagem de “deterioração urbana” para justificar a sua erradicação sempre que possível. Apesar de ter sido um caso pontual ligado a uma propriedade privada específica, o caso do Vaticano encontra consonância com essa dinâmica urbana. Por este motivo, se considerou importante trazê-lo à tona, com a finalidade de problematizar as práticas do órgão de preservação municipal e mostrar que estavam sendo discutidas possibilidades de conciliar a habitação popular com o patrimônio em momento pouco anterior à elaboração do projeto IGEPAC-Bela Vista e aos estudos iniciais dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia, que serão discutidos a seguir.

4.2 Os casarões das ruas Assembleia e Jandaia

O conjunto de casarões das ruas Assembleia e Jandaia foi objeto de dois projetos com finalidade de preservação no âmbito do DPH, no período estudado. O primeiro foi a tentativa de projeto de restauro vinculado à destinação para habitação social dos imóveis que se encontravam, em sua maioria, encortiçados, analisado neste capítulo. O segundo foi

²²⁵ Francisco Prestes Maia foi prefeito de São Paulo por duas vezes: a primeira gestão ocorreu entre 1938 e 1945 e a segunda entre 1961 e 1965.

o próprio IGEPAC-Bela Vista que selecionou parte do conjunto para compor o inventário. A escolha desse conjunto como um dos estudos de caso tem como objetivo verificar a maneira pela qual os cortiços foram absorvidos na discussão de patrimônio na comparação com o IGEPAC-Bela Vista, pois foi uma experiência que permitiu uma aproximação entre o patrimônio e a habitação popular.

Os casarões em questão estavam construídos sobre um muro de arrimo que, com o passar dos anos, ficou conhecido como Arcos da Jandaia, Arcos do Bixiga, Arcos dos Calabreses e Arcos do Jânio, fator que, por si só, já evidencia o campo de disputas simbólicas e patrimoniais do qual é suporte. O muro conta com 250 metros de extensão e 10 metros de altura máxima e permitiu a fixação de um tabuleiro para parte da pista de rolamento da rua Jandaia.

A historiografia oficial tende a relacionar a construção desse elemento urbano com a imigração italiana, que, como visto no Capítulo 1, constituíam a maioria da população que residia em São Paulo e na própria Bela Vista naquele momento. Carlos Lemos (2013), por exemplo, aponta que o elemento arquitetônico e urbano foi construído entre 1911 e 1913 por operários imigrados da região da Calábria, responsáveis por trazerem a técnica construtiva implementada.

A pesquisa mais recente e aprofundada que teve os Arcos da Jandaia como objeto é de autoria de Diego Vargas (2019), que indica que, em 1908, a Prefeitura havia solicitado recursos à Câmara Municipal para a construção de um “muro de revestimento” na travessa da rua Assembleia. O projeto original do muro data do mesmo ano e foi assinado pelo engenheiro Adolpho Graziani, que fazia parte da Diretoria de Obras Municipais²²⁶. De toda a reconstituição histórica elaborada por Vargas, é fundamental destacar que o pesquisador não encontrou dados que confirmassem que os materiais e a mão de obra empregados na construção dos Arcos da Jandaia fossem, de fato, de origem italiana, conforme a historiografia oficial costuma apontar. Segundo ele, não foi possível encontrar nenhum indício que comprovasse a identidade e a origem dos operários que participaram das obras. Dessa forma, é possível dizer que o próprio processo de construção do muro de arrimo apresenta contradições no que diz respeito à autoria do projeto, aos materiais construtivos, à mão de obra utilizada e às narrativas constantes na historiografia oficial.

Nas décadas de 1920 e 1930, a construção de edificações sobre o muro de contenção foi autorizada pela municipalidade. A ocupação foi concomitante ao movimento de expansão da malha urbana do loteamento que originou a Bela Vista, que se dirigiu para as proximidades dos córregos Saracura, onde foi construída a Avenida Nove de Julho, e Itororó, por onde passa o leito da Avenida Vinte e Três de Maio. Os novos edifícios encobriram da

226 Diego Vargas averiguou que o projeto do muro previa a adoção da técnica construtiva de alvenaria de pedra com argamassa de cal hidráulica, porém o muro acabou não sendo construído de maneira fiel ao projeto. Foi adotada a técnica de concreto de cimento e tijolos sílico-calcários, que eram uma inovação na cidade à época e concorriam com os tijolos de argila, até então empregados na maior parte das construções. No “Relatório de 1911 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo” e na publicação “Melhoramentos da Capital 1911-1913”, Vargas encontrou a informação de que a conclusão estava prevista para o ano de 1913 e o engenheiro Christiano Machado, da empresa *Haupt e Comp*, havia sido pago pelo serviço de movimentação de terras e execução das obras. Atuou em conjunto com Maurício Rosa, engenheiro da Diretoria de Obras Municipais, que ficou responsável por fiscalizá-las. Além disso, a empresa de Machado havia sido uma das responsáveis pelo fornecimento dos tijolos sílico-calcários, assim como a Companhia Paulista de Tijolos Calcários e a Companhia Materiaes (VARGAS, 2019, p. 43-45). O pesquisador adiciona mais um dado trazido por Nestor Goulart Reis Filho, que acredita que o projeto dos Arcos pode ser de autoria de Hyppolito Gustavo Pujol Júnior, um dos principais representantes da técnica do concreto armado no País, naquele período (p. 44).

paisagem grande parte do muro de arrimo. Vargas verificou que os primeiros anúncios de oferta de aluguel em imóveis das ruas Assembleia e Jandaia foram publicados no início dos anos 1930 e ofereciam “casas de 3 a 4 dormitórios, novas e limpas, perto do centro para aluguel, aparentemente voltadas a famílias de classe média” (VARGAS, 2019, p. 48). As novas edificações, construídas com até cinco pavimentos e apoiadas estruturalmente sobre a parede de tijolos do muro, receberam moradias e pequenos comércios, com a particularidade de possuírem acessos autônomos tanto pela rua da Assembleia quanto pela rua Jandaia, em razão do desnível entre as vias.

A ocupação dos imóveis permaneceu dessa forma até a década de 1960, quando, durante a gestão do prefeito José Vicente de Faria Lima (1965-1969), o Departamento de Urbanismo retomou uma proposta de desapropriação²²⁷ que havia sido prevista durante a administração do prefeito Ademar de Barros (1957-1961) para a construção de um anel viário de conexão entre as avenidas Vinte e Três de Maio e Radial Leste-Oeste. Vale lembrar que os desdobramentos a respeito das transformações urbanas ocorridas na Bela Vista foram apresentados no Capítulo 2. Para viabilizar a construção dessa alça viária, a municipalidade deu prosseguimento ao processo de desapropriação do conjunto de casarões.

Por meio de pesquisas ao arquivo da Secretaria de Vias Públicas do Município de São Paulo para buscar informações sobre os projetos viários que tiveram a Bela Vista como palco, Celia da Rocha Paes (1999) encontrou pranchas de projetos que possivelmente diziam respeito à intervenção viária em questão. Parte das pranchas fazia referência ao projeto de um “Muro de arrimo da Vinte e Três de Maio e rampas de acesso ao Viaduto Pedroso”²²⁸, datado de dezembro de 1969. Outro grupo de pranchas dizia respeito ao projeto de “Ligação 23 de Maio - Leste/Oeste”²²⁹, do mesmo ano. Nesse conjunto de desenhos, Paes encontrou apenas uma planta e uma perspectiva que representavam uma alça viária arborizada, ou seja, que trazia a intenção de executar uma nova via qualificada do ponto de vista paisagístico. Esse processo contribuiu para a ocupação irregular dos casarões durante as décadas de 1970 e 1980. Por esse motivo, grande parte dos imóveis de ambas as ruas foi ocupada como cortiço, fator que fortaleceu uma imagem de “degradação” para a região junto à opinião pública. Em reportagem publicada em 1976, na *Folha de S. Paulo*²³⁰, há menção de que a rua estava em “total decadência” após a saída “das boas famílias” que ali residiam (DECADÊNCIA..., 1976, p. 20). Os imóveis passaram a ser ocupados como “cortiços, pensões baratas e hotéis de baixa categoria” (p. 20). As crianças “marginalizadas” brincavam de “bater carteiras”. Um dos moradores descrevia um cenário onde “os marginais invadiram” as casas desocupadas, as ruas viviam cheias de sujeira e os vizinhos “não tinham mais sossego” (p. 20).

As memórias de Edilson Mineiro, ex-morador da rua Assembleia, que foi entrevistado por Vargas, são importantes para confirmar as condições habitacionais vulneráveis do local. Mineiro relata que, naquela época, sentia vergonha de morar ali, pois o lugar era muito precário e, a seu ver, tinha aspectos de favela dentro de um bairro de classe média.

227 Decreto municipal nº 5418 de 1957: declara de utilidade pública a área de terreno necessária à execução do projeto de abertura da Avenida Vinte e Três de Maio.

228 O projeto do “Muro de arrimo da Vinte e Três de Maio e rampas de acesso ao Viaduto Pedroso” é de autoria de Miguel Badra Jr. Arquitetura e Planejamento Ltda. e do escritório PROENGE.

229 O projeto “Ligação 23 de Maio - Leste/Oeste” foi produzido por Vasconcelos Vieira Engenheiros Estruturais e pelo arquiteto Nadir Mezedani.

230 “Decadência expulsou a classe média em 75 anos” (DECADÊNCIA..., 1976, p. 20).

Figura 63. Conjunto parcialmente edificado nas ruas Assembleia e Jandaia e sobre o muro de arrimo no Mapa Sara Brasil, de 1930. Fonte: Geosampa.

Figura 64. Conjunto edificado entre as ruas Assembleia e Jandaia no levantamento aerofotográfico Vasp Cruzeiro, de 1954. Observa-se a presença de construções em toda a extensão das ruas Jandaia e Assembleia, sobretudo sobre o muro de arrimo. Fonte: Geosampa.

A segregação socioterritorial era evidente, portanto. Muitos casarões eram malcuidados, sem janelas, com vidros quebrados e o esgoto corria a céu aberto. Ele conta a Vargas que a população que residia nos cortiços era homogênea, composta por “negros nordestinos e pobres” e claramente estigmatizada por um discurso de que “aquela rua impedia que o bairro se valorizasse”.

São poucos os registros iconográficos desse período que poderiam auxiliar na caracterização e visualidade das condições de moradia. O fotógrafo Paulino Tarraf produziu um documentário, denominado “23 de Maio no percurso: Rua das Casinhas” (1978), e um ensaio fotográfico sobre as ruas Assembleia e Jandaia, por meio dos quais é possível verificar cenas do cotidiano. Em depoimento sobre as filmagens e fotografias que produziu nesse momento, Tarraf trouxe indícios a respeito da convivência entre os moradores ao afirmar que, na rua Jandaia, as crianças brincavam e os adultos conversavam frequentemente pelas janelas dos casarões (NASCIMENTO, 2015), o que indica que havia relações de vizinhança. Parte das fotografias do referido ensaio é apresentada a seguir (Figuras 65 a 68).

Esta pesquisa procurou analisar o caso dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia com as lentes do patrimônio e problematizar a atuação institucional municipal, diante da sucessão de acontecimentos que envolveram a ameaça aos cortiços e ao conjunto edificado. No início dos anos 1980, o local se tornou um campo de disputas entre o patrimônio, a presença de cortiços e a permanência dos casarões. Por isso, tentou-se analisar as ações do DPH, enquanto órgão preservacionista, em dois diferentes momentos: o primeiro, que se inicia em 1981 e vai até 1985, foi marcado por uma abordagem que procurou relacionar a importância histórica do conjunto edificado com a população residente; o momento posterior ocorreu durante a administração de Jânio Quadros (1986-1988), durante o processo de demolição das edificações e, conseqüentemente, da expulsão dos moradores.

No primeiro momento, em virtude de uma reportagem veiculada pela *Folha de S. Paulo* em 1981²³¹, que denunciou o mau estado de conservação e a situação de “decadência” em que se encontrava a região, o DPH realizou estudos para verificar as condições físicas dos imóveis. Simultaneamente, proprietários de imóveis da região haviam encaminhado um abaixo-assinado ao então prefeito Reynaldo de Barros (1979-1982) exigindo a desocupação imediata “dos imóveis indevidamente utilizados por estranhos e marginais”, demonstrando que não era de seu interesse a permanência dos cortiços e dos moradores de baixa renda²³².

Os arquitetos Leila Diêgoli²³³, Clayton Lino e Anita Di Marco e Melo realizaram um levantamento que contou com registros fotográficos, entrevista com moradores e a elaboração de um relatório técnico contendo as informações arquitetônicas do conjunto. Este foi caracterizado como um “conjunto significativo de valor urbanístico”²³⁴, cujas edificações se encontravam em “estado precário”. A adoção do termo “precário” se referia, provavelmente, às condições físicas das edificações, mas vale a pena chamar a atenção para

231 “Casarões sem projeto” (CASARÕES..., 1981, p. 12). A reportagem foi anunciada na capa daquela edição do jornal.

232 Os documentos consultados encontram-se arquivados na Seção de Levantamento e Pesquisa do DPH. Todos os trechos citados e/ou destacados foram extraídos dessa documentação. Nela, há uma cópia do abaixo-assinado encaminhado ao prefeito Reynaldo de Barros.

233 Coordenadora da Seção Técnica de Crítica e Tombamento e futura coordenadora geral do projeto IGEPAC-SP e do IGEPAC-Bela Vista.

234 O conjunto foi categorizado em “três blocos tipológicos”. O primeiro bloco reunia edifícios de três pavimentos e fachadas menos ornamentadas; o segundo era marcado por fachadas mais ornamentadas “maior expressão arquitetônica” e gabarito de quatro pavimentos; já o terceiro era formado por pequenos sobrados geminados (SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo).

Figura 65. Vista dos casarões construídos sobre o muro de arrimo, em 1978. Ao fundo, a Avenida Vinte e Três de Maio. Fonte: Fotografia de Paulino Tarraf. NASCIMENTO, 2015.

Figura 66. Registro de um dos casarões e de prováveis moradoras, em 1978. Fonte: Fotografia de Paulino Tarraf. NASCIMENTO, 2015.

Figura 67. Registro de parte do conjunto de casarões, em 1978. Fonte: Fotografia de Paulino Tarraf. NASCIMENTO, 2015.

Figura 68. Registro de parte do conjunto de casarões, em 1978. Fonte: Fotografia de Paulino Tarraf. NASCIMENTO, 2015.

a adjetivação, pois se tratavam de imóveis encortiçados. A presença dos cortiços, no entanto, não inviabilizava a permanência dos casarões, já que a equipe apontou para a necessidade de “restauração, revitalização e ambientação do conjunto” e sua destinação para função residencial, de maneira a devolvê-los “à população como tal”. Essa conclusão é importante, já que denota uma iniciativa de incorporação da habitação popular na ação preservacionista. Vale mencionar, também, que, nesse levantamento, os arquitetos registraram a presença do muro sob as edificações, o que denota que o DPH já tinha ciência da sua existência antes das demolições que aconteceriam em 1987.

Além da matéria que desencadeou a ação do DPH, a *Folha de S. Paulo* publicou outra reportagem²³⁵ sobre a situação dos imóveis que haviam sido desapropriados pela Prefeitura, cujo teor trazia o posicionamento da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) e da Secretaria de Vias Públicas, que detinha a posse, sobre o destino dos casarões. Pelo conteúdo das reportagens, Otávio Speranzini Jr., presidente da Emurb, havia enviado ofícios a secretarias municipais questionando se havia algum tipo de projeto sendo elaborado para o conjunto. O secretário de vias públicas, Otávio Camilo Pereira, determinou que a sua secretaria realizasse estudos sobre os casarões após o recebimento daquele ofício, ao mesmo tempo que a Emurb havia declarado que também estava realizando um estudo para a preservação dos casarões e o destino dos ocupantes, que eram “famílias carentes, mendigos e bandidos” (EMURB..., 1981, p. 14).

Em paralelo, um morador chamado sr. Dirceu Nogueira de Sá, por meio de uma série de cartas publicadas pelo mesmo jornal, pressionava a Prefeitura a tomar providências a respeito da situação “alarmante” em que se encontravam os imóveis. Nas cartas publicadas na seção “A Cidade é Sua”, o autor colocava que as ruas Jandaia e Assembleia conformavam “uma terra de ninguém” e que os imóveis estavam ocupados “por gente de toda a espécie”, “por marginais e prostitutas, criando uma situação vexatória que permanece incólume”. Os casarões estavam ocupados “por marginais que até alugam quartos para casais” e a área estava em “imundice total”²³⁶.

Durante a gestão municipal do prefeito Mário Covas (1983-1985), o DPH encontrou espaço para iniciar um trabalho de investigação sobre o conjunto edificado das ruas Assembleia e Jandaia. De acordo com depoimento de Regina Meyer, diretora do DPH à época, sua inquietação com os dados gerados pelo estudo que sobrepôs os cortiços e os imóveis protegidos - que poderiam estar tombados a nível estadual ou enquadrados na “Z8-200” - a fez investigar possibilidades de transformar os primeiros em habitação de interesse social²³⁷. Meyer afirma que houve certa resistência de membros da equipe técnica do departamento, que acreditavam que essa transformação seria demasiado complexa, tanto pelo fato de que imóveis ocupados como cortiços necessitariam de obras significativas quanto pela preocupação de expulsão dos moradores, depois das melhorias físicas. Por isso, Meyer diz ter consultado a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab), de onde partiu a sugestão de que, para evitar esse efeito, fossem escolhidos imóveis

235 “Emurb estuda destino dos casarões da rua Assembleia” (EMURB..., 1981, p. 14).

236 “Imóveis desapropriados são usados por marginais” (SÁ, 1981, p. 11); “Invasão consentida nos prédios da rua Jandaia” (SÁ, 1981, p. 14); “Prefeitura abandona prédios na rua Jandaia” (SÁ, 1981, p. 11).

237 Esse estudo também foi mencionado no subcapítulo anterior. Foi realizado por Regina Meyer e por Maria Luiza Dutra, que era a diretora da Divisão de Preservação, e chegou a ser apresentado pelas duas em um congresso ocorrido em Portugal no início dos anos 1980.

pertencentes ao patrimônio público, dentre eles os casarões das ruas Assembleia e Jandaia²³⁸.

Ao que o discurso de Meyer indica, foi a partir do diálogo com a Sehab que o conjunto de casarões das ruas Assembleia e Jandaia se tornou objeto de atenção no DPH. Discorda-se em parte do seu discurso, tendo em vista que a equipe técnica já havia realizado um levantamento sobre as condições físicas dos casarões em 1981, mas, naquela ocasião, Meyer ainda não estava à frente da direção do departamento. Por mais que ela tenha reconhecido que, provavelmente, a Sehab seria o órgão a assumir o protagonismo do projeto, encontrou uma possibilidade de aliar a preservação do conjunto à destinação de uso de caráter social.

Leila Diêgoli, coordenadora da Seção Técnica de Crítica e Tombamento à época, reconhece²³⁹ que esse projeto abriu frentes no órgão para se pensar a relação entre patrimônio e habitação de interesse social, por mais que ela não tenha se envolvido diretamente com a sua elaboração e acredite que a parceria com os demais órgãos públicos sempre tenha sido morosa e chegasse até a atrapalhar os processos em várias ocasiões. Ela chega a afirmar que talvez tenha sido o único projeto com essa abordagem concebido no âmbito do departamento. Essa referência de Diêgoli foi um dos aspectos que justificou a escolha dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia como objeto desta pesquisa.

Há registros que indicam a existência de uma parceria entre o DPH, a Sehab e a Emurb em 1983 para elaborar um projeto de reabilitação dos imóveis para fins de habitação de interesse social, mas há a informação de que o protocolo de intenções Sehab/Emurb/DPH/SMC não foi efetivamente firmado. Apesar disso, é possível verificar que estava sendo discutido, no âmbito do órgão de preservação, não apenas a importância e a preservação material do conjunto edificado, mas a permanência da população local, que estava, em sua maioria, residindo em cômodos de cortiços e em condições de vulnerabilidade habitacional.

Esse aspecto denota uma aproximação da defesa dos técnicos com o projeto de reabilitação urbana do centro histórico de Bolonha, na Itália, que, segundo o relato de Regina Meyer²⁴⁰, esteve entre as referências discutidas naquele momento. Conforme visto no Capítulo 2, o projeto de Pier Luigi Cervellati para Bolonha previu mecanismos para evitar a expulsão dos moradores de baixa renda após as melhorias físicas e as obras de restauro. Outro aspecto importante mencionado por ela e que encontra concordância com os depoimentos das ex-diretoras aos jornais da época é que, junto com o projeto de reforma dos casarões, foi pensada a aplicação do aluguel social. Meyer afirma que apresentou essa proposta, baseando-se nas experiências que tivera oportunidade de conhecer enquanto residia na Inglaterra na década anterior. O aluguel social seria um instrumento de controle do poder público para garantir a permanência das famílias de baixa renda e impedir o acréscimo do valor dos aluguéis, advindo das melhorias físicas²⁴¹.

238 Em entrevista realizada em 21 de janeiro de 2020, Regina Meyer diz não se recordar exatamente quem sugeriu os imóveis em questão. O secretário à época era Arnaldo de Abreu Madeira e fazia parte da sua equipe a socióloga Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira, que foram os nomes recordados por ela. Ela também fez referência à arquiteta Liliana Guedes, que fazia parte da equipe da Cogep, como uma das entusiastas para desenvolver o projeto.

239 Entrevista concedida em 22 de novembro de 2018.

240 Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2020. Vale mencionar que, em 1980, Cervellati esteve em São Paulo para participar do curso sobre preservação de bens culturais promovido pelo Condephaat em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP). Isso denota que o projeto para o centro histórico de Bolonha era de conhecimento dos especialistas do campo e pode ter permanecido em seu imaginário.

241 Vale a pena lembrar que não foi o primeiro projeto que assumiu o aluguel social como possibilidade de manter a população de renda baixa no bairro. Esse instrumento também foi previsto no “Projeto de Reabilitação Urbana Grota da Bela Vista” (1974), de autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha a pedido da Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). Esse projeto foi analisado no Capítulo 2.

Além dos registros supracitados, foi encontrado um estudo, datado de 1983, sobre o conjunto de imóveis das ruas Assembleia e Jandaia. Elaborado por técnicas da Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisas, a historiadora Silvia Haskell do Nascimento, as arquitetas Cecília de Moura Ribeiro e Tereza Emídio e a estagiária Vânia Carneiro Carvalho. Por intermédio desse estudo, denominado “Jandaia - Assembleia”, a equipe levantou as características tipológicas e arquitetônicas desses imóveis e realizou uma pesquisa histórica das edificações e da cartografia existente e um levantamento fotográfico do conjunto arquitetônico. Essa análise considerou os seguintes aspectos: quantidade de pavimentos, data provável da construção, grau de alteração da fachada frontal e de conservação do imóvel, e dividiu os imóveis em blocos de acordo com a tipologia arquitetônica.

Em linhas gerais, o estudo se deteve nas características arquitetônicas do conjunto. Os casarões, do ponto de vista arquitetônico, aproximavam-se do estilo neoclássico, com peitoris, balaústres e demais elementos de fachada ornamentados. Foram edificados sem recuos frontais e laterais e com os acessos adaptados à inclinação de cada uma das vias. Formavam um conjunto urbano homogêneo, com os gabaritos de altura quase alinhados e desenhos de fachada semelhantes entre si (Figuras 69 a 72).

Na tentativa de identificar como os imóveis ocupados como cortiços foram analisados nesse estudo, as informações referentes aos imóveis da rua Assembleia n^{os} 260 e 320 foram verificadas²⁴². O primeiro, de n^o 260, tinha três pavimentos, grau “inalterado” de alteração da fachada e grau “regular” de conservação da fachada. Já o segundo, de n^o 320, tinha cinco pavimentos e graus “regulares” de alteração e de conservação da fachada. Em ambos os casos, não há qualquer menção ao uso atual e à forma de ocupação como cortiço²⁴³. Nota-se que os graus de alteração e conservação da fachada não foram sinalizados como totalmente alterados ou descaracterizados, aspecto que poderia dificultar sua preservação (Figuras 74 e 75).

Questionamentos são colocados sobre o conteúdo desse estudo: o levantamento contou apenas com informações relativas às características arquitetônicas dos imóveis situados do lado par da rua Assembleia e do lado ímpar da rua Jandaia; há a indicação de que foram realizadas duas entrevistas²⁴⁴ e que o estudo contaria com uma “análise da situação dos imóveis”, a qual poderia ter trazido questões referentes aos usos existentes e às condições de ocupação; o conteúdo das entrevistas não está registrado no texto, tampouco a identidade das pessoas consultadas e o resultado da “análise da situação dos imóveis”. Além disso, não foram encontradas informações a respeito dos imóveis localizados nos lados opostos das ruas Assembleia e Jandaia, que também compunham o conjunto edificado e poderiam estar ocupados como cortiços.

Os esforços do DPH em identificar valores arquitetônicos e documentais nos imóveis encontrou respaldo junto à municipalidade naquele momento, e o conjunto arquitetônico das

242 Os imóveis situados à rua Assembleia n^{os} 260 e 320 foram apontados como cortiços pela reportagem “Decadência expulsou a classe média em 75 anos” (DECADÊNCIA..., 1976, p. 20).

243 Além disso, não foi possível identificar os imóveis que estavam ocupados como cortiços que tiveram anúncios de vagas publicados na seção Classificados do *Diário Popular*, apresentados no Capítulo 2. Devido ao fato de eles estarem localizados em imóveis situados dos lados opostos das ruas Assembleia e Jandaia, eles não foram levantados e fotografados separadamente. Os cortiços com anúncios de vagas encontrados no jornal entre 1982 e 1987 foram: Rua Jandaia, n^o 112, e Rua Assembleia, n^{os} 287 e 291.

244 Os entrevistados foram Santo Simões Croce e Maria Tereza Guilherme (SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983). Não está claro se eram moradores da região ou se foram especialistas consultados para a realização dos levantamentos.

Figura 69. Rua Assembleia, à esquerda, e rua Jandaia, à direita, em 1983. Fonte: Fotografia de Teresa Maria Emídio. SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983, p. s/n.

Figura 70. O conjunto de imóveis da rua Jandaia e do “espaço - muro de arrimo”, em 1983. Fonte: Fotografia de Teresa Maria Emídio. SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983, p. s/n.

Figura 71. O conjunto de imóveis da rua Assembleia, em 1983. Nota-se o muro de arrimo à esquerda da imagem. Fonte: Fotografia de Teresa Maria Emídio. SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983, p. s/n.

Figura 72. O conjunto de imóveis do lado ímpar da rua Assembleia, em 1983, que não fizeram parte do estudo em questão, mas foram fotografados. Fonte: Fotografia de Teresa Maria Emídio. SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983, p. s/n.

Figura 73. Registro dos imóveis levantados para a realização do estudo, que estavam edificadas sobre o muro de arrimo. Os símbolos indicam a provável data de construção de cada edificação. Nota-se que o estudo indica que elas foram construídas entre 1929 e 1956 e as mais antigas estavam mais próximas do início/fim das vias. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983.

Figura 74. Imóvel à rua Assembleia nº 260, apontado em reportagem da *Folha de S. Paulo* em 1976 como cortiço. Fonte: Fotografia de Teresa Maria Emídio. SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983, p. s/n.

Figura 75. Imóvel à rua Assembleia nº 320, apontado em reportagem da *Folha de S. Paulo* em 1976 como cortiço. Fonte: Fotografia de Teresa Maria Emídio. SÃO PAULO (Município), DPH, “Jandaia - Assembleia”, 1983, p. s/n.

ruas Assembleia e Jandaia foi considerado como merecedor de preservação e enquadrado na Z8-200 pela Lei municipal nº 9.725 de 1984²⁴⁵, juntamente a outros bens do município. A medida confirmava a necessidade de preservação dos imóveis pelo seu interesse enquanto “patrimônio cultural e arquitetônico”. A proteção municipal pode ser entendida como uma expressiva conquista da atuação institucional do DPH, porém, é necessário destacar que apenas os casarões construídos sobre o muro de arrimo foram enquadrado na zona especial, sendo os imóveis localizados nos lados opostos das ruas Assembleia e Jandaia excluídos da proteção municipal²⁴⁶. Questiona-se por que a seleção não teria incorporado os imóveis que faziam frente aos casarões sobre o muro em ambas as vias, uma vez que também compunham o conjunto edificado e a sua ambiência.

Um ponto de inflexão ocorreu durante a gestão municipal posterior, do prefeito Jânio Quadros (1986-1988), que optou por retomar o projeto do anel viário que havia sido elaborado durante a administração de Faria Lima. O processo de desapropriação dos imóveis da rua Assembleia para as obras de reformulação viária foi encerrado no ano de 1987 e, no mesmo período, a municipalidade conseguiu tanto a reintegração de posse dos casarões quanto a revogação de parte da lei que havia enquadrado os imóveis na Z8-200²⁴⁷, por meio do dispositivo de decurso de prazo²⁴⁸, que, mesmo sendo um mecanismo utilizado durante a ditadura militar, ainda estava em vigor. Em entrevista²⁴⁹, Regina Meyer afirma que os membros do DPH desacreditavam que o fim da proteção legal do conjunto fosse efetivamente realizado, pois esse tipo de ação era característico do período autoritário e eles sentiam que estavam em um momento de abertura política.

Em paralelo, a ex-diretora acredita que, além da revogação da Z8-200, o projeto de restauro para fins de habitação de interesse social para os casarões das ruas Assembleia e Jandaia não foi levado adiante porque a gestão de Jânio Quadros preferiu priorizar lotes que já haviam sido desapropriados para a construção da linha do Metrô nos bairros da zona leste. Esse processo de desapropriação teve início nos anos 1970 em função do direcionamento do crescimento urbano de São Paulo para a zona leste previstos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), de 1971²⁵⁰.

Segundo Meyer, as novas unidades habitacionais estavam previstas para esse eixo, mais especificamente para o Brás, e a gestão municipal desconsiderou propostas para

245 Lei municipal nº 9.725 de 2 de julho de 1984. As “Z8-200” foram definidas como zonas de preservação de imóveis de caráter histórico, artístico, cultural e paisagístico. Por essa lei, foi enquadrado como “Z8-200.128” o conjunto arquitetônico formado pelos imóveis da rua da Assembleia, nºs 224, 240, 246, 250, 252, 260, 278, 280, 284, 300, 310, 316, 320, 326, 340, 348, 382, 384, 386, 394, 404, 418 e 422, e da rua Jandaia, nºs 31, 39, 41, 47, 67, 73, 91, 93, 107, 111, 131, 133, 151, 155, 175, 177, 185 e 195.

246 Foram enquadrados como “Z8-200” os imóveis localizados do lado ímpar da rua Jandaia e do lado par da rua Assembleia. As edificações do lado par da rua Jandaia e ímpar da rua Assembleia foram excluídos do estudo “Jandaia - Assembleia” (1983), elaborado pelo DPH, e do enquadramento pela Lei nº 9725 de 1984.

247 A Lei Municipal nº 9.725 de 1984 foi revogada pela Lei nº 10.282 de 1987. Seu Artigo 1º diz: “Ficam excluídos do Quadro nº 8M, anexo à Lei nº 9.725, de 2 de julho de 1984, os imóveis integrantes do conjunto arquitetônico Z8-200-128, situados na Rua da Assembleia, nºs 224, 240, 246, 250, 252, 260, 278, 280, 284, 300, 310, 316, 320, 326, 340, 348, 382, 384, 386, 394, 404, 418 e 422 e na Rua Jandaia, nºs 31, 39, 41, 47, 67, 73, 91, 93, 107, 111, 131, 133, 151, 155, 175, 177, 185 e 195, os quais passam a integrar a zona de uso “Z3-118”.

248 O mecanismo do decurso de prazo determinava que os projetos elaborados e encaminhados pelo chefe do poder Executivo à Câmara legislativa deveriam ser apreciados no prazo de quarenta dias e, se isso não ocorresse, os projetos seriam considerados aprovados.

249 Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2020.

250 Conforme analisado no Capítulo 2, as transformações urbanas decorrentes estimularam a produção dos dois inventários coordenados pela Cogep: o projeto “CURA-Brás Bresser” e o destinado à Zona Metrô Leste. Este foi realizado em parceria com o DPH.

outras regiões da cidade. Sendo assim, o projeto que seria realizado em parceria entre o DPH e a Sehab foi abortado e “desmontado”, citando Meyer. Acrescenta-se ao argumento da ex-diretora o fato de que a presença de cortiços, que gerava um ambiente considerado “degradado” pela opinião pública e por aquela gestão municipal, provavelmente era vista como indesejada e pode ter potencializado a negativa por parte da equipe de Jânio Quadros, que preferiu demolir o conjunto.

No início de 1987, uma empresa foi contratada para a demolição das edificações e para a recuperação e conservação do “recém descoberto” muro de contenção entre as ruas Jandaia e Assembleia, o qual que estava encoberto sob os casarões. Desse episódio deriva a denominação “Arcos do Jânio”, em função da “descoberta” do muro após a retirada das edificações durante a administração de Jânio Quadros. O prefeito se utilizava do argumento de que, com a retirada das casas, a população paulistana estaria recebendo em troca uma obra ainda mais importante para a sua história e que seria essa obra a verdadeira merecedora de preservação por parte do município.

A direção do DPH à época era ocupada por Cesar Arruda Castanho, sobre o qual não foram encontradas muitas informações. Maria Luiza Dutra, que continuava como diretora da Divisão de Preservação, elaborou um ofício dirigido a Castanho, no qual buscou reunir argumentos que demonstrassem a preocupação do órgão com a preservação do conjunto. Ela afirma que este recebia atenção por parte da equipe técnica desde 1981 e que o seu enquadramento na Z8-200 era uma vitória para sua preservação. Ela chama atenção para o “projeto-piloto” que destinaria os imóveis para a habitação social e que estava ancorado no “binômio preservação do patrimônio cultural e ambiental e utilização de interesse social”.

A então diretora admitiu que o departamento havia se equivocado ao não ter dado mais agilidade ao seu encaminhamento, mas que ainda havia tempo de reaproveitar o conjunto que, embora estivesse em estado “de degradação”, constituía patrimônio ambiental da cidade e poderia receber novas unidades, se a parceria entre o DPH e a Sehab fosse reativada. Fica evidente que a equipe técnica, representada pela diretora da Divisão de Preservação, defendia a manutenção da Z8-200 e, conseqüentemente, a preservação do conjunto e a retomada do projeto que o destinaria ao uso como habitação de interesse social.

Durante esse processo e a pedido da própria diretora da Divisão de Preservação, os arquitetos Eduardo Elias e Rosana Pierri elaboraram estudos e propostas de diretrizes de “ambientação paisagística” para o muro de arrimo, que até então estava encoberto sob os casarões. Segundo eles, o muro se encontrava em bom estado de conservação e praticamente inalterado. Apesar de afirmarem que a manutenção do muro poderia beneficiar a paisagem paulistana, que era carente de referenciais urbanos, os técnicos afirmavam que o elemento não possuía sua significação histórica original e sua “integridade plástico-estética” e que, por isso, a consideração acerca da preservação do muro deveria levar em conta a composição entre ele e o modo de ocupação “ali implantados por imigrantes, imprimindo ao espaço urbano, marcas peculiares”. Defenderam a importância da manutenção dos casarões, que faziam parte da história dos Arcos da Jandaia, e que a sua preservação só faria sentido se eles fossem considerados.

Aqui se encontra o segundo momento da atuação do DPH diante do processo de disputas que marcam os casarões das ruas Assembleia e Jandaia. Ele pode ser inserido no debate público identificado por Vargas na sua pesquisa, Entre os que se posicionaram a

favor da demolição estavam o próprio prefeito, o secretário de Negócios Extraordinários, Alex Freua Neto, e o secretário municipal de planejamento, Marco Antônio Mastrobuono. O último havia declarado que a rua da Assembleia era uma “vergonha” para a cidade, enquanto Jânio Quadros havia dito que a mesma rua “deveria ser tombada como imundície para o mundo civilizado” (VARGAS, 2019, p. 87).

Por outro lado, Carlos Lemos, Julio Abe, Nabil Bonduki, Jorge da Cunha Lima, Bete Mendes, Suzanna Sampaio, Benedito Lima de Toledo e Paulo Mendes da Rocha foram alguns dos agentes que se posicionaram publicamente contra as demolições. Carlos Lemos declarou que a ação seria um contrassenso, tendo em vista o grave déficit habitacional sofrido pelo município, uma vez que a demolição das moradias existentes daria lugar a um jardim. Em outro artigo (2013), denunciou o acontecimento, realizado pelo poder público municipal, segundo ele, sem o devido debate com a população e sem o registro documental das edificações, portadoras de interesse arquitetônico e de valor histórico. Afirmou que, com a ação, o prefeito havia autorizado a destruição de “um pouco de São Paulo”, ou seja, de um testemunho material da história urbana da cidade (LEMOS, 2013, p. 166).

Vargas mostra que os demais agentes fizeram referência ao projeto de habitação de interesse social vinculado à preservação dos casarões que havia sido pensado no DPH. Mesmo não tendo sido efetivado, se apoiaram no projeto para reforçar a defesa da permanência do conjunto. Para Cunha Lima, a demolição iria na contramão das experiências internacionais de reaproveitamento de edifícios históricos nos centros metropolitanos. No entanto, Bete Mendes, então secretária estadual de Cultura, apesar de defender a manutenção das edificações, chegou a questionar o seu valor histórico. Vargas também insere a declaração de alguns moradores, como José de Castilho, que defendia a sua destinação para moradia.

Tomando como base o debate identificado por Vargas, é possível notar que parte dos representantes do órgão se posicionou publicamente contra a demolição dos casarões, em conjunto com representantes do órgão de preservação estadual, o Condephaat. Vargas encontrou reportagens²⁵¹ em que Suzanna Sampaio, Regina Meyer e Maria Luiza Dutra, estavam entre esses atores. Sampaio denunciou a postura da diretoria vigente do órgão, adjetivada por ela como “inerte e indiferente”, e o desconhecimento dos sucessivos secretários de cultura sobre questões urbanas, considerados por ela os “vândalos da memória histórica de São Paulo” (MAIS FAMÍLIAS..., 1987, p. A3). Meyer, por sua vez, declarou que “com um pouco de esforço da Prefeitura essas pessoas podiam continuar morando lá” (RÁPIDA..., 1987, p. A12).

Além das reportagens encontradas por Vargas, há outras²⁵² que mostram a luta por parte das ex-diretoras do departamento para a preservação do conjunto de casarões das ruas Assembleia e Jandaia. Elas se pronunciaram algumas vezes no jornal *Folha de S. Paulo* sobre as condições do conjunto de casarões e forneceram indícios de que o DPH tinha a intenção de desenvolver um projeto de restauro que contemplasse a permanência da população residente. Uma das reportagens trouxe declarações de Regina Meyer, que afirmou que o órgão havia elaborado um “projeto de reabilitação” dos casarões com o objetivo de fazer

251 “Prefeito quer demolir 22 prédios construídos no início do século” (PREFEITO..., 1986, p. A-12); “Mais famílias são removidas de cortiços” (MAIS FAMÍLIAS..., 1987, p. A-12); “Rápida demolição de casarões na rua Jandaia inutiliza material” (RÁPIDA..., 1987, p. A-12).

252 “Arquitetos têm planos para cortiços do Centro” (ARQUITETOS..., 1986, p. 25); “Patrimônio urbano” (SAMPAIO, 1987, p. A-3); “Rápida demolição de casarões na rua Jandaia inutiliza material” (RÁPIDA..., 1987, p. A-12).

com que os moradores conseguissem permanecer em condições de habitabilidade adequadas e de permitir que as edificações não fossem demolidas (ARQUITETOS..., 1986, p. 25).

Nesse embate de forças, percebe-se que tanto a ação preservacionista quanto os moradores de baixa renda saíram derrotados. Após a revogação da Z8-200, via dispositivo de decurso de prazo, a demolição dos imóveis foi concretizada, o que denota a fragilidade da zona especial como instrumento de preservação. Mariana Tonasso (2019) discorre sobre essa questão e traz justamente o caso dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia como exemplo. Parece acertada a sua defesa de que esse episódio mostrou que a zona especial estava suscetível, em virtude das contingências políticas que conseguiram reverter o enquadramento e promover a demolição dos imóveis.

As demolições tiveram repercussão significativa na mídia ao final de 1987. A *Folha de S. Paulo* deu destaque para a ação, publicando a reportagem “Cai hoje o último prédio da rua da Assembleia” em 26 de dezembro de 1987²⁵³ e, alguns dias depois, denunciou-a em um de seus editoriais, denominado “Prefeitura lamentável”. Fazendo oposição à gestão Jânio Quadros, considerou grave a demolição dos imóveis da rua Assembleia que, além de desabrigar milhares de famílias, deu lugar “ao nada”.

As reportagens divulgaram a transferência das famílias de baixa renda residentes nos casarões para bairros periféricos da capital. Uma das reportagens da *Folha de S. Paulo* mostrou que 80 das 240 famílias que ocupavam os casarões deveriam ser encaminhadas para um conjunto habitacional da Cohab no bairro de Guaianases, localizado no extremo leste da cidade. Apesar de terem sido realocados para casas com condições físicas melhores, com dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro, houve resistência de moradores contrários à remoção, que argumentavam que residiam na região havia vários anos (RÁPIDA..., 1987, p. A-12). A *Folha de S. Paulo* também veiculou a informação de que parte das famílias seria realocada para o conjunto habitacional Cohab-2 de Valo Velho, em Campo Limpo, enquanto outras seriam transferidas para conjuntos em Guaianases (MAIS FAMÍLIAS..., 1987, p. A19).

Essa informação pode ser comprovada pelo depoimento de Edilson Mineiro. Em entrevista a Vargas, o ex-morador relata que família dele, que residia em um dos imóveis, recebeu da Prefeitura uma casa de 48m² no Sítio Conceição, em Guaianases, bairro que carecia de abastecimento de água, iluminação, coleta de esgoto e equipamentos públicos. Segundo ele, as demais famílias das quais se recorda foram realocadas para o conjunto habitacional Cohab Adventista, no Campo Limpo, região que também carecia de infraestrutura urbana. Além disso, recorda que os moradores dos cortiços não se organizaram no sentido de construir uma resistência contra a remoção e que foram cedendo aos poucos, após conversas com assistentes sociais e a presença do secretário Alex Freua Neto, secretário de Negócios Extraordinários à época, na iminência das demolições. Ele acredita que não houve envolvimento de movimentos de luta por moradia no caso, o que dificultou uma possível mobilização dos moradores em prol da sua permanência nos casarões.

A retirada da população local foi interpretada por pesquisadores como política de caráter higienista, devido à escolha proposital de imóveis que estavam ocupados como cortiços e que, portanto, conformavam uma indesejada área “degradada” na região central da

253 “Cai hoje o último prédio da rua da Assembleia” (CAL..., 1987, p. A-11).

Figura 76. O processo de desocupação e demolição das edificações na rua Jandaia, em 1987. Fonte: Fotografia de Israel dos Santos Marques. Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Figura 77. O processo de desocupação e demolição das edificações nas ruas Jandaia e Assembleia, em 1987. Fonte: Fotografia de Israel dos Santos Marques. Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Figura 78. Demolição das edificações nas ruas Jandaia e Assembleia, em 1987. Fonte: Fotografia de Israel dos Santos Marques. Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Figura 79. Os Arcos da Jandaia após a demolição vistos a partir da Avenida Radial Leste em 1993. Fonte: Fotografia de Maria Luiza Martinelli. Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

cidade. A expulsão dos moradores do centro e sua transferência para unidades habitacionais em bairros periféricos, ou para suas cidades de origem, seriam mais um indício do mecanismo de “limpeza” (grifo próprio). Para a pesquisadora Beatriz Kara-José (2007), que investiga o papel atribuído à cultura em intervenções públicas urbanas realizadas no centro de São Paulo na segunda metade do século XX, “o prefeito [Jânio Quadros] associava a destruição do patrimônio com limpeza social” (KARA-JOSÉ, 2007, p. 70).

Dessa maneira, os Arcos da Jandaia ressurgiram na paisagem e foram monumentalizados pela municipalidade por meio da justificativa de que se tratavam de obra pública do início do século construída por imigrantes de origem italiana. Regina Meyer chama atenção para o processo de monumentalização²⁵⁴. Segundo ela, a gestão de Jânio Quadros cravou seu discurso na importância histórica do muro de arrimo e inseriu elementos visuais para potencializá-la, como iluminação cênica, que fez com que o local assumisse grande destaque na paisagem urbana e vocação turística.

Como forma de justificar a ação, a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes) elaborou um estudo, em 1988, intitulado “Ruas Assembleia e Jandaia: a sorte dos arcos escondidos”²⁵⁵. Os imóveis das ruas Assembleia e Jandaia foram considerados “irrecuperáveis”, razão pela qual houve permissão para que fossem derrubados. “De palácios a cortiços, eis a sorte dos casarões” é uma das expressões que compõem o texto do estudo e que foram utilizadas para reforçar a necessidade de demolição do conjunto (SÃO PAULO (Município), Sebes, 1988, p. 1).

Supõe-se que o estudo elaborado no âmbito da Sebes foi uma tentativa daquela gestão municipal de justificar tecnicamente a demolição. Após a “surpresa da descoberta” (grifo próprio) do muro, o prefeito Jânio Quadros havia solicitado sua preservação, ação que foi levada adiante, conforme pode ser verificado nas fotografias que compõem a seção “Preservação da memória em 1988” do referido estudo (Figura 80). Elas mostram os Arcos da Jandaia recuperados e mantidos em sua “integridade” (grifo próprio). Questiona-se o motivo pelo qual essa secretaria, e não o DPH, tenha realizado esse estudo, pois se tratava de um material que justificava a preservação dos Arcos. Talvez isso denote que o corpo técnico do DPH seguia discordando da demolição e da retirada dos moradores ou que a municipalidade não encontrava respaldo junto ao departamento para justificar a ação, por mais que o discurso das atoras²⁵⁶ indique que a gestão de Cesar Arruda Castanho não colaborou para fazer frente à demolição do conjunto.

Para reforçar a monumentalização e a argumentação em torno da autenticidade e da valorização da memória italiana, a praça em frente aos Arcos da Jandaia recebeu oficialmente o nome de Praça dos Artesãos Calabreses, no início dos anos 1990, em decorrência de uma indicação da Aliança Cultural Calabresa e do vereador Júlio Cesar Caligiuri Filho. Vargas apresenta uma reportagem de *O Estado de S. Paulo* que, ao noticiar a inauguração do local ocorrida em 16 de maio de 1992, reforçou que a construção do muro estava ligada aos primeiros imigrantes calabreses e que a inauguração seria acompanhada de festa com comidas típicas italianas (VARGAS, 2019, p. 93). O pesquisador defende que essa ação

254 Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2020.

255 O estudo contou com texto escrito por Egle Refinetti, e fotografias de Gerson Zanini. A secretária era Maria Helena Ramos Monteiro de Barros.

256 Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa.

ratificou a “vocalização monumental” do elemento urbano e seu argumento se aproxima do que foi exposto por Regina Meyer sobre o processo de monumentalização do muro de arrimo.

A abertura da praça, que contou com a presença da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), foi comemorada pela comunidade italiana da Bela Vista, representada pelas lideranças de associações ligadas ao eixo gastronômico das cantinas e restaurantes. A *Gazeta do Bixiga*, mantida por esse grupo, noticiou o episódio com entusiasmo, mostrando que a inauguração havia contado com a presença de vários representantes do poder público e com apresentações de grupos folclóricos e que, à noite, o Circolo Italiano tinha organizado um jantar dançante com músicas brasileiras e italianas para celebrar a conquista que “um[ia] ainda mais o Brasil e a Itália” (Figura 81).

Vale frisar que não foram encontrados indícios de que o DPH colaborou com essa decisão. Diferentemente do IGEPAC-Bela Vista, que reforçou em parte a memória italiana do bairro, o departamento não se posicionou publicamente a favor da denominação da Praça dos Artesãos Calabreses e não propôs o tombamento do conjunto urbano ou qualquer outra forma de acautelamento naquele momento. O tombamento do muro de arrimo foi homologado apenas em 2002 através da Resolução nº 22²⁵⁷, que oficializou a proteção do bairro da Bela Vista. O muro foi referido como “Arcos da rua Jandaia” e recebeu proteção junto com outros elementos urbanos do bairro. A Praça dos Artesãos Calabreses não foi contemplada pela resolução e nela não há menção às denominações que vinculam tais elementos à memória italiana.

Dessa forma, as edificações e as relações sociais cotidianas mantidas ali desde a primeira metade do século XX se perderam. Ainda que esses elementos tivessem sido considerados pelo DPH e por especialistas do campo do patrimônio que acompanharam o caso, como Carlos Lemos, a monumentalização dos Arcos da Jandaia, por parte da municipalidade articulada com associações ligadas à identidade italiana, teve como justificativa a permanência de características originais, a expressão plástica e a engenhosidade estrutural do muro. Assim, o artefato material “original” (grifo próprio) foi o verdadeiro objeto de valorização, sem que houvesse qualquer tipo de referência física à ocupação urbana precedente no local. É válido mencionar que a ocupação e a vida cotidiana estiveram estabelecidas naquele lugar havia cerca de 40 anos e fizeram com que os casarões das ruas Assembleia e Jandaia fossem suporte de identidades, de relações sociais e de memórias de mais de uma geração de moradores desses imóveis, do entorno e de todo o bairro.

Nesse ponto reside a necessidade de reflexão sobre a atribuição de valor aos Arcos da Jandaia pela municipalidade, excluindo-se o DPH, já que é possível observar uma tentativa de associar esse bem cultural a uma narrativa histórica com recorte preciso, que é o da memória italiana. Conforme discutido no Capítulo 1, tal memória se organizou durante os anos 1980 e contribuiu para a consolidação da Bela Vista como lugar de história e como um dos “bairros italianos” de São Paulo. As associações civis ligadas às cantinas e restaurantes se articularam junto aos poderes públicos estadual e municipal na busca por recursos, projetos e visibilidade para o bairro, e essa articulação foi frequentemente veiculada pela mídia. A monumentalização e inauguração da Praça dos Artesãos Calabreses se constituem em

257 Por meio da Resolução nº 22 de 2002, do Conpresp, foram tombados aproximadamente 900 imóveis e elementos urbanos da Bela Vista e definidas três áreas envoltórias de proteção: Área Especial do Bexiga, Área Especial da Grota e Área Especial da Vila Itororó.

Figura 80. Estudo “Ruas Assembleia e Jandaia: a sorte dos arcos escondidos” (1988), realizado pela Sebes durante o mandato do prefeito Jânio Quadros. À esquerda a capa do estudo e à direita fotografias dos Arcos após a inauguração, em diferentes momentos do dia. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, 1988, Documentos de arquivo.

Figura 81. Reportagens publicadas pelo jornal *Gazeta do Bixiga* sobre a inauguração da Praça dos Artesãos Calabreses. *Gazeta do Bixiga*, nºs. 17 e 18, abril e maio de 1992. Fonte: SÃO PAULO (Município), DPH, Documentos de arquivo.

elementos que contribuíram para reforçar esse protagonismo.

Então, parecem acertadas as defesas de Vargas e de Meyer de que a “descoberta” (grifo próprio) do muro e a sua monumentalização foram recursos utilizados pela gestão de Jânio Quadros para legitimar a demolição e a expulsão dos moradores, já que ela conseguiu se sustentar no discurso da importância da preservação do patrimônio arquitetônico ligado à “imagem trabalhadora da comunidade italiana em São Paulo” (VARGAS, 2019, p. 60) para justificar e desviar o foco da remoção dos moradores e da demolição das edificações. Além disso, segundo Vargas, esse mecanismo permitiu que a versão romantizada da origem dos Arcos da Jandaia permanecesse no imaginário e na memória da cidade até os dias atuais, enquanto “as memórias do Bixiga negro e do Bixiga encortiçado acabaram marginalizadas” (p. 74).

Esse mecanismo pode ter relação com o conceito de “patrimônio-reliquia” elaborado por Rogério Leite (2007). Ao analisar os projetos urbanos de “revitalização” do Bairro do Recife, Leite menciona os perigos de o Estado agir, por meio de intervenções urbanas, em prol da transformação do patrimônio em mercadoria cultural, viabilizada por processos de realocação e romantização da tradição como objeto de consumo. Como consequência, esses processos geram um “patrimônio-reliquia”, por meio do qual os costumes locais perdem suas conexões afetivas com o presente e dificultam a significação desse lugar como espaço de cidadania, onde podem ser demarcadas, social e espacialmente, as confluências ou dissensões ideológicas que se traduzem na reivindicação de diferentes valores culturais, interesses políticos, visões de mundo e necessidades materiais. Para o autor, a relíquia é o vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas. Nesse sentido, o “patrimônio-reliquia” não possibilita amplitude simbólica do patrimônio e limita a ocorrência de contrausos e contranarrativas, ou seja, usos e narrativas dissonantes, cuja existência é essencial para as significações do bem cultural que os diferentes grupos sociais podem estabelecer.

Ao longo de todo o processo acima apresentado, que atravessou a década de 1980, é possível inferir que as ações do DPH não confirmaram a consolidação do “patrimônio-reliquia”, pelo contrário, procuraram encontrar subsídios projetuais e de gestão no sentido de defender a permanência dos moradores de baixa renda e do conjunto edificado sobre o muro. Em um primeiro momento, após a denúncia da *Folha de S. Paulo* em 1981 sobre a situação “precária” dos imóveis, procurou investigar e compreender as suas características arquitetônicas e se mobilizar para enquadrá-lo na Z8-200. Acredita-se que sua ação reativa não eliminou a postura progressista ao tentar encontrar caminhos para elaborar um “projeto-piloto” de restauro e reforma dos casarões, em parceria com a Sehab, com a finalidade de alocar a população de baixa renda que ali residia em programa de aluguel social. Em um segundo momento, mesmo depois de revogada a lei que protegia os imóveis, que, obviamente, deslegitimou o trabalho do órgão, integrantes e ex-integrantes do órgão se posicionaram publicamente contra as demolições, dentre eles a própria diretora da Divisão de Preservação, Maria Luiza Dutra.

Por fim, é oportuno destacar que durante a elaboração do IGEPAC-Bela Vista os cortiços estavam sendo considerados nas práticas do DPH, assim como a tentativa de se entender o patrimônio como parte da dinâmica social, tal como pressupõe o conceito de “patrimônio ambiental urbano”, defendido por Ulpiano Bezerra de Meneses, e o projeto de reabilitação urbana do centro histórico da cidade de Bolonha. As condições de moradia

dos cortiços estiveram presentes tanto no caso do cortiço Vaticano quanto no processo de patrimonialização dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia. Isso denota que, durante os anos 1980, os projetos e estratégias do DPH contaram com múltiplas abordagens e aproximações em relação aos cortiços e à habitação popular.

Considerações finais

Um dos elementos que marca a paisagem da favela onde a narrativa de “Becos da Memória”, de Conceição Evaristo (2017), se passa é a presença dos tratores que indicam a iminência de destruição da comunidade. As grandes máquinas de demolição, presentes tanto na paisagem quanto no cotidiano da favela, ratificam na história uma força ameaçadora, como uma espécie de sombra que paira no ar, e revelam que os moradores seriam expulsos do local a qualquer momento. Metaforicamente, foram elas que mataram os “homens-vadios-meninos” que foram brincar no “Buracão”, como era conhecido o local onde as escavadeiras permaneciam.

O cenário apresentado por Evaristo me fez refletir sobre a questão dos cortiços e questionar se essa ameaça constante também poderia ter relação com a sua presença “indesejada” (grifo próprio) em bairros centrais e, frequentemente, vinculada a uma imagem de “deterioração urbana” (grifo próprio) nas grandes cidades brasileiras. Embora sua existência em São Paulo seja uma das opções de moradia para as classes mais pobres até os dias atuais, a narrativa da destruição parece ser um elemento que se colocou historicamente como parte da dinâmica dos cortiços. Sidney Chalhoub (2017), por exemplo, mostra a “operação de guerra” (CHALHOUB, 2017, p. 19) que foi montada em 1893 para a demolição do cortiço popularmente conhecido como “Cabeça de Porco”²⁵⁸, no Rio de Janeiro. A ação, marcada pela grande capacidade de intimidação e uso da força por parte do Estado, expulsou os moradores violentamente e demoliu a edificação. Foi-lhes permitido levar apenas pedaços de madeira da antiga edificação, para que pudessem reaproveitá-los em outro local.

Nas palavras de Chalhoub, “a destruição do Cabeça de Porco marcou o início e o fim de uma nova era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo ainda em andamento da erradicação dos cortiços cariocas” (CHALHOUB, 2017, p. 20). Além disso, o autor defende que esse episódio foi importante, pois pavimentou um novo modelo de gestão das diferenças sociais na cidade, baseado, de um lado, na construção da noção de que “classes de pobres” e “classes perigosas” (p. 22) denotam a mesma realidade e, de outro, na eficácia da administração estatal calcada em critérios técnicos e científicos. Para o autor, a destruição do grande cortiço carioca faz parte de um movimento de controle social na cidade e de um processo sistemático de perseguição desse tipo de moradia que se mostra presente até hoje.

Em São Paulo, os cortiços também foram objeto de ações estatais com o mesmo caráter nas últimas décadas do século XIX. Em sua análise, Nabil Bonduki classifica essa atuação em três “frentes de combate” (2013, p. 41), que se intensificaram após a eclosão de epidemias de febre amarela e de cólera-morbo na cidade. O poder público identificou a concentração de moradias populares como potenciais focos de propagação de doenças e se apoiou nessa justificativa para levar adiante um conjunto de intervenções inter-relacionadas de controle e ordenamento sociais e de disciplina do espaço urbano.

Para Bonduki, uma dessas frentes foi marcada pela realização de obras de saneamento,

258 O “Cabeça de Porco” era um cortiço localizado à Rua Barão de São Félix, nº 154, no centro do Rio de Janeiro. Segundo Sidney Chalhoub, os jornais da época indicavam que o cortiço chegou a contar com quatro mil moradores simultaneamente. No momento da demolição, a Gazeta de Notícias indicava a existência de quatrocentos moradores, pois uma das alas da edificação havia sido interditada pela Inspetoria Geral de Higiene do Rio de Janeiro no ano anterior.

por meio da participação do Estado na gestão de obras de saneamento, de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto²⁵⁹. A segunda frente foi caracterizada pela promulgação de leis de controle do uso do solo, que regeram princípios gerais de higiene pública. Entre elas, estão o Código de Posturas do Município de São Paulo, de 1886, e o Código Sanitário de 1894. O autor considera que os cortiços aparecem como preocupação de ordem sanitária em todas elas, sobretudo na segunda, por meio da qual ficou expressa a proibição da abertura de novos cortiços, a exigência de se fechar os existentes e a demolição das habitações consideradas insalubres em território municipal.

Acredita-se que a narrativa da destruição esteve mais perceptível na terceira frente identificada por Bonduki, que foi caracterizada pela atuação da Diretoria de Higiene, que detinha poderes de inspeção sanitária e de polícia. Esse órgão ficou responsável pela vigilância das habitações populares e dos seus moradores, por meio de visitas domiciliares, medidas de desinfecção e interdições a imóveis que apresentassem condições insalubres. A Diretoria também encomendou o “Relatório da Comissão de Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigênia”, finalizado em 1894, para analisar as condições sanitárias desse bairro e atuar em prol da prevenção de epidemias. Bonduki sinaliza que esse não foi o único objetivo da produção desse relatório, uma vez que a Santa Ifigênia, ocupada majoritariamente por famílias de baixa renda, estava localizada próxima ao Campos Elíseos, que foi um bairro ocupado pelas elites à época. Nesse sentido, era evidente a intenção de eliminar os cortiços e afastar a pobreza da área central.

Desde então, fundamentou-se no imaginário urbano a relação entre cortiços e “deterioração urbana” (grifo próprio), ou seja, regiões que apresentavam concentrações dessa forma de moradia foram frequentemente encaradas pela opinião pública e por grande parte das gestões municipais como “degradadas” e, portanto, “indesejadas” (grifo próprio), aspecto que deu respaldo para a realização de intervenções de renovação urbana. Nestor Goulart Reis Filho (1994) chama atenção para o fato de que o vale do córrego Saracura, por exemplo, foi objeto de todos os planos urbanos elaborados pela municipalidade nas primeiras décadas do século XX, os quais previam a urbanização e a retirada das habitações populares que se distribuíam pela encosta.

O mesmo problema é discutido por Eudes Campos (1996) na sua análise sobre o Plano de Avenidas, de Prestes Maia e Ulhôa Cintra. Para Campos, estava entre os objetivos do plano a intenção de embelezamento e elitização da região central. Esse aspecto pode ser comprovado com o caso da Vila Barros, analisado no Capítulo 4. Esse complexo de cortiços, do qual o cortiço Vaticano fazia parte, foi demolido após a construção dos viadutos Jacaré e Maria Paula para dar lugar ao Conjunto Residencial Japurá, do IAPI, nos anos 1940.

A imagem atrelada aos cortiços como “espaço da pobreza” e “foco de desorganização moral”, utilizando-se das expressões de Maura Vêras (2016, p. 117 e 128), trouxe a reboque a estigmatização social dos seus moradores e o reforço de práticas sociais excludentes no decorrer do século XX, já que essa forma de morar é caracterizada, em grande medida, por condições precárias de habitabilidade, e é buscada por grupos sociais que passaram por processos de inferiorização social e econômica decorrentes das condições estruturais do

259 Segundo Nabil Bonduki, as obras de saneamento se tornaram possíveis naquele momento devido à encampação da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos pela municipalidade e da criação, em 1890, da Comissão de Saneamento das Várzeas, órgão responsável pelas obras de drenagem de áreas próximas aos cursos d’água, que corriam a céu aberto.

capitalismo periférico, como os trabalhadores não qualificados e pouco remunerados e os migrantes nordestinos de baixa renda.

Pela pesquisa, verificou-se que esse ideário ainda estava presente nos anos 1970 e 1980 em São Paulo, foi partilhado por mais de uma gestão municipal e reforçado pela mídia nesse período. A Bela Vista, enquanto representante entre os bairros que apresentavam concentração elevada de cortiços, esteve na linha de frente desse embate de forças, principalmente porque está localizada em uma área estratégica entre o Centro e a Avenida Paulista e constitui, dessa forma, um território em que o setor imobiliário depositou seus interesses.

Durante a gestão de Miguel Colassuono (1973-1975), por exemplo, a Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep) organizou três projetos de renovação urbana com a intenção de adaptar a Bela Vista para receber novos usos e de adequá-la à estruturação metropolitana. No cerne desses projetos estava a necessidade de “renovar” (grifo próprio) o bairro e, para isso, a existência dos cortiços não era condizente. No “Plano de Renovação Urbana da Bela Vista” (1974), habitações coletivas chegaram a ser identificadas e mapeadas, o que denota que foram elementos considerados nas propostas de renovação urbana, conforme exposto no Capítulo 2.

A gestão de Jânio Quadros (1986-1988) deixou essa intenção ainda mais explícita, porque contava com o apoio de grande parte da opinião pública e da iniciativa imobiliária privada. Foi na sua gestão que a Z8-200 referente aos casarões das ruas Assembleia e Jandaia foi revogada, e o conjunto foi demolido, assim como outras iniciativas que fizeram parte da sua agenda de “desfavelização” da área central. A atuação preservacionista se mostrou um elo frágil nesse embate de forças, tanto na tentativa de preservação do conjunto edificado quanto da luta pela permanência dos moradores de baixa renda.

Por outro lado, a gestão de Mário Covas (1983-1985) parece ter se atentado ao tema dos cortiços de maneira distinta, entendendo-o como um problema relativo à inadequação habitacional que precisava ser objeto de políticas públicas de habitação social. Dentre os objetivos do “Plano Habitacional do Município de São Paulo 1983/1987”, foi prevista a melhoria das condições de habitabilidade dos cortiços existentes no município por meio de um programa que criasse normas e critérios para regularização dos imóveis e fiscalização adequada (SÃO PAULO (município), Sehab, 1983). Nesse contexto, os demais órgãos municipais, dentre eles o DPH, possuíam diretrizes para lidar com o tema dos cortiços de forma mais inclusiva, sem que seus programas estivessem pautados em sua necessária erradicação. Os esforços do DPH em firmar uma parceria com a Sehab e com a Emurb para elaborar o projeto-piloto de restauro e habitação de interesse social para os casarões das ruas Assembleia e Jandaia foram ao encontro desse direcionamento.

Nesse cenário, o DPH entrou enquanto agente preservacionista e, em relação à Bela Vista, foi possível detectar duas formas de atuação: a primeira foi a realização do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental Cultural e Urbano da Bela Vista (IGEPAC-Bela Vista), iniciado em 1983, e a segunda é representada pelos casos do cortiço Vaticano e dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia. A separação dessas experiências se deveu à maneira que os cortiços foram incorporados às estratégias de preservação. Notou-se que, no IGEPAC-Bela Vista, havia um discurso que relacionava a presença significativa de cortiços com a “deterioração urbana” e as suas condições físicas com a “precariedade”, embora se tivesse ciência de que um estudo de caráter sociológico fora realizado durante o processo e chamado

atenção para os sujeitos sociais e para suas formas de apropriação do patrimônio. Além disso, pôde-se detectar a incorporação da categoria de “habitação subnormal” nesse discurso, que, mesmo não apresentando referências de fontes, mostrou uma aproximação com os debates do campo disciplinar da habitação social.

A dificuldade de incorporar a habitação popular na perspectiva da moradia como patrimônio levantou questionamentos em relação à adoção do conceito de “patrimônio ambiental urbano” e à sua interpretação por parte da equipe técnica, que reforçou em seu discurso a intenção de promover a melhoria da qualidade de vida da população. O conceito foi mobilizado na metodologia do inventário e no discurso de ex-integrantes do projeto entrevistadas no âmbito desta pesquisa. No entanto, sua adoção parece ter sido distinta da definição por Ulpiano Bezerra de Meneses (1978; 2009), para o qual a identificação e a preservação do “patrimônio ambiental urbano” pressupõem o reconhecimento das dinâmicas sociais, culturais, históricas e cotidianas, pois o conceito tem na sua essência o reconhecimento de que as práticas sociais se apoiam no patrimônio edificado e se apropriam dele para a constituição de sua identidade e de sua consciência histórica.

A mobilização desse conceito como guia para a preservação parece ter se aproximado mais da forma como foi adotado nos inventários anteriores, realizados pelo DPH e pela Cogep, que deram prioridade para a dimensão ambiental e a leitura das etapas da evolução urbana do território. Essa interpretação do conceito já estava presente nos primeiros trabalhos de preservação elaborados por Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo em 1975, cujo mote para a seleção do que poderia ser considerado patrimônio era sua configuração como testemunho da história urbana. Recordar-se que essa abordagem se aproximava dos pressupostos sobre as marcas do tempo nas espacialidades e seus significados, elaborados por Kevin Lynch nos anos 1970, e que reverberaram na geração de arquitetos que estudavam e atuavam nesse momento. Esses pressupostos foram, inclusive, criticados por Meneses, que chegou a afirmar que “desviavam” da essência do patrimônio, que era, antes de tudo, “um fato social” e não um elemento material portador de valores intrínsecos e de marcas temporais pré-definidas.

Na realidade, a separação das diferentes interpretações do conceito de “patrimônio ambiental urbano” nessas duas frentes foi proposta por Andrea Tourinho e Marly Rodrigues (2016; 2017), em reconstituição histórica e análise desse conceito, apresentada no Capítulo 2. As autoras defendem a existência de duas abordagens, com prevalência da primeira na prática dos órgãos de preservação: de um lado, a visão pautada no foco para o ambiente urbano e para a importância dos bens, conjuntos e paisagens para a inteligibilidade das etapas da história urbana, defendida por atores como Carlos Lemos; de outro, a defesa do patrimônio como fato social e como suporte de representações e significações dos diferentes grupos sociais que com ele se relacionam, cujo porta-voz é Ulpiano Bezerra de Meneses.

Apesar da verificação de que a primeira interpretação prevaleceu na metodologia e nos resultados do IGEPAC-Bela Vista, acredita-se que essa dualidade não foi abordada tão claramente nas práticas do DPH, naquele momento. Pois, além da multiplicidade de interpretações possíveis e a dificuldade de operacionalizar a preservação para além do patrimônio histórico-arquitetônico, a carência de instrumentos oficiais de preservação que dessem suporte para a ampliação conceitual era determinante na seleção do que a equipe acreditava que pudesse ser efetivamente preservado. No caso desse inventário, a publicação

oficial mostra a preocupação com as limitações jurídicas da Z8-200 para a preservação de outros elementos que fossem distintos das edificações e manchas.

Conforme visto no Capítulo 3, está registrada na publicação oficial do IGEPAC-Bela Vista a preocupação em entender as dinâmicas sociais e culturais existentes, colocadas nos termos de “compreender o percurso de apropriação humana do espaço”, marcado pela “persistência de certos códigos de convivência cultural” e pela “sobreposição de um corpo social diferenciado”, representado pelos nordestinos. Apesar disso, para todas as manchas, as propostas se limitaram a indicar mudanças no zoneamento com o objetivo de manter a homogeneidade do maciço construído e suas características ambientais. Foi indicado o enquadramento das manchas nas zonas Z8-200 e Z11, que proibiam a alteração no parcelamento do solo e a ocorrência de verticalização excessiva (SÃO PAULO (Município), DPH, 1986).

As informações sobre a “Mancha Assembleia e Jandaia” mostram que as propostas do inventário se limitaram a indicar a necessidade de estudos para uma “destinação” de uso compatível com seu “grande potencial de reutilização”. Como visto, a maioria das edificações desse conjunto estava ocupada como cortiço, e esse aspecto não foi considerado ou registrado nas propostas finais. Por meio de outras ações ocorridas no mesmo período, o órgão tentava considerar a habitação de interesse social e a permanência dos moradores nesse conjunto encortiçado. Essa multiplicidade de abordagens incide luz sobre as possibilidades que estavam postas nas práticas do DPH, no que concerne à habitação popular, durante os anos 1980, e acredita-se que os cortiços são elementos-chave para se discutir a multiplicidade de formas de apreensão desses conceitos.

Não obstante, acredita-se que o IGEPAC-SP possibilitou um amadurecimento na mobilização do conceito e da noção de patrimônio no DPH, na comparação com os inventários realizados ao final da década de 1970. A metodologia deste inventário deu condições para se considerar a habitação em escala urbana e propôs novos critérios para a preservação dos bens e conjuntos selecionados, com base em categorias valorativas ambiental e paisagística, e novas categorias para as fichas de pesquisa, que passaram a incorporar dados de ambiência, além dos dados arquitetônicos e históricos.

Ademais, sabe-se que a aplicação do inventário como instrumento de proteção pelos órgãos de preservação encontra limites até os dias atuais, em virtude, principalmente, da ausência de regulamentação específica. Marly Rodrigues (2016) mostra a existência de um debate jurídico em torno desse instrumento, em que, de um lado, estão os que afirmam que ele não pode ser utilizado, e, de outro, aqueles que defendem que a sua aplicação pode ser realizada, pois serve de mecanismo para garantir o patrimônio, enquanto direito fundamental difuso. Tal falta de regulação também é discutida por Yussef de Campos (2013) que destaca que, embora o artigo nº 216 da Constituição Federal inclua o inventário como um dos instrumentos de proteção, não existem normas relativas aos seus efeitos, ao contrário do tombamento, que está regulamentado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937.

A segunda forma de atuação do DPH assumiu a habitação popular no patrimônio como ferramenta na luta para a preservação. As experiências do cortiço Vaticano e, em especial, a dos casarões das ruas Assembleia e Jandaia evidenciaram uma tentativa de preservar as edificações, que eram vistas pela opinião pública como “degradadas”, com a permanência dos moradores cortiçados. Ainda que a metodologia do estudo do conjunto tenha privilegiado

a leitura arquitetônica e, desse modo, não tenha desenvolvido uma análise sobre esse modo de vida e os sentidos sociais no patrimônio, é possível dizer que foi uma ação em que os cortiços e os moradores foram incorporados na estratégia de preservação e cujas propostas não reforçaram a condição de “deterioração urbana” (grifo próprio).

Isso posto, é possível inferir que as práticas do DPH durante os anos 1980 foram marcadas por diversas possibilidades na consideração da habitação popular no patrimônio, o que denota que se tratava de um tema complexo e que ainda necessitava de amadurecimento conceitual e prático no departamento, que tinha poucos anos de existência. Cabe destacar que órgãos de outras instâncias federativas já estavam tentando operar outros sentidos para a habitação popular naquele momento. Como mostra Flávia Brito (2016), o processo de patrimonialização da Avenida Modelo, no Rio de Janeiro²⁶⁰, permitiu que se criasse no âmbito do SPHAN o grupo de trabalho “Vilas e Congêneres”²⁶¹. Estava entre os objetivos desse grupo a realização de estudos, de caráter multidisciplinar, de programas e ferramentas de valoração que envolvessem dinâmicas sociais vulneráveis e o estímulo à participação dos moradores nesses processos. Partilhava-se a ideia de que eles seriam diretamente afetados pelas medidas de proteção e que a reabertura política favorecia o fortalecimento do diálogo entre eles e o órgão de preservação. Percebe-se que havia uma preocupação com o ônus decorrente da aplicação dessas medidas, que poderiam acarretar a valorização imobiliária e, consequentemente, a expulsão dos residentes.

De acordo com o material apresentado por Brito, fez parte do primeiro relatório do Projeto Vilas e Congêneres um levantamento dos tipos específicos das modalidades habitacionais a serem consideradas pelos estudos. É importante destacar que essa relação é mais abrangente do que apontaram os estudos do campo da habitação social elaborados em São Paulo nos anos 1970 e 1980. Dentre os tipos elencados no Projeto Vilas e Congêneres, estavam vilas, vilas operárias, vilas militares, avenidas, casas de cômodo, cabeças de porco, cortiços, hospedarias, estalagens e albergues. Essa diversidade de tipologias não foi considerada nos estudos analisados por esta pesquisa, o que denota um esforço grande por parte do SPHAN de identificar e compreender as características dessas habitações populares distribuídas nas cidades de todo o país.

Além disso, vale a pena ressaltar que a maior amplitude do processo sobre a Avenida Modelo, no âmbito do grupo Vilas e Congêneres, permitiu a realização de estudos mais aprofundados sobre o conjunto, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto sociológico²⁶². Este analisou a dinâmica social e as formas de organização e apropriação dos residentes enquanto moradores e usuários do espaço, o que mostra uma incorporação da habitação popular para além da chave do patrimônio como testemunho de determinada fase da história

260 A Avenida Modelo é um conjunto de habitação coletiva localizado à rua Regente Feijó, nº 55, no Centro do Rio de Janeiro.

261 Flávia Brito mostra que a sugestão para a criação desse grupo foi de autoria de Edgar Jacintho, técnico da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, e fez parte da proposta de tombamento elaborada por ele para a Avenida Modelo. Sua justificativa vinha da necessidade de se debater essas questões nacionalmente, pois, sem elas, o arquiteto entendia que não haveria formas de valorar o conjunto de habitação coletiva pelo qual ficou responsável em instruir o tombamento. O grupo de estudos Vilas e Congêneres foi aberto na Divisão de Tombamento e Conservação do SPHAN em 1983.

262 Esses estudos fizeram parte do Estudo de Caso da Avenida Modelo no âmbito do grupo de estudos Vilas e Congêneres. A coordenação do estudo de caso ficou a cargo de Dora Alcântara e fizeram parte dele profissionais de formações variadas, dentre os quais estavam Helena Mendes, Márcia Chuva e Roberto Maldos, além dos consultores Eulália Lobo, Francisco Carlos Elia, Peter Fry, Alfredo Britto, Lilian Vaz, Marcelo Vasconcelos e Paula Albernaz. O estudo sociológico foi elaborado por Sérgio Gil Marques dos Santos.

urbana e portador de valor histórico e arquitetônico.

Nesse período, também estava em discussão, no Condephaat, o tombamento da Vila Itororó, que estava em situação de cortiço nas décadas de 1970 e 1980. De um lado, estavam os defensores do restauro e da destinação do conjunto como equipamento cultural, de acordo com o projeto de Décio Tozzi, Claudio Tozzi e Benedito Lima de Toledo. De outro, estavam os agentes que problematizaram o uso habitacional e a condição dos moradores dos cortiços à época. Entre esses destacam-se os conselheiros Flávio Império e Ulpiano Bezerra de Meneses e o próprio presidente do Conselho à época, Aziz Ab'Saber, para o qual não seria possível viabilizar a preservação da Vila sem considerar as condições sociais existentes. Vivian Barbour (2017) mostra que Ab'Saber chegou a propor que o órgão instrísse o processo de tombamento com mais informações a respeito do impacto socioeconômico que o tombamento geraria sobre os moradores, o que significa que havia uma preocupação de parte do conselho em evitar o despejo e em considerá-los como elemento fundamental daquele patrimônio. Ulpiano Bezerra de Meneses, por sua vez, foi mais incisivo: defendeu a impossibilidade de se oficializar a proteção estatal se ela acarretasse na retirada dos moradores e enfatizou que a preservação material precisava estar atrelada à preservação social, respeitando-se o contexto de que a vila fazia parte.

Essas experiências, ocorridas nas instâncias federal e estadual de preservação, ocorreram ao mesmo tempo que os casos selecionados por esta pesquisa estavam em curso e mostram as dificuldades e contradições que se apresentavam ao campo em relação à habitação popular. Ao contrário dos bens monumentais, cuja excepcionalidade e valor arquitetônicos reduziram a necessidade de justificativas para além da chave da história e da arquitetura, a patrimonialização de bens de caráter popular precisou encontrar suporte em outras disciplinas, como a Sociologia, a Antropologia e o Direito, para que conseguisse se estruturar no âmbito dos órgãos de preservação.

É lícito destacar essas experiências, pois apontam para a construção de um conhecimento e de experiências preservacionistas baseados em novas sensibilidades patrimoniais e em formas de considerar os cortiços tanto como forma de moradia no patrimônio quanto como elementos de preservação social e de resistência de classes mais vulneráveis nas áreas centrais de grandes cidades. Esses casos ocorreram no período da redemocratização política, em que os diversos grupos sociais viam no patrimônio um mecanismo de reivindicação de direitos e de afirmação de identidades, que se valiam dos bens culturais como referências materiais. A preservação passou a ser mobilizada como condição para garantia de direitos à memória, à qualidade de vida, à cidade, entre outros, e como exercício da cidadania.

No caso da Bela Vista, esse exercício parece ter sido adotado pelas lideranças locais ligadas à identidade italiana, as quais encontraram espaço e formas de se articular junto ao poder público para atrelar o patrimônio do bairro à memória italiana. O fato de no projeto IGEPAC-Bela Vista ter sido elaborada uma reconstituição histórica do bairro que apresentou os italianos como “moradores tradicionais” e como “grupo de resistência” demonstra que os representantes desse grupo tiveram protagonismo maior no processo de patrimonialização do bairro. Ao examinar os cortiços e as ações do DPH, nesta pesquisa se tentou problematizar tais dinâmicas que, além de trazerem consigo um risco de branqueamento social, deformam e obscurecem a presença e as memórias de outros grupos sociais que fazem parte do patrimônio da Bela Vista e que encontraram naquele território um espaço de moradia e sobrevivência.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ANGELO, Michelly Ramos de. *Les développeurs: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970. *Novos Estudos Cebrap*, n. 83, 2009, p. 103-127.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. A População Paulistana. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1958.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE SAÚDE PÚBLICA (APHA). Comitê de Habitação e Habitação. *Basic Health Principles of Housing and its Environment*, 1969.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. In: *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22. Brasília, 1987, p. 82-85.
- _____. Inventário como instrumento e proteção. A experiência pioneira do Ipac-Bahia. In: MOTTA Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org). *Inventários de identificação*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
- BAHIA (Estado). Secretaria Estadual da Indústria e Comércio. *IPAC-BA: inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Vol. 1. Salvador: Coordenação de Fomento ao Turismo, 1975.
- BAFFI, Mirthes I. S. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. In: *Revista do Arquivo Municipal*, n. 204, São Paulo, 2006, p. 169-191.
- BARBOUR, Vivian Moreno. *O patrimônio existe? Os sentidos da Vila Itoiroró*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, Fapesp, 2013.
- _____. e KOURY, Ana Paula (Org). *Os pioneiros da habitação social*. Volume 3.

- Onze propostas de morar para o Brasil moderno. São Paulo: Senac, 2012.
- BORGES, Rosângela Ferreira de Carvalho. *Axé, Madona Achiropita! Presença da cultura afro-brasileira nas celebrações da Igreja Nossa Senhora Achiropita, em São Paulo*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2013.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, Secretaria Municipal de Cultura, 1984.
- CAMPOS, Eudes. São Paulo na visão classi[ci]sta de Prestes Maia. in. A saga da metrópole e seu inventor: cem anos de Prestes Maia. São Paulo: *Revista do DPH*, 1996.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des)caracterizadores de seu fim. In: *Revista CPC*, n. 16. São Paulo, 2013, p. 119-135
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: IEDS; São Paulo: Annablume, 2009.
- CASTRO, Márcio Sampaio de. *Bexiga: um bairro afro-italiano*. São Paulo: Annablume, 2008.
- CERVELLATI, Pier Luigi. *Bolonia: politica y metodologia de la restauración de centros históricos*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- DOMINGUES, Carolina Gomes. *Da Vila Barros ao edifício Japurá. Quando o moderno bate à porta, São Paulo 1920-1950*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ENGELS, F. *Para a questão da habitação*. Lisboa, Edições Avante!, 1984.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017.
- FELDMAN, Sarah. Patrimônio cultural e a dimensão metropolitana. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHLMATRIZ Myagar (Org.) *Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2017.
- _____. CASTRO, Ana. *Vila Itoiroró: uma história em três atos*. São Paulo: Instituto Pedra, 2017.
- FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de participação nos anos 70 e 80. In: *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, p. 153-163
- GRUNSPUM, Haim. *Anatomia de um Bairro*. São Paulo: Livraria Cultura, 1983.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. *Serviço Social e Igreja Católica no Brasil pós-ditadura*. Tese (doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

IPHAN (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: Annablume, 2007.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 73-93.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Bexiga e os italianos em São Paulo, 1890/1920. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte, de LIRA, José Tavares Correia, PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs.) *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

LAGENEST, Jean Pierre Barruel de. Os cortiços de São Paulo. In: *Revista Anhembi*, n. 139, 1962, p. 5-17.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, Aracaju: Editora da UNICAMP, Editora UFS, 2004.

LEMO, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

_____. Os primeiros cortiços paulistanos. In: SAMPAIO, Maria Ruth (Org.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAU-USP; FAPESP, 1998.

_____. *Da taipa ao concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LUCCHESI, Maria Cecília. *Curam-se cidades: uma proposta urbanística da década de 70*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LUCENA, Célia Toledo. *Bairro do Bexiga: a sobrevivência cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LYNCH, Kevin. *De que tiempo es este lugar? Para una nueva definición del ambiente*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1972.

- MARGONARI, Emília. *Alguns aspectos na realidade social dos cortiços da área da Paróquia de Santa Cecília da cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado em Serviço social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.
- MARRETI, Thales. *O concurso de ideias para o Bexiga (1989-1992): considerações sobre as relações entre patrimônio cultural, planejamento urbano e participação democrática*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MARZOLA, Nádia. *Bela Vista*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico., 1979.
- MARX, Murillo de Azevedo. Proteção global para a memória paulistana. In: *Revista CJ Arquitetura*, n. 19. Rio de Janeiro, 1978.
- MEDINA, Ceres de Carvalho. *Bexiga - do 460 ao 490*. Dissertação (mestrado em Antropologia social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. In: *Revista CJ Arquitetura*, n. 19. Rio de Janeiro, 1978, p. 45-46.
- _____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, 2009. Brasília: IPHAN, 2012, pp. 25-39.
- MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo metrópole*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2004.
- NASCIMENTO, Flávia Brito. *Blocos de Memórias. Habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016.
- _____. MARINS, Paulo Cesar Garcez. O PCH, Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos. In: *Anais do Museu Paulista*, n. 1, v. 24, São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Territorialidade Negra e Segregação Racial na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Alameda Editorial, 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Comitê de Especialistas em Higiene da Habitação. Primeiro informe, 1961.
- PAES, Celia da Rocha. *Bexiga e seus territórios*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- PICCINI, Andrea. *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999.
- PIERSON, Donald. Um estudo comparativo da habitação em São Paulo. In: *Revista do Arquivo Histórico Municipal*. N. LXXXII. 1942, p. 241-254.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

_____. Inventário de bens culturais: conhecer e compreender. In: *Revista CPC*. n. 21. São Paulo, 2016, p. 31-48.

ROLDAN, Dinalva Derenzo. *Um ideário urbano em desenvolvimento a experiência de Louis-Joseph Lebreton em São Paulo de 1947 a 1958*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson (Org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. São Paulo: Autêntica Editora, 2007.

_____. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. KOWARICK, Lúcio; SOMEKH, Nadia. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. O cortiço paulistano entre as ciências sociais e política. In: *Revista do IEB*, n. 44, São Paulo, 2007, p. 125-140.

SAMPAIO, Suzanna. *Memória e Patrimônio*. São Paulo: Scortecci, 2007.

SANT'ANNA, Nuto. *São Paulo histórico: aspectos, lendas e costumes*. Volume 4. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1944.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo. *IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*. Rio de Janeiro, 1985, p. 1-18.

SÃO PAULO (Município). Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). *PR-067. Vila Itororó: projeto de recuperação urbana*. São Paulo, 1975.

_____. Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). *Grota da Bela Vista*. São Paulo, 1974.

_____. Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP). Reuniões. São Paulo, 1974.

- _____. Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda (CONSULTEC). *Bela Vista. Z8-010. Plano de Renovação Urbana da Bela Vista*. São Paulo, 1974.
- _____. Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes). *Estudo sobre as favelas da Administração Regional da Sé*. São Paulo, 1974.
- _____. Secretaria de Bem-Estar Social (Sebes). *Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no município de São Paulo*. São Paulo, 1975. Caderno especial da HABI, n. 5.
- _____. Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). Sistema Municipal de Habitação. São Paulo, 1975.
- _____. Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla). Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). Legislação sobre o problema do cortiço no município de São Paulo: análise, crítica e proposições. Dossiê Cortiços. São Paulo, 1981.
- _____. Coordenadoria Geral de Projetos (Cogep). ANT, Clara. KOWARICK, Lúcio. VÉRAS, Maura. *O Cortiço em São Paulo: sua história e atualidade*. São Paulo: 1981.
- _____. Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab); Secretaria da Família e Bem-estar social (Fabes). *Plano Habitacional do Município de São Paulo: 1983/1987*. São Paulo, 1983.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). *Jandaia - Assembleia*. São Paulo, 1983.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, n. 1, junho 1985. pp. 9-10.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). *Cadernos do IGEPAC I: Aspectos Metodológicos*. São Paulo, 1986.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). *Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo: Liberdade*. São Paulo, 1986.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). *Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo: Bela Vista*. São Paulo, 1986.
- _____. Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla). Plano Diretor do Município de São Paulo. Primeira etapa: diretrizes gerais. São Paulo: 1983.
- _____. Secretaria Municipal de Planejamento (Sempla). *Cortiços em São Paulo*:

frente e verso. São Paulo, 1986.

_____. Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). *Inventário do Patrimônio Ambiental Urbano da Zona Metrô Leste*. São Paulo, 1978.

_____. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes). Ruas Assembleia e Jandaia: a sorte dos arcos escondidos. São Paulo, 1988.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Processo de tombamento do bairro da Bela Vista. São Paulo, 2002.

SCHNECK, Sheila. *Formação do Bairro do Bexiga em São Paulo: Loteadores, Proprietários, Consultores, Tipologias Edílicas e Usuários (1881-1913)*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. *Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931)*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCRIPILLITTI, Ana Carolina Nader. *Verticalização e tombamento no bairro do Bexiga: materialização em tensão*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Nova York: Routledge, 2006.

SOUZA, Thais Cristina Silva de. *Paridades: os cortiços de São Paulo (Brasil) e as ilhas do Porto (Portugal)*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TASCHNER, Suzana Pasternak; MAUTNER, Yvonne. *Habitação da pobreza: alternativas de moradia popular em São Paulo*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

TEIXEIRA, Antônio Carlos. *Cortiço: o pequeno espaço do povo*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Associação Brasileira de Cimento Portland, 1996.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

TONASSO, Mariana Cavalcanti Pessoa. O Patrimônio Ambiental Urbano e sua relação com os instrumentos urbanísticos de preservação na cidade de São Paulo. In: *Revista CPC*, n. 23. São Paulo, 2017, p. 12-39.

_____. *Zonas de conflito? Zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo (1975-2016)*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TOURINHO, Andrea de Oliveira; RODRIGUES, Marly. Patrimônio Ambiental Urbano: uma retomada. In: *Revista CPC*, n. 22, São Paulo, 2016, p. 70-91.

_____. Patrimônio, espaço urbano e qualidade de vida: uma antiga busca. In: *Revista Oculum*, n. 14(2), Campinas, 2017, p. 349-366.

VARGAS, Diego Vasconcellos. *Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga*. Dissertação (mestrado em Análise de Políticas Públicas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

_____. JAYO, Martin. Para uma história dos Arcos do Bixiga. *Arquitextos*, São Paulo, ano 20, n. 239.03, *Vitruvius*, abr. 2020. Disponível em <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.239/7672>>. Acesso em 19 de abril de 2020.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor. (Org.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34, 2016.

XAVIER, Renata Ferreira. *A prefeitura de São Paulo num cortiço da cidade (1985/1986)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

Vídeos, documentários e filmes

JEHÁ, Regina. *Bixiga ano zero*. 1971. (10min35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ee5xRCsbsSE>> Acesso em 5 nov. 2019.

TARRAF, Paulino. *23 de Maio no percurso: Rua das Casinhas*. 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J3TF1EvtVoM&list=PLsIwHFrDjhsTfBLV3_Qp-W8ZD3l39ABQ6&index=6&t=0s> Acesso em 7 out. 2018.

Sites

Associação Americana de Saúde Pública (APHA). Comitê de Habitação e Habitação. Basic Health Principles of Housing and its Environment. 1969. Disponível em: <<https://ajph.aphapublications.org/doi/pdf/10.2105/AJPH.59.5.841>> Acesso em 3 jul. 2019.

BlogPaulista. *Construções que não existem mais*, 9 ago. 2008. Disponível em: <<http://blogpaulista.blogspot.com/2008/08/construes-que-no-existem-mais.html>> Acesso

em 8 abr. 2020.

Cidade de São Paulo. Secretaria da Cultura. *Monografias de História dos Bairros de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2 abr. 2019. Disponível em:

< https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313 > Acesso em 9 jan. 2019.

Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio. *Quem somos*. São Paulo: EMBRAESP, 2018. Disponível em: <<https://embraesp.com.br/quem-somos/>> Acesso em 12 dez. 2019.

GeoSampa Mapa. *Mapa digital da cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <[http:// http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/](http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/)> Acesso em 1 abr. 2020.

Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Disponível em: < <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-indice.htm> > Acesso em 30 set. 2020.

Movimento Negro Unificado. *Quem somos*, 2017. Disponível em: <<http://mnu.org.br/>> Acesso em 3 fev. 2020.

NASCIMENTO, Douglas. *Fotografias de São Paulo em 1971*. São Paulo: Curiosidades, 16 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/sao-paulo-em-1971>> Acesso em 28 jan. 2018.

_____. *Os Arcos do Bixiga antes do Jânio*. São Paulo: Artigos, 15 mai. 2015.

Disponível em: <<https://www.saopauloantiga.com.br/os-arcos-do-bixiga-antes-do-janio/>> Acesso em 11 jul. 2018.

_____. *A demolição da rua da Assembleia*. São Paulo: Artigos, 29 mai. 2015.

Disponível em: <<https://www.saopauloantiga.com.br/rua-da-assembleia/>> Acesso em 10 jul. 2018.

Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo. Termo pesquisado:

Rua Japurá. Disponível em: < [http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/](http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ResultadosBusca.aspx?ts=s&q=rua%20japur%c3%a1)

PORTALACERVOS/ResultadosBusca.aspx?ts=s&q=rua%20japur%c3%a1 > Acesso em 14 dez. 2019.

_____. Termo pesquisado: *Rua Jandaia*. Disponível em: < <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ResultadosBusca.aspx?ts=s&q=rua+jandaia> >

acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ResultadosBusca.aspx?ts=s&q=rua+jandaia > Acesso em 23 mar. 2018.

Reportagens

A CIDADE já está decorada para o concurso municipal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 dez. 1978, Local, p. 9.

ARQUITETOS têm planos para cortiços do Centro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 mar. 1986, Caderno Cidades, p. 25.

AS COMEMORAÇÕES no Bexiga, com vinhos e rojões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1982, Caderno Esportivo, p. 18.

BEXIGA quer ser o Centro Turístico Italiano de SP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 nov. 1981, Local, p. 13.

BEXIGA realizou a Festa da Primavera, com chuva. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1981, Local, p. 9.

BISORDI, Gisela. 2 milhões vivem quase esquecidos em cortiços. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 nov. 1980, Local, p. 12.

BIXIGA quer ser mais italiano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1982, Caderno Ilustrada, p. 28.

BRUNO, Ernani Silva. Bexiga, um bairro de várias influências. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1982, Caderno Ilustrada, p. 37.

CÃES VADIOS vão lavar escadarias. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jan. 1983, Local, p. 19.

CAI hoje o último prédio da rua da Assembleia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1987, Caderno Cidades, p. A-11.

CASARÕES sem projeto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1981, Local, p. 12.

CUNHA, Maria Carneiro. Bexiga, um museu vivo para São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 1980, Caderno Ilustrada, p. 52.

DECADÊNCIA expulsou a classe média em 75 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 1976, Local, p. 20.

EMURB estuda destino dos casarões da rua Assembleia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jun. 1981, Local, p. 14.

ENQUANTO o velho Bexiga lamenta, começa a surgir a nova Bela Vista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 abr. 1974, Local, p. 7.

FERREIRA, Fernando Pessoa. O velho Scaramuzza lembra as origens do Bexiga. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai. 1985, Geral, p. 19.

KADUNC, Alexandre. A fascinante e bagunçada harmonia de um bairro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1984, Geral, p. 21.

KOTSCHO, Ricardo. Plano pode beneficiar 20 mil moradores de cortiços. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 1984, Geral, p. 22.

LUTA pela preservação do Bexiga. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 mar. 1983, Caderno Especial, p. 14.

MAIS famílias são removidas de cortiços. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 mai. 1987, Caderno Cidades, p. A-19.

MALHAÇÃO de Judas na Lavapés termina em guerra de ovos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 1987, Local, p. A-13.

MICROZONAS param a nova Bela Vista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1974, Local, p. 11.

MORADORES do Bexiga restauram suas casas por livre iniciativa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 dez. 1982, Local, p. 9.

OLIVEIRA, Carlos. Cortiços proliferam e já dominam casas do Centro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 nov. 1981, Local, p. 23.

PREFEITO quer demolir 22 prédios construídos no início do século. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 dez. 1986, Caderno Cidades, p. A-12.

PREFEITURA desocupa cortiços na rua da Assembleia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 mai. 1987, Caderno Cidades, p. A-11.

RÁPIDA demolição de casarões na rua Jandaia inutiliza material. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 mai. 1987, Caderno Cidades, p. A-12.

RESTAURAÇÃO da rua Treze de Maio será inaugurada na sexta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jan. 1983, Local, p. 10.

RIO, vê o projeto do Bexiga. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 dez. 1974, Local, p. 17.

SÁ, Dirceu Nogueira. Imóveis desapropriados são usados por marginais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 mar. 1981, A Cidade é Sua, p. 11.

_____. Invasão consentida nos prédios da rua Jandaia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 set. 1981, A Cidade é Sua, p. 11.

_____. Prefeitura abandona prédios na rua Jandaia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 1981, A Cidade é Sua, p. 14.

SAMPAIO, Suzanna. Patrimônio urbano. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 mai. 1987, Painel do Leitor, p. A-3.

SÃO PAULO terá Terminal Turístico Rodoviário. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 out. 1983, Caderno Turismo, p. 29.

SAYÃO, Filomena. Terminal turístico na Marginal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1985, Caderno Turismo, p. n/c.

TERMINAL Turístico Rodoviário. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 out. 1983, Caderno Turismo, p. 22.

TRADIÇÕES de um bairro ganham museu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 abr. 1981, Caderno Ilustrada, p. 29.

ZANFRA, Marco Antônio. Paróquia quer humanizar cortiços do Bexiga com ação humanitária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 dez. 1983, Geral, p. 22.

Leis e decretos

BRASIL. *Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf> Acesso em 22 nov. 2018.

SÃO PAULO (Município). *Lei ordinária nº 4704 de 3 de junho de 1955*. Aprova Plano de Melhoramentos do bairro da Bela Vista e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1955/470/4704/lei-ordinaria-n-4704-1955-aprova-plano-de-melhoramentos-do-bairro-da-bela-vista-e-da-outras-providencias-1972-09-15-versao-compilada>> Acesso em 22 jan. 2019.

_____. *Lei municipal nº 5418 de 14 de novembro de 1957*. Aprova plano de abertura da Avenida 23 de Maio - antiga Avenida Anhangabaú, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1957/542/5418/lei-ordinaria-n-5418-1957-aprova-o-plano-de-abertura-da-avenida-23-de-maio-antiga-avenida-anhangabau-e-da-outras-providencias>> Acesso em 22 jan. 2019.

_____. *Decreto nº 4965 de 11 de novembro de 1960*. Declara de utilidade pública área de terreno necessária à execução do projeto de abertura da Avenida Vinte e Três de Maio, aprovado pelas Leis ns. 5418, de 14 de novembro de 1957, e 5635, de 27 de julho de 1959. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1960/497/4965/decreto-n-4965-1960-declara-de-utilidade-publica-area-de-terreno-necessaria-a-execucao-do-projeto-de-abertura-da-avenida-vinte-e-tres-de-maio-aprovado-pelas-leis-ns-5418-de-14-de-novembro-de-1957-e-5635-de-27-de-julho-de-1959>> Acesso em 22 jan. 2019.

_____. *Lei municipal nº 7688 de 30 de dezembro de 1971*. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo - PDDI-SP, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1971/768/7688/lei-ordinaria-n-7688-1971-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-do-municipio-de-sao-paulo-pddi-sp-e-da-outras-providencias>> Acesso em 20 abr. 2020.

_____. *Lei ordinária nº 7805 de 1 de novembro de 1972*. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município, e dá outras providências. Disponível

em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1972/780/7805/lei-ordinaria-n-7805-1972-dispoe-sobre-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-e-da-outras-providencias>> Acesso em 20 abr. 2020.

_____. *Lei ordinária nº 7694 de 7 de janeiro de 1972*. Dispõe sobre a criação da Coordenadoria Geral de Planejamento - Cogep, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1972/769/7694/lei-ordinaria-n-7694-1972-dispoe-sobre-criacao-da-coordenadoria-geral-de-planejamento-cogep-e-da-outras-providencias>> Acesso em 20 abr. 2020.

_____. *Lei ordinária nº 8204 de 13 de janeiro de 1975*. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1975/820/8204/lei-ordinaria-n-8204-1975-dispoe-sobre-a-criacao-da-secretaria-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias>> Acesso em 13 fev. 2020.

_____. *Lei municipal nº 8252 de 20 de maio de 1975*. Dispõe sobre a criação do Departamento de Informação e Documentação Artísticas, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1975/825/8252/lei-ordinaria-n-8252-1975-dispoe-sobre-a-criacao-do-departamento-de-informacao-e-documentado-artisticas-e-da-outras-providencias>> Acesso em 13 fev. 2020.

_____. *Lei municipal nº 8328 de 3 de dezembro de 1975*. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de uso especiais Z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1975/832/8328/lei-ordinaria-n-8328-1975-dispoe-sobre-o-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-nas-zonas-de-usos-especiais-z8-cria-novas-zonas-de-uso-amplia-zonas-existentis-e-da-outras-providencias>> Acesso em 13 ago. 2019.

_____. *Lei ordinária nº 8769 de 31 de agosto de 1978*. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de uso especiais Z8, nas áreas especiais de urbanização, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1978/876/8769/lei-ordinaria-n-8769-1978-dispoe-sobre-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-nas-zonas-de-uso-especial-z8-nas-areas-especiais-de-urbanizacao-e-da-outras-providencias>> Acesso em 13 ago. 2019.

_____. *Lei municipal nº 9725 de 2 de julho de 1984*. Dispõe sobre a transferência de potencial construtivo de imóveis preservados; estabelece incentivos, obrigações e sanções, relativas à preservação de imóveis, e dá outras providências. Disponível em: < <http://>

legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-9725-de-02-de-julho-de-1984> Acesso em 12 jul. 2019.

_____. *Lei ordinária nº 10032 de 27 de dezembro de 1985*. Dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10032-de-27-de-dezembro-de-1985/>> Acesso em 23 fev. 2019.

_____. *Lei municipal nº 10282 de 10 de abril de 1987*. Exclui imóveis do Quadro nº 8M, anexo à Lei nº 9.725, de 2 de julho de 1984. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=179601>> Acesso em 27 fev. 2020.

_____. *Projeto de Lei nº 504/89*, do Vereador Luiz Carlos Moura. Dispõe sobre condições de habitação nos cortiços, e dá outras providências. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/projeto-de-lei-camara-municipal-509-de-13-de-outubro-de-1989>> Acesso em 23 mar. 2020.

_____. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). *Resolução nº 11 de 1990*. Abertura do processo de tombamento do bairro da Bela Vista.

_____. *Lei municipal nº 10928 de 8 de janeiro de 1991*. Regulamenta o inciso II do artigo 148 combinado com o inciso V do artigo 149 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e dá outras providências. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10928-de-08-de-janeiro-de-1991>> Acesso em 23 mar. 2020.

_____. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). *Resolução nº 22 de 2002*. Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/49c99_22_T_Bairro_da_Bela_Vista.pdf> Acesso em 14 fev. 2018.

Anexos

1. Sistematização das fichas de pesquisa do projeto IGEPAC-Bela Vista com base na indicação da presença de cortiços

Na tabela a seguir estão indicadas as 111 fichas de pesquisa do projeto IGEPAC-Bela Vista em que foi atestado “Uso atual” como cortiço, seja no primeiro momento de preenchimento, em 1983, ou no segundo momento, entre 1991 e 1992. As informações contidas nas fichas de pesquisa foram transcritas para a tabela, mais especificamente aquelas indicadas nos campos: Número da ficha; Setor; Quadra; Lote; Logradouro; Uso atual; Dados de ambiência; Dados arquitetônicos; Alteração; Conservação e Iconografia, com a indicação se os campos foram preenchidos em 1983 ou em 1991/1992. A análise sobre esse material foi realizada no Capítulo 3.

Também está presente a sinalização se o imóvel contou com vagas de aluguel de cômodos anunciadas no jornal *Diário Popular* entre 1982 e 1987, cuja investigação também fez parte desta pesquisa e foi apresentada nos Capítulos 1 e 3.

Solo	Quadra	Latão(s)	Logradouro	Número	Faixa	1993	Uso atual	Dados de ambientação	Alteração	Conservação	1993 ou 1992	Uso atual	Dados de análise	Dados arquitetônicos	Alteração	Conservação	Fotografia	Anexo Data Popular	Ano
5	48	29	Rua Condessa de São Joaquim	282	49	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Serviço	Edifício bem ambientado, graças ao galvário e à implantação das móveis conjugadas.	Edifício eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	Bom		X	1982
5	48		Rua Condessa de São Joaquim	318, 310, 306	51	X	Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	Bom	X	Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
5	35	47, 48	Rua Jaridala	18 e 20	36	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Corpo (n. 18), local (n. 20)	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
5	35	37 e 41, 44, 46, 50, 277 a 298	Rua Jaridala	112, 122, 30 e 48, 72 e 104	37	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c		X	1982	
5	48		Theresa Lofel	Indagado falta	52	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	Bom	X	n/c	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	n/c		X	1984	
5	35	49	Rua Andada Nascimento	500 e 502	30	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c		X	1985	
5	48	42, 43	Rua Condessa de São Joaquim	198 e 199A, 198 a 200	47	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício bem ambientado, graças ao galvário e à implantação das móveis conjugadas.	n/c	n/c				
5	48	54	Rua Condessa de São Joaquim	100 e 102	43	X	Residencial e comércio. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	Bom	X	n/c	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	n/c				
5	86	47	Rua Condessa de São Joaquim	121, 123, 127	54	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
5	86	48, 49, 50	Rua Condessa de São Joaquim	131, 133, 135, 137, 139 e 140	55	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
5	86	56, 57, 58	Rua Condessa de São Joaquim	211, 213, 221	57	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
5	86	54	Rua Condessa de São Joaquim	191	56	-	n/c	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
6	42	38	Rua Santo Antônio	1170	100	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	Bom	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	Regular	n/c		X	1982	
6	33	10, 7, 8, 11, 12	Rua Santo Antônio	295, 244 e 298, 276, 282	80	-	-	n/c	n/c	n/c	X	Residencial. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
6	38	8, 9	Rua Santo Antônio	579A e 597	68	-	-	n/c	n/c	n/c	X	Residencial e comércio. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				
6	38	13	Rua Santo Antônio	637	69	-	-	n/c	n/c	n/c	X	Residencial e comércio. Corpo	Edifício em estilo eclético, com influência do estilo neoclássico, com uma porta retila adossada a uma janela (sobretudo). No meio, está o arco, com uma janela de madeira. A porta é de madeira, com uma moldura de madeira.	n/c	n/c				

[illegible]

Ser	Quadr	Lot	Legisla	Nº	Ficha	1983	Uso atual	Dados de ambient	Dados arquitetônicos	Alteração	Conservação	1983 ou atual	Uso atual	Dados de ambient	Dados arquitetônicos	Alteração	Conservação	Iconografia	Ano
6	53	39	Rua Genesira	256	207	X	Residencial	Imóvel compreendendo o primeiro andar (número 256) e o segundo andar (número 257).	n/c	Intervenção	Bom	X	Corpo	Relacionado patrimonialmente com os imóveis vizinhos e com o conjunto arquitetônico da rua.	n/c	Regular	n/c
6	53	56 e 60	Rua Genesira	132, 136, 144, 160	208	X	Residencial (Corpo)	O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 132, 136 e 144, e a segunda, com área total de 160. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	Corpo de imóveis residenciais com fachadas diversificadas em estilo eclético	n/c	n/c	X	Corpo	n/c	n/c	Regular	Pequeno
6	38	1, 2, 2003	Rua Major D'Almeida	40 e 42, 54 e 56, 64 e 70	66	-	n/c	O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 40 e 42, e a segunda, com área total de 54 e 56. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	n/c	n/c	n/c	X	Residencial, comercial, corporativo, total de 40	Edifício de grandes proporções inserido em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica. O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 40 e 42, e a segunda, com área total de 54 e 56. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	n/c	Regular	Pequeno
6	48	6	Rua Major D'Almeida	243 e 251	87	X	Residencial (Corpo)	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	Conjunto residencial inserido em um terreno com inclinação acentuada	Intervenção	Regular	X	Serviços, Pequeno	O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 243, e a segunda, com área total de 251. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	Interessante conjunto patrimonial no residencial formado, ao ser percorrido por meio de um passeio independente. As estruturas das casas do primeiro andar (1983) foram preservadas e as estruturas do segundo andar foram construídas posteriormente.	n/c	n/c
6	48	49 e 52	Rua São Domingos	19, 21, 31, 33	96	X	Residencial (Corpo e nº 3)	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	Imóvel residencial edificado, inserido no conjunto arquitetônico da rua.	Intervenção	Bom	X	Corpo	Relacionado patrimonialmente com os imóveis vizinhos e com o conjunto arquitetônico da rua.	n/c	Pequeno
6	44	50, 51	Rua Trize de Maio	204, 214	129	-	n/c	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	n/c	n/c	n/c	X	Residencial e serviços, corpo (214)	Imóvel situado em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica. O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 204, e a segunda, com área total de 214. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	Imóvel de tipologia residencial, compreendendo as fachadas das estruturas das casas do primeiro andar (1983) e as estruturas do segundo andar (1983), inserido em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica.	Regular	Bom
6	45	7	Rua Trize de Maio	65 e 67	139	X	Residencial	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	Imóvel residencial edificado, inserido no conjunto arquitetônico da rua.	Intervenção	Regular	X	Corpo	Imóvel situado em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica. O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 65, e a segunda, com área total de 67. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	Com estrutura independente para a casa do número 67, o pavimento do primeiro andar (1983) foi preservado e as estruturas do segundo andar foram construídas posteriormente.	n/c	n/c
6	45	14, 15, 16	Rua Trize de Maio	105, 111, 113, 115, 118, 123, 125	141	-	n/c	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	n/c	n/c	n/c	X	Residencial (125, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123)	Conjunto arquitetônico de tipologia residencial, formado por casas de pedo alvenaria e telha cerâmica, inserido em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica.	Intervenção	Regular
6	44	25	Rua Dr. Luis Barreto	39 e 43	111	X	Residencial e comercial	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	Imóvel inserido, dentro do conjunto arquitetônico da rua.	Regular	Regular	X	Corpo	Imóvel situado em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica.	Observações: atualmente em estado de conservação regular.	n/c	n/c
6	44	30	Rua Dr. Luis Barreto	67 e 71, 67 e 75	112	-	n/c	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	n/c	n/c	n/c	X	Residencial e comercial, corpo	Imóvel situado em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica. O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 67 e 71, e a segunda, com área total de 67 e 75. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	Edifício residencial eclético das décadas de 1920 e 1930, com estrutura independente para a casa do número 75.	Regular	Regular
6	48	82 e 95	Rua Jardim Helela	10 e 62 (14 e 16)	81	-	n/c	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	n/c	n/c	n/c	X	Residencial e serviços	O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 10 e 62, e a segunda, com área total de 14 e 16. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	Conjunto de edifícios residenciais de estilo eclético, de grande impacto ambiental.	Regular	Regular		1983
6	47	96	Rua Comendador Ramalho	195 e 201	63	-	n/c	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	n/c	n/c	n/c	X	Residencial, corpo	Imóvel situado em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica.	Imóvel residencial de tipologia residencial, inserido no conjunto arquitetônico da rua.	Regular	Regular
6	54	31	Rua Comendador Ramalho	306, 376	217	X	Residencial (Corpo)	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	Imóvel inserido em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica.	Regular	Bom	X	Corpo	Imóvel situado em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica.	Imóvel eclético com alguns elementos de composição de fachada típicos da época em que foi construído. O imóvel foi dividido em duas partes principais: a primeira, com área total de 306, e a segunda, com área total de 376. Ambas as partes são utilizadas para fins residenciais.	n/c	Regular
9	36	11 e 18	Rua Dr. Ricardo Batista	68, 72, 75, 76, 83, 97, 101, 103	74	-	n/c	Imóvel residencial edificado na primeira década do século XX, com fachada em alvenaria e telhado de telha cerâmica.	n/c	n/c	n/c	X	Residencial, corpo (71 e 72)	Conjunto do residencial bastante evidente com algumas casas (edifícios) em quadra homogênea, inserido no conjunto arquitetônico da rua. No geral, as edificações são de tipologia residencial eclética e inseridas em uma quadra onde predomina o tipo de construção de alvenaria e telha cerâmica.	Regular	Regular

[illegible]

Série	Quarta	Lat/Long	Logradouro	Número	Faixa	1993	Uso atual	Dados de análise	Alteração	Dados arquitetônicos	Conservação	Fotografia	Anexo Diário Popular	Ano
9	40	2	Avenida Bolognini Luis Antonio	1512, 1516	687	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel localizado em bloco de quatro de av. Bolognini Luis Antonio que apresenta características de arquitetura contemporânea, com fachada em concreto.	Regular
9	70	6, 7	Rua Anís Prado	447	787	X	Residencial - Corpo (módulo)	Imóvel residencial em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular	Imóvel residencial em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	n/c
9	70	8, 9	Rua Anís Prado	456, 473, 485	788	X	Residencial - Corpo	Imóvel residencial em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular	Imóvel residencial em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	n/c
9	57	47, 48	Rua Anís Prado	48, 58	784	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular
9	97	30238	Rua Manoel Duarte	666, 673, 677, 681	827	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular
9	97	154, 155	Rua Santo Antônio	1304, 1310, 1316	829	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular
33	2	26, 27	Rua Hunald	196, 200	880	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Bom		X	1962
33	5	50	Rua Hunald	79	890	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular
33	5	45, 46	Rua Hunald	131, 137, 139	892	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular
33	8	41, 42	Rua Hunald	171, 173	893	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular
33	11	20	Rua Manoel Cardim	498	931	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular		X	1984
33	11	2, 3, 4, 5	Rua Manoel Cardim	345, 350, 342, 344, 350	923	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Bom		X	1984
33	11	14, 15	Rua Manoel Cardim	446, 452	927	X	Residencial - Corpo	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	n/c
33	11	16	Rua Manoel Cardim	464	928	X	Residencial - Corpo	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	n/c
33	11	19	Rua Manoel Cardim	482	930	X	Residencial - Corpo	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	n/c
33	11	17, 18	Rua Manoel Cardim	472, 476	929	X	Residencial - Corpo	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	n/c
33	12	57 a 61, 62, 64, 65	Rua Manoel Cardim	466, 468, 469, 511	937	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular			
33	7	20, 23	Rua Monsenhor Pestalozza	21, 23	907	-	n/c	n/c	n/c	Imóvel em bloco de quatro com fachada de tijolo e telhado de telha cerâmica. Possui varanda e garagem.	Regular			

2. Transcrição das entrevistas realizadas com ex-integrantes do Departamento do Patrimônio Histórico

A. Entrevista realizada com Mirthes Baffi, em 27 de agosto de 2018

Transcrição autorizada e revisada pela entrevistada

Explico, inicialmente, do que se trata a pesquisa de mestrado e comento que o IGEPAC-Bela Vista é o objeto. Passo a palavra para a entrevistada.

Mirthes - O IGEPAC, quando começa, o Secretário é o Mario Chamie. Você precisa confirmar tudo isso, de memória... o que aconteceu: quem era a diretora do DPH era a filha do Plínio Salgado, Maria Amélia Marques Loureiro, que sucedeu o Murilo Marx, nosso primeiro diretor. O IGEPAC, na verdade, é uma iniciativa nossa, do corpo técnico, das Seções de Crítica e Tombamento e Levantamento e Pesquisa, junto com a diretoria da Preservação. Nessa altura (1982, acho) entrou muito mais gente, o corpo técnico foi se ampliando ao longo do tempo. Tem bastante gente trabalhando, a Leila Diegoli é a chefe da Crítica. Vários historiadores. O corpo técnico já estava bem maior do que no tempo do Murillo [Marx].

Claudia - Os técnicos foram entrando ao longo desse tempo?

Mirthes - Houve uma leva, uma contratação inicial, entrou uma leva de uma vez. Isso aconteceu em 1977, início do DPH. Com o Murillo, a gente discutia essas questões, de fazer inventário para proteção via Z8-200, que era a legislação de proteção legal existente. Na época, podia se contratar sem concurso, embora tenha havido um concurso para arquitetos, em 1977. A gente começou a discutir a questão do conceito de inventário.

Foi uma experiência participativa, bárbara, muito incrível. E a gente começou então a trabalhar com essa ideia do inventário. A gente deve ter ficado, eu acho, mais de dois anos, a gente deve ter começado em 1980, por aí, e foi até 83, eu acho. Então a gente trabalha com conceito de manchas, traz a experiência de curso de Patrimônio Ambiental Urbano, da FAU. Quando aconteceu mesmo aquele curso, foi 78, né?!

Claudia - Acho que sim.

Mirthes - Então, traz a experiência desse curso. Eu fiz , o Magnani, o Alexandre, do pessoal do DPH. Esse curso tem um papel extremamente importante na forma de ver a cidade. Claro, a gente levava isso, discutia com os colegas, foi uma experiência extremamente rica. Então,...

Claudia - A Carla Milano ainda era a diretora?

Mirthes - Não, ela saiu em 1979 acho.... quando o Murillo cai, na mudança de governo, (1980) ela já tinha saído. Permaneceu o José Guilherme [Savoy] no lugar dela... quem vai para a diretoria da Divisão de Preservação, na gestão do Mario Chamie , na Cultura,

foi a Maria Luiza Dutra, que era estagiária e o secretário achou que ela era a pessoa para dirigir, ela era jovem, recém saída da faculdade, mas ela dava apoio. Houve um bloqueio quanto aos trabalhos da gente. A gente fez muitos estudos de áreas envoltórias... a gente pegava esses bens icônicos da história de São Paulo, fazia um estudo das condições em que estavam e estabelecia regras para a preservação...

Claudia - Não havia resistências por parte dos técnicos pelo fato de a Maria Luiza ser muito jovem?

Mirthes - Não, a gente só não gostou quando a Carla saiu; mas foi uma decisão dela.. Mas não, Maria Luiza era nossa estagiária, a gente já tinha trabalhado junto com ela. Melhor ela do que outro. Nesse aspecto, acho que não teve muitos atritos. Então, como eu disse, como a gente era meio solto, ou seja, não tinha um órgão que efetivava a preservação, o que se tinha, como proteção legal, era a Z8-200, que tramitava na Câmara Municipal, então a gente podia, se quisesse, trabalhar burocraticamente. Mas a gente fazia, a gente discutia adoidadamente, tanto é que saiu o livro, a gente montou uma outra ficha, diferente dessa [do inventário da ZML]. A gente usou a ficha do IPHAC da Bahia, como inspiração. Na verdade teve duas fichas: a primeira, se você olhou o inventário da Liberdade, ela tem um desenho diferente, mas era o que a gente tinha. A gente achava que era um primeiro reconhecimento. Mas, influenciados pela questão do patrimônio ambiental urbano, a gente era muito mais interessado em identificar além dos edifícios na paisagem, a gente fez isso, evidentemente, a gente era muito mais interessado em fazer leitura do ambiente. E essa leitura do ambiente envolvia, gente tinha, na equipe, dez historiadores e estagiários de história, fazer entrevistas, fazer história oral. A gente ia para o bairro, o pessoal entrevistava, fazia levantamento dos agrupamentos culturais. A gente começava, pela leitura do ambiente físico, a gente dividia a área de pesquisa em perímetros, sub-áreas; essas sub-áreas elas são sempre delimitadas por alguns elementos de coesão dentro de cada área, tem algum elemento ou era o tipo de uso, as atividades, qualquer coisa que dava coesão. A gente dedicava muito mais tempo a isso, acho que isso era uma coisa bacana que hoje em dia se perdeu totalmente nos inventários feitos nos últimos anos no DPH, essa leitura ambiental. O trabalho hoje em dia é um trabalho de preservação de prédios, lote a lote, praças, ruas, calçadas, é muito mais fragmentado... a ideia era, realmente, conhecer o território. E aí, o último trabalho, era uma sistematização que a gente mesmo estabelecia para tentar compreender o que a gente estava vendo. Aí a gente passava para a ficha, a ficha era a última coisa... eu não sei se os relatórios estão junto. Se você pegar o volume da Liberdade, você vai ver que os textos que dizem sobre cada área são muito mais alentados do que as fichas, as fichas são um detalhe. A particularidade, o valor ambiental, identificar edifícios que pudessem representar referências de paisagem...

Claudia - Então tudo isso vocês iam discutindo entre os técnicos, não havia imposições...

Mirthes - A gente tinha uma prática muito interessante que era, às quintas-feiras, a gente se dedicava à leitura, a gente pegava textos, discutia, textos, inclusive, de outras línguas. Era uma maneira de a gente se atualizar, adquirir novas referências relativas a

inventários... Fora outras coisas que a gente pegava nesse período, isso já era 85, por aí, o IGEPAC já estava montado, mas a gente continuava estudando para melhorar.

Claudia - Por que o IGEPAC começou pela Liberdade? Você sabe?

Mirthes - Sim. Havia um estudo daquela... acho que era uma associação da construção civil... vou tentar lembrar o nome... enfim, era alguma coisa ligada ao Secovi, que verificava quais eram os lugares onde havia o maior interesse imobiliário... Na verdade, o critério deles era assim: onde tem terreno vazio ou barato, lugares com equipamentos, onde se possa verticalizar. E a gente, então, conseguiu ter acesso a esses levantamentos. Então a gente sabia onde havia mais chances da cidade se transformar e a Liberdade foi o primeiro lugar. E a gente também tinha um critério que apelidamos de casca de cebola, a gente imaginava que o núcleo da cidade poderia ser aqueles bairros mais próximos do centro, onde estavam os monumentos históricos mais importantes, onde necessariamente é uma área a ser preservada. E a ideia era: vamos fazer os inventários seguindo essa ideia da cebola. Mas a gente não fez o Centro direto porque descobriu que a Liberdade era um dos bairros mais ameaçados.

Claudia - O fato de não ter começado pelo Centro não tem nada a ver com o inventário do Benedito Lima de Toledo e do Carlos Lemos, o “Tijolinho”?

Mirthes - A gente sabia que esse levantamento que resultou no Tijolinho, não era completo, mas não foi um motivo. Se você pegar o tombamento do Centro, ele é muito mais extenso. O trabalho do Lemos, ele foi muito: vamos tentar salvar o que tem de excepcional no Centro e em outras áreas, tem o Cemitério de Colônia, tem coisas fora do Centro que foram incluídas. Eles colocaram aquilo que era o básico do básico, ou seja, vamos proteger o que é excepcional, que precisa inegavelmente ser preservado. Então, por conta de que a gente já tinha entrado em contato, com o curso sobre patrimônio ambiental urbano, a visão, que também foi a visão da ZML, que foi uma visão de área, de conjuntos, de processos de transformação, de constituição da cidade, muito mais do que elencar edifícios, a gente não tinha essa coisa... não estou criticando os dois, estou dizendo, eles fizeram uma coisa assim, edifícios... Então, não era isso, a gente sabia que o inventário não podia ser isso, tinha que ser uma coisa mais abrangente...

Claudia - Aí o corpo técnico tomou conhecimento desse movimento do mercado...

Mirthes - E aí a gente achou, vamos atacar rapidinho. Por quê? A gente fez isso, fez um mini da Barra Funda nesse período, fez da Bela Vista...

Claudia - O da Bela Vista foi o segundo?

Mirthes - Não, acho que foi o da Barra Funda, mas ficou super incompleto. Aí a gente foi... como tinha a Zona Metrô Leste, tinha a Zona Metrô Oeste, pegava Barra Funda, etc, foi feito um levantamento que nunca gerou um volume. Mas você tem esse material lá

no DPH, é possível de consultar hoje em dia, está lá, as fichas da Zona Metrô Oeste, ou seja, é anterior ao IGEPAC, já tinha um levantamento dentro dessa ideia de bairro. Começa pelo corredor do Metrô, mas a gente foi trabalhando com a ideia de bairro, foi expandindo, não foi considerando só aquele caminho em volta do Metrô, a gente expande, na zona Leste pega a Mooca, por exemplo, pega a Mooca inteira quase.

Claudia - Aí na sequência veio a Bela Vista e por que foi a Bela Vista?

Mirthes - Por causa da mesma coisa: casca da cebola e urgência por conta das possibilidades de transformação rápida. Aí, depois a gente faz o Centro na sequência. Porque daí foi uma coisa de falar “Bom, tudo bem, está tudo ameaçado, só que nós não conseguimos preservar...” E a gente já tinha tido uma experiência, porque, disso aqui [ZML] saiu uma proposta de preservação, que pegava o Brás, a gente deu muita ênfase nos edifícios industriais, e a gente não conseguiu passar na Câmara Municipal. Na época, o Jorge Wilhelm era o secretário e ele encaminhou e, da mesma maneira que ele colocou na Câmara, foi obrigado a retirar, porque vieram para cima dele. A gente tentou fazer uma reunião com moradores e proprietários lá no Brás e a gente quase foi linchado, os donos das indústrias estavam lá enlouquecidos, não queriam absolutamente o tombamento, na verdade transformar em Z8-200. A gente viu que a Z8-200 era furada, a gente não ia conseguir nada com a Z8-200, era uma coisa... tinha passado aquele do Benedito Lima de Toledo e do Lemos, que eram excepcionais, porque tinham muitos edifícios institucionais, que ninguém ia fazer nada com isso mesmo. A gente sabia que, para o tipo de visão que a gente estava tendo, de cidade, de bairro, não ia rolar. Então a Z8-200, que era um zoneamento, não estava funcionando muito. Por conta disso, a gente relaxou e decidiu “Vamos fazer o Centro direitinho, vamos fazer o levantamento do Centro e a proteção legal fica para o futuro”. Nesse período, a gente já está discutindo a questão de ter um conselho de preservação, que não foi só uma iniciativa nossa, teve diretorias que também chegaram a essa conclusão, que precisava constituir um conselho. Ele é criado em 87, em 88 teve uma modificação que o Jânio diminui o número de conselheiros, a representatividade, faz essa distorção que permanece até hoje, que é você ter mais membros do poder público do que da sociedade civil, o que permite que você manipule de acordo com o interesse da administração que está no poder. Põe só gente sua lá e acabou. Mas isso aí é uma coisa, ou seja, não é só uma iniciativa nossa, que nós queríamos, não foi, tinha interesses...

Claudia - E articulações políticas também para que isso se viabilizasse...

Mirthes - Claro, mas havia esse esforço nosso. O ideal seria, né, se a gente conseguisse como a gente tinha pensado, seria ótimo. Mas de qualquer maneira, da mesma maneira como se trabalhou para constituir o inventário que contemplasse uma certa visão de patrimônio, foi a gente que fez o projeto de lei para a criação do Conpresp. Os próprios técnicos do DPH. Claro, teve advogados, procuradores ajudando, etc, a Prefeitura, mas foi um projeto feito dentro do DPH, que o Jânio modificou. O Jânio era uma pessoa tão contraditória, ao mesmo tempo que ele engessa, modifica a composição do conselho, transformando o conselho em alguma coisa manipulável, ele queria... eu era diretora da [Divisão de] Preservação, foi uma

coisa muito louca, o diretor do DPH era o Cesar Castanho... aí ele me chamou lá e perguntou “Você quer ser?” eu respondi que precisava pensar... fui conversar com os colegas, falei “Gente, ele me chamou, mas eu acho que nessa administração...” Mas a maioria dos colegas falou “pelo contrário, nós achamos que você tem que aceitar, pelo menos é uma chance da gente ter diálogo, aceita e depois a gente vê”. E aí o Castanho veio assim: “Olha, o Jânio encomendou dois projetos: um para preservar o Pátio do Colégio e outro para preservar o Largo São Francisco”. Então a gente fez um projeto para o Pátio do Colégio em que a gente entrava pela [rua] 25 de Março e pegava uma área imensa do Centro. Para o Largo São Francisco também, a gente expandiu, do jeito que a gente achava que tinha que fazer. E ele fez a proteção legal por decreto. O Conpresp já havia sido criado mas ainda não estava homologado, isso era 87, por aí, antes dele fazer a alteração na composição do conselho. A gente fez e ele assinou embaixo... foi revogado o do Largo São Francisco, mas o outro, do Pátio do Colégio, está valendo até hoje. Até deu um problema danado com a instituição das ZEPECs, porque não era Z8-200 e não era tombado, mas por decreto estava protegido, e a ZEPEC não pegava. Então ficou aquela coisa meio... aí foi feito um projeto, há dois anos atrás, e a Clara fez... tudo o que estava dentro do decreto do Jânio para poder transformar em ZEPEC.

Claudia - Aí são dois decretos diferentes ou um que engloba os dois?

Mirthes - Não, são dois decretos. E aí, para transformar em ZEPEC, porque não estava protegido. Quer dizer, estava protegido pelo decreto, mas não estava nem tombado nem era Z8-200. E a ZEPEC pressupõe que seja tombado ou Z8-200. E a ZEPEC, na verdade, é como um chapeuzinho, mas isso é uma outra conversa, porque a ZEPEC foi uma tentativa da Secretaria de Planejamento de sobrepor as competências em cima do DPH, do tombamento, porque ela colocou aquele chapeuzinho que é a ZEPEC por cima dos bens protegidos e de repente apareceram bens protegidos, como os exemplares de arquitetura moderna, sem estarem tombados, o que fez a gente correr atrás e até hoje nem está tudo resolvido. No ano passado, ou melhor, no começo deste ano, caducariam as ZEPECs em cima de bens que não estavam tombados. Mas tinha um monte... aí interessava preservar, então a gente ficou correndo atrás de transformar aquilo que já era ZEPEC e que não era tombado em bem tombado, para legalizar a situação.

Claudia - Voltando ao IGEPAC, a equipe que fez o inventário da Liberdade foi a mesma que fez o da Bela Vista?

Mirthes - Não, porque as coisas aconteceram quase paralelamente. Enquanto tinha uma equipe trabalhando na Liberdade, a outra equipe estava começando a pensar a Bela Vista. Então você tem... precisava verificar as datas... porque essa parte da Liberdade ficou pronta antes, tanto é que deu para sair o livrinho, e a Bela Vista é bem posterior. Não sei se foi um atraso, não sei te dizer, teria que verificar as datas, porque eles não terminaram, de virar um livro. A ideia era fazer um livro com cada um dos inventários.

Claudia - No arquivo do DPH, encontrei, junto com as fichas da Bela Vista, uma

cópia de um caderno chamado “Aspectos Sociológicos”(…)

Mirthes - Do pessoal da História (Levantamento e Pesquisa)...

Claudia - (...) A equipe de vocês pediu para elas desenvolverem esse estudo?

Mirthes - A gente ia junto para campo. Depois nós começamos a nos separar por pares, mas no começo a gente ia todo mundo junto...

Claudia - A equipe era formada pela Maria Imaculada Barros, Tania Martinez, Yara Schreiber.

Mirthes - Sim, eram do DPH.

Claudia - Então elas também faziam parte da equipe?

Mirthes - Faziam. A gente ia para campo juntos, historiador, arquiteto, as linhas dos percursos eram percorridas com todos juntos. Aí separava para cada um fazer o seu trabalho, mas a gente ficava sempre trocando informações. Tinha uma troca de informação constante. A gente recebia uma informação assim: “Olha, gente, quando vocês forem fazer as fichas de uma área X, não esqueçam daquela casinha ali onde acontece tais e tais coisas, que são fundamentais para a comunidade. A arquitetura dela talvez não seja tão interessante, mas ela é importante”. A gente ia e fazia a ficha. Então tinha uma troca de informação, assim, total.

Claudia - Nesse caderno, encontrei entrevistas com personalidades do bairro, com um representante da Vai-Vai...

Mirthes - Isso, isso... É a tal coisa que eu te falei, que tinha um setor de história oral dentro das equipes. Os historiadores transitavam em várias frentes, porque eles eram apenas dez, não eram tantos, suficientes para se dividir, então eles faziam o trabalho geral, para dar conta das equipes de arquitetos.

Claudia - Sobre a organização das fichas. Os técnicos numeraram cada uma das quadras, começa com a cópia da quadra fiscal e tem alguns imóveis selecionados que estão com as fichas lá, mas não são todos os imóveis daquela quadra.

Mirthes - Sim, são só os que tinham interesse. Mas isso é só depois da quarta andada, digo, dos percursos por cada sub-área que a gente repetia várias vezes, tá certo? Na quinta andada a gente pegava a ficha e indicava quais eram os imóveis. E aí você indica...Na verdade, assim, tem o mapeamento e as fichas. Os mapeamentos eram fundamentais, porque eles indicavam quais eram os bens, eles davam já uma avaliação da importância, então tinha uma coisa assim, vermelho escuro, vermelho claro, laranja, azul, o que era realmente importante era vermelho escuro, vermelho mais claro era importante também, o laranja é alguma coisa que diz respeito à área envoltória, ou tem valor ambiental, o imóvel podia não

ser interessante, mas o conjunto era bacana, tem uma paisagem que se define a partir daquela constituição, então laranjinha, ou eles estão em volta de um bem que é importante e se compõem com aquele bem, então o laranjinha, e o azul é aquele que era insignificante. Isso é o mapa, não são as páginas que você está vendo. É o mapão grande da área onde a gente pintava com essas cores... o mapão te permitia ter uma ideia da concentração. O mapão é isso aqui, uma escala maior, onde você sabia onde tinham maiores concentrações de bens de interesse. Dava para você organizar a pesquisa e a questão de como é que vamos propor a preservação disso. Vai tudo ou só esses lugares que têm concentração? Essa concentração, cruzada com essas informações que o pessoal da sociologia e da história levantavam, como fica isso? Fazia vários cruzamentos. Aí tinham também mapas de gabarito, isso era extremamente importante, saber como é que era a questão ambiental mesmo, de conjunto. Tinha estado de conservação, tinha um outro mapa que era assim: é importante, lindo, mas está arruinado, tinha que ter uma cor para isso, outro assim, está ótimo e bacana, mas...

Claudia - Vocês entravam nos imóveis ou era uma leitura a partir da rua?

Mirthes - A gente às vezes conseguia entrar, mas no geral não deixavam. A gente andava com a cartinha para poder entrar, mas era muito raro que alguém deixasse.

Claudia - Então havia esse mapeamento e depois as fichas?

Mirthes - Isso, fazia-se o mapeamento, fotografava...

Claudia - Os fotógrafos eram arquitetos?

Mirthes - A gente sempre tinha fotógrafos no DPH, mas que no geral não davam conta. Às vezes a gente, arquiteto, fotografava e às vezes, se tinha fotógrafo disponível, a gente passava a lista para ele e ele ia lá e fotografava.

Claudia - Nesses trabalhos de campo, quando vocês fotografavam, vocês se detinham no imóvel e fotografavam a fachada frontal, ou se preocupavam também em tirar fotos do ambiente, das pessoas, de convivência...?

Mirthes - A gente tirava fotos de ambientes, se tinha um ambiente bacana, detalhes arquitetônicos, a gente tentava ser econômico porque a ficha era muito pequenininha, então era, tipo assim, vamos economizar... então se tinha detalhes, registrar um detalhe. Foto de fachada era básico, mas aí mais fotos dependia da importância desse bem. Mas a gente fazia as fotos, na ficha não tem toda a informação. A gente tinha arquivos de fotografias complementares.

Claudia - A quantidade de cortiços no bairro naquela época era uma coisa que assustou vocês ou que vocês já imaginavam. Eram muitos ou eram poucos? Qual era a dimensão disso para vocês? Eram muito aparentes na paisagem?

Mirthes - Eram muitos, era bem importante. Tanto é que a gente tinha na Bela Vista uma coisa que hoje foi demolido, tinha cortiços construídos para serem cortiços. Era uma coisa que não era nenhuma raridade, parece que hoje no Brás tem uns três ou quatro ainda, aquelas construções comunitárias, né, construídas para serem cortiços, construção coletiva, onde você tem os quatinhos com uma cozinha, um banheiro coletivo, um lugar para lavar roupa coletivo, um pátio. Isso era cheio. Na Liberdade, também era muito comum, o cara fazia o seguinte, aquele italiano ou português, ele construía dois pavimentos que eram para ele, para a família, e todos os andares de baixo eram para aluguel, mas cortiço mesmo, precaríssimo, com dois, três andares para baixo, usando o desnível do terreno, e alugava isso como casa de cômodos, e era precaríssimo, sem manutenção nenhuma.

Claudia - Mas vocês andando pelo bairro... o que isso significou no reconhecimento do bairro? Significou alguma coisa do ponto de vista da preservação ou de desafios para a preservação? Vocês conversavam sobre isso?

Mirthes - Sim, a gente conversava, mas era uma situação... a gente não sabia como a gente poderia agir, como que a gente poderia interferir nesse tipo de uso, a gente realmente não se via como agente transformador. Você observava coisas do tipo... na Tamandaré, era uma coisa assim... era muito louco porque ela era assim... do lado que ela é plana (o terreno), haviam grandes casarões, palacetes, do lado de cá, tinha a casinha do italiano, do português, com o cortiço por baixo. Uma convivência...

Claudia - Os cortiços não foram critérios para a construção dos inventários, pensando que pudessem ser bairros que estivessem em estado de deterioração...?

Mirthes - Não, nosso trabalho era de documentação da situação naquele momento. Porque o cortiço, bem ou mal, ele mantém a cidade. O que precisa é dar melhores condições de vida para aquelas pessoas que estão ali. Não é uma deterioração no sentido de você estar perdendo testemunhos da ocupação da cidade. Ele mostra uma realidade da cidade.

Claudia - Vocês discutiam isso naquela época? Vocês consideravam um lugar perigoso?

Mirthes - Tinha uma coisa assim “olha, cuidado!”, mas a gente ia assim mesmo, duas mulheres...

Claudia - Houve diálogos com a Secretaria de Habitação nesse sentido, de ver se havia algum programa para isso...?

Mirthes - Olha, na Bela Vista, teve na época o Concurso, aí teve um diálogo de perto com a Secretaria de Habitação, com Bem-Estar Social, teve uma interação...

Claudia - Mas no IGEPAC não.

Mirthes - Não. No IGEPAC a gente constatava, mas a gente não fazia nada mais do que isso. Que tipo de uso que era, escrevia, documentava, acabou.

Claudia - Então para as propostas não havia diferença se o imóvel era cortiço ou não era?

Mirthes - Podia, por exemplo, fazer diferença no estado de conservação. No geral, o cortiço, o encortiçado, é mais precário, então na descrição do estado de conservação aparecia que eram imóveis que precisariam ser recuperados, do ponto de vista físico. Mas a gente não tinha uma... foi como eu te falei, a gente era muito ingênuo, não tinha uma visão social, política; embora a gente não tivesse uma visão assim, também não era vamos preservar o belo, o critério não era esse...

Claudia - O critério então era a manutenção da legibilidade, o conjunto urbano, documentar o conjunto do casario, que documentava uma época da história urbana de São Paulo...

Mirthes - Sim, era por aí.

Claudia - Tinha também a preservação da tecnologia construtiva em tijolos...

Mirthes - A qualidade do ambiente urbano... voltando aos cortiços, não é porque as pessoas estão vivendo em cortiços que elas estão vivendo absurdamente mal. A maioria está mal, mas em geral você tinha áreas onde tinham crianças brincando na rua, tinha uma vida coletiva, as pessoas conversando, ou seja, tinha vida urbana, não era miserável, era pobre, mas não era miserável. Isso entrava como qualidade ambiental, não entrava como uma área degradada porque tinha cortiço. É o tipo de cortiço que pode ser degradado ou não, pode ser precário no ponto de vista das condições do edifício, vai, não a ideia da habitação coletiva.

Claudia - Sobre esse tema, a senhora acha que a administração do Jânio [Quadros], que tinha uma agenda higienista, teve o caso dos Arcos da Jandaia, que tudo foi tirado de lá... vocês achavam que eram resistência, de defender essa posição?

Mirthes - Ele era extremamente contraditório. No geral, ele era “arrasa quarteirão”. Você sabe que ele morou em cortiço? Pois é... nos Arcos da Jandaia, tudo foi demolido, para deixar aqueles arcos bestas lá.

Claudia - Houve declarações do DPH contrárias à demolição...

Mirthes - Sim, porque lá era Z8-200, estava protegido. Entre aquelas poucas coisas protegidas pela Z8-200 estava aquele casario da Assembleia e Jandaia, que era um casario incrível, eram cortiços, mas eram cortiços antigos, as pessoas estavam bem, estavam próximas ao centro, de seus trabalhos, viviam em relativo... não eram desses cortiços tipo horrorosos, eram casas encortiçadas, ...

Claudia - A senhora frequenta a Bela Vista hoje?

Mirthes - Pouco, às vezes eu vou.

Claudia - A senhora acha que mudou muito o perfil social em relação àquela época? Olhando mais para o miolo do bairro, não tanto para as bordas, a Avenida Brigadeiro, a Nove de Julho...

Mirthes - Tem algumas coisas muito fortes, que me lembro longinquamente, mas me lembro, por exemplo aqueles prédios na Rua dos Franceses, mudou muito. O alargamento da Rui Barbosa, aquilo cortou o bairro no meio, cortou, aquilo era uma coisa só e literalmente cortou. Então aquela área ali da [Rua] Abolição, da [Rua] Maria José, aquilo era uma coisa e hoje é outra. Eu acho que a vida urbana se alterou muito daquele tempo para agora. Acho que teve uma alteração muito grande dessas vias, da verticalização...

Claudia - Voltando às fichas, verifiquei que, da Bela Vista, muitas foram preenchidas pelo Edgard Couto, Marcia Mello, Ana Araújo e Marta Araújo, em 83. Só que a maioria das fichas foi preenchida pelo Eudes [Campos]...

Mirthes - Aí são coisas diferentes...

Claudia - É isso que preciso entender.

Mirthes - Tem esse inventário que é feito no tempo do Edgard, que é da primeira vez. Aí passam os anos, o Eudes e eu trabalhamos juntos numa revisão desse material. Nós voltamos para campo de novo, olhamos, fomos olhar tudo, revemos... mesmo que você não mexesse na seleção e a gente mexeu em algumas... por exemplo, se você pegar o... estou falando de memória, posso estar falando tolices... aquela área ali da Rua Sílvia, parece que no inventário do Edgard era meio que deixada de lado. Quando eu fui com o Eudes para a rua, a gente achou que ali era uma área que precisava ser valorizada, etc. O trabalho que eu fiz com o Eudes... você achou ficha preenchida?

Claudia - Então, foi no começo da década de 90?

Mirthes - Foi no final dos anos 80, foi quando a gente vai para a rua. Aí o que acontece...eu assumi a direção da Preservação e, na administração da Erundina eu fui assessorar a CPPU (comissão de proteção da paisagem urbana), na Sehab. Ficou só o Eudes.... parou, acho que parou... e no fim da década de 90, a Clara junto com o Paulo Cesar e acho que o Roni, Ronaldo, fazem esse projeto, que é o projeto de tombamento, com uma visão totalmente diferente do que... eles têm uma outra concepção, eles reveem todos os levantamentos, o tempo passa e tudo fica diferente... ou a casa fica descaracterizada, ou derrubada, enfim, você tem que fazer de novo. Da mesma maneira que era diferente daquilo que o Edgard tinha feito, quando a Clara e o Paulo vão rever, é outra coisa já. Então eles

fazem de novo fichas, fazem novas fichas e fazem um projeto de preservação de acordo com a forma como eles viam. Você não pode dizer que foi uma visão comum de preservação, de inventário. É assim, tudo já estava tudo meio, não sei se posso falar “esgarçado”, é uma palavra pesada, mas é uma coisa assim... já não tem mais conversa, cada uma faz a sua instrução de tombamento, cada um faz o seu. Não sei nem se tem que ter, uma coisa mais coletiva, coesa. Antes, a gente trabalhava em conjunto, se tinha divergência ela era resolvida durante a instrução. Então já é outra coisa, que é o que predomina até hoje, hoje em dia cada um faz o seu tombamento, mas a metodologia...

Claudia - Então houve três momentos: a primeira de 83, que é essa do Edgard, da Ana, da Marta; depois a senhora e o Eudes no final da década de 80 pegam esse material novamente e revisam...

Mirthes - É, revisam, mas... você até falou que tinham fichas preenchidas pelo Eudes, fiquei até surpresa, porque não sabia que ele tinha chegado a preencher fichas...

Claudia - Sim, pelo que averigui ele preencheu mais de trezentas fichas.

Mirthes - É, ele deve ter feito sozinho, porque a gente fez um trabalho de rua, pesado, mas eu não me lembro de preencher ficha, e depois sai da equipe, como já expliquei.. Achei que ele também não tivesse preenchido. Que ótimo que ele fez, porque ele é um cara competentíssimo, ele deve ter feito um trabalho criterioso.

Claudia - Depois veio a Clara então...

Mirthes - A Clara vem depois. Foi ela, junto com os meninos, que fez esse projeto para o tombamento de toda a área, que é o que está valendo hoje, que é a Resolução n. 22 de 2002. Então ela faz isso no começo dos anos 2000, por aí, é quando eles vão para a rua para fazer o levantamento.

Claudia - Sobre o curso do CECRE, do que a senhora se recorda?

Mirthes - Eu e a Bea [Ana Beatriz Ayrosa Galvão] fizemos o CECRE em 1984, fui eu e ela, do DPH. Era um curso de preservação maravilhoso. O Eudes fez também, só que o Eudes fez na turma anterior à nossa. É um curso que, em geral, é de dois em dois anos. Está um pouco diferente hoje, mas ele continua existindo. É um curso que foi patrocinado pela Unesco, nos seus primeiros anos, vinham professores do mundo inteiro dar aula para a gente, era maravilhoso.

Claudia - No curso do CECRE, eles apresentaram o IPHAC da Bahia, a metodologia dele?

Mirthes - Sim, o Paulo Ormino deu aula para a gente. Ele é incrível, de uma vastidão intelectual incrível. Ele conversou com a gente, deu aulas para a gente, eu tenho todos os

volumes do IPHAC... não tem nada parecido na América Latina inteira, essa produção... você já viu os volumes?

Claudia - No DPH, tem dois volumes, mas não encontrei o primeiro, que deve ter a metodologia.

Mirthes - Então vou te contar. Eu levei todos os volumes para o DPH, mas quando a gente saiu do edifício Ramos de Azevedo, a biblioteca do DPH ficou com o Arquivo Histórico, você vai encontrar na biblioteca do Arquivo Histórico, todos, inclusive em CD.

Claudia - Então o IPHAC foi referência para vocês?

Mirthes - Sim. Do pessoal que trabalhava no DPH, o Fernando Martinelli fez (o curso do CECRE), o Magnani, o Alexandre, o Eudes fez, eu e a Bea fizemos. Depois outras pessoas fizeram, mas nesse período inicial, foi a gente.

Claudia - Então acho que é isso. Vocês estavam animados, né?!

Mirthes - Ah, nós éramos jovens, iniciamos o departamento...

Claudia - Olhando em perspectiva, a senhora acha que foi um momento frutífero para o campo do patrimônio em São Paulo?

Mirthes - Olha, tudo o que se conseguiu até hoje foi feito em cima desses princípios, você não pode dizer que se chegaria a essa visibilidade que o patrimônio tem hoje, se não houvesse todo esse trabalho inicial. Ele é o pilar de tudo isso. Deu origem a tudo que está aí. Acho que poderia ter sido melhor, sou super crítica, como eu te falei, acho que era inocente, acho aquela metodologia do IGEPAC ingênua, de uma ingenuidade incrível, mas era o que a gente conseguia, começando, como estávamos, quase do zero. De qualquer maneira, tem essa coisa de querer ver o ambiente, a forma como as pessoas viviam naquele espaço, é uma coisa muito interessante... Ulpiano era um deus, em muitas coisas que a gente lia estava o Ulpiano, as cartas patrimoniais... A gente lia muito mais esses textos do que... no curso do Patrimônio Ambiental Urbano, toda essa gente era referenciada...

Claudia - Então acho que é isso, Mirthes. Muito obrigada pela entrevista!

Mirthes - Claro, espero que eu tenha contribuído!

B. Entrevista realizada com Leila Diêgoli, em 22 de novembro de 2018
Transcrição autorizada pela entrevistada, porém não revisada pela mesma

A entrevista teve início com a minha explicação sobre a pesquisa de mestrado. Comento que já havia entrevistado a Mirthes Baffi e conto, em linhas gerais, o que ela me relatou. Também digo que já havia consultado o arquivo do DPH e levantado todas as fichas de pesquisa do IGEPAC-Bela Vista. Leila Diêgoli toma a palavra:

Leila - O IGEPAC não tinha como objetivo identificar os cortiços. Como ele apareceu? Entrei no DPH em 1981. Infelizmente, o Murillo [Marx] me ajudou a entrar, mas eu não tive a oportunidade de trabalhar com ele lá dentro. Aí o que aconteceu... o DPH tinha a experiência de dois inventários, se é que a gente pode falar isso: um foi a partir do Programa Lemos/Toledo, que foi a Z8-200 do Centro, e o outro foi o da ZML, Zona Metrô Leste, que também foi para apagar incêndio. Qual era a discussão? A gente tinha que ter um inventário sistemático. Aí eu comecei a trabalhar para ver qual modelo a gente tinha que procurar. Aí eu cheguei no modelo da França, né, que trabalhava a cidade não pontualmente, mas em manchas, em cantões. Aí, tudo bem, vamos fazer o quê? Aí entrou a Regina Meyer. Falamos para ela que a gente tinha esse projeto, ela se animou. Qual era a nossa discussão? Bom, vamos começar o inventário por onde em São Paulo? Então a gente adotou a Planta da Cidade, a área urbanizada em 1830, ou 34, isso está lá no caderno do IGEPAC. Em cima dessa planta, fui eu que fiz isso, eu peguei, solicitei todos os alvarás de demolição expedidos na cidade, eu pontuava isso, onde estava sendo demolido. Aí eu fui visitar, não sei se ainda existe essa empresa, chamada Embraesp, Empresa de Patrimônio e tal. Aí eu fui pesquisar onde estavam os novos lançamentos imobiliários. Mapeando isso, cheguei na Liberdade e Bela Vista, era tão pouco óbvio, porque são bairros próximos à área central, de valorização imobiliária, mas de qualquer forma, tinha um estudo mais científico. Aí dividimos os perímetros a serem inventariados, qual era o critério, o critério era caminhos antigos e formações históricas e barreiras físicas: um rio, uma avenida, né, então chegamos nos vários bairros da cidade. Aí, definido isso, discutimos “vamos começar pela Liberdade e Bela Vista”, acho que a gente começou pela Bela Vista e depois foi para a Liberdade, não me lembro direito... Tinha uma equipe enorme, então o trabalho tinha que ser multidisciplinar, então tinha lá uma professora que era socióloga e ia trabalhar na caracterização do perfil social, não caracterizou nada, não adiantou nada. Isso tudo dentro do DPH. Era uma equipe grande, foi para campo, era um trabalho de campo exaustivo. Aí a gente fez um trabalho de simulação de ficha de inventário, não deu certo, eu refiz, aquelas fichas que estão nas publicações eu que fiz no normógrafo. Então, quer dizer, a Mirthes viveu isso desde o começo, mas depois não tocou adiante...

Claudia - Quando a senhora fala “a gente”... a senhora já havia assumido a coordenação do projeto?

Leila - Eu entrei no DPH como chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento, então uma preocupação que eu tinha e, lógico, conversando com meus colegas, não da minha Seção, que não tinha gente muito interessante, mas conversando com outros colegas, eu falava que a gente tinha que pegar e trabalhar com inventário. Aí eu comecei a pensar em

um modelo.

Claudia - A senhora acabou citando o da França, os outros brasileiros, o IPAC da Bahia, o de Pernambuco também foram feitos na década de 70 foram referências?

Leila - Veja bem, o IPAC-BA e o inventário de Pernambuco, o Paulo Ormino de Azevedo fala muito bem, você tem dois tipos de inventário: o científico e o de proteção. O científico você trabalha com tipologias, que é o que o IPAC-BA faz, ele vai buscar arquitetura religiosa, arquitetura residencial, arquitetura oficial, arquitetura civil. E o de proteção é aquele que você faz a varredura para reconhecimento do patrimônio para fins de preservação. Por quê? A necessidade de ter um inventário era para parar com aquela política de apagar incêndio, “Ah! Demoliram um prédio nessa rua. Mas que rua é essa? Que prédio era aquele? Vamos tombar já! Não, perai...” Quando eu falo desse inventário da França é porque eles trabalhavam com cantões, com setores, então aquela coisa de varrer o setor e tudo mais. Outra coisa também que a gente tinha que mudou muito, assim, a gente pegou e quis aprofundar o conceito de patrimônio cultural, então a gente trabalhava com o patrimônio ambiental urbano, não era só edifício, era também traçado urbano, arborização, jardins, mobiliário urbano, pontes, viadutos...

Claudia - Nesse sentido, o curso da FAU-USP teve importância?

Leila - Qual curso da FAU-USP?

Claudia - Houve um curso que tinha esse nome, Patrimônio Ambiental Urbano, em 78. Vocês consultavam textos, como o do professor Ulpiano?

Leila - Sim, sim, também foi referência, importante referência para a gente. Não só ele [Ulpiano], mas outras discussões que tinham sobre o patrimônio cultural.

Claudia - Então no dia-a-dia vocês discutiam esses conceitos durante a elaboração dos trabalhos?

Leila - Assim, para onde o trabalho vai, quais são nossos objetos de pesquisa. Qual é o curso que você falou de Patrimônio Ambiental Urbano?

Claudia - Foi um curso que contou com o consultor da França, chamado Varine-Bohan...

Leila - Ah! Sim, sim...

Claudia - Inclusive membros do DPH fizeram esse curso...

Leila - Mas foi antes de mim. Sim, ele é uma grande referência.

Claudia - Então sempre pensando em uma ideia de conjunto, de ambiência, de mancha...

Leila - Tanto é que você já deve ter lido a resolução final de tombamento do bairro da Bela Vista, é uma coisa muito diferente. O que aconteceu? A gente tinha um inventário da Bela Vista e da Liberdade. No governo da Luiza Erundina, onde eu era diretora de Divisão, a Emurb queria fazer um plano de renovação urbana, de revitalização, que me dá arrepio essa palavra, porque se tem que revitalizar é porque está morto, no bairro da Bela Vista. Eu não lembro o que a gente fez, esse projeto não estava indo bem, abrimos um processo de tombamento do bairro da Bela Vista, queriam me comer viva, “onde já se viu isso?”. Não me arrependo não. Esse processo de tombamento foi aberto em 1991 e a decisão final foi quando eu era diretora do departamento e presidente do Conpresp, vinte anos depois. Vinte não, acho que dez. O que foi legal, assim, naquela decisão, foi o conceito de patrimônio cultural, o valor não estava naquela edificação em si, mas nos modos de vida, isto é, como a população se apropriava. Falando em questão de cortiços, quando eu trabalhava lá, existia onde hoje se fala Arcos da Jandaia, Arcos do Jânio Quadros, havia um casario, das ruas Jandaia e Assembleia, eu cheguei a conhecer, era bárbaro, aquilo sim era uma perspectiva de começar a trabalhar com a questão da habitação. A gente teve algumas iniciativas para trabalhar a questão da habitação, mas foi sempre muito complicado, ninguém queria conversar muito... é ignorância mesmo... porque as linhas de financiamento da Caixa Econômica Federal, chegamos a fazer estudos nesse sentido, eu e outros colegas, as linhas de financiamento não abarcavam a possibilidade de transformar aquelas habitações em habitação de interesse social, pelas faixas de valores, pelas áreas mínimas, vários estudos, um dos últimos foi o da arquiteta Rosana Miranda, que fez com a Vila Economizadora. Ela estava coordenando um trabalho muito legal nesse sentido. A Rosana Miranda é professora da FAU, é uma pessoa muito legal.

Claudia - Então a Rosana estava fazendo um estudo para a manutenção da população com o restauro?

Leila - Ela estava fazendo uma proposta de utilização do patrimônio... lá já era habitação... de manter a habitação e requalificar aquela área. Isso em 2013, 2012... naquela época mesmo, assim, trabalhos com a preocupação específica de habitação de cortiços, de habitação de interesse social eu não me lembro de muitos não...

Claudia - Se vocês perceberam que o valor estava na vida cotidiana, nos modos de morar, na apropriação social, grande parte da população vivia dessa maneira. Isso se mostrou conflituoso? Era uma população predominantemente nordestina...

Leila - Não, não se mostrou conflituoso. Conflituosos foram os outros interesses, os técnicos da administração pública, porque, por sinal, quando a gente abriu o processo de tombamento da Bela Vista, existiam vários pedidos picados de tombamento da população. Nós nunca tivemos nenhuma rejeição. Cansei de ir, assim, participar de reuniões de tombamento do bairro do Sumaré, Interlagos, para explicar para a população qual era o

problema. Na Bela Vista não. Por quê? Porque ela assegurava um direito de permanência, entendeu?! Então, lá na Bela Vista não teve esse problema não. Nenhum. Não teve nenhuma rejeição. É até legal se você está querendo ver isso, o Concurso da Emurb, veja o resultado final.

Claudia - Você se recorda da pressão de outros grupos do bairro para torná-lo turístico? Eles eram mobilizados?

Leila - A questão da perspectiva da gente começar pela Bela Vista... antes da gente fazer o inventário, diversos movimentos: um era delimitar o bairro que era Bela Vista e delimitar o outro que é Bexiga. Isso é uma grande bobagem, porque São Paulo não tem uma coisa chamada “abairramento”. Tem cidades que tem, tem seus bairros delimitados, mas São Paulo não tem isso, cada entidade tem seu limite, Correio tem um, IBGE tem outro e vá lá... Também havia a vontade de um deles, que até morreu, de pegar a [Rua] Rui Barbosa e colocar gôndolas no meio. Pois tinha a vontade de colocar pórtico, tinha um monte de coisa. Como dizia um colega meu, queriam fazer daquilo um Epcot Center italiano. Esse meu amigo é o Minoru Naruto, que disse que a Liberdade virou um Epcot Center japonês. Então existia isso. Óbvio que existia os interesses, as cisões com o povo nordestino, porque até então o Bexiga era só italiano, tem os negros, mas o nordestino ninguém via. Eu não sei se hoje tem, acho que não é tão significativo, a população coreana, eles estão mais para o bairro da Liberdade e Glicério. Tinha isso também.

Claudia - Esses grupos estavam sempre no DPH?

Leila - Sim, eles entravam com expedientes pedindo, eu ia em reuniões, dava parecer. Sim, eles insistiam, entravam com documento oficial...

Claudia - O Walter Taverna, por exemplo?

Leila - Sim, o Walter Taverna, o Armandinho, que é do Museu do Bexiga, que era uma oposição ao Walter Taverna...

Claudia - Eles disputavam o protagonismo, certo?!

Leila - Isso...

Claudia - Então eles estavam mobilizados, mesmo que com embates entre eles...?

Leila - Eram referência para a gente... o Armandinho, ele conseguiu constituir o Museu do Bexiga, que até hoje existe na Rua dos Ingleses, bem ou mal está lá se segurando, mas está lá. O Walter Taverna tinha interesses um pouco mais particulares, do tipo ele teve uma fatalidade, um filho dele morreu na escadaria da Rua Fortaleza, ele fez lá um busto do filho e ele também queria pegar essas alegorias do bairro, italianas, e levar para perto do restaurante dele. O Armandinho era um cara mais, ao meu ver, posso estar errada, mais fácil

de conversar.

Claudia - Você observava, no discurso deles, de que a população nordestina era incômoda?

Leila - Não, não tinha nenhuma intenção assim “vamos expulsar”, não tinha isso. Porque, inclusive, a Bela Vista virou um lugar de trabalho deles, eles saíram de lá, não moravam mais lá, eles só tinham seus negócios lá.

Claudia - Então no trabalho de inventariação foi produzido um estudo sociológico...

Leila - Metodológicos?

Claudia - Não, eu achei um caderno chamado “Aspectos Sociológicos” ...

Leila - Da Margarida Cintra?

Claudia - Sim. A senhora se lembra do que se tratava?

Leila - Ela ficou responsável pelo que a gente imaginava que seria um trabalho multidisciplinar. Só que a gente não tinha muito recurso, A Prefeitura já não disponibilizava, para o DPH menos ainda. E tinha a Margarida Cintra Gordinho, que ficou responsável de fazer a pesquisa sociológica. Então foi lá, levantou umas coisas, mas eu nem lembro o resultado dessa pesquisa, nem lembro desse relatório.

Claudia - Ela era de outra seção?

Leila - Ela era ligada à Regina Meyer, porque esses inventários foram feitos quando a Regina Meyer era diretora do departamento, e ela era assessora da Regina Meyer, mas estava em contato direto com a gente, não era nenhum ser estranho, estava lá com a gente.

Claudia - Qual foi o papel da Regina Meyer?

Leila - Pelo cargo dela, como diretora do departamento, ela não tinha como participar de forma cotidiana, porque você tem uma hierarquia, diretor de departamento, diretor de divisão, de seção... a diretora da divisão à época, a Maria Luiza Dutra, não teve participação nenhuma, deixava o barco rolar. Era muito mais eu e todo mundo, a Mirthes, o Edgard trabalhou um pouco, a equipe era grande...

Claudia - Minha pesquisa das fichas mostrou Marta Araújo...

Leila - Não, Marta Araújo não, não sei quem é... Anna Beatriz Ayrosa, acho que tinha a Ana Winter, tinha aquele menino, o Eduardo... como era o sobrenome dele? Tinha o Normando, tinha um monte de gente...

Claudia - Era a mesma equipe do inventário da Liberdade?

Leila - Não me lembro. Acho que era, porque a gente começou com a Bela Vista e depois foi para a Liberdade e aí a ideia era continuar fazendo inventário por toda a cidade. Eu saí da divisão, saí do DPH, depois voltei, e mesmo assim a Seção Técnica de Crítica e Tombamento continuou fazendo inventários, tem um monte de bairro inventariado, pelo menos o IGEPAC apontou um sinal que todo mundo pegou.

Claudia - A senhora acha que foi um dos principais trabalhos do DPH até hoje?

Leila - Sou suspeita... acho que tem duas linhas de trabalho no DPH que são merecedoras de atenção: uma é essa prática do inventário e a outra é a prática de projetos de restauro e patrimônio histórico. Porque, no DPH, a elaboração de projetos de restauro segue uma metodologia científica, que muitos lugares não acompanham. A gente teve sempre esse critério, quer dizer, o que a gente sempre batalhou foi pela questão da elaboração de trabalhos científicos, o máximo possível. Então tem essas duas linhas, não é qualquer coisa não, a gente seguia, projeto de inventário é isso, projeto de restauro é isso. Quando a gente vai fazer inventário, a gente deixa claro quais são nossos critérios, quais são os limites. Quando a gente faz projeto de restauro, a gente deixa claro que a gente estuda o edifício, a gente estuda sistema construtivo, o estado de conservação. Foi um momento muito legal que eu vivi lá dentro e que eu acho que se perdeu, se perdeu muito. Me aposentei em 2014, antes disso, quando começou o governo do [José] Serra, eles falaram assim: “não, vocês não vão mais fazer projeto nenhum. Vamos contratar tudo de fora”. E contrataram tudo de fora. Aí na hora que tinha que fazer um termo de referência para contratar um projeto, a gente fazia um termo de referência daquilo que é, aí eles falavam: “não, vocês tão fazendo isso para não contratar ninguém de fora”. A decadência começa por aí, a decadência não é só do governo [Paulo] Maluf, do [Celso] Pitta, aquilo lá a gente resistia, levava papel higiênico de casa, mas resistia. Pior foi depois: “não, não precisa fazer nada, fica aí sentado, não precisa fazer projeto nenhum”...

Claudia - A senhora trabalhou lá até 2014?

Leila - Eu entrei em 1981, depois eu tirei um ano de licença, porque eu sabia que não ia ter tempo para aposentar e nem idade. Em 2013, a Prefeitura me processou para eu ser demitida do serviço público porque eu não cuidava do patrimônio histórico. Mais uma porrada. Pega advogado, pega isso, pega aquilo... ganhei a causa, porque só de material dos movimentos... sei lá de onde veio essa sacanagem, deve ter vindo de alguém, mas deixa para lá, já superei isso.

Claudia - O seu envolvimento com patrimônio veio do curso de graduação, de outras experiências profissionais...?

Leila - Começou assim: na graduação, para o Trabalho Final de Graduação

Interdisciplinar, o TGI, eu pensei em fazer um projeto de conjunto habitacional porque eu queria resolver o problema de habitação do mundo. Aí não era isso... depois pensei em fazer alguma coisa ligada ao lugar que eu moro, porque moro aqui no bairro [da Lapa]. Vou trabalhar com aqueles armazéns, galpões, que tem na Rua Guaicurus. Acabei me envolvendo com aquilo. O meu orientador era o Eduardo Corona, que deu a maior força, e eu me apaixonei pelo trabalho. Comecei a pesquisar e estudar essa área de patrimônio. Aí eu tive muita sorte de ter sido contratada no DPH e continuar estudando, porque eu era muito jovem, tinha 22 anos, já fui chefe de seção de pessoas que já tinham trinta, quarenta anos, imagina o que iam fazer comigo! E fizeram, né?! Eu tive que ganhar tempo e teve muitos colegas lá no DPH que me ajudaram muito, para estudar, para fazer tudo. Foi meio por acaso.

Claudia - Foi seu primeiro trabalho?

Leila - Foi meu primeiro trabalho. Tinha sido estagiária, mas nunca tinha trabalhado com estágio em patrimônio histórico, foi meu primeiro trabalho.

Claudia - E você já virou a chefe da seção?

Leila - Entrei como chefe, com 22 anos. Eu tinha que estudar, né?! Ou vai ou não vai! Ou aceita ou não aceita! Todos achavam que eu era cria do Reynaldo de Barros e do Mário Chamie, achavam que eu era filha de general, que eu era super poderosa... eu consegui esse emprego porque a minha irmã trabalhava na TV Cultura e o secretário de cultura naquela época era o Mário Chamie, que tinha um programa chamado Vox Populi, e a minha irmã era editora, e ele participou desse programa, aí minha irmã falou para ele: “olha, minha irmã tem um trabalho muito legal nessa linha de patrimônio histórico”, ele disse “Ah! Manda ela falar comigo” e eu fui. Aí eu passei com o Murillo [Marx], que também deu apoio, foi muito legal, e foi isso. Vivi, no DPH, dos meus 22 até os meus 55 anos.

Claudia - Naquele momento de redemocratização, como a abertura política impactou o trabalho?

Leila - A redemocratização, vamos falar lá de 1984, foi importantíssima. A Regina Meyer teve um papel muito importante no nosso trabalho, pela força que ela deu, pela contribuição que ela teve. O fato de considerar a questão do patrimônio histórico, a proteção do patrimônio cultural, a questão da memória ser reconhecida e ser considerada importante, já foi um grande salto, porque antes era bobagem. Então teve um papel sim. Como eu te falei, foi com a Regina Meyer que a gente conseguiu implantar o IGEPAC, ela deu a maior força, ela botava na parede: “ó, você tem que trazer amanhã o projeto!”. Naquela época, a gente trabalhava com máquina de datilografia, vamos embora, vamos entregar! Mas ela deu a maior força, quando ela viu que a gente entregou ela bancou. Pena que tiraram ela por questões políticas... então, essa questão da redemocratização teve papel importante sim pelo conceito de patrimônio ambiental urbano e pelo reconhecimento da importância

da memória na preservação do patrimônio, quer dizer, era uma coisa tratada de forma séria.

Claudia - A senhora acha que se tivesse sido uma década antes isso talvez não tivesse sido considerado dessa maneira?

Leila - Não. Antes disso, o patrimônio histórico era visto como “deixa para lá”, não interessa não... tanto é que foi nesse período que foi criada a lei que criou o Conpresp, que acho que é uma coisa que você deve prestar atenção. Ele foi criado em 85 e depois o Jânio Quadros modificou em 86. Quando a lei do Conpresp foi criada, ela foi criada por várias mãos. Um monte de gente se reunia no MASP e todo mundo dava opinião. Quais eram as principais questões que a gente colocava? A questão do conceito de patrimônio, quer dizer, você pode tomar desde a chave até o prédio todo, a constituição de um conselho que não fosse chapa branca, quer dizer, que tivesse representantes de diversos segmentos, mas também a gente tinha cadeiras móveis para representantes dos bairros onde estavam sendo propostos os tombamentos. Então a gente tinha a participação da população. Tinha a questão naquela época que as multas para quem destruísse o patrimônio eram irrisórias, porque o valor venal era irrisório, então a lei fala na aplicação de uma multa de dez vezes o valor venal, que hoje em dia é extremamente complicado. No ano seguinte, isso foi em 85, o Jânio Quadros entra e muda tudo. Reduz o conselho a nove representantes, em uma cidade como São Paulo. O conselho só foi funcionar no final de 1987, porque o Jânio Quadros tombou, por decreto, uma área do Pátio do Colégio e outra área no entorno da Igreja de São Francisco, para penalizar entidades. No final de 87, teve uma reunião do conselho, que acho que foi para discutir isso. Em 89 entrou a Luiza Erundina e eu fui chamada para ser diretora da Divisão de Preservação, eu falava para a Dea [Fenelon] assim, uma pessoa que era muito minha querida, “nós temos que fazer do Conpresp um Condephaat, as pessoas precisam conhecer, precisam saber que existe esse órgão para poder usar, poder cobrar, nós temos que ter presença na cidade” Aí começamos a tomar tudo! A Bela Vista entrou nessa época, porque aí a gente pega e fala: “nós existimos”, porque antes a gente não existia, “nós existimos e podemos tomar”. Mas também levei muito chumbo.

Claudia - Quando vocês terminaram o IGEPAC, o material foi encaminhado para o Cogep?

Leila - Não, não chegamos a mandar, nosso caminho sempre era esse: primeiro Cogep e depois Sempla, que era para transformação daqueles imóveis em Z8-200. Mas a gente não usava a Sempla e a Cogep não. Por quê? Porque para virar uma Z8-200, é Lei de Uso e Ocupação do Solo, e não é uma votação simples, precisava de duas votações. A gente pegava casos pontuais e encaminhava para o Condephaat, encaminhei vários pedidos. Mas no caso do inventário, a gente já está vivendo um outro momento, porque passou dois anos já foi criado o Conpresp, a coisa foi crescendo. Tanto é que, depois do Plano Diretor de 2004, que é criada a ZEPEC, aqueles bens que estavam tombados já viraram, e novos bens a serem tombados são reconhecidos como ZEPEC, mas necessitam da chancela de tombamento do Conpresp. Aqueles que não estão na relação de bens tombados.

Claudia - A senhora participou desse processo nos anos 2000?

Leila - Sim, eu era presidente do Conpresp durante o tombamento da Bela Vista. O conselheiro relator foi o Carlos Lemos. Os conselheiros falavam “mas que absurdo! Ninguém resolve nada sobre a Bela Vista!” Eu peguei e falei “Gente, nós temos que tombar a Bela Vista, se não vão matar a gente!”. Mandamos e foi muito legal. Houve poucas contestações, pouquíssimas, acho que nenhuma se você quer saber.

Claudia - Novamente sobre o IGEPAC, os técnicos relatavam alguma resistência por parte dos moradores durante as visitas a campo?

Leila - Não relatavam. A nossa experiência, a minha pelo menos, eu não fui para campo para fazer IGEPAC. Fui uma vez durante o inventário da Barra Funda, mas foi muito pouco. Mas as pessoas ficam, assim, intrigadas, como você está uma prancheta, anotando, né, mas aí você começa a fazer amizades, você fala assim: “não, estou aqui estudando”, eu digo porque sou professora e tenho vários alunos que fazem inventário, eu digo “vamos conversar! Conta a história do bairro para a gente!” Quer dizer, você até cativa as pessoas.

Claudia - Para concluir, os cortiços não foram uma questão...?

Leila - Não. Assim, foram constatados, foram registrados, não digo documentados, foram registrados, mas não houve nenhum aprofundamento.

Claudia - Também não houve diálogo com outras secretarias?

Leila - Não. Até onde eu sei, não. Porque a gente tinha um fardo muito grande que só da gente pegar e reconhecer o edifício para não serem demolidos, já era um peso grande. E essa questão como eu já te falei da preocupação, a gente sempre teve essa discussão, de conversão, de cortiços, mas os trabalhos que a gente acompanhou e não têm nada a ver com o inventário foi lá do lado da Igreja da Boa Morte, não sei se você conhece, que teve aquele projeto do Vigliecca. Depois a proposta da Rosana Miranda que não foi pra frente por causa do secretário que a gente tinha, que poderia ter ido. A Vila Maria Zélia não é um exemplo, porque já era uso habitacional e continuou. Acho que só. A gente não teve tanta participação com tanto prédio antigo na cidade, no centro, assim, falaram que era para a gente não fazer mais projeto e foi muito complicado.

Claudia - Leila, não gostaria de tomar mais seu tempo. Muito obrigada pela entrevista e por todos os esclarecimentos!

C. Entrevista realizada com Regina Meyer, em 21 de janeiro de 2020

Transcrição autorizada pela entrevistada, porém não revisada pela mesma

Começo a entrevista comentando que os estudos de caso da pesquisa são o IGEPAC-Bela Vista e os casarões das ruas Assembleia e Jandaia e que, naquele momento, eu estava entendendo que as abordagens nessas duas experiências foram distintas no DPH. Regina Meyer toma a palavra:

Regina - Aí residia um conflitinho, no diminutivo, interno no DPH, porque era assim: eu era uma arquiteta que não trabalhava com patrimônio, eu estava vindo do meu mestrado, já tinha começado o doutorado na Inglaterra, e eu estava muito intrigada com os... naquele momento a gente não fazia muitos mapeamentos bons, fazia “meia boca”, mas foi feito um mapeamento dos cortiços de São Paulo e eu pus em cima os tombamentos de São Paulo naquele momento. Tinha uma coincidência enorme, praticamente os tombamentos tinham gerado cortiço, onde entrou cortiço correspondeu a uma presença do tombamento. Aí eu fui a um congresso em Portugal com a Maria Luiza, que trabalhava no DPH, e levei essa questão e era muito engraçado, porque eles não conhecem a palavra “cortiço” e eu falei o tempo inteiro em cortiço. Cortiço, para eles, é o enxame de abelha. Olha a coincidência do nome, quer dizer, no sentido... e daí eu comecei a falar e alguém levantou a mão e me perguntou o que era cortiço. Eu quase caí para trás, porque não poderia supor, né, que eles não soubessem. Então, foi explicado e deu uma discussão muito bonita de uma nova função do patrimônio como uma possibilidade de recuperação para moradia multifamiliar. Daí eu fui buscar a definição do cortiço, o que é um cortiço, cortiço é uma habitação em que você tem só um ponto de água para várias famílias. Então, a forma de fazer o “retrofit”, sei lá o quê, desses edifícios tombados é ampliar a hidráulica. Aí eu me lembro que tinha um arquiteto no DPH, que não me lembro o nome dele agora, que falou assim: “Bom, mas isso aí impede a adaptação, porque se você tem um casarão dos Campos Elíseos com um ponto de água, como você vai fazer dentro do padrão que o DPH trabalha?” Então, tive um problema grande, nesse momento, com a Leila [Diêgoli], que fazia o IGEPAC, porque ela não queria... por isso você não encontrou nada sobre isso no IGEPAC, porque se colocasse essa possibilidade no IGEPAC, você abria um leque gigantesco. Aí eu fui na Secretaria de Habitação e ficou bem claro que, se eu caminhasse com aquilo junto com a secretaria, iria promover um esvaziamento dos cortiços quase que legal, então eu ia por um monte de gente na rua, porque se ia investir, ia cobrar. Estava lá uma pessoa que me aconselhou a fazer o seguinte: “Olha, o ideal é a gente pegar onde já é patrimônio da Prefeitura”. Aí eu vim com a história do aluguel social. Eu estava vindo da Inglaterra e lá tem muito aluguel social, tem aquele sistema em que você compra o imóvel para determinado número de habitantes, tem lá uma variação enorme. Acho que o secretário de habitação naquele momento era o [Arnaldo de Abreu] Madeira e ele me aconselhou a fazer o seguinte: “Você deve começar pela Assembleia e Jandaia”, porque já estavam quase todos desapropriados. E tinha uma moça que era casada com o Joaquim Guedes, que se chamava Liliana Guedes, e ela se interessou. Então, eu fiz umas reuniões em que estavam a Liliana Guedes, Nabil Bonduki... e aí nós fizemos uma batalha para a Prefeitura transformar aquilo em habitação de interesse social com mudanças no sistema hidráulico e tudo mais para ter a adaptação procurada. Nesse

meio tempo, o Jânio Quadros ganhou a eleição e o grupo que foi trabalhar... tinham dois arquitetos que detestavam essa história, que entraram com o Jânio e que estavam fazendo um projeto de habitação naquela localização que o Metrô tinha derrubado ao longo da ferrovia, atrás da... o conjunto está lá, eu vou lembrar... e eles praticamente colocaram esse projeto fora de cogitação, encostaram o projeto, o Madeira foi substituído, então eu não tinha mais nenhum diálogo com a Prefeitura na época do Jânio, e eles decidiram demolir todos aqueles que estavam sobre o muro. Quando apareceu aquilo que estava lá embaixo, eles ficaram gloriosos, exibiram aquilo, humilhavam a gente, tinha luzes, era muito mais forte do que hoje, a cidade ia lá olhar.

Claudia - Virou um ponto turístico?

Regina - Virou, muito forte. Eles fizeram numa rapidez enorme, derrubaram aquelas casas, as pessoas saíram e o projeto acabou, morreu nesse ponto, com a descoberta... eles fizeram uma primeira escavação, viram os tijolos... não tinha muita informação sobre aquilo, mas eles partiram com uma tal certeza de que aquilo era composição que eu fiquei até impressionada, porque não tinha evidências, estava muito encoberto. As casas foram abaixo, que era 50% do projeto, praticamente, e aí desapareceu a ideia... na verdade, desapareceram várias ideias: a primeira, a sobreposição do cortiço com o patrimônio; a segunda é a de transformar esses elementos do patrimônio em habitação social; e a terceira era o aluguel social. Hoje, eu acho que seria do maior interesse refazer esses mapas do patrimônio sobreposto aos cortiços. Isso que eu estou te contando é de [19]82, 83... naquele momento, não me lembrava de ter visto essa sobreposição. Aí, morreu o projeto... a imprensa, que estava muito do nosso lado, fazia muita questão, muita entrevista, aderiu completamente àquilo que foi descoberto, à vitória da cidade de São Paulo. Então, aquilo que o Madeira tinha dito que já era da Prefeitura acabou nos levando para um beco sem saída, porque a Prefeitura usou da maneira que quis. Nunca fomos chamados para ir lá conversar. E é engraçado porque me lembro que conheci os arquitetos que foram trabalhar com o Jânio, eram arquitetos "IAB", entendeu, mas eles não quiseram saber. Era um tipo de arquiteto que queria fazer habitação social dentro de um padrão completamente diferente, tanto que esse conjunto que tem lá no Brás, que foi desapropriado para a linha do Metrô... naquele momento, o Metrô estava fazendo muita desapropriação, já vinha fazendo na década de 70, porque o Metrô ia passando pela cidade e derrubando, e a Emurb foi criada para ir atrás do que o Metrô desarrumava e fazer a reorganização territorial, era uma coisa forte. Eles queriam fazer habitação social nesse percurso, então aquilo que estava sendo proposto para a área central não estava no eixo de prioridades, no eixo nem de compreensão, e o cortiço já era assentado em cima de patrimônio.

Claudia - Em relação a esse projeto para os casarões que estavam desapropriados, como o projeto foi feito? Havia projeto de arquitetura, desenhos...?

Regina - Para a [área da] Assembleia e Jandaia, tinha pouca coisa, porque era assim: a gente olhou e solicitou da Prefeitura tudo o que tinha de informação sobre a Assembleia e Jandaia. Chegou alguns desenhos, mas eles precisaram ser refeitos. Na verdade, a ideia

abortou antes da gente começar a fazer o projeto. Foi exatamente em [19]84. Seria uma ação comandada, quer dizer, o patrimônio não era o principal instigador do projeto, seria a habitação, seria a Secretaria de Habitação, seria o Madeira.

Claudia - A senhora disse que fez esse cruzamento entre cortiços e patrimônio. A senhora levou isso para o Madeira?

Regina - Eu levei essa ideia a uma pessoa que trabalhava junto com o Madeira, tinha lá uma professora da FAU [USP] que estava trabalhando com ele, nós olhamos e depois ele sugeriu. Quer dizer, a sugestão veio da secretaria, entendeu, não sei dizer se ele pessoalmente. Nesse momento, tinha acabado de vir para São Paulo o pessoal de Bolonha. O [Pier Luigi] Cervelatti tinha vindo e, além dele, veio algum outro depois. O Cervelatti deixou uma herança nesse sentido, da organização do patrimônio voltado para habitação de interesse social. Ele falou no Circolo Italiano, ele falou em vários lugares. Eu estava bastante influenciada pela Inglaterra, eu tinha voltado de Londres, onde isso era uma prática razoavelmente presente. Eu fui a essas conferências do Cervelatti e me lembro da minha impressão forte em relação à fala dele. Bolonha era a oitava maravilha para a gente, era um modelo, a gente não se deu conta das escalas, da diferença de escalas. Bolonha pega um dos bairros da área central. É engraçado, a gente saía correndo atrás de um modelo sem se dar conta que tinha que realmente ver a possibilidade daquela ideia vingar em uma escala diferente, latino-americana, diferente da Itália. No Mediterrâneo, os centros são todos pequenos, apertados. Foi um caminho que a gente pegou com pouca crítica, eu acho... mas o Cervelatti incendiou um pouco a cabeça da gente, porque ele tinha essa preocupação. A experiência de Bolonha era modelo para o mundo naquele momento. Então, o projeto morreu e eu saí do DPH em [19]85, o Madeira saiu da secretaria de habitação, e a Maria Coleta, que era a professora da FAU, também saiu. Desmontou, entende?! Em 85, eu fui para a Secretaria Estadual de Cultura e lá fizemos as oficinas Oswald de Andrade e Três Rios. Voltando para a Assembleia e Jandaia, eu acho que a ideia ali era demolir esses grandes cortiços que estavam tombados e a gente falava: “Nossa, mas destombar?! O único que fez foi o [os presidentes] Médici, Figueiredo, foi a ditadura...” E a gente não queria nem ouvir falar, entendeu?! A gente não acreditava que fossem destombar.

Claudia - Eu encontrei um estudo chamado “Jandaia - Assembleia”, feito em 1983, no DPH. *Mostro as fotografias do caderno para a entrevistada e comento, em linhas gerais, sobre o conteúdo do estudo.*

Regina - Me lembro vagamente desse estudo, porque isso foi encoberto pela seguinte questão: passei a ter que dar conta de criar o Conpresp, porque nós não tínhamos a lei de tombamento municipal, foi uma coisa pessoal minha, por conta da demolição da Casa Modernista, na Vila Mariana. Meu foco foi para isso e logo em seguida eu saí [do DPH]. Não me lembrava desses desenhos que você está me mostrando...

Claudia - A senhora se recorda se esse estudo foi feito após o diálogo de vocês com a Sehab?

Regina - Eu acho que quando fomos na Sehab, isso já existia, porque o meu discurso com a Sehab era que cortiço e patrimônio tinham essa superposição e isso aí, provavelmente... será que existe para outros lugares da cidade?

Claudia - Não sei responder...

Regina - Porque eu me lembro que, quando fui falar com o Madeira, eu não tinha a Assembleia e Jandaia tão presente na minha cabeça. Ele falou que aquilo era tombado pela Prefeitura. Não sei se esse material delas não existe... tombado não, que aquilo já era propriedade municipal... não me lembro, porque provavelmente só tem esse estudo aí. E o IGEPAC estava começando e o fracasso da nossa investida aí fez com que a Leila e a outra moça que eu esqueci o nome não quisessem assumir esse aspecto da questão, quer dizer, olhar para aquilo que o IGEPAC estava levantando e pensar em um uso social. A impressão que deu foi de que a nossa insistência levou a turma do Jânio a demolir, entendeu?! Era um caminho que eles não queriam pegar. Eles não eram propriamente reacionários, entendeu, eles eram só outra turma, mas não queriam ouvir nada, queriam produzir habitação social onde o Metrô estava passando e chegando no Centro. O nosso projeto era uma dispersão para eles.

Claudia - Olhando para esse momento no DPH, o IGEPAC e o projeto para a Assembleia e Jandaia eram ações que estavam acontecendo ao mesmo tempo, durante a mesma gestão. Como a senhora analisa esse cenário?

Regina - Eu acho que são partidos diferentes, partido no sentido de que o IGEPAC tinha um modelo do levantamento, do registro. Para o IGEPAC, era mais importante registrar do que dar um uso, pensar no patrimônio como um estoque de construção de moradia. Você vê que o IGEPAC quase não tem destinação, ele não fala disso. Era registro. O IGEPAC nasceu a partir de um inventário importante que foi feito em Salvador, o IPAC da Bahia, que já estava quase pronto. O Paulo Ormindo [de Azevedo] era o “deus” das meninas do IGEPAC. Aquilo era uma forma de trabalho mais centrado em conhecer o patrimônio, saber o que a cidade possuía, etc, até de certa forma assumir qual é o patrimônio de São Paulo, porque tem a famosa frase do Mário de Andrade que dizia que São Paulo não tinha um patrimônio histórico relevante. Acho que tinha essa postura de que “precisamos conhecer o nosso patrimônio, precisamos levantar e ter isso na mão”. Eu estava com uma visão mais de achar que o patrimônio precisava de um destino, influenciadíssima pelo Cervelatti. Não só por ele, mas pela experiência de Bolonha.

Claudia - Eram partidos diferentes, mas não necessariamente conflitantes, poderiam ser complementares, a senhora não acha?

Regina - O IGEPAC foi, fez uma linha própria, e não tinha muito espaço de discussão nesse momento, porque o Paulo Ormindo e o IPAC da Bahia eram super fortes como modelo... Tem uma diferença entre aquilo que estava acontecendo em Bolonha e o IGEPAC, quer dizer,

não era levantamento, era destinação, e eu acho que isso faz um ruído, porque esse pessoal era muito radical com a forma de lidar com os bens tombados, e eu via que São Paulo só podia dar certo pelo caminho da destinação do patrimônio. Nem sei se estou certa, mas se você realmente fizesse uma recuperação daqueles imóveis para um uso social, aquelas pessoas que estavam lá não poderiam ficar, aqueles moradores teriam que ceder para quem pudesse pagar, porque aquilo era explorado, como hoje... eu fiquei muito impressionada quando eu vi a quantidade de cortiços na área central de São Paulo, foi um momento em que tinha mais gente encortiçada do que em favela, e o Jânio entrou com a marca do “desfavelamento”, ele acabou com duas favelas que eu via todo dia, uma ficava no caminho da USP, chamava Cidade Jardim, naquele trecho junto à Marginal [Pinheiros], depois que a gente atravessa a ponte [Cidade Jardim], perto do Jockey [Club de São Paulo]. Aquela favela foi demolida em uma semana, uma coisa impressionante. O Jânio foi, provavelmente, o prefeito que mais “desfavelizou” São Paulo. Essa era a marca da gestão. O cortiço não chegou a ocupar... porque ele ofende menos o olhar, talvez porque esteja mais escondido, mais velado, e a favela ia para onde São Paulo estava crescendo, a cidade estava indo rumo àquela região, da Marginal Pinheiros. Era aquilo que agora se concretizou de maneira mais clara, com a [avenida] Berrini, com tudo isso. Ele “desfavelizou” muito e sempre em áreas que tinham visibilidade. Então o caso da Assembleia e Jandaia foi uma derrota muito forte.

Claudia - Voltando para a época do DPH, a senhora não se recorda do nome do congresso em Portugal? Aquele que a senhora foi junto com a Maria Luiza Dutra?

Regina - Se eu olhar no meu Curriculum Lattes, eu vou achar. Você pode procurar também. Acho que foi em [19]83, tá?! Foi em Lisboa. E eu levei essa questão.

Claudia - Quando a senhora chegou no DPH, o projeto IGEPAC já tinha sido iniciado? Já estava sendo discutido?

Regina - Não, ele começou naquele momento. Agora, é uma resposta bem subjetiva, porque eu cheguei no DPH, o DPH estava bastante... era uma gente muito boa. No meu memorial de titular para a FAU, eu escrevo sobre a minha chegada ao DPH, era uma gente muito competente, quem estava ali gostava do assunto, era dedicado, viravam horas de trabalho, era uma dedicação e eu fiquei muito bem impressionada. Quando a Leila me apresentou a proposta do IGEPAC, já foi uma espécie de workshop que a gente fez com o Paulo Ormino. O Paulo Ormino veio da Bahia e participou de uma reunião nossa. Tinha uma moça com a qual a Leila trabalhava que eu acho que tinha vindo da Bahia, a Cássia. O IGEPAC tem pouca coisa que eu escrevi, correu em paralelo ao meu trabalho, não era a minha cabeça, eu estava fissurada com a coisa de olhar para os objetos pensando em quais caminhos... eu estava muito influenciada pela Inglaterra, porque o patrimônio lá é muito utilizado, a ideia de patrimônio “museológico” me incomodava muito e eu sempre queria dar função. Mas foi um momento muito rico para mim, devido às pessoas que eu encontrei. Uma coisa que eu consegui fazer e que foi uma grande batalha foi criar o Conpresp, eu saí dois meses antes de assinarem a formação do Conpresp, e consegui reverter o encaminhamento do espaço do Matadouro, na Vila Mariana, que se tornou a Cinemateca [Brasileira]. Aquilo

foi o ápice daquilo que eu pensava como patrimônio, porque foi um projeto muito bem feito, o levantamento foi lindíssimo...

Claudia - Regina, acho que eram essas as minhas dúvidas. Muito obrigada pela disposição e pela atenção!